

Lodona Maria Portela Coimbra Soares  
Maria Carolina Rosa Gullo  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna  
Organizadores



# A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades

XVII ESAES – Encontro sobre os Aspectos  
Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS

Volume 2



# **A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades**

**Volume 2**

**XVII ESAES – Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais  
da Região Nordeste do RS**

**2 e 3 de outubro de 2018**

**Coordenadores**

**Lodonha Maria Portela Coimbra Soares  
Maria Carolina da Rosa Gullo  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna**

## **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Presidente:*

José Quadros dos Santos

### **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Reitor:*

Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitor:*

Odacir Deonísio Gracioli

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:*

Juliano Rodrigues Gimenez

*Pró-Reitora Acadêmica:*

Nilda Stecanela

*Diretor Administrativo-Financeiro:*

Candido Luis Teles da Roza

*Chefe de Gabinete:*

Gelson Leonardo Rech

*Coordenador da Educs:*

Renato Henrichs

### **CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS**

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

# **A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades**

**Volume 2**

**XVII ESAES – Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais  
da Região Nordeste do RS  
2 e 3 de outubro de 2018**

**Coordenadores**

## **Lodonha Maria Portela Coimbra Soares**

Draduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1982). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atualmente é professora adjunta na Universidade de Caxias do Sul, coordenadora de TCC e atividades complementares do curso de Ciências Econômicas e coordenadora do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da UCS. Atua como pesquisadora no Observatório do Trabalho, Núcleo de Inovação e Desenvolvimento da UCS, dedicado a investigações interdisciplinares sobre o mundo do trabalho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Geral, atuando principalmente nos seguintes temas: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, competitividade, inovação tecnológica, industrialização e mundo do trabalho.

## **Maria Carolina da Rosa Gullo**

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e Doutora em Economia, ênfase em Desenvolvimento, também pela UFRGS (2010). Professora adjunta na Universidade de Caxias do Sul, onde leciona disciplinas da área de Economia, principalmente às relacionadas aos temas: economia regional e urbana, economia do meio ambiente e economia política. Possui ainda experiência como consultora na área de Economia Ambiental e de Planejamento Regional e Urbano. Atualmente é diretora da Área de Conhecimento de Ciências Sociais da Universidade de Caxias do Sul.

## **Silvio Luiz Gonçalves Vianna**

Administrador formado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Desenvolve pesquisas na área de Administração e Turismo, com ênfase em Competitividade das Destinações Turísticas e Qualidade de Vida. Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordena o Grupo de Pesquisas do CNPq voltado às pesquisas de Turismo e Desenvolvimento Regional vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS).



© dos organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS – BICE – Processamento Técnico  
UCS – BICE – Processamento Técnico

E56e Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul (17.: 2018 out. 2-3 : Caxias do Sul, RS)

A economia e o turismo [recurso eletrônico] : observando novas realidades / ESAES; coord. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, Maria Carolina da Rosa Gullo, Silvio Luiz Gonçalves Vianna. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2019.

Dados eletrônicos (1 arquivo : 2 registros).

ISBN 978-85-7061-950-1

Obra em volumes.

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Rio Grande do Sul – Aspectos econômicos – Congressos. 2. Rio Grande do Sul – Aspectos sociais - Congressos. 3. Planejamento regional. I. Soares, Lodonha Maria Portela Coimbra. II. Gullo, Maria Carolina da Rosa. III. Vianna, Silvio Luiz Gonçalves. IV. Título.

CDU 2. ed.: 330(816.5)(062.552)

Índice para o catálogo sistemático:

- |   |                           |
|---|---------------------------|
| 1. Rio Grande do Sul – Aspectos econômicos – Congressos | 330(816.5)(062.552)       |
| 2. Rio Grande do Sul – Aspectos sociais - Congressos    | 316.334.2(816.5)(062.552) |
| 3. Planejamento regional                                | 332.14(816.5)(062.552)    |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460

Direitos reservados à:



**EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: [www.ucs.br](http://www.ucs.br) – E-mail: [educs@ucs.br](mailto:educs@ucs.br)

XVII  
ENCONTRO SOBRE OS ASPECTOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO  
NORDESTE DO RS



**A ECONOMIA  
E O TURISMO:**  
OBSERVANDO NOVAS  
REALIDADES

Dias  
**02 e 03 de outubro  
de 2018**

Local  
**Bloco J - Campus-Sede  
Caxias do Sul / RS**



## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>8</b>
<b>17. Estudo da satisfação dos pacientes de um hospital universitário por meio do instrumento SERVQUAL.....</b>	<b>10</b>
Roger da Silva Wegner; Roselaine Ruviaro Zanini; Vânia Medianeira Flores Costa; Maria Julia Pegoraro Gai; Bruna de Vargas Bianchim	
<b>18. Governança, gestão de custos e formação de preços no setor de turismo: uma pesquisa em hotéis da Serra gaúcha.....</b>	<b>25</b>
Alex Eckert; Marlei Salete Mecca; Aline Letícia Kellermann; Eduardo Tomedi Leites; Jéssica Santos Vargas	
<b>19. Mercado mundial do açúcar: um estudo da competitividade e do grau de concentração dos mercados brasileiro e tailandês (2000-2016) .....</b>	<b>40</b>
Leonardo Sangoi Copetti; Carol Deitos Fries; Daniel Arruda Coronel	
<b>20. O perfil da economia solidária no Vale do Rio dos Sinos. ....</b>	<b>53</b>
Yan Alves Nunes; Marcio Nunes dos Santos; Matheus Nienow; Raniéri Mansur Plain; Angélica Massuquetti	
<b>21. O Pronaf em terras gaúchas: uma análise do programa de agricultura familiar no Rio Grande do Sul .....</b>	<b>68</b>
Vinicius Fortes da Silva Santos; Guilherme Jorge	
<b>22. O setor industrial brasileiro: desafios e oportunidades .....</b>	<b>84</b>
Mygre Lopes da Silva; Rodrigo Abbade da Silva; Daniel Arruda Coronel; Pascoal José Marion Filho; Marcelo Schwalm Bender	
<b>23. O suporte e comprometimento organizacional: uma percepção por parte dos colaboradores.....</b>	<b>101</b>
Sâmia Cristiane Ciliato; Lucas Almeida dos Santos; Aline Mendonça Rodrigues; Gabriela Santos da Silveira; Andrieli de Fátima Paz Nunes	
<b>24. O turismo rural na agricultura familiar: identificação das potencialidades do assentamento Chasqueiro Santa Rosa em Arroio Grande-RS .....</b>	<b>116</b>
Alice Leoti; Tiago Celonir Fernandes Viana; Patrícia Schneider Severo; Vanessa Eliza Fischer	
<b>25. Parcerias público-privadas e turismo .....</b>	<b>131</b>
Charlene Brum Del Puerto; Andyara Lima Barbosa	

<b>26. Revisitando a Teoria da Dependência: Ruy Mauro Marini e a superexploração do trabalho .....</b>	<b>141</b>
Moisés João Rech; João Ignacio Pires Lucas	
<b>27. Startups: uma modalidade de negócio inovador.....</b>	<b>155</b>
Marcelo Regis Röpke Lüdtkke; Ana Paula Lüdtkke	
<b>28. Sustentabilidade econômica no turismo: uma análise da socialização do conhecimento em periódicos científicos.....</b>	<b>167</b>
Luana Teixeira de Lacerda; Bruna Leston; Marlei Salete Mecca	
<b>29. Sustentabilidade na construção civil mediante o uso de materiais alternativos.....</b>	<b>183</b>
Diego Cousseau; Maria Carolina Rosa Gullo	
<b>30. Técnicas de gestão de pessoas da Cooperativa Agropan. ....</b>	<b>200</b>
Nandria Scherer; Andrieli de Fátima Paz Nunes; Ricardo Alberti	
<b>31. Turismo e turista: percursos na modernidade – pós-modernidade .....</b>	<b>212</b>
Felipe Zaltron de Sá; Jasmine Pereira Vieira; Susana de Araújo Gastal	
<b>32. Uma visão sistêmica para a resolução de conflitos socioambientais na sociedade consumocentrista .....</b>	<b>222</b>
Cleide Calgaro; Agostinho Oli Koppe Pereira; Agemir Bavaresco	



## **Apresentação**

No ano de 2018, o evento denominado **Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS**, ou simplesmente ESAES, realizado na Universidade de Caxias do Sul, alcançou a sua décima sétima edição. Sua criação teve origem no curso de Ciências Econômicas e, a partir de 2014, passou a ser feito em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH). Para garantir a integração entre os cursos e programas envolvidos, a comissão organizadora conta com a presença da Prof<sup>a</sup>. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Carolina Rosa Gullo e do Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna.

A cada ano que passa, o evento se consolida como um grande fórum de discussões, voltado a estudar as questões de âmbito regional, que envolvem os aspectos ligados às diferentes vertentes do desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, em espaço local, regional e estadual; abrange todos os municípios em que há atuação direta da UCS e alcança também outras localidades do Rio Grande do Sul, e engloba as pesquisas apresentadas por diferentes áreas do saber.

O tema objeto de preferência, para nortear a escolha dos artigos a serem submetidos ao evento, foi “A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades”. Esse tema teve a preocupação de atrair estudiosos cujas pesquisas tivessem a capacidade de investigar aspectos associados às diferentes realidades que influenciam o desenvolvimento de Caxias do Sul, da região e do País, e de fazer com que tenhamos um novo olhar, que proporcione a geração de diferentes ações para melhorar o desempenho de nossas instituições, sejam elas públicas ou privadas.

A diversidade de assuntos abordados nos artigos apresentados reflete a amplitude e o caráter multidisciplinar que se pretende atingir com eventos dessa magnitude. Desta forma, espera-se que a qualidade dos artigos permita nova percepção sobre a realidade atual, apontando caminhos que conduzam o País à realização de seu tão propalado destino grandioso, fazendo com que o Brasil deixe de ser o “País do Futuro”, para, efetivamente, tornar-se o “País do Presente”.

Partindo das premissas acima expostas, o presente *e-book* é resultado da produção acadêmica de pesquisadores da UCS e de outras instituições coirmãs do RS, nas áreas de Economia, Turismo, Direito e Contabilidade, entre outras,

submetidas para avaliação, por parte da comissão científica, com vistas a garantir a qualidade do debate, durante o evento em 2 e 3 de outubro de 2018, nas dependências do Campus-sede da Universidade de Caxias do Sul.

Agradeço o empenho da comissão organizadora, dos bolsistas do Observatório do Trabalho e dos funcionários da Instituição, que não mediram esforços no auxílio às tarefas ligadas à realização do evento. Estende-se esse agradecimento à coordenação do curso de Ciências Econômicas e à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (PPGTURH), pois sem essa colaboração o evento não teria sido realizado. Por fim e não menos importante e significativo é o agradecimento feito aos nossos apoiadores, que na verdade têm sido grandes parceiros de nossa Instituição: Conselho Regional de Economia do RS (CORECONRS) e Mobilidade Urbana Inteligente (Murbi).

**Palavras-chave:** Economia. Turismo. Desenvolvimento. Observatórios. Novas Realidades.

**Silvio Luiz Gonçalves Vianna**

17

**ESTUDO DA SATISFAÇÃO DOS PACIENTES DE UM HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO POR MEIO DO INSTRUMENTO SERVQUAL**

*STUDY OF THE SATISFACTION OF PATIENTS OF A UNIVERSITY HOSPITAL THROUGH THE  
SERVQUAL INSTRUMENT*

**Roger da Silva Wegner<sup>1</sup>**  
**Roselaine Ruviaro Zanini<sup>2</sup>**  
**Vânia Medianeira Flores Costa<sup>3</sup>**  
**Maria Julia Pegoraro Gai<sup>4</sup>**  
**Bruna de Vargas Bianchim<sup>5</sup>**

**Resumo:** A saúde pública é assunto muito importante, pois proporciona à comunidade acesso igualitário, buscando apresentar qualidade nos serviços ofertados. Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade em serviços por meio do instrumento SERVQUAL no Hospital Universitário de Santa Maria – RS. A pesquisa apresenta abordagens qualitativas e quantitativas. Os dados foram analisados pelo SERVQUAL, aplicado a 293 clientes/pacientes. Os resultados obtidos apontam que os serviços, de modo geral, não estão atendendo às expectativas dos clientes. A dimensão que necessita maior atenção é a “presteza”, isto se justifica pela média ser maior em relação às demais. A área de recursos humanos desse setor deve direcionar seus esforços de melhorias para as questões levantadas. Espera-se que os resultados encontrados contribuam para melhorias no setor em estudo.

**Palavras-chave:** Qualidade em serviços. SERVQUAL. Satisfação. HUSM.

**Abstract:** Public health is a very important issue, as it provides the community with equal access, seeking to present quality services offered. In view of the above, the present study aimed to evaluate the quality of services through the SERVQUAL instrument at the Hospital Universitário de Santa Maria. The research presents the qualitative and quantitative approaches. The data

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – RS (2014). Especialista em Estatística e Modelagem Quantitativa pela Universidade Federal de Santa Maria – RS (2017). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). <http://lattes.cnpq.br/4235686944792021>. [rswegner@gmail.com](mailto:rswegner@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada II na Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora substituta do curso de Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771385E1>. [rrzanini63@gmail.com](mailto:rrzanini63@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Administração (UFBA). Professora Associada no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria – RS (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/0180563343119839>. [Vania.costa@ufsm.com](mailto:Vania.costa@ufsm.com)

<sup>4</sup> Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria – RS (2016). Mestranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria – RS. <http://lattes.cnpq.br/0349629291272581>

<sup>5</sup> Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – RS (2016). Mestranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria – RS. <http://lattes.cnpq.br/2938577568087333>. [bruna.bianchim@gmail.com](mailto:bruna.bianchim@gmail.com)

were analyzed by SERVQUAL, applied in 293 clients / patients. The results obtained indicate that the services, in general, are not meeting the customers expectations. The dimension that needs more attention is the "Readiness", this is justified by the average being greater in relation to the others. The human resources area of this industry should direct your improvement efforts to have these issues raised. It is hoped that the results found will contribute to providing subsidies for improvements in the sector under study.

**Keywords:** Quality in services. SERVQUAL. Satisfaction. HUSM.

## **Introdução**

As organizações estão implementando estratégias de melhorias na área de recursos humanos, visando a aprimorar o desempenho dos colaboradores e, conseqüentemente, oferecer bens e serviços com maior qualidade. A área de gestão de pessoas emprega esforços direcionados aos colaboradores, e o gerenciamento deste departamento reflete-se no sucesso da organização e no desempenho dos colaboradores.

O relacionamento entre os colaboradores garante a eficiência das atividades realizadas, algumas variáveis colaboram para que os colaboradores possam se desenvolver, e são elas: liderança, motivação, comunicação interna, trabalho em equipe e remuneração. (SILVA; MATSUDA; WAIDMAN, 2012). Assim, é importante que os colaboradores busquem desenvolver serviços com qualidade.

A administração hospitalar busca oferecer serviços com excelência, considerando que o conhecimento do profissional, diante das atividades, resulta em benefícios aos consumidores/pacientes. (FUKUDA; OKUMA; IMANAKA, 2014). Assim, a qualidade empregada nos processos garante a excelência nos serviços (CASTELO, 2014).

Os serviços são essencialmente intangíveis, e a qualidade está interligada com as ações dos colaboradores. Desta maneira, o profissional necessita realizar os processos com segurança, pois suas atividades são avaliadas no momento em que os serviços estão sendo realizados. (CASTELO, 2014; HEILBORN; LACOMBE, 2008; ALVES et al., 2015). Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade em serviços, por meio do instrumento SERVQUAL no Hospital Universitário de Santa Maria – RS.

O estudo apresenta-se na seguinte maneira: referencial teórico abordando recursos humanos que contribuem para a administração hospitalar, qualidade em serviços, SERVQUAL, metodologia, resultados e considerações finais.

## **Recursos humanos contribuindo para a administração hospitalar**

Ter uma área de recursos humanos qualificada é de grande importância, para que uma organização possa atingir metas e objetivos. (TINTI et al., 2017). A gestão hospitalar tem como objetivo fornecer serviços com qualidade. Assim, a administração eficiente na área de gestão de pessoas resulta em ganhos para todos os envolvidos, sejam colaboradores, sejam consumidores. (FUKUDA; OKUMA; IMANAKA, 2014).

Os colaboradores, que atuam na área da saúde necessitam estar treinados para realizar as atividades de trabalho que os hospitais oferecem. (KARASSAVIDOU; GLAVELI; ZAFIROPOULOS, 2012). Os hospitais universitários, também conhecidos como hospitais-escola, são centros de saúde e recebem o público em geral, estando ligados a instituições educacionais. Os colaboradores e alunos realizam os serviços ofertados em prol do conhecimento. Muitos desses hospitais são bem conceituados por desenvolverem serviços com alta qualidade. (BONACIM; ARAUJO, 2009).

Diante desta perspectiva, estes hospitais têm sido objeto de pesquisas; e a satisfação dos clientes é um item importante que ajuda a analisar a qualidade dos serviços.

## **Qualidade em serviços**

A qualidade deixou de ser visualizada como estratégia de mercado e tornou-se um fator de necessidade e sobrevivência para as organizações. (LUDWIG; PACHECO, 2016). Os serviços são percebidos como uma experiência precíval, intangível, desenvolvidos para um consumidor que pode ser denominado de comprador. O sistema de serviços aborda a produção de valores desenvolvidos por pessoas, tecnologia, sistemas que abordam, serviços internos e externos e informações tecnológicas. (MAURO, 2008; FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2005; ZEITHAML; BITNER; GREMLER, 2014).

As expectativas dos consumidores são percebidas como crenças acerca do fornecimento dos serviços, pois estes mesmos serviram como padrões ou ponto de referência, a fim de julgar o desempenho. (ZEITHAML; BITNER; GREMLER, 2014; LUDWIG; PACHECO, 2016).

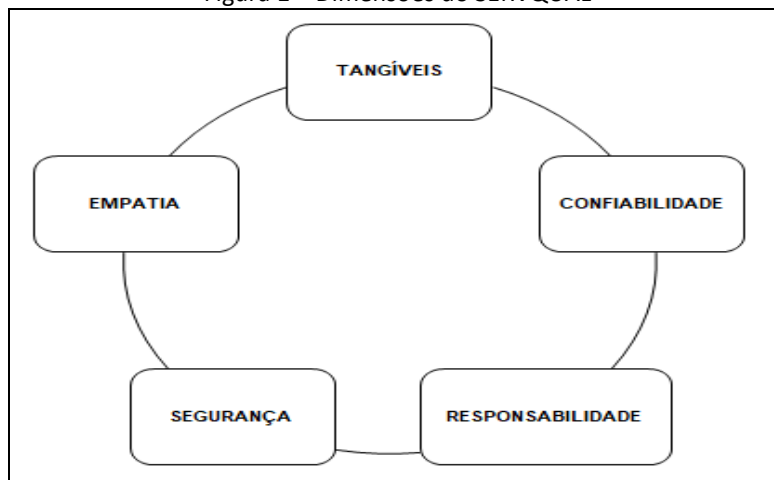
De acordo com Zeithaml, Bitner e Gremler (2014), as necessidades pessoais referem-se ao estado ou às condições essenciais para a manutenção do bem-estar físico e psicológico do cliente, aspectos considerados vitais que modulam o desejo com relação ao serviço. A filosofia pessoal do serviço retrata a atitude geral do consumidor, referente ao significado do serviço e à conduta adequada das organizações prestadoras de serviços. E, por fim, a expectativa de serviços derivadas fundamenta a ideia da expectativa do cliente estar relacionada à percepção de outras pessoas. (ALTAF et al., 2015). O instrumento SERVQUAL pode ser utilizado para compreender a percepção e as expectativas dos consumidores finais.

## **SERVQUAL**

Mensurar a qualidade dos serviços é considerado um desafio, pois a satisfação dos consumidores é determinada por diversos fatores intangíveis. As múltiplas dimensões da qualidade em serviços são entendidas por meio do instrumento SERVQUAL, muito útil para pesquisar a satisfação dos consumidores, por meio do conceito de lacunas da qualidade. (FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2005; MARTINS et al., 2012).

O SERVQUAL é uma ferramenta de pesquisa que objetiva averiguar a qualidade dos serviços diante da expectativa e experiência dos clientes. (PARASURAMAN et al., 1985; FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2005). Os consumidores são orientados a indicar uma pontuação por meio de uma escala *Likert* na qual as 22 afirmações da pesquisa relatam as cinco dimensões da qualidade em serviços e em todos os seus aspectos. Na Figura 1, são apresentadas as cinco dimensões da qualidade em serviços.

Figura 1 – Dimensões do SERVQUAL



Fonte: Adaptado de Gaither e Frazier (2007).

Após aplicação da ferramenta SERVQUAL, é possível analisar o nível em que os serviços ofertados se encontram. Os resultados obtidos auxiliam a organização a desenvolver estratégias que melhorem seu desempenho e, conseqüentemente, atender às necessidades e aos desejos dos clientes finais. (LAS CASAS, 2007). Desta forma, denota-se que a ferramenta se relaciona diretamente com a percepção dos consumidores.

### Procedimentos metodológicos

A pesquisa científica é um processo de descoberta e averiguação. A pesquisa confirma as opiniões e ideias e da forma ao pensamento do pesquisador. O conhecimento científico implica o aprendizado, por meio da aplicação de métodos, da classificação, comparação e da análise dos dados. (MATTAR, 2008). Por sua vez, Zanella (2009) destaca o conceito de metodologia como o caminho que o pesquisador percorre, a procura da compreensão da realidade, do fato ou do fenômeno.

A pesquisa é considerada descritiva, pois tem a finalidade de descrever com precisão os fatos e fenômenos de certa realidade e situação. (ZANELLA, 2009). Neste estudo, utiliza-se o método quantitativo que tem como intuito uma natureza focada na mensuração de fenômenos. Este método engloba a coleta e a análise de dados numéricos e, conseqüentemente, a aplicação de testes estatísticos. (MIGUEL, et al., 2012). E qualitativa, pois a realidade é expressa

verbalizadamente; os seus dados recebem um tratamento interpretativo, com interferência maior do pesquisador, tendo a sua abordagem mais reflexiva.

Quanto aos preceitos éticos, esta pesquisa foi realizada por meio da Resolução 466/12 ou 196/96, versão 2012. (BRASIL, 2012). A pesquisa foi enviada para avaliação e tramitação no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFSM.

## **Instrumento de pesquisa**

Como ferramenta para a coleta dos dados foi utilizada a escala SERVQUAL adaptada para o setor em estudo. A partir da aplicação do questionário, buscou-se mensurar a qualidade percebida pelos clientes do setor de Métodos Gráficos do HUSM, frente aos serviços oferecidos. O hospital é referência em saúde para a região central do Rio Grande do Sul e sua estrutura está integrada à UFSM, atuando como hospital-escola e tendo como objetivo o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da assistência em saúde. O hospital realiza atendimento ao Município de Santa Maria e região, possuindo 291 leitos na unidade de internação, 37 leitos na unidade de tratamento intensivo, além das 53 salas de ambulatório, 11 salas para atendimento de emergência, seis salas do centro cirúrgico e duas salas do centro obstétrico.

Quanto ao SERVQUAL, este mede a expectativa dos clientes frente aos serviços, bem como a percepção em relação aos serviços que foram ofertados. No Quadro 1, é possível observar as variáveis que compõem as dimensões da qualidade (tangibilidade, confiabilidade, presteza, segurança e empatia), presentes no instrumento SERVQUAL. O questionário é composto por 22 questões, sendo que os clientes avaliaram as expectativas e as experiências que tinham em relação aos serviços prestados.



Quadro 1 – Variáveis presentes nas dimensões do questionário SERVQUAL

<b>DIMENSÕES/ QUESTÕES</b>	<b>DIMENSÕES</b>
<b>D1 – TANGIBILIDADE</b>	
D1Q1	O setor de diagnóstico de imagens possui equipamentos atualizados
D1Q2	As instalações físicas são atraentes
D1Q3	Os colaboradores estão vestidos de acordo com o contexto do setor
D1Q4	A aparência de suas instalações físicas está de acordo com o tipo de serviços oferecidos
<b>D2 – CONFIABILIDADE</b>	
D2Q1	O hospital é confiável
D2Q2	O setor fornece os serviços e cumpre conforme o prometido
D2Q3	O setor mantém seus registros rigorosamente atualizados
D2Q4	O setor é pontual nos serviços prestados
<b>D3 – RESPONSABILIDADE</b>	
D3Q1	Os colaboradores têm interesse em ser verdadeiros com os pacientes
D3Q2	Os colaboradores prometem fazer algo durante o tempo, cumprem as promessas
D3Q3	Os colaboradores são simpáticos e receptivos com os problemas
D3Q4	Os colaboradores sempre disposto em ajudar seus pacientes
D3Q5	As solicitações emergências são sempre atendidas
D3Q6	Os colaboradores recebem apoio adequado para prestarem um bom serviço
<b>D4 – SEGURANÇA</b>	
D4Q1	Você confia nos serviços prestados pelo hospital
D4Q2	Você se sente seguro em relação aos acordos que realizou com o hospital
D4Q3	O hospital passa exatamente as informações que você necessita
D4Q4	Os colaboradores são educados
<b>D5 – EMPATIA</b>	
D5Q1	O hospital dá atenção individual aos seus pacientes
D5Q2	Os colaboradores dão atenção especial a seus pacientes
D5Q3	Os colaboradores sabem quais são as necessidades dos pacientes
D5Q4	Os colaboradores dispõem de horários convenientes para seus pacientes

Fonte: Adaptado pelos autores (2017).

Legenda: D = Dimensão; Q = Questão.

A escala SERVQUAL é composta por questões fechadas que variam de 1 a 7 pontos, sendo que: (1) discordo totalmente; (2) discordo; (3) discordo parcialmente; (4) nem concordo nem discordo; (5) concordo parcialmente; (6) concordo e (7) concordo totalmente.

## Delimitação da população-alvo

A amostra foi não probabilística por conveniência; assim, obtiveram-se 293 questionários respondidos. Ressalta-se que menores de 18 anos e pessoas com problemas psicológicos não participaram da pesquisa. A ferramenta foi aplicada pessoalmente pelo pesquisador no setor estudado. Após aplicado o questionário modelo SERVQUAL, os dados foram tabulados e analisados.

## Resultados

Neste tópico são expostos os resultados da pesquisa, a partir da caracterização do perfil dos respondentes e da análise da escala SERVQUAL.

### Perfil dos respondentes

Na Tabela 1 é possível observar as principais características socioeconômicas dos pacientes respondentes.

Tabela 1 – Principais características socioeconômicas

Variáveis	Alternativa	%
Gênero	Masculino	38,6
	Feminino	61,4
Idade	18 a 20 anos	4,1
	21 a 30 anos	20,8
	31 a 40 anos	20,5
	41 a 50 anos	15
	Acima de 50 anos	39,60
Escolaridade	Ensino Fundamental	48,5
	Ensino Médio	40,6
	Ensino Superior	10,9
Renda (salário-mínimo)	Menos de 1 salário-mínimo	8,9
	De 1 a 2 salários-mínimos	73,3
	De 2 a 4 salários-mínimos	12,9
	Acima de 4 salários-mínimos	4,9

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Percebe-se, por meio dos resultados apresentados na Tabela 1, que dos 293 clientes participantes da pesquisa, 61,40% são do gênero feminino, 39,60% estão acima de 50 anos e 48,50% possuem o Ensino Fundamental. A renda que maior apresentou destaque foi a de 1 a 2 salários-mínimos (73,30%). Após

conhecer o perfil dos respondentes, foi analisada a expectativa e a percepção dos clientes frente aos serviços prestados, por meio da ferramenta SERVQUAL.

## Análise SERVQUAL

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados obtidos da aplicação do questionário, de acordo com suas dimensões.

Tabela 2 – SERVQUAL

		Expectativa								Percepção								GAP (E-P)
		Frequência das Respostas							Média	Frequência das Respostas							Média	
		1	2	3	4	5	6	7		1	2	3	4	5	6	7		
<b>D1 – Tangibilidade</b>	D1Q1	0	0	3	15	33	48	194	6,42	0	1	5	8	45	77	157	6,26	-0,16
	D1Q2	0	0	1	8	8	51	225	6,68	3	3	7	19	39	90	132	6,02	-0,65
	D1Q3	0	0	0	2	3	197	91	6,29	1	0	6	10	23	65	188	6,42	<b>0,13</b>
	D1Q4	0	1	2	22	55	49	164	6,19	1	2	5	12	42	73	158	6,22	<b>0,03</b>
Média da Tangibilidade																-0,16		
<b>D2 – Confiabilidade</b>	D2Q1	2	0	1	1	166	9	114	5,77	4	1	7	6	30	57	188	6,34	<b>0,57</b>
	D2Q2	2	3	0	6	5	38	239	6,68	16	6	14	16	27	49	165	5,86	-0,82
	D2Q3	1	0	0	4	4	40	244	6,77	4	1	4	9	29	63	183	6,34	-0,43
	D2Q4	2	3	2	3	4	35	244	6,70	18	5	14	12	25	58	161	5,86	-0,84
Média da Confiabilidade																-0,38		
<b>D3 -Responsabilidade</b>	D3Q1	2	1	0	1	3	33	253	6,12	5	0	8	8	24	54	194	6,18	<b>0,06</b>
	D3Q2	2	0	0	0	68	185	38	6,72	7	0	8	9	30	72	167	5,98	-0,74
	D3Q3	0	2	0	23	79	26	164	6,11	7	4	6	11	30	60	175	6,16	<b>0,05</b>
	D3Q4	2	1	2	4	4	37	243	6,80	9	2	14	19	30	62	157	6,23	-0,57
	D3Q5	1	1	8	22	61	29	271	6,73	3	6	8	13	37	53	173	6,00	-0,72
	D3Q6	0	2	1	2	7	34	247	6,67	6	4	8	12	25	68	170	5,67	-1,01
Média da Responsabilidade																-0,49		
<b>D4 – Segurança</b>	D4Q1	3	0	3	4	7	32	244	6,80	8	4	14	14	31	63	159	6,36	-0,44
	D4Q2	2	1	1	0	5	29	255	5,86	4	3	9	12	29	58	178	6,20	<b>0,34</b>
	D4Q3	1	1	2	6	8	27	248	6,77	6	4	11	21	31	67	153	6,17	-0,59
	D4Q4	0	1	0	40	80	17	155	5,97	2	2	6	16	37	56	174	6,24	<b>0,27</b>
Média da Segurança																-0,11		
<b>D5 – Empatia</b>	D5Q1	1	1	1	10	11	29	240	6,70	11	3	16	34	43	58	128	6,01	-0,69
	D5Q2	2	1	1	18	89	27	155	6,04	8	0	9	19	34	56	167	6,10	<b>0,05</b>
	D5Q3	0	1	2	3	180	13	94	5,65	10	2	13	18	34	75	141	5,91	<b>0,26</b>
	D5Q4	1	1	4	17	7	19	244	6,62	19	8	30	38	19	54	125	5,36	-1,26
Média da Empatia																-0,41		

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Legenda: D= Dimensão; Q = Questões.

Percebe-se que a dimensão “Tangibilidade” apresentou (-0,16) como média geral. As expectativas dos clientes são altas diante da questão de que o setor possui “equipamentos atualizados” D1Q1 (-0,16) e de que suas “instalações físicas são atraentes” D1Q2 (-0,65). Entretanto, as “vestimentas dos colaboradores” D1Q3 (0,13) e a “aparência do setor estão de acordo com os serviços fornecidos” D1Q4 (0,03) apresentaram GAPs positivos, sendo que a percepção foi maior do que a expectativa. As questões que resultaram em GAPs negativos indicam que o setor deve investir em melhorias voltadas às instalações físicas e aos equipamentos atualizados.

A dimensão “Confiabilidade” obteve média geral de -0,38. A questão referente ao “hospital ser confiável”, D2Q1, obteve o GAP de 0,57, na qual os consumidores atenderam às suas expectativas, sendo que a satisfação foi excedida.

Porém, quanto às questões voltadas ao “hospital cumprir os serviços conforme o prometido”, D2Q2 (-0,82), “manter os registros rigorosamente atualizados”, D2Q3 (-0,43), e “transmitir o serviço pontua”l, D2Q4 (-0,84), estas obtiveram as expectativas maiores quanto à experiência. Partindo deste pressuposto, o setor deve ter maior cuidado com as variáveis destacadas, sendo que os investimentos voltados ao treinamento dos colaboradores podem contribuir com os serviços prestados e, conseqüentemente, atender às expectativas dos clientes finais.

A dimensão “responsabilidade” apresentou a média geral de -0,49. A satisfação dos clientes/pacientes foi excedida pelas questões: “Os colaboradores têm interesse de ser verdadeiros”, D3Q1 (0,06), e os “colaboradores são receptivos e simpáticos diante aos problemas dos clientes”, D3Q3 (0,05).

As questões que não atenderam às expectativas dos clientes foram: “os colaboradores realizam os serviços no tempo determinado”, D3Q2 (-0,74), “os colaboradores sempre estão dispostos em ajudar seus clientes”, D3Q4 (-0,57), “as solicitações de emergências são sempre realizadas”, D3Q5 (-0,72), e “os colaboradores recebem apoio adequado para prestar um bom serviço”, D3Q6 (-1,01).

Diante dos resultados apresentados, observa-se que ocorrem diversas falhas nos serviços realizados pelos colaboradores, os quais podem vir prejudicar a qualidade dos serviços. As tomadas de decisão voltadas à minimização destes problemas citados, relaciona-se com a conscientização e a capacitação da área de recursos humanos para as ações dos colaboradores.

A dimensão “segurança” obteve como média geral -0,11. Percebe-se que as variáveis que apresentaram percepção maior que expectativas foram: “a segurança em relação aos acordos”, D4Q2 (0,34), e “os colaboradores são educados”, D4Q4 (0,27). Por outro lado, as questões: “os clientes confiam nos serviços”, D4Q1 (-0,44), “e as informações que o setor transmite”, D4Q3 (-0,59), não superaram as expectativas dos clientes/pacientes. Por meio desta análise, verifica-se que o setor deve ter cuidado referente às questões que não superaram as expectativas dos consumidores, pois a segurança é um fator muito importante, que o cliente considera na escolha de determinados serviços.

A última dimensão a ser apresentada é a “empatia”, que apresentou média geral de -0,40. As questões que não atenderam à qualidade esperada foram: “o hospital da atenção individual aos seus clientes”, D5Q1 (-0,69), e “os colaboradores dispõem de horários convenientes para os clientes”, D5Q4 (-1,21). Observa-se que estas questões não estão atendendo às expectativas e, assim, o setor deve ter maior cuidado, pois a atenção individual e os horários convenientes são fatores muito importantes na escolha de um determinado serviço. Em contrapartida, as expectativas foram superadas nas seguintes questões: “os colaboradores dão atenção”, D5Q2 (0,05), e “sabem quais são as necessidades dos clientes”. D5Q3 (0,26).

## **Considerações finais**

Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade em serviços, por meio do instrumento SERVQUAL no Hospital Universitário de Santa Maria – RS. Assim, empregou-se a escala SERVQUAL relacionada com as dimensões da qualidade em serviços (tangibilidade, confiabilidade, presteza, segurança e empatia), buscando compreender a satisfação de 293 clientes.

A dimensão “tangibilidade” apresentou -0,16 de média geral, e as questões que obtiveram a satisfação dos clientes/pacientes maiores que a expectativa foram: a vestimenta dos colaboradores, e a aparência do setor está de acordo com os serviços fornecidos. Em contrapartida, o setor possuir equipamentos atualizados e suas instalações físicas serem atraentes, não atenderam das expectativas dos consumidores. Partindo destes resultados, sugere-se ao setor maior atenção diante as variáveis destacadas, sendo que investimentos em

melhorias voltadas às instalações físicas e equipamentos atualizados podem vir a satisfazer as necessidades dos clientes/pacientes.

A dimensão “confiabilidade” teve média geral de -0,38. A variável que atendeu às expectativas dos respondentes foi: o hospital ser confiável. Porém, as questões voltadas ao hospital cumprir os serviços conforme o prometido, manter os registros rigorosamente atualizados e transmitir o serviço pontual, não superaram as expectativas dos clientes. O treinamento dos colaboradores é uma alternativa recomendada para suprir as exigências dos consumidores.

A dimensão “responsabilidade” obteve média geral de -0,49. Partindo disto, as questões que superaram as expectativas dos consumidores foram: os colaboradores têm interesse de ser verdadeiros, e os colaboradores são receptivos e simpáticos diante aos problemas dos clientes. As variáveis que obtiveram expectativa maior que percepção foram: os colaboradores realizam os serviços no tempo determinado, os colaboradores sempre estão dispostos a ajudar seus clientes; as solicitações emergenciais são sempre realizadas, e os colaboradores recebem apoio adequado para prestar um bom serviço.

Por meio desta dimensão, nota-se que os clientes estão encontrando diversas falhas nos serviços realizados pelos colaboradores. Assim, sugere-se a conscientização e a capacitação de todos os colaboradores visando a minimizar os problemas destacados.

A dimensão “segurança” apresentou -0,11 como média geral. As questões que superaram as expectativas dos clientes foram: a segurança em relação aos acordos; e os colaboradores são educados. Em contrapartida, as questões que não atenderam às expectativas foram: os clientes confiam nos serviços e as informações que o setor transmite não superaram as expectativas dos consumidores. A segurança é um fator muito importante para escolher determinados serviços. Assim, é necessário o empenho dos colaboradores, pois é por meio deles que os bens são entregues.

A dimensão “empatia” apresentou média geral de -0,40. As questões que superaram as expectativas dos consumidores foram: os colaboradores dão atenção especial e sabem quais são as necessidades dos clientes. Porém, as questões que não atenderam à qualidade esperada foram: o hospital dá atenção individual aos seus clientes e os colaboradores dispõem de horários convenientes para os clientes.

Os resultados encontrados por meio da escala SERVQUAL apontam que as dimensões estudadas de modo geral não estão atendendo às expectativas dos

clientes. A dimensão que necessita maior atenção é a prestação, isto se justifica pela média ser maior em relação às demais. A área de recursos humanos desse setor deve direcionar seus esforços de melhorias, para que estas questões levantadas atendam às expectativas dos consumidores.

Por fim, diante aos resultados apresentados, nota-se a relevância do presente estudo, pois foi possível analisar a qualidade dos serviços no setor de Métodos Gráficos de um hospital universitário e propor um questionário mais reduzido, por meio de algumas técnicas multivariadas. Para trabalhos futuros, sugere-se a aplicação deste questionário em outros setores.

### Referências

ALTAF, J. G. et al. Clínica olhar: análise da satisfação dos clientes em relação ao serviço prestado. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-36, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/46125/clinica-olhar--analise-da-satisfacao-dos-clientes-em-relacao-ao-servico-prestado>> Acesso em: Nov. de 2017.

ALVES, A. C. et al. A qualidade do serviço e a satisfação do cliente. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 46-61, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/43427/a-qualidade-do-servico-e-a-satisfacao-do-cliente>>. Acesso em: nov. 2017.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

BONACIM, C. A. G.; ARAUJO, A. M. P. Valor econômico agregado por hospitais universitários públicos. **Rev. adm.empres.** v. 49, n. 4, p. 419-433, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/36394>>. Acesso em: nov. 2017.

BRASIL. **Resolução 196/96 versão 2012**. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/23\\_out\\_versao\\_final\\_196\\_ENCEP2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf)>. Acesso em: nov. 2017.

CASTELO, B. N. M. et al. Pesquisa de satisfação: o olhar dos clientes sobre os laboratórios do Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde. **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 75-80, 2014. Disponível em: <<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/47/81>>. Acesso em: nov. 2017.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FREITAS, A. L. P.; BOLSANELLO, F. M. C.; VIANA, N. R. N. G. Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária: um estudo de caso utilizando o modelo servqual. **Ci. e Inf. Online**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 88-102, set./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a07>>. Acesso em: nov. 2017.

FUKUDA, H; OKUMA, K; IMANAKA, Y. *Can experience improve hospital management?* **PloS ONE**. v. 9, n. 9, p. 1-7, 2014. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0106884>>. Acesso em: nov. 2017.

GAITHER, N.; FRAZIER, G. **Administração da produção e operações**. 8. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

HEILBORN, G.L.J.; LACOMBE, F.J.M. **Administração: princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

KARASSAVIDOU, E.; GLAVELI, N.; ZAFIROPOULOS, K. *Assessing hospitals' readiness for clinical governance quality initiatives through organisational climate*. **Journal of Health Organization and Management**. v. 25, p. 214-240, 2012. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/14777261111134437>>. Acesso em: nov. 2017.

LAS CASAS, A. L. L. **Marketing de serviços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, L. F. D. **Estatística e qualidade & produtividade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

LUDWIG, J. P.; PACHECO, D. A. J. Modelo integrado da melhoria da qualidade para indústrias de móveis sob encomenda. **IJIE**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 1-34, 2016. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJIE/article/view/v8n1601/pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

MARTINS, V. W. B. et al. Utilização do modelo servqual em uma rede de supermercados como instrumento de avaliação da qualidade. **IJIE**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 279-296, 2012. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJIE/article/view/1512/pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAURO, C. **Gestão estratégica de serviços de hotelaria**. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGUEL, P. A. C. et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia da produção e gestão de operações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Abepro, 2012

PARASURAMAN, A. et al. Conceptual model of service quality and its implications for future research. **Journal of Marketing**. v. 49, n. 4, p. 41- 50, 1985. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2491773/mod\\_resource/content/1/Conceptual%20Model%20of%20Service%20Quality%20and%20Its%20Implications%20for%20Future%20Research.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2491773/mod_resource/content/1/Conceptual%20Model%20of%20Service%20Quality%20and%20Its%20Implications%20for%20Future%20Research.pdf)> Acesso em: nov. 2017.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALOMI, G. G. E. **Aplicação de modelos para mensuração da qualidade de serviços internos**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste, 2003.



SILVA, L. G.; MATSUDA, L. M.; WAIDMAN, M. A. P. A estrutura de um serviço de urgência público, na ótica dos trabalhadores: perspectivas da qualidade. **Texto contexto – enferm.**, v. 21, n. 2, p. 320-328, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072012000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000200009)> Acesso em: nov. 2017.

TINTI, J. A. et. al. O impacto das políticas e práticas de recursos humanos sobre os comportamentos de cidadania organizacional. **Brazilian Business Review**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 636-653, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/47278/o-impacto-das-politicas-e-praticas-de-recursos-humanos-sobre-os-comportamentos-de-cidadania-organizacional>>. Acesso em: nov. 2017.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração**. Florianópolis: Capes, 2009.

ZEITHAML, V. A.; BITNER, M. J.; GREMLER, D. D. **Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente**. 6. ed. Porto Alegre : AMGH, 2014. Dados eletrônicos.

## GOVERNANÇA, GESTÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS NO SETOR DE TURISMO: UMA PESQUISA EM HOTÉIS DA SERRA GAÚCHA

*GOVERNANCE, MANAGEMENT OF COSTS AND PRICES IN THE TOURISTIC ENVIRONMENT: A RESEARCH IN HOTELS FROM SERRA GAÚCHA*

Alex Eckert<sup>1</sup>

Marlei Salete Mecca<sup>2</sup>

Aline Letícia Kellermann<sup>3</sup>

Eduardo Tomedi Leites<sup>4</sup>

Jéssica Santos Vargas<sup>5</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo verificar quais os métodos de custeio que os hotéis do município de Bento Gonçalves – RS utilizam para fundamentar suas decisões, bem como os critérios levados em conta na formação do preço de venda. Para tanto, a metodologia utilizada teve como base a elaboração de uma pesquisa descritiva, com predominância quantitativa, e realizada a partir de uma *survey*. O questionário foi enviado por *e-mail* para trinta organizações hoteleiras, tendo um retorno de aproximadamente a metade delas. A partir das respostas, foi possível identificar que a maioria das empresas utiliza algum método de custeio, sendo o mais representativo o custeio variável. Quanto à formação do preço de venda, o critério mais empregado pelas empresas está baseado nos custos dos produtos e serviços.

**Palavras-chave:** Custos. Custeio variável. Preço. Setor hoteleiro.

**Abstract:** This article presents the research that had as purpose to discover which methods of costing that the hotels of the municipality of Bento Gonçalves – RS use to base their decisions, as well as the criteria taken into account in the formation of the sale price. To do so, the methodology used was based on the elaboration of a descriptive research, with quantitative predominance, and carried out from a sample survey or survey. The questionnaire was sent by e-mail to thirty hotel organizations, returning approximately half of them. From the answers, it was possible to identify that most companies use some costing method, the most representative variable costing. As for the formation of the sale price, the criterion most used by the companies is based on the costs of the products and services.

**Keywords:** Costs. Variable costing. Price. Hotel sector.

---

<sup>1</sup> Doutor em Administração pela PUCRS/UCS. <http://lattes.cnpq.br/4401642528392132>.  
aeckert@ucs.br

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia da Produção pela UFSC. <http://lattes.cnpq.br/7671104429839034>.  
msmecca@ucs.br

<sup>3</sup> Bacharela em Ciências Contábeis - UCS. [alkellermann@ucs.br](mailto:alkellermann@ucs.br)

<sup>4</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela Unisinos. <http://lattes.cnpq.br/1188622218092420>.  
etleites@ucs.br

<sup>5</sup> Bacharela em Ciências Contábeis pela UCS. [jsvargas@ucs.br](mailto:jsvargas@ucs.br)

## **Introdução**

O cenário político-econômico mundial tem passado por diversas mudanças e, em função disso, as empresas se deparam com novas realidades que exigem habilidades e esforços de seus administradores, no sentido de promover o crescimento harmônico da companhia. De acordo com Beuren (2000), os gestores necessitam conhecer suas organizações de forma detalhada, assim como o ambiente em que operam, a fim de avaliar o impacto da turbulência ambiental, desenvolver o cenário para uma solução eficaz e fazer uso da informação para identificar tanto as oportunidades quanto as ameaças do setor.

Frente a estes fatos e às atuais condições de competitividade, a necessidade de se destacarem em seu setor é vital para a sobrevivência das empresas, que buscam novas alternativas, como aprimorar suas ferramentas de gestão. Para que elas se diferenciem de seus concorrentes, consolidando seu posicionamento no mercado; a gestão de custos é um dos aspectos relevantes que os gestores necessitam gerir adequadamente. Inclusive, a gestão de custos está relacionada, segundo Konraht, Soutes e Alencar (2016), com a questão da governança corporativa.

A partir destes fatos, surge a dúvida se as empresas do setor hoteleiro de Bento Gonçalves – RS estão realmente munidas de um sistema de gestão de custos de qualidade para tomar decisões corretamente, evitando, assim, algum imprevisto no futuro. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo verificar quais os métodos de custeio que os hotéis do Município de Bento Gonçalves – RS utilizam, para fundamentar suas decisões, bem como os critérios levados em conta na formação do preço de venda.

## **Fundamentação teórica**

Crepaldi (2010) conceitua a Contabilidade de Custos como um procedimento elaborado para captar, calcular e disponibilizar dados a respeito do custo dos serviços e produtos; tem por função fornecer informações ágeis e precisas que possibilitem aos gestores melhores condições para as tomadas de decisão. Para Leone (2000), ela se destina a estabelecer parâmetros para medir o desempenho, a elaboração e o domínio das atividades, afim de subsidiar a tomada de decisões em diversas esferas administrativas.

Bornia (2002) e Martins (2009) resumem em duas as funções da contabilidade de custos. A primeira é o controle das operações, seguida pela tomada de decisões. Para Bornia (2002), ao utilizar a ferramenta de controle, os custos podem mostrar onde ocorrem problemas ou situações não previstas, baseando-se em comparações com padrões e orçamentos. Leone (2000) acrescenta que executar o controle dos custos das operações pode fazer com que os custos diminuam, perante um confronto entre orçamentos e estimativas, com o que realmente ocorreu. Em consonância, Martins (2009) afirma que a principal função do Controle nas operações é estabelecer estimativas com base em dados ocorridos no passado e acompanhar o comportamento desses parâmetros dentro da expectativa e dos valores preestabelecidos.

O processo da tomada de decisão é importante para as empresas, e as informações fornecidas pela contabilidade de custos fornecem subsídios que auxiliam o gestor neste passo. Martins (2009) explica que as informações da contabilidade de custos fornecem uma visão ampliada dos resultados que determinadas medidas podem ocasionar e viabilizam mudança de planos, no que tange a preços de venda, às possibilidades de compras ou à fabricação, entre outras decisões.

Uma das principais funções da contabilidade de custos é fornecer subsídios para a tomada de decisões, e, em virtude da alta competitividade, atualmente, as empresas necessitam de ferramentas de custos para prever e planejar os reflexos de aumento e/ou redução de custos, preços, volumes e mix de produtos. (SANTOS, 2011).

Uma destas ferramentas é a margem de contribuição, que significa quanto cada produto contribui para o resultado operacional. Conceituada por Martins (2009), a margem de contribuição unitária é o resultado das receitas, excluindo-se os Custos e as Despesas Variáveis e expõe a capacidade de cada produto gerar lucro, antes do abatimento dos gastos fixos ou, ainda, é um indicador do que o produto realmente contribui à empresa, visto que o valor unitário é remanescente após o custo que o originou.

De acordo com Crepaldi (2010), o uso da margem de contribuição auxilia o gestor a escolher em qual produto focar a sua atenção, para aumentar as vendas e também definir o preço de venda, assim como auxilia a empresa a decidir a continuidade ou não de certos produtos e até mesmo filiais. Crepaldi (2010) ainda acrescenta que conhecer a margem de contribuição dos produtos e serviços é muito útil, quando se pretende avaliar alternativas de redução de

preços para alavancar o volume das vendas, além de ser necessária para o cálculo do ponto de equilíbrio.

A outra ferramenta de grande utilidade é o ponto de equilíbrio, que é quando as receitas se igualam aos custos ou despesas totais; dessa forma, a empresa não gera lucro nem prejuízo. (CREPALDI, 2010). Bornia (2002) coloca que, em determinados momentos, é útil ao gestor conhecer quantos produtos são necessários para produzir e vender, para que a empresa consiga apenas pagar seus custos fixos e variáveis, sem gerar lucro ou prejuízo. Conforme VanDerbeck e Nagy (2001), a análise do ponto de equilíbrio é recomendada para o administrador, quando precisa escolher uma dentre várias alternativas.

Já a formação do preço de venda é um fator fundamental para a sobrevivência dessas companhias, e está ganhando cada vez mais importância na esfera gerencial. Para o Ibracon (1995), a formação do preço de venda é um trabalho essencial nos tempos atuais, principalmente em relação ao controle administrativo, visto que a economia se comporta de modo instável e estas variações requerem ajustes constantes.

Martins (2009) discorre que, para fixar o preço de venda de produto ou serviço e conhecer os custos nos quais incorrem, é importante, porém não suficiente: ter um mix de informações sobre o mercado e sobre a elasticidade da economia, para poder fazer a opção mais viável. Para Crepaldi (2010) e Zanella (2010), são três os critérios utilizados na formação do preço de venda: custo, demanda e concorrência.

Zanella (2010) discorre que, para a definição do preço de venda, o custo tem importância primordial, já que indica quanto a empresa deve cobrar para obter o mínimo de lucro. No ramo hoteleiro, o critério de custos mais usual é o *mark-up*, por ser mais simples e reconhecido. Apesar de ser um dos métodos mais utilizados pelas empresas, ele apresenta algumas lacunas que podem prejudicar o preço estabelecido, como não considerar a estrutura de mercado, no qual a empresa está inserida e a elasticidade do preço da demanda.

## **Metodologia**

A abordagem do problema do estudo consiste na predominância quantitativa, pois, segundo Beuren (2004), este enfoque caracteriza-se pelo uso de ferramentas estatísticas, tanto na coleta como no tratamento dos dados. Para

Richardson (1999), esta abordagem busca garantir a exatidão dos resultados, evitando, assim, possíveis distorções de análise e interpretação.

Com base nos seus objetivos, classifica-se como pesquisa descritiva, uma vez que o objetivo principal é descrever as “características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL, 2002, p. 42). Na concepção de Andrade citado por Beuren (2004), a pesquisa descritiva propõe observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, tudo isso sem a interferência do pesquisador.

Em relação aos procedimentos técnicos, foi escolhido o levantamento por amostragem ou *survey*. Tais pesquisas que procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas são tipicamente representadas por estudos de *survey*. (TRIPODI; FELLIN; MEYER, 1981).

A coleta de dados para o levantamento foi efetuada via questionário, o qual foi baseado em Silva (2000), sendo este enviado a uma amostra representativa dos hotéis de Bento Gonçalves – RS.

## **Levantamento e coleta de dados**

O turismo está enfrentando diversas transformações, e, por esta razão, vem crescendo substancialmente nos últimos anos no Brasil, estimulando a criação de novos empreendimentos hoteleiros, que ofereçam conforto e qualidade de serviços aos clientes. O Município de Bento Gonçalves – RS foi escolhido como foco da presente pesquisa, por ser um importante polo moveleiro, vitivinícola e turístico da Serra gaúcha.

De acordo com dados fornecidos pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS) da Serra gaúcha, no período da pesquisa a cidade de Bento Gonçalves contava com trinta e cinco estabelecimentos de hospedagem, entre hotéis e pousadas. Assim, em virtude do universo da pesquisa ser, de certa forma, pequeno, e para obter um levantamento de dados significativo, a amostra seria composta pelas 35 empresas do ramo existentes atualmente no município. No entanto, não foi possível estabelecer contato com três empresas, e duas negaram-se a responder ao questionário por motivos internos. Em função disto, a amostra foi composta por apenas 30 empresas.

A ferramenta utilizada para fazer o levantamento dos dados foi um questionário inspirado no modelo de Silva (2000), composto por 18 questões, contendo perguntas abertas e de múltipla escolha. As questões iniciais

contemplaram informações da empresa, de forma que pudesse ser feita uma caracterização dos estabelecimentos. Na sequência, as perguntas foram direcionadas a responder o objetivo geral da pesquisa, ou seja, o levantamento dos métodos e das técnicas de custeio e das informações contábeis nos quais os gestores dos hotéis de Bento Gonçalves baseiam suas decisões.

Para a aplicação do questionário, foi considerada a amostra de 30 estabelecimentos, das quais obteve-se 43% de retorno, ou seja, 13 empresas participaram da pesquisa. O procedimento foi realizado de duas formas: por telefone e via *e-mail*. Inicialmente, através do contato por telefone, foi solicitada a autorização das empresas para o envio do formulário e a participação dos estabelecimentos na pesquisa, explicando os objetivos e os benefícios que a pesquisa poderá fornecer. Além disso, foi informado aos participantes que a pesquisa tem caráter científico e que as respostas somente seriam divulgadas sob o aspecto global, uma vez que o formulário foi desenvolvido com o auxílio da ferramenta Google Drive, que fornece total anonimato ao participante, não informando ao pesquisador quem respondeu a pesquisa.

## **Apresentação dos resultados**

Os dados obtidos com a amostra respondente foram tabulados em planilha eletrônica para posterior análise. O formulário de pesquisa iniciava questionando sobre o enquadramento do estabelecimento quanto à categoria de hotel ou pousada. A partir da amostra respondente, obteve-se maior retorno de pousadas, com 54% contra 46% de hotéis.

Quando se questionou a respeito do número de colaboradores, a média dos respondentes ficou em 12 por empresa, na qual as organizações com maior e menor número de funcionários eram de 47 e 1, respectivamente. Essa diferença significativa pode ser justificada devido ao fato de a pesquisa mesclar hotéis e pousadas de diferentes características.

A questão 3 referia-se ao número de quartos existentes no estabelecimento. Da amostra respondente, pôde-se perceber que a quantidade variou de acordo com o tipo do estabelecimento. No entanto, os maiores números não são necessariamente somente de hotéis. Em pousadas, a maior capacidade de leitos é de 49, e a menor, de 3. Já em hotéis, a maior capacidade é de 140 quartos, e a menor, de 16.

A questão 4 tinha o objetivo de verificar a área construída de cada empresa. A partir das respostas, observou-se que a média da área construída de pousadas ficou em 446m<sup>2</sup>, sendo a maior com 1200m<sup>2</sup> e a menor com 55m<sup>2</sup>. Já a média de hotéis ficou em 2100m<sup>2</sup>, dos quais o maior possui 6800m<sup>2</sup> e o menor 100m<sup>2</sup>.

O foco da questão 5 não era somente conhecer o faturamento bruto anual destas empresas, como também o faturamento bruto médio anual do setor pesquisado e o porte das empresas. No entanto, esta pergunta foi preenchida apenas por 38% das empresas respondentes, o que impossibilitou alcançar totalmente o objetivo. Acredita-se que, por se tratar de uma questão sigilosa e estratégica, os demais preferiram não responder. Foi possível observar que o maior faturamento bruto anual foi de R\$ 4.000.000,00, e o menor de R\$ 26.000,00.

Em seguida, na pergunta 6, questionou-se sobre a posição hierárquica do colaborador respondente da pesquisa na empresa em questão. Obteve-se então que 38% dos questionários respondidos foram feitos pelo diretor da empresa, 23% pelo gerente, 8% pelo contabilista e 31% por colaboradores diversos.

Buscou-se verificar, através da questão 7, se as empresas fazem parte de alguma rede de empresas, assim como conhecer em quais mercados estas organizações estão inseridas. Os resultados mostraram que 92% dos estabelecimentos são empresas independentes e familiares que atuam apenas na região de Bento Gonçalves – RS, e apenas 8% pertencem a alguma rede nacional, sendo que nenhum dos respondentes se identificou como rede internacional.

A questão 8 tinha por objetivo conhecer qual a forma de serviço contábil que as empresas respondentes utilizam, na qual constatou-se que 85% terceirizam este processo com um escritório externo especializado em contabilidade, e 15% dispõem de um contabilista interno.

O foco da questão 9 era conhecer a função da pessoa responsável pelas tomadas de decisão sobre preços de venda dos produtos e serviços da empresa. Em 69%, dos casos respondentes, este processo fica a cargo do diretor, 23% do gerente e 8% para outros colaboradores. Por se tratar de uma decisão que reflete diretamente nas receitas das empresas, o contabilista não é responsável por este procedimento, apenas fornece informações para que a organização possa fundamentar sua decisão.



Na sequência, questionou-se na pergunta 10 qual o método de custeio utilizado pelo estabelecimento para fins de tomadas de decisão, na qual o objetivo era comparar com resultados obtidos em outras pesquisas pelo País e confrontar com o que a literatura indica para este fim. A partir dos resultados obtidos, observou-se que 46% das empresas pesquisadas já empregam o custeio variável, e 8% utilizam o custeio baseado em atividades, ou seja, mais da metade dos respondentes já estão munidos de um método direcionado para a tomada de decisão. Na sequência, 15% ainda utilizam o custeio por absorção, enquanto que 31% ainda não utilizam nenhum método de custeio.

De acordo com Lima, Egito e Silva (2004), o custeio variável é o mais indicado para a tomada de decisão, pois fornece subsídios que servem tanto para o planejamento a longo prazo como para ações imediatas, já o custeio por absorção, quando utilizado para fins gerenciais, pode fornecer informações equivocadas, em virtude deste método agregar os custos fixos aos produtos e serviços dos empreendimentos, pois estes independem da taxa de ocupação. O custeio baseado em atividades também é indicado para a tomada de decisões, em virtude de proporcionar melhoria nas decisões gerenciais, por ter maior precisão do custo real do produto ou serviço, sempre em busca da rentabilidade do negócio. (MARTINS, 2009).

O foco da questão 11 era descobrir o motivo de 31% das empresas respondentes ainda não utilizarem algum método de custeio para fins de tomadas de decisão. Na análise das respostas da amostra, pode-se verificar que 75% informaram que o processo está em fase de implantação e para 25% não há necessidade no momento, não sendo motivo desta não utilização a falta de conhecimento. Um fato importante é que alguns métodos de custeio não são aceitos pela legislação fiscal, também podendo ser este um dos motivos que um número significativo das empresas respondentes da pesquisa ainda não possuem um método de custeio específico para fins gerenciais.

A questão 12 era designada somente às empresas respondentes, que empregam algum método de custeio, e questionava o uso de algum mecanismo de controle que fornece as informações de custos com agilidade, para que o tomador de decisão possa fundamentar a sua escolha. Com base nas respostas obtidas, 56% possuem algum mecanismo de controle que fornece as informações de custo com agilidade, 11% também possuem mecanismo de controle, porém com pouca agilidade, e 33% não possuem.

Margem de contribuição e ponto de equilíbrio são conceitos muito importantes para a gestão de uma empresa e foi este o foco da questão 13. O primeiro conceito diz respeito a quanto o produto contribui para cobrir os custos fixos, e o segundo refere-se ao ponto em que o total das vendas é igual ao total de despesas, não resultando em lucro nem em prejuízo, mas apenas no equilíbrio. Da amostra respondente, 62% informa que possui conhecimento, 23% não possui, e 15% possui, mas somente de alguns produtos ou serviços.

Na questão seguinte, a de número 14, o objetivo era descobrir se o gestor disponibiliza de relatórios de custos de seus produtos e serviços, sejam fornecidos pelo sistema próprio ou pela contabilidade, para auxiliar o processo das tomadas de decisão e com qual frequência faz isso. Os resultados obtidos da amostra respondente demonstraram que 61% sempre faz uso desta ferramenta, 31% frequentemente e 8% raramente utilizam.

A utilização de um centro de custos para apurar os gastos departamentais era a pergunta da questão 15. O uso dessa ferramenta possibilita acompanhar o desempenho individual de cada setor da empresa, onde 62% da amostra respondente disse que sim, e 38% não utiliza.

Os custos indiretos precisam de uma base de rateio para serem atribuídos aos produtos e, desta forma, na questão 16 foi questionado qual é essa base de rateio utilizada por cada uma das empresas. A análise dos resultados obtidos demonstrou que 69% das empresas rateiam seus custos, na qual 31% apropriam por departamento, 23% por apartamento, 15% por produto ou serviço. Os 31% restantes informaram que os custos indiretos não são rateados.

O rateio dos custos indiretos é relacionado com o uso do custeio por absorção, e não com o custeio variável ou com o ABC. Nos resultados obtidos da questão 10, apenas 15% das empresas afirmaram empregar o uso do custeio por absorção, o que, estranhamente, contraria o resultado obtido nesta questão, em que 69% das empresas possuem uma base de rateio de seus custos indiretos.

A formação do preço de venda era o objeto da questão 17. Nela, questionou-se qual era o critério utilizado pelo gestor do estabelecimento para definir o preço de venda de seus produtos e serviços para as empresas, considerando todas as empresas da amostra, a fim de se obter um panorama completo desta população. Os resultados apontam que 46% empregam o critério de custos, 31% utilizam o critério da demanda, 8% se baseiam pelo critério da concorrência, e 15% fazem um mix dos três critérios.

E, para finalizar o questionário, a questão 18 fazia referência à importância das informações de custos para a gestão das empresas atualmente, e todos os casos responderam que consideram muito importante conhecer os custos dos produtos e serviços para obter os melhores resultados provindos de novas decisões. Apesar de todos considerarem muito importante, ao longo dos resultados obtidos, percebe-se que ainda há deficiências no uso correto dos métodos de custeio e das informações que a contabilidade de custos proporciona.

## **Discussão dos resultados**

Nesta seção será realizada uma discussão e comparação dos resultados obtidos na presente pesquisa, com estudos semelhantes à presente pesquisa aplicados em outras regiões do País. Partindo dos resultados apresentados na questão referente aos métodos de custeio para fins gerenciais, tem-se que 69% das empresas fazem uso de algum método de custeio, em que a maioria (46%) dos respondentes utiliza o custeio variável, 15% empregam o custeio por absorção, e 8% o ABC. Comparando estes valores com os outros estudos demonstrados na Tabela 1, pode-se verificar a predominância do uso do custeio variável na Região Sul e no Centro-Oeste do País, acompanhada pelo custeio por absorção e ABC. Já nas Regiões Norte e Nordeste, o custeio por absorção apresenta-se na maioria dos casos quando se trata de fins gerenciais, seguida pelo custeio variável e ABC.

Tabela 1 – Comparativo dos métodos de custeio

Pesquisa	Absorção	Variável	ABC
Presente (Sul)	15,0%	46,0%	8,0%
Vieira e Souza (2005) (Sul)	0,0%	80,0%	20,0%
Lunkes (2009) (Sul)	5,0%	45,0%	50,0%
Lima, Egito e Silva (2004) (Norte e Nordeste)	62,5%	25,0%	6,2%
Silva (2000) (Nordeste)	67,9%	25,9%	5,4%
Caldas, Caldas e Silva (2006) (Nordeste)	77,0%	20,0%	3,0%
Leitão e Silva (2006) (Nordeste)	72,1%	24,5%	3,4%
Rosa e Morgan (2006) (Centro-Oeste)	0,0%	75,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Vieira e Souza (2005), Lunkes (2009), Lima, Egito e Silva (2004), Silva (2000), Caldas, Caldas e Silva (2006), Leitão e Silva (2006), e Rosa e Morgan (2006).

Em relação ao conhecimento sobre margem de contribuição e ponto de equilíbrio, obteve-se a partir da amostra respondente que 62% afirmam conhecer a de todos os produtos e serviços, 15% destes só a conhecem de alguns produtos e serviços, e 23% a desconhecem. Como é exposto na Tabela 2, confrontando estes resultados com os apresentados por Lima, Egito e Silva (2004) e Leitão e Silva (2006), percebe-se certa semelhança, destacando maioria para aqueles que conhecem a margem de contribuição e ponto de equilíbrio de todos os seus serviços, com 56,25% e 52,4%, respectivamente, com 15,63% e 14,3% conhecem somente de alguns serviços, diferentemente do estudo realizado por Silva (2000), em que apenas 32,10% responderam conhecer.

Tabela 2 – Comparativo entre margem de contribuição e ponto de equilíbrio

Pesquisa	Todos os produtos	Somente de alguns
Presente (Sul)	62,0%	15,0%
Lima, Egito e Silva (2004) (Norte/Nordeste)	52,4%	14,3%
Leitão e Silva (2006) (Nordeste)	56,3%	15,6%
Silva (2000) (Nordeste)	32,1%	-

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Lima, Egito e Silva (2004), Leitão e Silva (2006), e Silva (2000).

No entanto, só quem utiliza o custeio variável encontra a margem de contribuição e, conseqüentemente, o ponto de equilíbrio. Como foi apresentado na seção anterior, na presente pesquisa apenas 46% dos respondentes empregam este método, o que confirma que a ferramenta não está sendo utilizada corretamente ou que o respondente se equivocou ao responder.

Concomitantemente a este fato, quando foi questionada a forma de rateio dos custos indiretos, 69% afirmaram fazer o rateio, seja por departamento, apartamento ou serviço. No entanto, a alocação dos custos indiretos, a partir de uma base de rateio está relacionada ao uso do custeio por absorção, e somente 15% das empresas empregam este método.

Com base no uso de centro de custos para gastos departamentais na presente pesquisa, obteve-se um percentual positivo de 62% contra 38% negativo. Na investigação de Lima, Egito e Silva (2004), o resultado foi que 78,13% utilizam centro de custos e 21,88 não utilizam. Resultado semelhante foi encontrado por Silva (2000), no qual 51,86% responderam que sim e 46,91%, que não.

Na análise dos resultados da questão sobre a forma de rateio dos custos indiretos, 31% informou que faz o rateio por departamento, 23% por

apartamento e 15% por produto e serviço, sendo que 31% responderam não realizar este rateio. Os resultados obtidos nos estudos empíricos de Silva (2000), Lima, Egito e Silva (2004), e Leitão e Silva (2006) assemelham-se com o resultado da presente pesquisa, pois, na maioria dos casos, o rateio ocorre por departamentos, e, na sequência, está o rateio por número de apartamentos e por produtos e serviços.

No que diz respeito à formação do preço de venda dos produtos e serviços, obteve-se com a amostra respondente que 46% praticam seu preço, de acordo com os custos do produto ou serviço, 31% com base na demanda do mercado, 8% na concorrência, e 15% afirmam fazer um mix dos três critérios para definir seu preço.

Na Tabela 3 pode-se observar que, no estudo elaborado por Vieira e Souza (2005), 50% dos respondentes definem o preço de venda, a partir do preço de mercado. Já para Lunkes (2009), a maioria, com 31%, respondeu que tomam por base o preço da concorrência, seguidos pelo preço de mercado e pelo mix dos critérios com 27% cada, e pelo critério dos custos, com apenas 15%.

Em Machado, Machado e Holanda (2006), a predominância foi do mix dos elementos de demanda e custos com 71%. O critério de custos possui a maioria na pesquisa elaborada por Oliveira et al. (2008) juntamente com o mix de demanda e custo, em que aparecem iguais em 40%, seguido pelo critério da demanda com 20%.

No estudo de Caldas, Caldas e Silva (2006), em primeiro lugar está o critério de custos com 60%, em segundo, o critério da demanda com 30% e, em terceiro, o mix de custos e demanda com apenas 3%. Na Região Centro-Oeste, Rosa e Morgan (2006) concluíram que a base de cálculo para 63% da amostra é o preço do concorrente, seguido pelo critério dos custos, com 27%.

Tabela 3 – Comparativo dos critérios de formação do preço de venda

Pesquisa	Custos	Demanda	Concorr.	Mix
Presente (Sul)	46,0%	31,0%	8,0%	15,0%
Vieira e Souza (2005) (Sul)	-	50,0%	-	-
Lunkes (2009) (Sul)	15,0%	27,0%	31,0%	27,0%
Machado, Machado e Holanda (2006) (Nordeste)	-	-	-	71,0%
Oliveira et al. (2008) (Nordeste)	40,0%	20,0%	-	40,0%
Caldas, Caldas e Silva (2006) (Nordeste)	60,0%	30,0%	-	3,0%
Rosa e Morgan (2006) (Centro-Oeste)	27,0%	-	63,0%	-

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados de pesquisas de Vieira e Souza (2005), Lunkes (2009), Machado, Machado e Holanda (2006), Oliveira et al. (2008), Caldas, Caldas e Silva (2006), e Rosa e Morgan (2006).

Analisando os dados demonstrados, pode-se concluir que as empresas hoteleiras da Região Sul e as empresas de serviço da Região Centro-Oeste fornecem um suporte mais adequado às tomadas de decisão que a Região Norte e Nordeste, em virtude da predominância do uso do custeio variável.

Há uma grande variação nos resultados encontrados a respeito da formação do preço de venda em pesquisas aplicadas, em virtude de existir uma relação entre os custos, a demanda e a concorrência. A média dos resultados dos estudos descritos anteriormente ficou de 31,1% para o critério de custos, 26,2% para a demanda, 16,9% para a concorrência, e 25,8% para o mix destes três critérios. Para alguns autores do assunto, o mais correto é fazer uma combinação destes três elementos e, a partir disso, elaborar o preço de venda.

### **Considerações finais**

O ambiente competitivo existente atualmente entre as empresas em geral tem forçado a busca por alternativas que garantam a sobrevivência e a consolidação da empresa no mercado. A partir do aprimoramento das práticas gerenciais, as informações relativas aos custos dos produtos e serviços tornaram-se um elemento diferencial, que é imprescindível para o entendimento dos recursos consumidos e para as tomadas de decisões organizacionais.

A partir dos resultados obtidos, através do levantamento de dados realizado no setor hoteleiro de Bento Gonçalves – RS, constatou-se que o método de custeio predominante foi o custeio variável, com 46%, que, segundo referências, é o mais adequado para o suporte às na literatura pertinente tomadas de decisão, em virtude de atribuir ao custo do produto somente os custos e as despesas variáveis do produto em questão.

Quanto aos fatores que as empresas levam em conta, na formação do preço de venda de seus produtos e serviços, 46% da amostra respondente informou utilizar o critério dos custos, que caracteriza-se pelo acréscimo de um percentual, chamado *markup*, sobre o custo do produto, destinado a cobrir os gastos extras. Alguns autores revelam que a forma mais apropriada de se definir o preço que seu serviço irá custar é a partir de uma combinação de elementos de custos, demanda e concorrentes.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa revelaram que todos os respondentes acreditam ter muita importância as informações de custos para o processo gerencial, em função de um mercado competitivo e exigente, mesmo

sem demonstrar possuir um entendimento profundo sobre o assunto. No entanto, constatou-se uma vasta oportunidade de crescimento na área de custos, pois 46% das empresas pesquisadas ainda não possuem um controle de custos voltado para a gestão de decisões organizacionais.

Este número significativo pode estar relacionado ao fato de que nem todos os métodos de custeio adequados para as tomadas de decisão são aceitos legalmente pelo Fisco, ou, ainda, ao fato de os custos de implantação e controle contínuo, em paralelo ao método legal, serem relativamente altos, em que os benefícios do método não compensarão todos os custos da empresa.

Considerando o objetivo proposto, pode-se concluir que o mesmo foi totalmente atingido. De modo geral, a maioria das empresas da amostra respondente fornece um suporte adequado ao processo decisório, em virtude do uso do custeio variável, ainda que, de certa forma, limitado, assim como um critério apropriado para a formação do preço de venda.

#### **Referências**

- BEUREN, I. M. **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo da gestão empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos**: aplicações em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- CALDAS, P. D. A.; CALDAS, E. A. P.; SILVA, J. I. G. Avaliação da estrutura da gestão de custos no setor de hospedagem dos hotéis nordestinos: um estudo nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 1, n. 3, 2006.
- CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBRACON. Instituto Brasileiro de Contadores. **Custo como ferramenta gerencial**. São Paulo: Atlas, 1995.
- KONRAHT, J. M.; SOUTES, D. O.; ALENCAR, R. C. A relação entre a governança corporativa e o alisamento de resultados em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 8, n. 1, 2016.

LEITÃO, C. R. S.; SILVA, J. D. G. Gestão de custos em hotéis: uma pesquisa sobre a utilização do custeio variável no setor hoteleiro do nordeste brasileiro. *In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 6., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos**, São Paulo: USP, 2006. p. 1-14.

LEONE, G. S. G. **Custos**: planejamento, implantação e controle. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, G. A. S. F.; EGITO, M. O. T.; SILVA, J. D. G. Utilização de informações de custos no processo gerencial: estudo comparativo entre a hotelaria do estado do Rio Grande do Norte e a região nordeste, sob a ótica de gestão econômico-financeira. **Contabilidade & Finanças**, v. 15, p. 106-116, 2004.

LUNKES, R. J. Informação de custos: um estudo em empresas hoteleiras na cidade de Florianópolis – SC. **Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 345-368, 2009.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R.; HOLANDA, F. M. A. Análise do processo de formação do preços do setor hoteleiro da cidade de João Pessoa/PB: um estudo de caso exploratório. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 1, n. 3, 2006.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, E. C. et al. Utilização da gestão de custos para tomada de decisão: um estudo em hotéis de Porto de Galinhas no município de Ipojuca – PE. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE*, 18., 2008, Gramado. **Anais eletrônicos**. Gramado: CFC, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, M. S.; MORGAN, B. F. Custos em empresas prestadoras de serviços: o conceito de objeto de custo e a realidade das empresas. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 17, n. 4, p. 97-111, 2006.

SANTOS, J. J. **Contabilidade e análise dos custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, J. D. G. **Investigação da prática da gestão econômica na atividade hoteleira**. Tese (Doutorado)-FEA/USP. São Paulo: 2000.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. J. **Análise da pesquisa social**: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VIEIRA, W. Q.; SOUZA, M. J. B. Gestão de custos nos hotéis de lazer da região sul do Brasil. **Turismo – Visão e Ação**, v. 7, n. 3, p. 427-438, 2005.

ZANELLA, L. C. **Administração de custos em hotelaria**. 4. ed. Caxias do Sul: Educus, 2010.



## MERCADO MUNDIAL DO AÇÚCAR: UM ESTUDO DA COMPETITIVIDADE E DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO DOS MERCADOS BRASILEIROS E TAILANDÊS (2000-2016)

*WORLD SUGAR MARKET: A STUDY OF THE COMPETITIVENESS AND THE  
CONCENTRATION DEGREE OF THE BRAZILIAN AND THAI MARKETS (2000-2016)*

Leonardo Sangoi Copetti<sup>1</sup>  
Carol Deitos Fries<sup>2</sup>  
Daniel Arruda Coronel<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi analisar a competitividade das exportações brasileiras no mercado mundial do açúcar, em 2000 e 2016, em comparação ao quarto maior produtor e segundo exportador mundial, a Tailândia, e o grau de concentração das exportações desses países. A metodologia empregada baseou-se no Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e na Razão de Concentração (CR). Os resultados revelaram que tanto o Brasil quanto a Tailândia apresentaram vantagens comparativas para o açúcar refinado e açúcar em bruto, no período analisado. Em relação à CR, o Brasil revelou desconcentração das exportações em ambos os produtos e, a Tailândia, por sua vez, apresentou aumento na concentração apenas do açúcar em bruto, devido à grande participação da Indonésia como parceiro comercial.

**Palavras-Chave:** Açúcar. Exportação. Brasil. Tailândia.

**Abstract:** The objective of this study was to analyze the competitiveness of the Brazilian exports in the world sugar market, in 2000 and 2016, in comparison to the fourth largest producer and second world exporter, Thailand, and the concentration degree of exports of these countries. The methodology employed was based in the Revealed Comparative Advantage Index (RCAI) and the Concentration Ratio (CR). The results revealed that both Brazil and Thailand presented comparative advantages for refined sugar and sugar in the raw in the analyzed period. In relation to CR, Brazil showed deconcentration of the exports in both products and, Thailand, in turn, presented increase of concentration only of sugar in the raw due to the great participation of Indonesia as commercial partner.

**Keywords:** Sugar. Export. Brazil. Thailand.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração, Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/8453407634877451>. [leonardocopetti@hotmail.com](mailto:leonardocopetti@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Administração, Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/4193809084266275>. [caroldfries@yahoo.com.br](mailto:caroldfries@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Gestão de Organizações Públicas/CCSH/UFSM, Agronegócios/Campus Palmeira das Missões/UFSM, Economia e Desenvolvimento/CCSH/UFSM. <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>. [daniel.coronel@uol.com.br](mailto:daniel.coronel@uol.com.br)

## Introdução

A partir da década de 1990 aumentaram os fluxos internacionais, oriundos do processo de globalização, e a intensificação da competitividade com os investimentos de risco, sendo que o agronegócio de países como o Brasil teve destaque neste contexto. Já na década de 2000 ocorreu o “boom das commodities” impulsionado pelo acelerado volume de exportações agropecuárias mundiais e influenciadas pela alta demanda dos produtos de origem primária nos países emergentes, com a modernização tecnológica e o desenvolvimento acirrado na concorrência entre os países exportadores no mundo. (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Neste contexto, segundo a *World Trade Organization* (WTO, 2018), o Brasil teve um incremento de quase 400% no faturamento das exportações ligadas ao agronegócio que nos anos 2000 eram de US\$ 15,5 bilhões e passaram para US\$ 76,96 bilhões em 2016. Já a participação do setor sobre o total exportado pelo país teve aumento de 13,48 pontos percentuais, sendo que em 2000 era de 28,06% e em 2016 de 41,54%. Além disso, conforme dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – (FAO, 2018), o Brasil representa o maior exportador de açúcar mundial, sendo que, em 2016, o valor exportado foi de US\$ 10,44 bilhões que representou 5,64% das exportações deste País. Em comparação com ano 2000, o crescimento das exportações de açúcar brasileiras foi de 770%, neste ano eram de US\$ 1,20 bilhões.

Já na Tailândia a participação do agronegócio no total exportado diminuiu pouco mais de meio ponto percentual, de 2000 a 2016; contudo, o incremento no faturamento das exportações ligadas ao setor foi de 202%, sendo que, em 2000, era de US\$ 12,22 bilhões para US\$ 68,97 bilhões em 2016. (WTO, 2018). O crescimento nas exportações de açúcar nesse período foi de 256% passando de US\$ 640 milhões nos anos 2000 para US\$ 1,20 bilhões em 2016, concedendo ao país a segunda posição como maior exportador desta *commodity*. (FAO, 2018).

Neste cenário, o presente estudo tem o seguinte problema de pesquisa: “Brasil e Tailândia são competitivos no mercado mundial do açúcar em 2000 e em 2016?” Para responder ao questionamento, o objetivo do trabalho foi analisar a competitividade das exportações brasileiras e tailandesas no mercado mundial do açúcar, em 2000 e 2016. Estes dois países representam os dois maiores exportadores mundiais do produto, sendo o Brasil o maior produtor e exportador.

A metodologia empregada na pesquisa baseou-se no Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e na Razão de Concentração (CR). O ineditismo desta pesquisa está relacionado à análise do mercado do açúcar internacional, traçando um comparativo entre Brasil e Tailândia que, juntos, destinaram ao mercado externo mais de US\$ 12,72 bilhões em 2016 com os produtos açúcar refinado e açúcar em bruto, representando 45,60% do faturamento total mundial na exportação destas *commodities*, além disso esta pesquisa pode servir de subsídios para ações visando fomentar a competitividade do setor (FAO, 2018).

Com o intuito de cumprir o objetivo do trabalho, de avaliar a competitividade das exportações brasileiras no mercado mundial do açúcar, em 2000 e 2016, em comparação com a Tailândia, este estudo está organizado em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresentam-se o conceito de competitividade e os estudos empíricos realizados sobre a exportação e a competitividade do açúcar brasileiro, o panorama do comércio internacional do açúcar, destacando o Brasil e a Tailândia, bem como as perspectivas futuras para o produto. A terceira seção compreende os procedimentos metodológicos. Na quarta seção, os resultados são discutidos e analisados. Por fim, na quinta seção, são expostas as conclusões do estudo.

## Aspectos metodológicos

### Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada foi desenvolvido por Balassa (1965), utilizando como base a teoria de Ricardo (1817), como forma de avaliar a competitividade de um país já que para o autor seria inviável avaliar todos os fatores que afetam o desempenho econômico frente aos concorrentes. Além disso, para o autor esta avaliação deveria recair somente sobre as exportações já que as importações são influenciadas por barreiras protecionistas. Assim, o IVCR é calculado da seguinte forma:

$$IVCR = \frac{\frac{X_j}{X_i}}{\frac{X_{mj}}{X_m}} \quad (1)$$

em que:  $X_{ij}$  representa o total das exportação do país  $i$  do produto  $j$ ;  $X_i$  refere-se ao valor total das exportações do país  $i$ ;  $X_{mj}$  significa o valor total das exportações mundiais do produto  $j$ ;  $X_m$  mostra o valor total das exportações mundiais.

O índice deve ser avaliado da seguinte forma: quando o resultado for superior à unidade, conclui-se que o país possui vantagem comparativa revelada para as exportações de determinado produto. Por outro lado, quando o resultado for menor do que um, o país não possui vantagem comparativa revelada nas exportações de um produto. Além disso, quanto maior for o índice maior será a vantagem comparativa do país. O IVCR informa o nível das exportações de um país, com relação à sua pauta exportadora, podendo comparar determinado bem entre diferentes países e permitindo revelar o grau de competitividade do país em questão.

### **Razão de Concentração (CR)**

No presente estudo foram selecionados os três principais parceiros comerciais de cada país (no caso, CR<sub>3</sub>), por produto e por período, a fim de identificar o grau de concentração da comercialização no mercado internacional, conforme resultados descritos na seção 4.2.

Para o Brasil, em 2000, os países selecionados para o produto açúcar refinado foram Nigéria, Egito e Iêmen, e para o açúcar em bruto foram Rússia, Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos. O total das exportações brasileiras destinadas a estes países e a representatividade sobre o total exportado pelo Brasil foram respectivamente de: US\$ 246,86 milhões para Nigéria (0,45%); US\$ 239,57 milhões para o Egito (0,43%); US\$ 75,17 milhões para o Iêmen (0,14%); US\$ 422,97 milhões para a Rússia (0,77%); US\$ 13,39 bilhões para os Estados Unidos (24,29%); e US\$ 229,15 milhões para os Emirados Árabes Unidos (0,42%). (UN COMTRADE, 2018).

Em 2016, para o Brasil, os países selecionados para o produto açúcar refinado foram Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Mianmar, e para o açúcar em bruto foram Índia, China e Argélia. O total das exportações brasileiras destinadas a estes países e a representatividade sobre o total exportado pelo Brasil foram de: US\$ 2,24 bilhões para os Emirados Árabes Unidos (1,21%); US\$ 384,36 milhões para o Iêmen (0,21%); US\$ 185,19 milhões para Mianmar (0,10%); US\$

3,16 bilhões para a Índia (1,71%); US\$ 35,13 bilhões (18,97%); e US\$ 1,06 bilhões para Argélia (0,57%) (UN COMTRADE, 2018).

Para a Tailândia, em 2000, os países selecionados para o produto açúcar refinado foram Indonésia, Iêmen e Paquistão, e para o açúcar em bruto foram Japão, Indonésia e Coreia do Sul. O total das exportações tailandesas destinadas a estes países e a representatividade sobre o total exportado pelo Tailândia foram de: US\$ 1,34 bilhões para a Indonésia (1,94%); US\$ 97,47 milhões para o Iêmen (0,14%); US\$ 200,72 milhões para o Paquistão (0,29%); US\$ 10,10 bilhões para o Japão (14,68%); e US\$ 1,26 bilhões para a Coreia do Sul (1,84%). (UN COMTRADE, 2018).

Em 2016, para a Tailândia, os países selecionados para o produto açúcar refinado foram Camboja, Mianmar e China, e para o açúcar em bruto foram Indonésia, Japão e Vietnã. O total das exportações tailandesas destinadas a estes países e a representatividade sobre o total exportado pela Tailândia foram de: US\$ 4,61 bilhões para o Camboja (2,16%); US\$ 4,15 bilhões para Mianmar (1,94%); US\$ 23,57 bilhões para a China (11,04%); US\$ 8,02 bilhões para a Indonésia (3,76%); US\$ 20,42 bilhões para o Japão (9,56%); e US\$ 9,34 bilhões para o Vietnã (4,37%). (UN COMTRADE, 2018).

O somatório das parcelas de mercado das  $k$ -ésimas maiores empresas ou países define o grau de concentração, sendo apresentado na Fórmula (2):

$$CR_k = \sum_{i=1}^k S_i \quad (2)$$

Na fórmula,  $S_i$  representa-se a parcela de mercado do  $i$ -ésimo país, enquanto  $k$  significa o número de países pesquisados. Quanto mais alto o valor, mais concentrado é o fluxo comercial das  $k$  maiores nações.

## **Fontes dos dados**

Na análise do mercado mundial do açúcar e, especialmente, do panorama brasileiro e tailandês, o presente estudo utilizou a base de dados do *United States Department of Agriculture (USDA)*, da *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)* e *UN COMTRADE (United Nations Comtrade)*. Para os principais produtores e exportadores mundiais e, especialmente, o Brasil e a Tailândia, nas safras agrícolas 2000/2001 a 2016/2017, foram analisadas as

variáveis produção (em milhões de toneladas), exportação (em milhões de toneladas), e produtividade (em ton/ha), bem como medidas as participações de cada país, em relação à produção e à exportação, no total mundial.

Para os cálculos do IVCR e da CR, foram empregados os dados disponíveis na FAO (*Food and Agriculture Organization*) e na WTO (*World Trade Organization*).

## **Análise e discussão dos resultados**

### **Vantagens comparativas reveladas e competitividade das exportações do açúcar**

A Tabela 1 especifica os dados do IVCR do Brasil e da Tailândia para 2000 e 2016. O produto açúcar refinado apresentou vantagem comparativa revelada para ambos os países em 2000 e em 2016, com índices superiores a unidade. Além disso, os índices cresceram nos dois países em 2016, demonstrando que as exportações de Brasil e Tailândia para o açúcar refinado foram superiores as realizadas no mundo e que o produto apresenta representatividade em suas pautas exportadoras. Ainda, o Brasil foi o mais competitivo em 2000 e em 2016 para os dois produtos, apresentando índices superiores ao concorrente.

Tabela 1 – IVCR do açúcar para Brasil e Tailândia para os anos de 2000 e 2016

Países / Produtos/ Anos	Brasil		Tailândia	
	2000	2016	2000	2016
Açúcar refinado	10,93	14,01	6,18	7,10
Açúcar em bruto	21,38	49,11	7,50	5,20

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FAO (2018) e WTO (2018).

Para o produto *açúcar em bruto* ambos os países também se mostraram competitivos com índices superiores à unidade. Pela análise da Tabela 1, percebe-se dois comportamentos distintos, no comparativo, entre os países, para o açúcar em bruto: por um lado, um crescimento do índice do Brasil passando de 21,38 em 2000 para 49,11 em 2016, indicando ganhos em competitividade e que suas exportações da *commodity* foram superiores às realizadas no mundo; por outro lado, a redução do índice na Tailândia de 7,50 em 2000 a 5,20 indicando diminuição na competitividade que está atrelada à

redução na representatividade do produto, na sua pauta exportadora, que não acompanhou o crescimento das exportações realizadas no mundo.

A presente pesquisa demonstrou estar em consonância com alguns trabalhos já realizados sobre a competitividade do açúcar brasileiro. Para Freitas, Fossati e Nicola (2005), a exportação do açúcar do Brasil também se apresentou competitiva durante todo o período de sua análise, com IVCR variando de 4,362 (1990) a 20,828 (2003). Outros estudos, como os de Dias; Gibbert e Shikida (2006), Souza et al. (2012), e Silva et al. (2014), também apresentaram como resultado competitividade na exportação do açúcar brasileiro durante seus períodos de análise, contudo, estes autores utilizam-se de outros indicadores que não o IVCR. Além disso, segundo Massuquetti et al. (2014), o açúcar exportado pela Região Sul do Brasil mostrou-se competitivo no ano de 2012 com IVCR de 60,18.

Ainda, como diferenciação do estudo realizado por Freitas, Fossati e Nicola (2005), a presente pesquisa analisou o açúcar nas duas formas de processamento e exportação (refinado e em bruto) e traçou um comparativo com o segundo maior exportador das *commodities*, a Tailândia.

### **Grau de concentração das exportações do açúcar**

#### *Grau de concentração das exportações do Brasil*

Na Tabela 2 são apresentados os graus de participação individual e em conjunto (CR<sub>3</sub>) dos principais países de destino das exportações de açúcar refinado e açúcar em bruto do Brasil para os anos de 2000 e 2016. Os resultados revelam redução na concentração das exportações no período analisado. Para o açúcar refinado, percebe-se uma diminuição de 13,2 pontos percentuais, de 2000 para 2016, indicando dispersão nas exportações.

As possíveis razões desta redução estão atreladas às mudanças no perfil de importação dos destinos das exportações brasileiras. A Nigéria importou US\$ 7,5 milhões a menos do Brasil em açúcar refinado em 2016, reduzindo de US\$ 96,64 milhões em 2000 a US\$ 89,14 milhões em 2016, já no Egito a redução da importação de açúcar refinado do Brasil foi de US\$ 4,35 milhões, que era US\$ 56,28 milhões em 2000 e passou a US\$ 51,93 milhões em 2016. Por outro lado, Iêmen aumentou as importações de açúcar refinado brasileiro passando de US\$ 50,48 milhões em 2000 a US\$ 207,62 milhões em 2016, mas perdeu 1,89 pontos

percentuais na participação das importações do açúcar refinado brasileiro. Além disso, dos três países que mais importaram o açúcar refinado brasileiro, em 2000, apenas Nigéria reduziu suas importações totais do produto no mundo que em 2000 eram de 615,93 mil toneladas e passaram a 267,44 mil toneladas em 2016, passando da 3ª para a 32ª posição como maior importador mundial da *commodity*. (FAO, 2018).

Tabela 2 – CR3 das exportações de açúcar do Brasil para os anos de 2000 e 2016

Produtos/ Anos	2000		2016	
	Países	%	Países	%
Açúcar refinado	Nigéria	22,08	Emirados Árabes Unidos	16,53
	Egito	12,86	Iêmen	9,64
	Iêmen	11,53	Mianmar	7,11
CR3	46,48		33,28	
Açúcar em bruto	Rússia	37,99	Índia	10,68
	Estados Unidos	9,13	China	9,88
	Emirados Árabes Unidos	8,75	Argélia	8,43
CR3	55,88		28,99	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FAO (2018).

Para o *açúcar em bruto* percebe-se também uma diminuição da concentração das exportações do Brasil em 26,89 pontos percentuais de 2000 a 2016. Os destinos nos anos 2000 apontavam países do Oriente Médio, América do Norte e Ásia e, em 2016, para países do continente asiático e africano, indicando dispersão geográfica no comércio exterior do produto. Neste caso também houve alteração no perfil dos principais importadores do açúcar em bruto brasileiro em 2000 com redução de importação apenas na Rússia, que em 2000 importou US\$ 289,41 milhões do Brasil em *açúcar em bruto* e em 2016 US\$ 269,21 milhões (decréscimo de US\$ 20,2 milhões), já nos Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos a diminuição ocorreu somente em suas participações na importação do açúcar em bruto do Brasil passando de 9,13% e 8,75% em 2000, respectivamente, a 1,24% e 2,89% em 2016.

Além do mais, dos três países que mais importaram o *açúcar em bruto* brasileiro, em 2000 apenas Estados Unidos aumentou suas importações totais do produto em relação ao mundo, Rússia e Emirados Árabes Unidos reduziram consideravelmente suas importações totais de açúcar em bruto; Rússia passou de 4,55 milhões de toneladas em 2000 a 259,46 mil toneladas em 2016 de



importações totais de açúcar em bruto, saindo da primeira posição como maior importador mundial em 2000 a 29ª posição em 2016; e os Emirados Árabes Unidos passaram da 14ª posição com 405,6 mil toneladas em 2000 a 98ª posição com 4,46 mil toneladas em 2016. (FAO, 2018).

#### *Grau de concentração das exportações da Tailândia*

Pela análise da Tabela 3, percebe-se diminuição na concentração das exportações da Tailândia de açúcar refinado, de 2000 a 2016, passando de 65,61% para 56,96%, indicando aumento na dispersão das exportações. Como origem da mudança nas importações dos principais parceiros tailandeses tem-se: Indonésia que reduziu suas importações de açúcar refinado da Tailândia em 2016 para US\$ 48,68 milhões, e em 2000 eram de US\$141,66 milhões, ou seja, redução de US\$ 98,98 milhões; Lêmen reduziu em US\$ 34,83 milhões as importações de açúcar refinado da Tailândia em 2016, em 2000 as importações eram de US\$ 35,03 milhões e passaram a US\$ 198 mil em 2016; e Paquistão que diminuiu suas importações de açúcar refinado da Tailândia em US\$ 26,37 milhões em 2016, em 2000 as importações eram de US\$ 26,49 milhões e passaram a US\$ 121 mil em 2016.

É importante também destacar as mudanças ocorridas nos perfis importadores destes três países, que eram principais destinos do açúcar refinado da Tailândia em 2000: Indonésia passou de 4ª maior importador com 562,60 toneladas importadas de açúcar refinado do mundo em 2000 a 44ª posição na importação da *commodity* com 162,84 toneladas em 2016; já o Lêmen caiu duas posições no *ranking* dos maiores importadores mundiais, passando da 7ª posição com 451,66 mil toneladas em 2000 à 9ª posição com 575,71 mil toneladas em 2016; e o Paquistão, que em 2000 era o 2º maior importador mundial de açúcar refinado com 758,13 mil toneladas, passou a 132ª posição em 2016 com 9,3 mil toneladas. (FAO, 2018).

Na Indonésia, a queda na importação de açúcar refinado da Tailândia está associada à queda na importação total do produto no período, o qual tem relação com a regulamentação imposta pelo próprio governo, em 2008, que limitou a importação de açúcar refinado pela indústria, devendo a mesma produzir 75% do açúcar refinado a partir da cana-de-açúcar cultivada no país (USDA, 2017). A perda de mercado do açúcar refinado tailandês no Lêmen ao longo do período foi acompanhada por ganhos crescentes do Brasil, que se

tornou importante parceiro comercial (BRASIL, 2018), do total importado de açúcar refinado pelo Iêmen, em 2016, 88,61% foi do brasileiro. (FAO, 2018). Já no Paquistão a redução nas importações totais de açúcar refinado está relacionada ao fortalecimento da indústria e das políticas de incentivo aos produtores da *commodity*, fazendo com que praticamente o total de açúcar refinado disponível no país, a partir da safra 2011/2012, tivesse origem na produção (USDA, 2013; USDA, 2018).

Tabela 3 – CR3 das exportações de açúcar da Tailândia para os anos de 2000 e 2016

Produtos/ Anos	2000		2016	
	Países	%	Países	%
Açúcar refinado	Indonésia	45,74	Camboja	23,00
	Iêmen	11,31	Mianmar	22,97
	Paquistão	8,55	China	10,99
CR3	65,61		56,96	
Açúcar em bruto	Japão	34,17	Indonésia	62,89
	Indonésia	19,09	Japão	19,17
	Coréia do Sul	12,95	Vietnã	4,88
CR3	66,22		86,94	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FAO (2018).

Para o produto açúcar em bruto, a situação da Tailândia é diferente no período analisado indicando forte concentração de mais de 86% das exportações em 2016 com crescimento de 20,72 pontos percentuais em relação aos anos 2000, com destaque para a Indonésia com 62,89% das importações em 2016, que teve um incremento de 43,8 pontos percentuais. A razão principal do crescimento no grau de concentração das exportações da Tailândia, de açúcar em bruto, no período está ligada à parceria comercial com a Indonésia, principal importador mundial do produto em 2016 com 4,60 milhões de toneladas. (FAO, 2018).

### Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar a competitividade das exportações brasileiras no mercado mundial do açúcar, em 2000 e 2016, em comparação ao quarto maior produtor e segundo maior exportador mundial, a Tailândia. Além disso, analisou-se o grau de concentração das exportações desses países. Os resultados obtidos sobre a participação no comércio internacional para os países,

analisando as safras de 2000/2001 e 2016/2017, indicaram, em relação à produção, que ambos aumentaram seus níveis, sendo que o Brasil passou de 13,08% a 22,50%, e a Tailândia passou de 3,91% a 5,77%; e, para as exportações também houve crescimento em ambos os países, Brasil passando de 20,10% a 48,54%, e Tailândia passando de 8,86% a 11,95%.

Sobre a produtividade da cana-de-açúcar, o Brasil apresentou-se como o mais produtivo, com uma média de 74,50 ton/ha, acima da média mundial para o período analisado de 64,87 ton/ha, demonstrando bom desenvolvimento tecnológico nesta etapa do processo produtivo. Já a Tailândia apresentou uma média de 64,87 ton/ha.

Em relação à competitividade, os IVCRs observados para o Brasil e a Tailândia, em 2000 e 2016, para os produtos *açúcar refinado* e *açúcar em bruto*, comprovaram competitividade internacional dos países. Ressalva-se apenas redução do índice na Tailândia para o produto *açúcar em bruto*, que passou de 7,50 em 2000 para 5,20 em 2016, indicando diminuição na competitividade, fato atrelado à redução na representatividade do produto na sua pauta exportadora, que não acompanhou o crescimento das exportações realizadas no mundo.

O Brasil apresentou reduções no grau de concentração tanto no *açúcar refinado* quanto no *açúcar em bruto*, indicando dispersão e diversificação nas exportações. Já a Tailândia apresentou redução somente no produto *açúcar refinado* passando de 65,61% em 2000 a 56,96% em 2016. Para o *açúcar em bruto* a Tailândia aumentou sua concentração de 66,22% em 2000 para 86,94% em 2016, contando com a parceria comercial com a Indonésia que recebeu 62,89% das exportações tailandesas da *commodity*.

Entre as limitações do presente trabalho está o fato de os índices utilizados serem estáticos, ou seja, permitem a análise em períodos de tempos específicos, não compreendendo diversas alterações econômicas. Neste sentido, são pertinentes análises com acuidade, utilizando modelos econométricos, bem como de Equilíbrio Geral de Gerações Sobrepostas, os quais permitem captar a evolução das mudanças econômicas e sociais, na competitividade setorial.

## Referências

- BALASSA, B. Trade liberalization and revealed comparative advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 32, p. 99-123, 1965.
- BEST, M. H. **The new competition: institutions of industrial restructuring**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Intercâmbio Comercial do Agronegócio. Iêmen**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16861\\_iemen.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16861_iemen.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2018.
- DIAS, L. C.; GIBBERT, G. M.; SHIKIDA, P. F. A. Competitividade do açúcar brasileiro no mercado internacional. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 4, n. 4, 2006.
- FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- FREITAS, C. A.; FOSSATI, D. M.; NICOLA, D. S. Avaliando a competitividade internacional das commodities brasileiras negociadas na BM&F, no período de 1990-2003. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 2005.
- KENNEDY, P. L.; HARRISON, R. W.; PIEDRA, M. A. *Analysing agribusiness competitiveness: case of the United States sugar industry*. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.1, n. 2, p. 245-257, Jai Press Inc., 1998.
- MASSUQUETTI, A. et al. As oportunidades comerciais do agronegócio da região sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 12, n. 1, 2014.
- OLIVEIRA, A. F. de M. et al. Competitividade internacional das exportações de açúcar no período de 1991-2014. **FACEF Pesquisa- Desenvolvimento e Gestão**, v. 20, n. 1, 2017.
- PAULILLO, L. F. et al. Análise da competitividade das cadeias de agroenergia no Brasil. *In: BUAINAN, A. M.; BATALHA, M. O. (Coord.) Análise da competitividade das cadeias agroindustriais brasileiras*. São Carlos: DEP-UFSCAR/IE-UNICAMP, fev.2006.
- PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SANTOS, G. R. **Produtividade na agroindústria canavieira: um olhar a partir da etapa agrícola**. Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. p. 165-186. Cap. 6.
- SEIXAS, M.; CONTINI, E. Tailândia: setor do agronegócio. **Série Diálogos Estratégicos – (Nt14)**. Brasília: Embrapa, 2018.
- SILVA, R. A. et al. Determinantes das exportações de açúcar em bruto e óleo de soja do Brasil para o mercado indiano. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 4, p. 89-101, 2014.

SILVEIRA, L. T.; BURNQUIST, H. L. Uma análise da competitividade brasileira no mercado internacional de açúcar. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004.

SOUZA, R. S. et al. Competitividade dos principais produtos agropecuários do Brasil. Vantagem comparativa revelada normalizada. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 64-71, 2012.

UN COMTRADE. **United Nations Commodity Trade Statistics**. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

USDA. United States department of agriculture. **Custom query**. 2018. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

USDA. United States department of agriculture. **Sugar annual. Brazil**. 2018a. Disponível em: <[https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual\\_Sao%20Paulo%20ATO\\_Brazil\\_4-13-2018.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual_Sao%20Paulo%20ATO_Brazil_4-13-2018.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2018.

USDA. United States department of agriculture. **Sugar annual. Thailand**. 2018b. Disponível em: <[https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual\\_Bangkok\\_Thailand\\_4-12-2018.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual_Bangkok_Thailand_4-12-2018.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2018.

USDA. United States department of agriculture. **Post-reform European Union sugar – prospects for the future. EU-27**. 2011. Disponível em: <[https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Post-Reform%20European%20Union%20Sugar%20-%20Prospects%20for%20the%20Future\\_Brussels%20USEU\\_EU-27\\_12-21-2011.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Post-Reform%20European%20Union%20Sugar%20-%20Prospects%20for%20the%20Future_Brussels%20USEU_EU-27_12-21-2011.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018.

USDA. United States department of agriculture. **Sugar annual. Indonesia**. 2017. Disponível em: <[https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual\\_Jakarta\\_Indonesia\\_4-13-2017.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual_Jakarta_Indonesia_4-13-2017.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018.

USDA. United States department of agriculture. **Sugar annual. Pakistan**. 2013. Disponível em: <[https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual\\_Bangkok\\_Thailand\\_4-12-2018.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Sugar%20Annual_Bangkok_Thailand_4-12-2018.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2018.

WTO. **World Trade Organization**. Disponível em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

VEIGA FILHO, A. A.; CARVALHO, F. C.; NEGRI NETO, A. Evolução do mercado internacional de açúcar e a competitividade do Brasil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 43-56, 2003.

VEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: Ipea, 2017.

## O PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO DOS SINOS

*THE PROFILE OF THE SOLIDARITY ECONOMY IN THE VALE DO RIO DOS SINOS*

Yan Alves Nunes<sup>1</sup>  
Marcio Nunes dos Santos<sup>2</sup>  
Matheus Nienow<sup>3</sup>  
Raniéri Mansur Plain<sup>4</sup>  
Angélica Massuquetti<sup>5</sup>

**Resumo:** O objetivo do estudo é apresentar o perfil dos Empreendimentos Econômicos Solidários localizados no Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos. No Rio Grande do Sul há 1.696 empreendimentos, enquanto que o Conselho representa 7,7% do estado. Em relação aos estabelecimentos, consultou-se o Atlas Digital da Economia Solidária, que contempla os dados coletados no Segundo Mapeamento Nacional. Este mapeamento foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Os resultados revelaram que a maioria dos empreendimentos da região atuam na área urbana, sendo dois terços nos Municípios de Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo. A maior parte é de estabelecimentos informais e, de forma semelhante ao perfil estadual, é motivada pela possibilidade de rendimentos extras, sendo em grande parte de artesãos.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Empreendimentos econômicos solidários. Consinos.

**Abstract:** The objective of the study is to present the profile of the Solidarity Economic Projects located in the Regional Development Council of the Rio dos Sinos Valley. In Rio Grande do Sul there are 1,696 enterprises, while the Council represents 7.7% of the state. In relation to establishments, the Digital Atlas of the Solidary Economy was consulted, which includes the data collected in the Second National Mapping. This mapping was carried out by the National Secretariat for Solidarity Economy. The results revealed that most of the enterprises in the region operate in the urban area, two thirds in the municipalities of Canoas, São Leopoldo and Novo Hamburgo. Most of them are from informal establishments and, similarly to the state profile, is motivated by the possibility of extra income, being largely artisans.

**Keywords:** Solidary economy. Ecomic joint ventures. Consinos.

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8932924T3>. Endereço eletrônico: [yanalvesn@gmail.com](mailto:yanalvesn@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmico de Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Endereço eletrônico: [marcio.santos82@icloud.com](mailto:marcio.santos82@icloud.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8572306E5>. Endereço eletrônico: [mathznienow@gmail.com](mailto:mathznienow@gmail.com)

<sup>4</sup> Acadêmico de Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8971668H5>. Endereço eletrônico: [ranierimansurplain@gmail.com](mailto:ranierimansurplain@gmail.com)

<sup>5</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792291J1>. Endereço eletrônico: [angelicam@unisinos.br](mailto:angelicam@unisinos.br)

## **Introdução**

A melhoria da qualidade de vida e a superação da pobreza são temas cada vez mais importantes no debate acadêmico e político nacional, e a economia solidária apresenta aspectos relevantes para os mesmos. Na economia solidária, observa-se o princípio de igualdade entre as pessoas inseridas e que, por algum motivo, foram excluídas do mercado de trabalho. Os empreendimentos econômicos solidários (EES), por sua vez, são uma forma concreta de manifestação da economia solidária. (SOUZA; MASSUQUETTI, 2013).

Com a perspectiva de contribuir para este tema, o objetivo deste estudo é apresentar o perfil dos EES localizados no Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), Vale do Rio dos Sinos (Consinos). No Estado do Rio Grande do Sul, há 1.696 EES, enquanto que o Consinos representa 7,7% do estado. (SIES, 2018). Em relação aos EES, consultou-se o Atlas Digital da Economia Solidária, que contempla os dados coletados no Segundo Mapeamento Nacional de EES. Este mapeamento foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e foi completado em 2013.

Este estudo está dividido em cinco seções, considerando a Introdução. Na segunda seção são apresentados a economia solidária e os EES. Na terceira seção são abordados os EES no Rio Grande do Sul. Os resultados do estudo são expostos na quarta seção. Por fim, as considerações finais do artigo são apresentadas na quinta seção.

## **Economia solidária e empreendimentos econômicos solidários**

Em meio à produção e ao consumo na sociedade capitalista, observam-se indivíduos que estão à margem deste sistema, sem inserção no mercado de trabalho e sem acesso aos bens e serviços. A economia solidária, assim, torna-se uma possibilidade de inclusão dos mesmos, como uma forma de organização alternativa ao capitalismo, que se baseia em um conjunto de atividades econômicas que podem ser de: produção, distribuição, consumo, poupança ou crédito, sendo que um empreendimento ou associação não precisa ser apenas só uma dessas alternativas e também pode interagir em escalas diferentes, dependendo de sua área de atuação, servindo como um complemento, além de uma base de renda que é sua proposta inicial. Os EES podem ser divididos em

vários segmentos também como associações, clubes de troca ou cooperativas, prestando serviços, vendendo ou trocando produtos.

Segundo Lechat (2002), a economia solidária desponta como uma alternativa em relação ao esgotamento do modelo de produção taylorista-fordista e ao esvaziamento dos Estados keynesianos, que geraram desemprego e enfraquecimento dos movimentos sindicais. Entretanto, não é possível determinar o período exato de seu surgimento, já que fora um processo lento e constantemente alterado ao longo de sua construção.

Em relação ao surgimento da economia solidária no Brasil, Silva e Carneiro afirmaram que

[...] ao longo da década de 1990, já como resultado da redemocratização e com o retorno da garantia de livre associação no país, muitos grupos populares (urbanos e rurais) que apresentavam entre seus pontos organizativos o cooperativismo e o associativismo passaram a ganhar mais notoriedade no cenário político regional e nacional. Como forma de unificar o discurso em torno dessa pauta, um conjunto significativo de intelectuais e representantes de movimentos sociais passou a adotar o termo “economia solidária” como um conceito que aglutina uma miríade de iniciativas econômicas populares seja no campo, seja na cidade, que possuíam o trabalho coletivo e a “autogestão” como elementos centrais de identidade comum, isto é, “uma unidade em meio à diversidade”. As iniciativas marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como “empreendimentos econômicos solidários” (EES). (2016, p. 8).

De acordo com Oliveira e Paiva:

A educação para a economia solidária é um grande desafio, em especial, para os Empreendimentos Econômicos Solidários. Seu intenso crescimento nos últimos anos exige respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação e assistência técnica. Os trabalhadores da economia solidária deparam-se no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca da eficiência e viabilização das atividades econômicas que realizam. Para isso, faz-se fundamental combinar processos educativos integrados com as oportunidades de elevação de escolaridade e outras iniciativas que contribuam para a formação política cidadã. Igualmente, é necessário que a educação contribua para o fortalecimento da economia solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória. (2016, p. 36).

Com essa citação é transparente a crescente expansão dos EES e sua busca por maior organização e desenvolvimento, que caracterizam planejamento



futuro. E como o trabalho em si transcende relações assalariadas rotineiras, pode-se observar formas alternativas, como a economia solidária:

[...] quando grupos de indivíduos se organizam de forma associativa, sem uma relação direta de compra e venda de força de trabalho entre eles, para desempenhar diferentes atividades de teor econômico, sejam elas voltadas à produção propriamente dita e à prestação de serviços, sejam elas voltadas a atividades de intermediação, como a constituição de fundos para micro finanças solidárias locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção, assessoramento e assistência técnica, serviços de comercialização, entre outras. Todas essas possibilidades no campo da ação coletiva se inserem na concepção de uma economia plural, onde múltiplas formas de regulação convivem concomitantemente, às vezes de maneira contraditória e conflituosa, outras de maneira complementar (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 7).

A partir de Oliveira e Paiva (2016) e de Silva e Carneiro (2016), observou-se uma de suas principais premissas, que é a geração de emprego, valorizando o potencial produtivo. Assim, fica claro o aspecto da organização dos EES no Brasil por grupos que buscavam o cooperativismo e o associativismo.

Além de fomentar a geração de emprego e de relações de trabalho humanizadas, a economia solidária busca o consumo consciente por meio da valorização das cadeias produtivas e da disseminação da origem e das etapas de produção. Assim, estabelece-se o anseio pela preservação de atividades que valorizem o ser humano e preservem o meio ambiente, compreendendo a natureza em sua totalidade. A economia solidária ainda se apresenta como uma forma de desenvolvimento local, já que possibilita a integração e fomenta a renda no espaço em que ocorre, sendo este um de seus principais objetivos. (GAIGER, 2015).

## **Economia solidária no Rio Grande do Sul**

A economia solidária surgiu tanto como um meio de inserção de classes trabalhadoras excluídas socialmente como também uma forma de resgate de empresas em processo falimentar, por sua massa operária diretamente atingida pelo encerramento das operações. Os estudos citados no Quadro 1<sup>6</sup> trazem uma

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi realizada nos Anais do Encontro de Economia Gaúcha, no período de 2002 a 2018. Foi promovido e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do

série de informações relevantes para aprofundar o entendimento do tema proposto, não buscando a verdade absoluta, mas sim enriquecer o debate pluralista e multidimensional.

Quadro 1 – Síntese dos estudos empíricos

<b>Autores</b>	<b>Recorte</b>	<b>Período</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Resultados</b>
Nascimento e Reis (2010)	Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre	2005 a 2007	Análise qualitativa	As alternativas de trabalho e renda se apresentam como uma forma de inclusão marginal aos excluídos do mercado formal de trabalho. Do ponto de vista econômico e social, essas alternativas representam respostas emergenciais e paliativas de sobrevivência e de subsistência
Missio, Vieira e Dorneles (2010)	Rio Grande do Sul	2001 a 2010	Revisão bibliográfica e estudo de caso	A economia solidária representa, para uma parcela considerável da população, oportunidade de inserção social e de manutenção das condições necessárias para sobrevivência
Souza e Massuquetti (2013)*	São Leopoldo (Tecnosociais)	2012	Revisão bibliográfica, coleta de dados secundários e pesquisa de campo	Os EES apresentam-se como uma ferramenta de inclusão social, distribuição de renda e redução das desigualdades sociais, propiciando melhorias nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais

Fonte: Elaborado pelos autores (2018). Nota: (\*) Este artigo foi apresentado no 6º EEG, em 2012, e posteriormente publicado em periódico.

O setor cooperativo sempre teve tradição no Rio Grande do Sul. No início da última década, este setor envolvia, aproximadamente, 750 mil pessoas. Parte dos envolvidos estava vinculada às cooperativas de trabalho, que representavam 34,37% do total, seguidas das cooperativas agropecuárias (27,32%). As cooperativas de trabalho multiplicaram-se, principalmente, no setor calçadista, em razão da falência ou de transferências de muitas fábricas para a Região Nordeste do País, causando elevação dos níveis de desemprego no Rio Grande do Sul. A maioria dos projetos se concentrou na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e na região do Vale do Rio dos Sinos.

Esses projetos incorporaram uma diversidade de empreendimentos, tais como cooperativas de pequenos produtores e agricultores, de assentados do Movimento Sem Terra (MST), cooperativas urbanas de serviços e de produção, redes de pequenos proprietários de comércio e serviço e cooperativas oriundas de antigas indústrias que faliram. Diante disto, a economia solidária representou,

---

Desenvolvimento (PPGE), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE); este evento é um espaço de debate sobre a economia do Rio Grande do Sul.

para uma parcela considerável da população, oportunidade de inserção social e de manutenção das condições necessárias de sobrevivência. (MISSIO; VIEIRA; DORNELES, 2010).

A análise de três EES incubados pelo Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais – Unisinos), apontou que a participação em grupos de trabalho associativos por indivíduos excluídos proporcionou aumento da renda *per capita* familiar, resultando em conquistas sociais e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida. Observou-se, porém, que a renda não foi o único responsável pelas conquistas citadas pelos entrevistados após inserirem-se em EES.

A participação nos empreendimentos possibilitou firmarem relações com entidades e representantes do poder público, resultando muitas vezes na aquisição de casas populares por meio de programas governamentais, benfeitorias nas redes de água e esgoto e acesso à energia elétrica. A economia solidária tem conseguido prosperar, atendendo às reais necessidades da sociedade, evitando o esbanjamento de recursos naturais, acomodando as diferenças culturais e permitindo que lucro e redução das desigualdades possam entrar em sinergia. (SOUZA; MASSUQUETTI, 2013).

Um contraponto ao resultado positivo dos EES está na análise dos ganhos reais e na manutenção de direitos trabalhistas, como forma de garantir a manutenção dos direitos básicos aos trabalhadores inseridos nesta realidade exclusória. Nascimento e Reis, afirmam:

Com relação ao rendimento dos seus trabalhadores, percebe-se que a maior parte dos empreendimentos oferece condições precárias de subsistência, o que será novamente evidenciado no item que trata dos achados da pesquisa empírica em Porto Alegre. Neste momento pode-se aferir que os empreendimentos oferecem uma remuneração média aos integrantes que não ultrapassa um salário mínimo mensal, situação presente na realidade de 62% desses trabalhadores.

A remuneração dos integrantes é realizada a partir do produto ou produtividade (58%) de cada integrante, sendo, portanto, baixa e incerta na maioria dos empreendimentos, com exceção de apenas 7% deles onde há remuneração fixa. Os demais remuneram por horas de trabalho, ou ainda não têm conseguido remunerar.

Além disso, a falta ou a inexistência de benefícios, garantias e direitos aos integrantes faz-se presente. A maior parte dos trabalhadores dos EES no País não possui quaisquer benefícios, garantias ou direitos. Poucos têm acesso à qualificação profissional e aos equipamentos de segurança (22%), bem como aos direitos presentes na Constituição Federal/88, como descanso semanal e férias remuneradas. Esses dados permitem considerar

que, em caso de faltas por doença, acidentes, maternidade e demais circunstâncias que impeçam o indivíduo de ir ao trabalho, lhe será retirado o direito à participação nos resultados econômicos, naquele período, visto que estará impossibilitado de produzir.

Deste modo, a partir da análise da realidade brasileira, pode-se compreender que essas organizações não podem ser vistas como solução para a obtenção de renda e de melhores condições de vida aos indivíduos e tampouco como solução para os excluídos do mercado formal de trabalho, pois esse mesmo espaço se caracteriza por ser inclusivo em alguns aspectos e excludente em outros. (2010, p. 7).

A multidisciplinaridade das análises propostas em diferentes pesquisas enriquece o debate e levanta questões que, unilateralmente, não seriam trazidas à tona. Os estudos analisados neste tópico trabalham percepções distintas de uma mesma realidade, observam sob a ótica de cada especialidade, dentre eles o direito, o serviço social e a economia, os problemas gerados pela miséria e pelo abandono social que resultam em exclusão e perpetuação da pobreza. Também buscam respostas que direcionem as ações para soluções, traçando os caminhos possíveis para pôr fim ou reduzir as desigualdades sociais que afligem as sociedades desde sempre.

## **EES no Consinos**

Na Tabela 1 observa-se o tamanho da população, a taxa de urbanização, a área e a densidade do Rio Grande do Sul, do Consinos e de seus municípios. Os principais municípios do Consinos, na contagem da população total, em 2010, foram Canoas (25,1% do Corede e 3,6% do estado), Novo Hamburgo (18,5% do Corede e 2,2% do estado) e São Leopoldo (16,6% do Corede e 2% do estado). As menores populações, em 2010, foram, em ordem decrescente, dos municípios de Ivoti (1,5% do Corede e 0,2% do estado) e de Araricá (0,37% do Corede e 0,05% do estado).

Desmembrando a população total em rural e urbana, a população de Canoas é totalmente urbana. Em seguida, para a contagem da população urbana, aparecem os Municípios de Novo Hamburgo (18,6% do Corede e 2,6% do estado) e de São Leopoldo (16,9% do Corede e 2,3% do estado). As menores populações urbanas, em 2010, foram, em ordem decrescente, dos municípios de Nova Hartz (1,2% do Corede e 0,2% do estado) e de Araricá (0,3% do Corede e 0,04% do estado). Em relação à população rural, por sua vez, os municípios mais

populosos, neste mesmo ano, foram Portão (20,9% do Corede e 0,4% do estado), Novo Hamburgo (15,3% do Corede e 0,3% do estado) e Nova Santa Rita (12% do Corede e 0,2% do estado).

Tabela 3 – População, taxa de urbanização, área e densidade do Rio Grande do Sul, do Consinos e de seus municípios – 2000/2011/2015

Espaço	População			Taxa de Urbanização (%) (2010)	Área (km <sup>2</sup> ) (2015)	Densidade (hab./km <sup>2</sup> ) (2011)
	Urbana (2010)	Rural (2010)	Total (2010)			
Araricá	3.996	868	4.864	82,2	35,3	139,1
Campo Bom	57.338	2736	60.074	95,4	60,5	985,2
Canoas	323.827	-	323.827	100	131,1	2483
Dois Irmãos	27.276	296	27.572	98,9	65,2	427,8
Estância Velha	41.484	1090	42.574	97,4	52,2	821,1
Esteio	80.643	112	80.755	99,9	27,7	2.940,8
Ivoti	18.062	1.812	19.874	90,9	63,2	318,5
Nova Hartz	15.269	3.077	18.346	83,2	62,6	296,6
Nova Santa Rita	19.475	3.241	22.716	85,7	217,9	105,9
Novo Hamburgo	234.798	4.142	238.940	98,3	223,8	1.072,1
Portão	25.276	5.644	30.920	81,8	159,9	195,5
São Leopoldo	213.238	849	214.087	99,6	102,7	2.107,3
Sapiranga	72.286	2.699	74.985	96,4	138,3	549
Sapucaia do Sul	130.469	488	130.957	99,6	58,3	2.246,2
CONSINOS	1.263.437	27.054	1.290.491	97,9	1.398,5	928,4
Rio Grande do Sul	9.100.291	1.593.638	10.693.929	80,9	281.748,5	38,10*

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de FEEDADOS (2018). Nota: (\*) Densidade demográfica do Rio Grande do Sul disponível apenas para o ano de 2011.

As menores populações rurais, também em 2010, foram, em ordem decrescente, dos municípios de Dois Irmãos (1,1% do Corede e 0,02% do estado) e de Esteio (0,41% do Corede e 0,01% do estado). Em relação à taxa de urbanização, portanto, os municípios mais urbanizados do Corede, em 2010, foram Canoas (100%), Esteio (99,9%) e São Leopoldo (99,6%). As menores taxas de urbanização foram, em ordem decrescente, dos municípios de Araricá (82,2%) e de Portão (81,8%).

No que se refere à área territorial, em 2015 Novo Hamburgo (16% do Corede e 0,1% do estado), Nova Santa Rita (15,6% do COREDE e 0,1% do estado) e Portão (11,4% do Corede e 0,1% do estado) eram os maiores municípios. As menores áreas territoriais, nesse mesmo ano, são, em ordem decrescente, dos municípios de Araricá (2,5% do Corede e 0,02% do estado) e de Esteio (2% do Corede e 0,01% do estado). Por fim, quanto à densidade demográfica, infere-se que os principais municípios de Consinos, neste indicador, em 2011, foram Esteio (3,2 vezes maior do que a do Corede e 77,2 vezes maior do que a do estado), Canoas (2,7 vezes maior do que a do Corede e 65,2 vezes maior do que a do

estado), Sapucaia do Sul (2,4 vezes maior do que a do Corede e 58,9 vezes maior do que a do estado). As menores densidades demográficas, nesse mesmo ano, foram, em ordem decrescente, dos municípios de Araricá (15% do Corede e 3,7 vezes maior do que a do estado) e Nova Santa Rita (11,4% do Corede e 2,8 vezes maior do que a do estado).

Na Tabela 2 é possível compreender que a área de atuação das EES no Consinos é majoritariamente na área urbana, compreendendo que geograficamente o Consinos é maior na sua área urbana também.

Tabela 2 – Aspectos gerais dos EES no Consinos

Espaço	Área de atuação				Número total de sócios		
	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Total	Homens	Mulheres	Total
Araricá	0	0	0	0	0	0	0
Campo Bom	0	6	0	6	45	59	104
Canoas*	1	25	1	27	46	304	350
Dois Irmãos	0	2	4	6	72	47	119
Estância Velha	0	1	0	1	2	16	18
Esteio	0	12	0	12	11	82	93
Ivoti	0	2	1	3	4	38	42
Nova Hartz	0	1	0	1	8	15	23
Nova Santa Rita	0	0	1	1	30	15	45
Novo Hamburgo	2	21	1	24	500	296	796
Portão	0	0	0	0	0	0	0
São Leopoldo	1	37	1	39	391	588	979
Sapiranga	0	0	0	0	0	0	0
Sapucaia do Sul	0	11	0	11	12	71	83
CONSINOS	4	118	9	131	1121	1531	2652
Rio Grande do Sul	648	784	264	1696	130920	62902	193822
Espaço	Forma de organização						
	Grupo informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil			
Araricá	0	0	0	0			
Campo Bom	2	3	1	0			
Canoas	19	4	4	0			
Dois Irmãos	1	5	0	0			
Estância Velha	0	1	0	0			
Esteio	5	7	0	0			
Ivoti	1	2	0	0			
Nova Hartz	0	1	0	0			
Nova Santa Rita	0	0	1	0			
Novo Hamburgo	17	2	5	0			
Portão	0	0	0	0			
São Leopoldo	28	4	7	0			
Sapiranga	0	0	0	0			
Sapucaia do Sul	9	2	0	0			
CONSINOS	82	31	18	0			
Rio Grande do Sul	880	508	280	28			

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de SIES (2018).

Na relação homens e mulheres, na região, há mais mulheres que trabalham e participam de empreendimentos do que homens, mas o mesmo não ocorre no total do estado. Nas suas formas de organização, a modalidade grupo informal se destacou, contando 880 empreendimentos no estado e 82 no Consinos, seguidos por associações e cooperativas.

Tabela 3 – Categoria social dos sócios e das sócias de EES no Consinos

Espaço	Agricultores familiares	Artesãos	Artistas	Assentados da reforma agrária	Catadores de material reciclável
Araricá	0	0	0	0	0
Campo Bom	0	4	0	0	1
Canoas	2	16	0	0	1
Dois Irmãos	4	1	0	0	1
Estância Velha	0	1	0	0	0
Esteio	0	9	0	0	2
Ivoti	1	2	0	0	0
Nova Hartz	0	0	0	0	0
Nova Santa Rita	0	0	0	0	0
Novo Hamburgo	3	10	0	0	1
Portão	0	0	0	0	0
São Leopoldo	0	12	4	0	5
Sapiranga	0	0	0	0	0
Sapucaia do Sul	0	9	0	0	1
CONSINOS	10	64	4	0	12
Rio Grande do Sul	845	375	16	50	60
Espaço	Garimpeiros ou mineiros	Técnicos, profissionais com nível superior	Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	Desempregados (desocupados)	Não se aplica ou não há predominância
Araricá	0	0	0	0	0
Campo Bom	0	0	1	0	0
Canoas	0	0	7	0	1
Dois Irmãos	0	0	0	0	0
Estância Velha	0	0	0	0	0
Esteio	0	0	1	0	0
Ivoti	0	0	0	0	0
Nova Hartz	0	0	0	0	0
Nova Santa Rita	0	0	1	0	0
Novo Hamburgo	0	2	7	0	1
Portão	0	0	0	0	0
São Leopoldo	0	3	10	2	3
Sapiranga	0	0	0	0	0
Sapucaia do Sul	0	0	0	1	0
CONSINOS	0	5	27	3	5
Rio Grande do Sul	0	26	147	67	110

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de SIES (2018).

Contando com os dados da Tabela 3 é visível que, no Consinos, a categoria social que mais se destaca nos empreendimentos é a de artesãos, principalmente no município de Canoas, seguido de São Leopoldo e de Novo

Hamburgo. Outra categoria que também se sobressai é a de outros trabalhadores, autônomos e por conta própria. Já no estado, a categoria que mais se destaca é a de agricultura familiar, com 845 empreendimentos, tendo em vista que o estado se destaca na sua maior parte em zonas rurais, o reflexo dos empreendimentos é notável.

Categorias de características rurais, como as de agricultores familiares e assentados da reforma agrária não são tão frequentes no Consinos, quanto no estado, se comparadas com as demais. Na categoria de agricultores familiares, o Conselho detém 1,2% dos empreendimentos em comparação a 17% na de artesãos e a 20% na de catadores de material reciclável.

A Tabela 4 mostra que a maioria dos empreendimentos no Rio Grande do Sul e no Consinos trata de produção ou produção e comercialização, seguidos de comercialização ou organização da comercialização. Destacando-se os Municípios de Canoas e de São Leopoldo com empreendimentos na área de comercialização ou organização da comercialização, com 10 cada; na produção ou produção e comercialização, destacam-se São Leopoldo (22), Canoas (14) e Novo Hamburgo (10).



Tabela 4 – Principais atividades econômicas realizadas pelos EES no Consinos

<b>Espaço</b>	<b>Troca de produtos ou serviços</b>	<b>Produção ou produção e comercialização</b>	<b>Comercialização ou organização da comercialização</b>
Araricá	0	0	0
Campo Bom	0	4	1
Canoas	2	14	10
Dois Irmãos	0	2	3
Estância Velha	0	0	1
Esteio	0	7	5
Ivoti	0	1	1
Nova Hartz	0	1	0
Nova Santa Rita	0	1	0
Novo Hamburgo	3	10	8
Portão	0	0	0
São Leopoldo	0	22	10
Sapiranga	0	0	0
Sapucaia do Sul	0	4	7
CONSINOS	5	66	46
Rio Grande do Sul	14	866	451
<b>Espaço</b>	<b>Prestação do serviço ou trabalho a terceiros</b>	<b>Poupança, crédito ou finanças solidárias</b>	<b>Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios</b>
Araricá	0	0	0
Campo Bom	0	0	1
Canoas	0	0	1
Dois Irmãos	0	0	1
Estância Velha	0	0	0
Esteio	0	0	0
Ivoti	0	0	1
Nova Hartz	0	0	0
Nova Santa Rita	0	0	0
Novo Hamburgo	2	0	1
Portão	0	0	0
São Leopoldo	5	1	1
Sapiranga	0	0	0
Sapucaia do Sul	0	0	0
CONSINOS	7	1	6
Rio Grande do Sul	111	34	220

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de SIES (2018).

Evidencia-se que as atividades de comercialização ou de organização da comercialização são as mais representativas em comparação ao estado, já que 10% se localizam na região, dentre as que possuem mais de cinco empreendimentos. Na atividade de troca de produtos ou serviços, 36% situam-se no Consinos.

Em relação às variáveis de motivação da criação do empreendimento, é notável que características como obtenção de maiores ganhos em um EES, fonte complementar de renda, desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos e, por fim, uma alternativa ao desemprego, são destaques. Observa-se que essas demandas são semelhantes no Consinos e no Estado do Rio Grande do Sul (Tabela 5).

Tabela 5 – O que motivou a criação do EES

(continua)

<b>Espaço</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Araricá	0	0	0	0	0
Campo Bom	2	2	2	0	2
Canoas	6	10	16	5	9
Dois Irmãos	3	5	0	5	3
Estância Velha	0	1	0	0	1
Esteio	4	6	8	4	2
Ivoti	1	1	0	0	1
Nova Hartz	1	1	0	0	0
Nova Santa Rita	0	1	0	1	0
Novo Hamburgo	9	11	5	7	5
Portão	0	0	0	0	0
São Leopoldo	17	18	13	10	12
Sapiranga	0	0	0	0	0
Sapucaia do Sul	1	2	3	0	4
Consinos	44	58	47	32	39
Rio Grande do Sul	598	943	870	552	222
<b>Espaço</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
Araricá	0	0	0	0	0
Campo Bom	0	0	1	3	1
Canoas	0	3	11	11	5
Dois Irmãos	2	0	0	2	2
Estância Velha	0	0	1	0	1
Esteio	0	1	3	4	2
Ivoti	1	0	2	1	1
Nova Hartz	0	0	0	0	1
Nova Santa Rita	0	0	0	1	0
Novo Hamburgo	0	1	8	4	8
Portão	0	0	0	0	0
São Leopoldo	1	6	14	14	7
Sapiranga	0	0	0	0	0
Sapucaia do Sul	3	1	4	2	2
Consinos	7	12	44	42	30
Rio Grande do Sul	131	52	309	328	289
<b>Espaço</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>
Araricá	0	0	0	0	0
Campo Bom	1	0	0	0	5
Canoas	2	1	2	3	14
Dois Irmãos	1	0	0	2	3
Estância Velha	0	0	0	0	0
Esteio	1	0	0	0	1
Ivoti	0	0	0	0	2
Nova Hartz	0	0	0	0	0
Nova Santa Rita	0	0	0	1	0
Novo Hamburgo	0	0	0	2	9
Portão	0	0	0	0	0
São Leopoldo	1	1	0	1	10
Sapiranga	0	0	0	0	0
Sapucaia do Sul	1	0	0	0	5
Consinos	7	2	2	8	49
Rio Grande do Sul	214	80	74	187	341

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de SIES (2018). Notas: (1) Uma alternativa ao desemprego; (2) Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; (3) Uma fonte complementar de renda para os(as) associados (as); (4) Desenvolvimento de uma atividade onde todos(as) são donos(as); (5) Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica; (6) Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios; (7) Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar; (8) Motivação social, filantrópica ou religiosa; (9) Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades; (10) Alternativa organizativa e de qualificação; (11) Incentivo de política pública (governo); (12) Organização econômica de beneficiários de políticas públicas; (13) Fortalecimento de grupo étnico; (14) Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos; (15) Outro.

A motivação de maior representatividade na região, em comparação ao RS foi a de recuperação de empresa privada, que faliu ou em processo falimentar, sendo que, aproximadamente, 23% das ocorrências estaduais foram no Consinos. A possibilidade de atuar profissionalmente em atividade econômica específica também foi mais relevante neste Conselho, já que 18% dessas manifestações ocorreram na região.

### **Considerações finais**

Concernente à demografia do Consinos, é factível inferir que há uma diversidade de tendências nos municípios com relação aos indicadores. Quando se avalia tanto a população total como a população urbana, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo ganham destaque como aqueles que concentram os maiores indicadores. A população rural, por outro lado, é maior em Portão, Novo Hamburgo e Nova Santa Rita. As maiores áreas territoriais também são desses mesmos três municípios. Ainda no âmbito da demografia, a densidade demográfica é maior, respectivamente, nos municípios de Esteio, de Canoas e de Sapucaia do Sul.

A maioria dos EES do Consinos atuam na área urbana, sendo dois terços nos municípios de Canoas, de São Leopoldo e de Novo Hamburgo. A maior parte é de estabelecimentos informais e, de forma semelhante ao perfil estadual, é motivada pela possibilidade de rendimentos extras, sendo em grande parte de artesãos. Ainda assim, as motivações são diversas e as formas de organização variáveis na região.

Os diversos motivos para a criação e/ou participação em EES apontam o complemento da renda como principal finalidade associativa, devendo ser amplamente entendido por renda monetária o conjunto de oportunidades que apenas a referida renda regular proporciona, tal como acesso ao crédito, saúde privada e, principalmente, educação. Estes empreendimentos fornecem aos então agentes econômicos individuais uma amplitude de possibilidades devido ao ganho em escala produtiva, ao valor agregado ao produto, à sinergia, à visibilidade, entre outros fatores, que impulsionam mercados e que, sozinhos enquanto unidade produtiva, não teriam acesso, rompendo, assim, uma corrente histórica de desamparo tanto pessoal quanto profissional. Esses empreendimentos, portanto, têm diversas demandas, seja ela renda complementar ou alternativa ao desemprego, e, em todos os casos, os EES

tornam-se uma oportunidade para aumentar a qualidade de vida dos envolvidos e de suas famílias.

Longe, ainda, de ser uma solução em definitivo para as mazelas econômicas e sociais oriundas de sistemas políticos e econômicos desiguais, dada suas limitações, os EES figuram como um processo em constante e rápida evolução que, como já dito, não resolvem todos os problemas, mas criam novas soluções, mais adaptadas, assertivas, justas e socialmente responsáveis.

### **Referências**

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **FEEDADOS**. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GARGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Revista Sociologia Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 79, p. 43-63, 2015.

LECHAT, N. M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em 20/3/2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

OLIVEIRA, A. A. R.; PAIVA, M. M. O movimento da economia solidária e suas diretrizes educativas. **Holos**, ano 32, v. 5, p. 33-45, jul. 2016.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.

MISSIO, F. J.; VIEIRA, R. M.; DORNELES, T. M. Capitalismo, crise do emprego e economia solidária: algumas considerações e um estudo de caso para o RS. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2010.

NASCIMENTO, A. F.; REIS, C. N. Empreendimentos econômicos solidários no Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre: da concepção teórica à prática da gestão solidária. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2010.

SOUZA, A.; MASSUQUETTI, A. A redução das desigualdades sociais no Vale do Rio dos Sinos: um estudo dos empreendimentos econômicos solidários incubados pelo Tecnosociais em São Leopoldo (RS). **Revista de Economia da UEG**, Anápolis, v. 9, n. 1, p. 17-36, jun. 2013.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

## O PRONAF EM TERRAS GAÚCHAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

*PRONAF IN GAÚCHA'S LANDS: AN ANALYSIS OF THE PROGRAM IN FAMILY AGRICULTURE OF RIO GRANDE DO SUL*

Vinicius Fortes<sup>1</sup>  
Guilherme Jorge<sup>2</sup>

**Resumo:** O Pronaf foi um programa divisor de águas para a agricultura familiar brasileira, cujos investimentos têm como intuito combater a desigualdade social e estimular e fortalecer a agricultura familiar no Brasil. O Rio Grande do Sul é um Estado que tem como renda principal a agricultura e a pecuária e este estímulo na agricultura familiar resulta em melhoria e aumento da renda em todo o estado. A agricultura familiar gaúcha além de abastecer grande parte do mercado nacional também atende às demandas de outros países e, portanto, é crucial que tenham apoio de políticas públicas para melhorar sua competitividade.

**Palavra-chave:** Agricultura familiar. Políticas públicas. Investimento.

**Abstract:** PRONAF was a watershed program for a Brazilian family agriculture, investments made to combat social inequality and stimulate and strengthen a family farmer not Brazil. Rio Grande do Sul is a state that has as main income agriculture and livestock. This stimulus in family agriculture can result in improving and generating higher incomes for the entire Gaúcho state, which in addition to supplying much of the national market is also considered as demands from other countries, therefore, is crucial for families in need of agriculture and support from public policies.

**Keywords:** Family agriculture. Public policy. Investment.

### Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a importância das políticas públicas para a agricultura familiar e em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e sua relação o desenvolvimento da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul. Este artigo se divide em quatro partes, sendo a primeira esta introdução, onde é definido o que é agricultura familiar e o PRONAF, acompanhado de referencial teórico falando sobre a importância das políticas públicas de auxílio a agricultura familiar; a segunda parte se refere à análise dos investimentos do Pronaf em todo o estado gaúcho; a terceira parte

---

<sup>1</sup> Discente no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (RS). *E-mail:* vfortesdasilvasantos@gmail.com

<sup>2</sup> Discente no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (RS). *E-mail:* guijorge2004@hotmail.com

analisa os dados das características da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul; e a quarta parte é a conclusão final com relação aos dados obtidos.

É notório que o Brasil é um país internacionalmente reconhecido na produção agropecuária de produtos com alta qualidade. A agropecuária brasileira muitas vezes envolve alta tecnologia e pesquisas que podem ser tanto genéticas quanto de engenharia para a melhoria dos solos e dos grãos ou animais.<sup>3</sup> Entretanto, apesar da significância da produção agropecuária familiar no Brasil, este grupo é composto por produtores com baixo acúmulo de capital e cuja única mão de obra é a própria família; são, portanto, incapazes de investir em equipamentos e estudos.

Ao analisarmos historicamente as políticas públicas implementadas no Brasil, podemos ver que, antes da década de 90, nenhuma política tinha como objetivo específico beneficiar e estimular a agricultura familiar. Segundo Mattei (2015), dois fatores foram fundamentais para a que o governo comesse a olhar para a agricultura familiar. Primeiro foram as reivindicações por parte dos trabalhadores rurais e, segundo, foram os estudos feitos conjuntamente entre FAO e Incra. Estes estudos definiram com maior precisão o que era a agricultura familiar, além de estabelecer um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formação de políticas para esse segmento em específico.

Em 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) pelo governo Itamar Franco. Tal programa destinava créditos a baixas taxas de juros para os agricultores familiares. Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Provap teve sua concepção e a sua área de abrangência reformuladas, originando-se assim o Pronaf.

Segundo o Censo Agropecuário feito em 2006 cerca, de 84%, ou seja 4.367.902 dos 5.175.489 grupos são compostos por famílias. A Lei 11.623, art. 3º, de julho de 2006 define que o agricultor familiar é aquele que não detenha área maior que quatro módulos fiscais (base de medida em hectares), utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades e que um percentual mínimo de renda familiar venha dos trabalhos exercidos no plantio.

Apesar do número de agricultores familiares ser bem maior do que o de agronegócios, a renda gerada por estes é significativamente maior do que a dos agricultores familiares. Desta forma, Carneiro (2013) alega que: a agricultura tem

---

<sup>3</sup> Destaca-se nesta área de pesquisa e desenvolvimento a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que foi criada em 26 de abril de 1973 e está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

sobrevivido em meio a competições de grandes produtores privilegiados no processo de modernização, que buscam melhores condições e maiores recursos destinados ao consumo de tecnologia. Carneiro ainda acredita que um programa que volta sua atenção para as demandas dos agricultores familiares representa um avanço muito grande, em relação a outros programas, pois esta busca quebrar este modelo de produção e criar um novo padrão de desenvolvimento rural.

Segundo Mattei (2015), as políticas públicas, com o objetivo de modernizar a agricultura brasileira beneficiaram os setores mais capitalizados; em contrapartida, a produção familiar foi prejudicada pelas dificuldades de obter tal benefício. As lutas dos movimentos sindicais foram cruciais para a criação do programa, que garantiu aos trabalhadores rurais terem acesso a diferentes serviços ofertados pelo sistema financeiro nacional.

Neste contexto, o Pronaf estimula os pequenos e microprodutores cadastrados através de uma linha de crédito rural, reduzindo a desigualdade social no campo. Para Abramovay e Veiga (1999), o objetivo do Pronaf é eliminar os problemas que impedem o desenvolvimento rural em áreas em que predomina a agricultura familiar e, para isto, o programa busca promover investimentos, com o objetivo de: (i) fortalecer a agricultura familiar; (ii) ampliar a cobertura de serviços de apoio, como pesquisas agropecuárias, assistências técnicas e extensão rural.

Com o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação da cobertura do serviço de apoio às famílias que dependem da agricultura, estas teriam melhores chances tanto na obtenção de novos equipamentos quanto na educação, aprendendo novas técnicas de como aproveitar mais o que tem a sua disposição, além de tornar mais igualitária a competição com os grandes produtores, que possuem todos os aparatos possíveis além de maiores créditos para investimento.

Por outro lado, Anjos et al. nos apontam que o Pronaf foi um divisor de águas na intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro; impactou dois grandes vetores: de um lado devido à pressão dos movimentos sociais, que buscavam transformações estruturais e democratização das políticas públicas e, de outro, o indiscutível reconhecimento do *status* científico enquanto categoria analítica por parte da intelectualidade brasileira.

Entretanto, Guanziroli (2007) alega que o programa oferta remunerações muito branda e com um percentual muito alto de subsídio, o que é claramente

justificado, pois produtores familiares possuem baixa produtividade, e com a renda obtida não teriam quaisquer condições de realizar investimento para modernização e aumento da produtividade. Sendo assim, o investimento sem o programa não seria viável (devido às taxas de juros do mercado) e nem rentável, pois seus rendimentos não seriam o suficiente para reembolsar os gastos com investimentos. Portanto para ele as condições de pagamento e juros são determinantes da dinâmica do Pronaf. Assim, o autor ainda alega que uma das maiores barreiras para o avanço do programa tem sido os bancos públicos que são responsáveis pela liberação de recursos do programa, que resistem na ampliação do número de beneficiados. Segundo ele, a liberação de recursos para a agricultura gera, em contrapartida, custos para o Tesouro Nacional, devido à necessidade de padronizar os recursos orçamentários com os juros cobrados aos beneficiários.

Por fim, observamos que, conforme aponta Mattei (2015), o Pronaf possui alguns obstáculos e algumas limitações, tais como: (i) limites financeiros que este tipo de política encontra; mesmo tendo um aumento de verba, com o passar do tempo o Pronaf ainda está longe de atender às reais necessidades dos agricultores; (ii) problemas relacionados aos agentes financeiros que operam o Pronaf, que se torna ainda mais visível, quando se olha para os investimentos nas propriedades, em que são exigidas garantias nem sempre compatíveis com a realidade do agricultor familiar; (iii) dotação orçamentaria do programa, além de sofrer cortes sequenciais, está ainda mais dependente apenas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).<sup>4</sup>

## **Pronaf no Rio Grande do Sul**

Desde sua criação, o Pronaf vem beneficiando milhares de famílias que dependem da agricultura para sobreviver. No Gráfico 1, é possível observar a evolução do programa desde sua criação em 1995 até 2015, e a evolução dos recursos voltados para o Crédito Rural em todo o Brasil, em valores nominais e valores constantes. Podemos ver que, desde sua criação, sempre houve um aumento no investimento, principalmente a partir de 2010, quando há uma

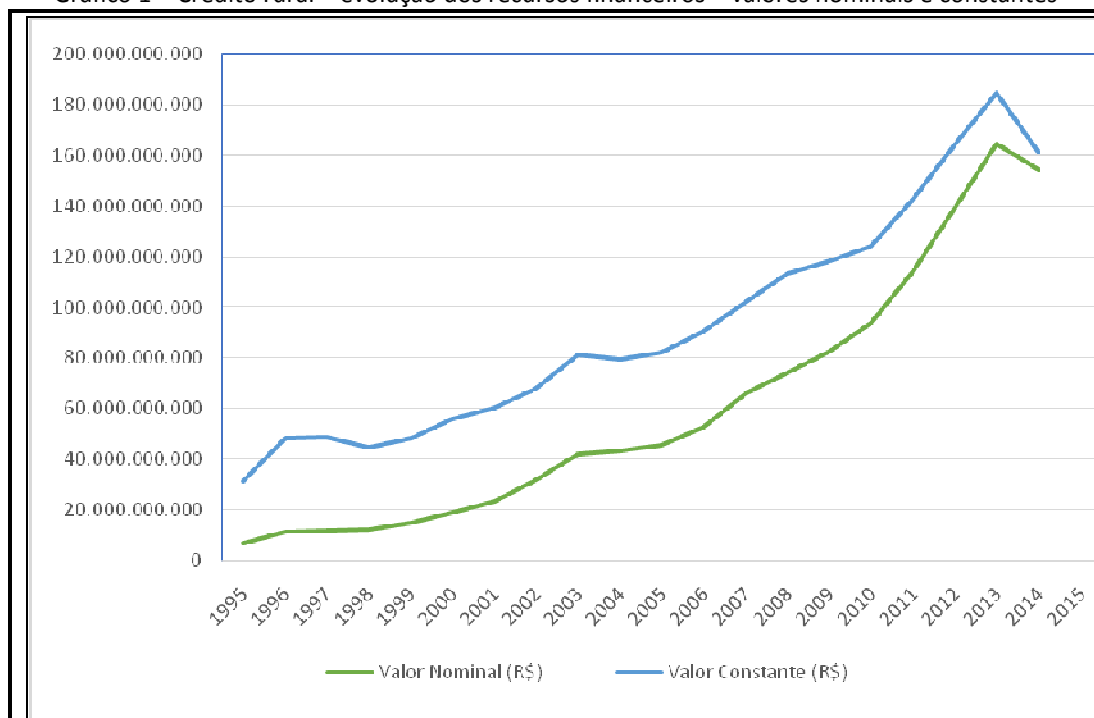
---

<sup>4</sup> O Fundo de Amparo ao Trabalhador é responsável por parte do valor orçamentário destinado ao Pronaf



acentuada inclinação positiva da curva. Entretanto, de 2013 a 2015, podemos observar uma queda nos recursos destinados ao Crédito Rural.<sup>5</sup>

Gráfico 1 – Crédito rural – evolução dos recursos financeiros – valores nominais e constantes



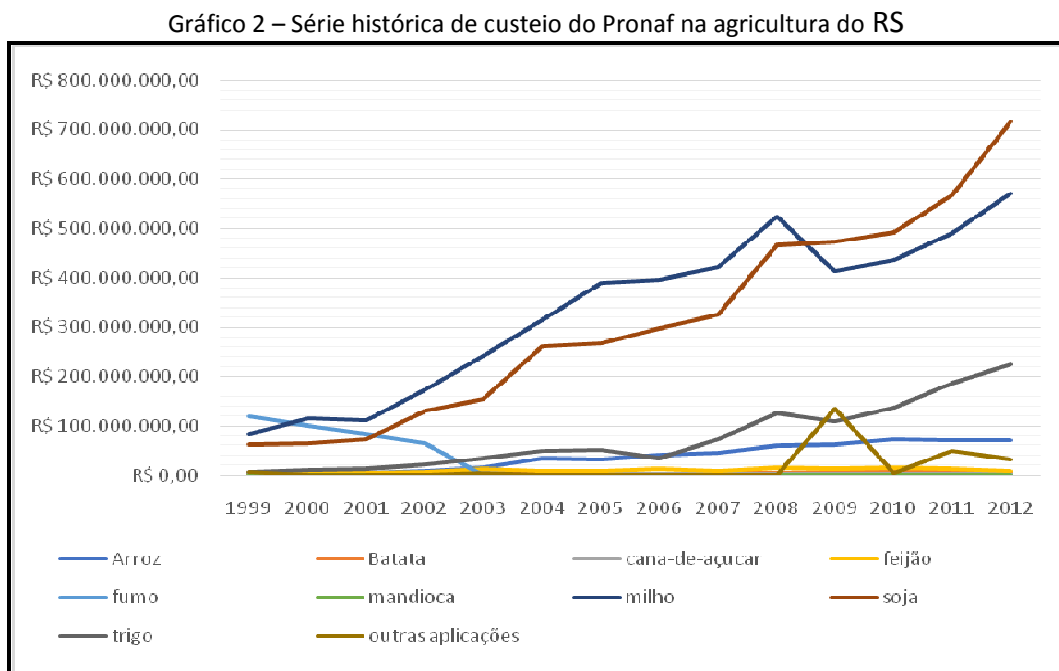
Fonte: Gerado a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central (1995-2015).

No ano de 2012, o Pronaf realizou 484.271 contratos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, representando uma despesa anual de cerca de R\$ 16,8 bilhões. Tal benefício serviu de custeio tanto para beneficiar a Agricultura e a Pecuária, quanto para investimentos em renovação de maquinário e industrialização.

O Gráfico 2 mostra o custeio dos anos 1999 a 2012 do Pronaf dos principais cultivos produzidos no Rio Grande do Sul. Podemos ver que, no geral, o milho foi o que obteve maior custeio ao longo dos anos; entretanto, a partir de 2009, houve uma queda seguida de um aumento no ano seguinte. A soja, por outro lado, começou com custeios menores que o milho; porém, foi crescente ao longo dos anos, não apresentando nenhuma queda de custeio, além de ter o maior de

<sup>5</sup> Ainda carecem de fontes sobre o motivo da queda da destinação orçamentária ao Pronaf no referido período.

todos no ano de 2012, chegando a mais de R\$700 milhões. O trigo, por sua vez, foi o terceiro produto agropecuário com maior custeio. Entretanto, este custeio foi bem menor do que da soja e do milho. O fumo, por outro lado, foi o que obteve maior custeio em 1999; entretanto, foi declinando ao longo do tempo, tendo vários anos sem firmar contratos com o Pronaf. Os outros produtos como demonstrado no gráfico tiveram custeios não muito expressivos no decorrer dos anos.<sup>6</sup>



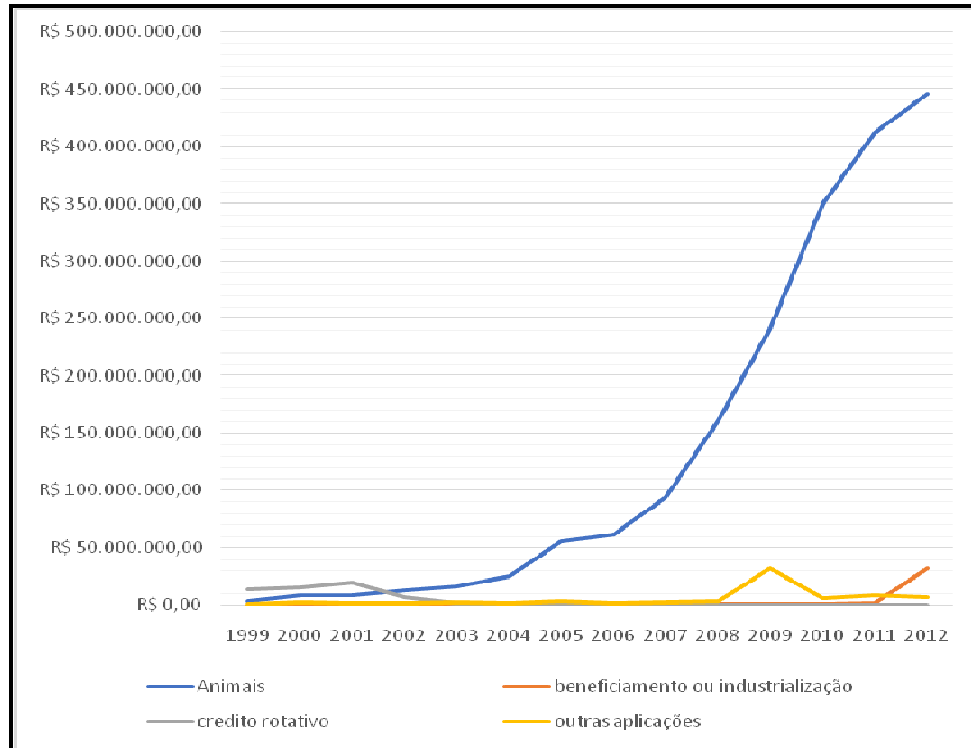
Fonte: Gerado a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central (1999-2012).

No Gráfico 3 estão os custeios com a pecuária pelo Pronaf de 1999 a 2012. Através deste gráfico, podemos ver que houve uma crescente aquisição de animais, tais como gado, suínos, aves, dentre outros. Por outro lado; observamos também no gráfico que houve, até 2003, a oferta de créditos rotativos; entretanto, a partir de 2004 não foram mais disponibilizados dados sobre este crédito. Por sua vez, houve também o beneficiamento ou industrialização; entretanto, este apresentou valor significativo apenas em 2012. Uma das

<sup>6</sup> Todavia os relatórios apresentados pelo Banco Central apresentem dados acerca da variação de preços das *commodities*. São necessários estudos acerca do cruzamento entre os produtos custeados pelo Pronaf e o preço destas *commodities*, como forma de demonstrar a relação deste aumento, em especial da soja.

justificativas para este aumento na mecanização é a queda de mão de obra disponível no meio rural, além da busca pela eficiência produtiva resultante da mecanização.

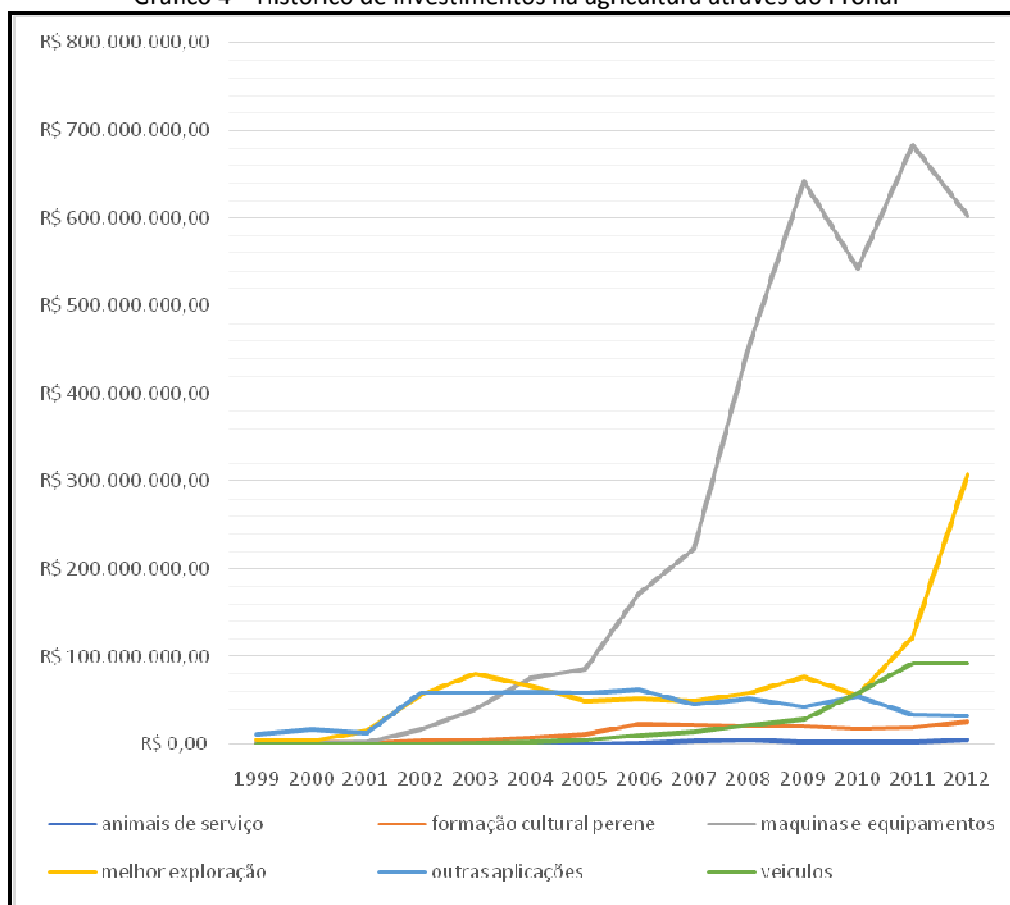
Gráfico 3 – Série histórica de custeio do Pronaf na pecuária do RS



Fonte: Gerado a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central (1999-2012).

No Gráfico 4 temos o histórico de investimentos feito pelo Pronaf em animais, formação de cultura perene, máquinas e equipamentos, melhores explorações e outras aplicações. Podemos constatar que o Pronaf começou a investir em máquinas e equipamentos, a partir de 1999. Entretanto, apenas em 2003 os valores começaram a ser expressivos. Houve também um incentivo muito grande na formação de melhores explorações quando, em 2012, foi feito seu maior investimento. A partir de 2009, destaca-se que o investimento para a obtenção de veículos também teve um aumento significativo e a categoria *animais de serviço* teve muito pouco investimento, no período de 1999 a 2012.

Gráfico 4 – Histórico de investimentos na agricultura através do Pronaf

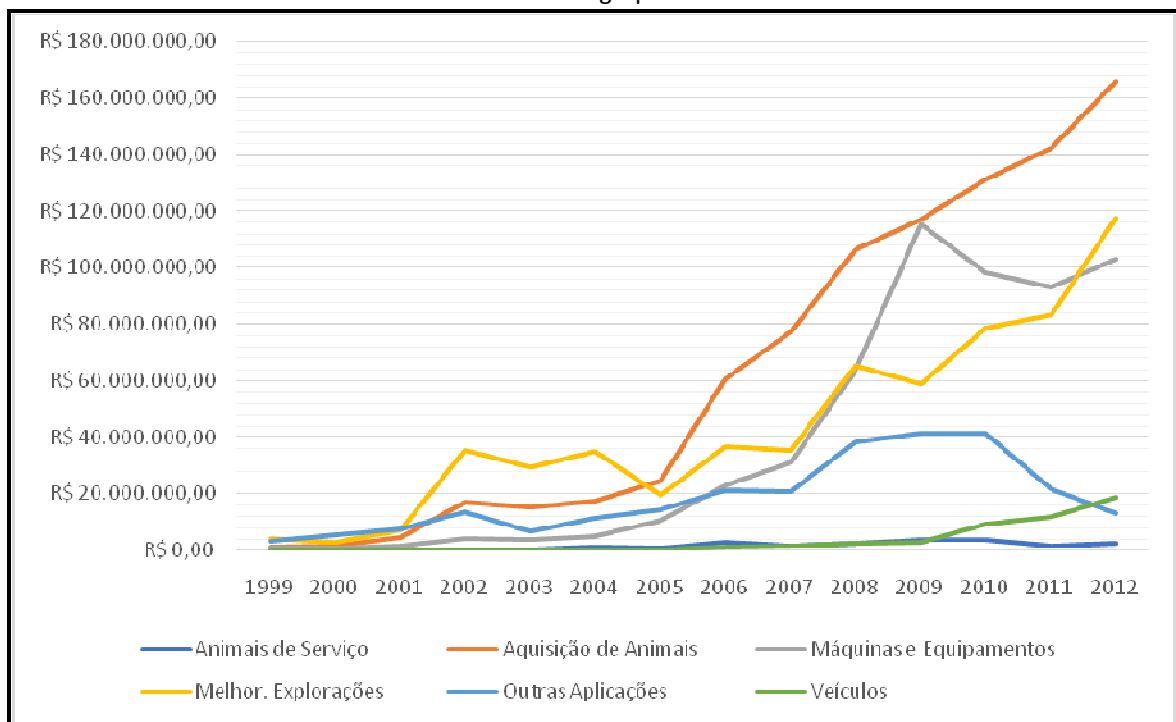


Fonte: Gerado a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central (1999-2012).

No Gráfico 5 estão as informações com relação aos investimentos do Pronaf na pecuária. O maior montante de investimento foi realizado em 2012, na aquisição de animais em todo o estado gaúcho, quando foram gastos mais de R\$ 160 milhões. A partir de 2005, estes investimentos têm se mantido como a maior fonte de financiamento do grupo. Outro setor que teve um investimento significativo foi o de obtenção de máquinas e equipamentos, com o intuito de melhorar as condições de trabalho, além de melhorar o desempenho dos trabalhadores.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Sobre a mecanização pecuária, serão necessárias pesquisas posteriores de forma a confrontar o crédito do Pronaf e a mudança na cadeia produtiva neste setor dos micro e pequenos produtores gaúchos.

Gráfico 5 – Histórico de Investimento na agropecuária através do Pronaf



Fonte: Gerado a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central (1999-2012).

## A agricultura familiar gaúcha

O Rio Grande do Sul é um estado de suma importância para o Brasil, pois nele é produzida grande parte dos alimentos consumidos em todo o País, além de ser um dos principais estados exportadores de grãos. O RS é ainda um significativo produtor pecuário, tendo seu valor mais significativo na produção de aves.

Segundo o FEE (2015), 90% da área do Rio Grande do Sul está voltada para a plantação de grãos. Desta forma, podemos dividir as plantações geograficamente no território gaúcho em duas áreas. A primeira área seria a região norte, nordeste e central, onde a prevalece a plantação de soja, milho, trigo, maçã e horticultura. A segunda área seria a região centro sul, sul, o litoral e Fronteira oeste do estado, onde, por sua vez, predomina a plantação de fumo e

arroz. Sendo a soja o grão que mais avançou no estado, nos últimos 15 anos, graças à demanda externa e à alta dos preços.<sup>8</sup>

Grande parte desses produtos é produzido por pequenos agricultores familiares que, muitas vezes, utilizam o cultivo e a pecuária como forma de complementar a renda familiar. Desta forma, o Pronaf é de suma importância para auxiliar estas famílias. Para analisar as características da agricultura familiar, no estado gaúcho, foram utilizados os dados mais atualizados do Censo do IBGE de 2006.

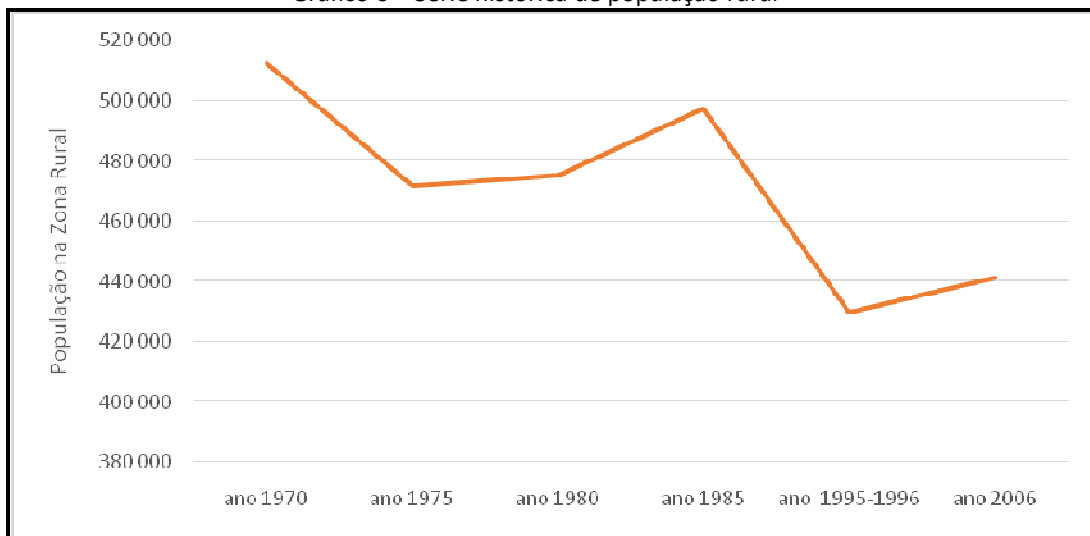
No Gráfico 6 pode-se analisar que, em uma série histórica, houve uma queda drástica no número de estabelecimentos, onde se praticava a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Em 1970 havia 512.303 estabelecimentos; já em 1975 a quantidade caiu para 471.622 estabelecimentos. Esta queda pode ser interpretada como parte do desenvolvimento econômico da época, o período do milagre econômico, quando as pessoas migraram do meio rural para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida. No período que compreende 1980 a 1985, pode-se ver que houve um aumento significativo no número de estabelecimentos rurais, e supor que este aumento ocorreu em resposta ao período de estagnação econômica que o País sofreu, após a segunda grande crise do petróleo e suas consequências, o que gerou desemprego nos grandes centros e um retorno ao meio rural de parte da população que havia migrado.<sup>9</sup> Já em meados de 1995-1996, há uma outra queda drástica no número de estabelecimentos, ou seja, uma queda de 67.214 estabelecimentos. Neste contexto, é criado o Pronaf em 1995 e 11 anos depois pode-se ver um aumento no número de agricultores familiares, chegando a 441,472 estabelecimentos em 2006. Todavia, em face destes dados, não se pode afirmar que este aumento da migração para o campo seja exclusivamente devido ao Pronaf; entretanto, pode-se afirmar que o programa, de certa forma, serviu como um estímulo para que muitos voltassem seus olhos para a agricultura e a pecuária. Outro ponto a ser destacado é que, através da obtenção dos créditos, muitos agricultores que dividiam sua vida entre o trabalho no campo e o trabalho na cidade, com o objetivo de complementar sua renda, puderam voltar seus esforços apenas para a agricultura.

---

<sup>8</sup> A evolução dos preços das *commodities* pode ser encontrada nos relatórios divulgados *online* pelo Banco Central.

<sup>9</sup> Aponta-se que esta relação deverá ser analisada melhor em estudo posterior.

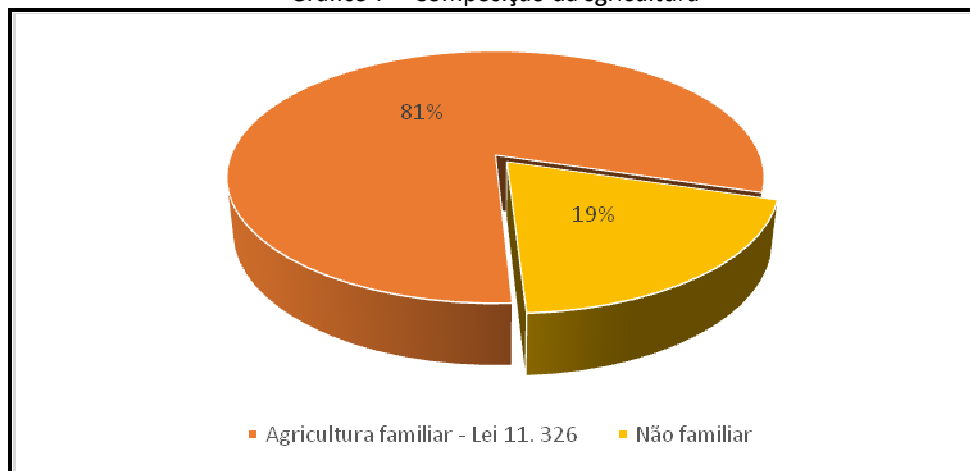
Gráfico 6 – Série histórica de população rural



Fonte: Gerado a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2006).

No Gráfico 7 podemos ver que, em 2006, a agricultura gaúcha era composta por 1.231.820 estabelecimentos, dentre os quais, 992.088 estabelecimentos (81%) são agricultores familiares e 239.732 estabelecimentos (19%) são compostos por agricultores não familiares. Entretanto, quando analisamos a extensão territorial ocupada, podemos observar que a situação se inverte; os agricultores não familiares possuem uma ocupação territorial bem maior que a dos agricultores familiares, tanto para uso da pecuária quanto da agricultura. Os agricultores familiares ocupam no total 6.158.610 hectares, enquanto os não familiares ocupam uma área de 14.168.104, ou seja, mais que o dobro dos agricultores familiares. Analisando, por sua vez, a gerência dos estabelecimentos familiares por gênero, observa-se que 770.911 são administrados por homens e 400.029 são geridos por mulheres.

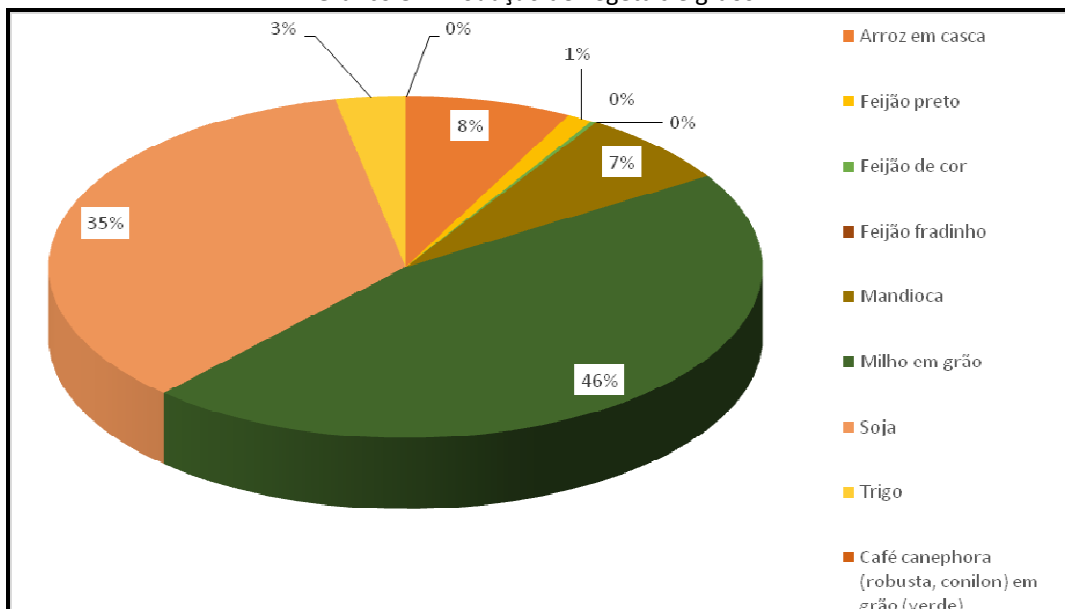
Gráfico 7 – Composição da sgricultura



Fonte: Gerado a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2006).

No Gráfico 8 é apresentada a produção de vegetais e grãos dos agricultores familiares no ano de 2006. Pode ver que os principais produtos produzidos no Rio Grande do Sul são compostos por milho em grão (46%), soja (35%), arroz (8%), mandioca (7%), trigo (3%) e feijão preto (1%). Os demais vegetais, como feijão de cor, feijão fradinho e café canéfora não chegam a representar nem 1% do total da produção de vegetais e grãos do estado gaúcho.

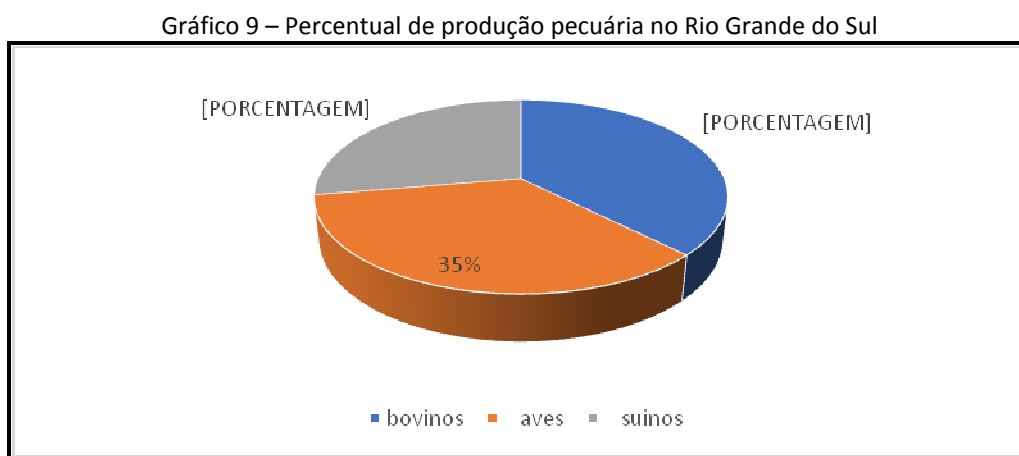
Gráfico 8 – Produção de vegetais e grãos



Fonte: Gerado a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2006).



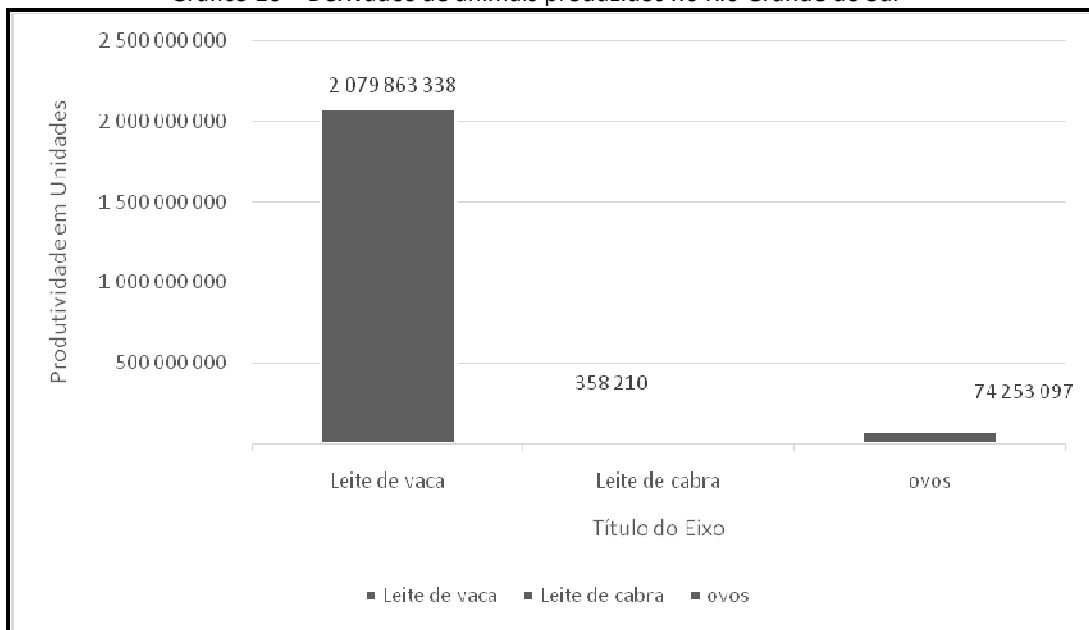
O Gráfico 9 mostra a pecuária familiar gaúcha em 2006. Como se pode ver, a criação de bovinos tanto para corte quanto para a produção de leite apresentava a maior quantidade de estabelecimentos, com 283.768 em todo o estado, o que representa cerca de 37%. Em segundo lugar se encontram os estabelecimentos de criação de aves, tanto para corte quanto para a produção de ovos, com 263.230 estabelecimentos, o que representa 35% no total de estabelecimentos voltados para a pecuária. Em terceiro lugar, encontra-se a criação de suínos, quando em 2006 eram encontrados 209.282 estabelecimentos criadores de suínos, ou seja, cerca de 28% dos estabelecimentos.



Fonte: Gerado a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2006).

O Gráfico 10 mostra a quantidade produzida de leite de cabra e vaca, além da quantidade de ovos produzidos no estado em 2006. Nesse período, as vacas renderam 2.079.863.338 litros de leite, as cabras produziram 358.210 litros e as galinhas produziram 74.253.097 ovos. Pode-se concluir destes dados que a maior produção de leite é devido à sua maior rentabilidade, em face de outras criações pecuárias. Isto se deve principalmente pela quantidade de produção de cada animal; uma vaca pode produzir até 65 litros de leite por dia, enquanto uma galinha produz em média um ovo por dia. Entretanto, vale lembrar que o investimento para a produção leiteira pode representar uma dificuldade para os pequenos agricultores.

Gráfico 10 – Derivados de animais produzidos no Rio Grande do Sul



Fonte: Gerado a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2006).

## Considerações finais

Desde sua criação, o Pronaf vem beneficiando e melhorando a vida de milhares de pessoas no País. No Rio Grande do Sul, pelo lado social, o programa tem melhorado a vida de milhares de pessoas combatendo a desigualdade social nas regiões em que atua. Do ponto de vista econômico, o programa vem estimulando direta e indiretamente a economia local, tanto pelo beneficiamento das famílias que necessitam da agricultura, como sobrevivência, com a criação de novos empregos, como com o desenvolvimento regional, pois, com os investimentos os agricultores podem aumentar o consumo de pequenas empresas locais que, por consequência, geram novos empregos e renda na região.

Do ponto de vista do mercado, o Pronaf tem tornado a “briga” mais igualitária. Os agricultores familiares, através de tais benefícios, podem investir em tecnologias e industrialização dos processos produtivos, que dão aos produtos um padrão de qualidade e de higiene similares aos produzidos pelos agricultores não familiares, mas sem que estes produtos percam a característica.

Outro ponto que deve ser destacado é o fato de que os investimentos do Pronaf têm gerado convergência por parte dos agricultores familiares para a

produção de alguns bens em específicos, como a soja, o milho e o trigo, que são produzidos predominantemente por agricultores não familiares. Tais produtos necessitam de maiores cuidados, recursos e tecnologia para seu cultivo. Ao se observar que os agricultores familiares estão buscando um aumento de investimento para a produção destes bens, sugere-se que o programa tem dado a estes agricultores mais confiança para disputar parte destes mercados.

Por fim, pode-se concluir, através dos dados obtidos, que a política pública do Pronaf através de seus custeios e investimentos, tem sido um importante instrumento de desenvolvimento regional e combate à desigualdade social, melhorando as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Sul.

#### **Referências**

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- ANJOS, F. S. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, 2013.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA: **Características da agropecuária do RS**. 2017. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs>>. Acesso em: 6 jun. 2017.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/)>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): concepção, abrangência e limites observados. **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, v. 4, p. 1-14, 2001.

*A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades*

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA): O que é agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

PLANALTO CENTRAL: LEI 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2017.

## O SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

*THE BRAZILIAN INDUSTRIAL SECTOR: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES*

**Mygre Lopes da Silva<sup>1</sup>**  
**Rodrigo Abbade da Silva<sup>2</sup>**  
**Daniel Arruda Coronel<sup>3</sup>**  
**Pascoal José Marion Filho<sup>4</sup>**  
**Marcelo Schwalm Bender<sup>5</sup>**

**Resumo:** O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre política industrial, bem como analisar as nuances da indústria de transformação brasileira frente ao cenário econômico mundial. Para tal, discute-se sobre a indústria e a política industrial brasileira e a indústria de transformação brasileira. Com base nas discussões realizadas no estudo, constata-se que a política industrial brasileira efetiva foi o Processo de Substituição de Importações (PSI), apesar das críticas, sendo que as demais, adotadas a partir de 2004, promoveram ganhos incrementais. A indústria de transformação brasileira apresenta perda de competitividade devido aos maiores custos de produção em relação aos novos concorrentes, como a China, bem como pelo custo-Brasil.

**Palavras-chave:** Indústria brasileira. Política industrial. Indústria de transformação.

**Abstract:** The objective of this article is to contribute to the debate on industrial policy, as well as to analyze the nuances of the Brazilian manufacturing industry in the world economic scenario. To this end, it discusses the Brazilian industrial and industrial policy, the global and Brazilian manufacturing industry. Based on the discussions carried out in the study, it is verified that the effective Brazilian industrial policy was the Import Replacement Process, despite the criticisms, and the others, adopted since 2004, promoted incremental gains. The Brazilian manufacturing industry shows a loss of competitiveness due to higher production costs compared to new competitors, such as China, as well as Brazilian cost.

**Keywords:** Brazilian industry. Industrial policy. Transformation industry.

---

<sup>1</sup> Professora adjunta no curso de Administração da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* mygresilva@unipampa.edu.br/Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0291552564345306>

<sup>2</sup> Doutorando em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* abbaders@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874100127589654>

<sup>3</sup> Professor adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais, com atuação como Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação (*Stricto sensu*) em Gestão de Organizações Públicas, de Agronegócios e de Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, é bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Diretor da Editora UFSM e presidente do seu conselho editorial. *E-mail:* daniel.coronel@uol.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>

<sup>4</sup> Professor titular no Departamento de Economia e Relações Internacionais, com atuação como docente permanente nos Programas de Pós-Graduação (*Stricto sensu*) Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria e de Administração da UFSM. *E-mail:* pascoaljmarion@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6357528016447284>

<sup>5</sup> Acadêmico de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq. *E-mail:* marcelobender98@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8204095839893497>

## **Introdução**

A industrialização é um processo formado por um conjunto de eventos econômicos e sociais os quais possibilitam estruturas produtivas mais eficientes. Este processo relaciona-se ao tempo e espaço em análise. (SIMANDAM, 2009).

O setor industrial é considerado um dos setores mais relevantes de uma economia, visto que é responsável por efeitos de transbordamento e externalidades, principalmente para os países de baixos níveis de renda. Além disso, as atividades econômicas não tradicionais fornecem valiosos efeitos de demonstração aos demais agentes econômicos, visto que geram aprendizado tecnológico e fornecem insumos para os outros elos da cadeia produtiva. Desta forma, a competitividade do setor industrial é fundamental para a competitividade de um país. (RODRIK, 2006).

A competitividade de uma nação se dá pela produção de bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais, mantendo e expandindo a renda real dos seus cidadãos e as oportunidades de emprego. A competitividade nacional está relacionada a fatores internos às empresas, a fatores estruturais e sistêmicos.

Seguindo esta temática, este estudo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos da política industrial, bem como discutir a respeito da indústria brasileira frente ao cenário econômico mundial. O presente estudo justifica-se a partir da reatualização do debate da política econômica industrial proposta por Coronel, Azevedo e Campos (2014).

Além disso, esta discussão visa a fornecer bases para a formulação de estratégias dos tomadores de decisão pública, com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, a partir do setor industrial. Cabe ressaltar também que esta reatualização proporciona diretrizes para gerenciamento do setor privado, uma vez que trata dos principais desafios e das oportunidades enfrentados pelo setor. Para tal, realiza-se um amplo levantamento bibliográfico, a partir das principais publicações da área, além da análise de dados secundários.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na segunda seção, faz-se uma discussão teórica sobre a indústria brasileira e a política industrial; na seção seguinte, são discutidos os principais aspectos da indústria de transformação brasileira, e, por fim, são elencadas as considerações finais.

## **A indústria brasileira e a política industrial**

A indústria transformou-se no principal motor da aceleração do crescimento econômico no século XIX, com as metrópoles industrializadas e as colônias com a base econômica predominantemente agrícola. Desta forma, tem-se a divisão colonial do trabalho, em que os países em desenvolvimento exportaram produtos agrícolas e minerais para as economias avançadas, e estas exportaram seus produtos manufaturados para aqueles. Apesar dos esforços industrializantes dos países em desenvolvimento, no final do século XIX suas economias continuam dependentes do desempenho da agricultura e mineração. (SZIRMAI, 2012).

Com o intuito de fomentar o setor industrial, tem-se a política industrial. Ela é o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, as quais podem afetar a alocação inter e intraindustrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos, em determinada região. Desta forma, a participação do estado, na promoção da atividade produtiva busca estágios superiores de desenvolvimento aos preexistentes em determinado país. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2013).

Conforme Andreoni (2016), o Brasil experimentou três fases de desenvolvimento industrial, sendo que a primeira fase cobre o período de 1940 até 1980 e se caracterizou pelo planejamento estatal extensivo em áreas de desenvolvimento setorial, tais como aço, petroquímica e combustíveis renováveis, e pela proteção comercial. A segunda compreende os anos de 1980 e 1990, caracterizada pela crise da dívida externa e a política industrial relegada em favor da estabilização macroeconômica. A terceira fase tem início em 2003, com o primeiro governo Lula, em que a política industrial brasileira buscou reagir às transformações no cenário competitivo mundial.

No Brasil, o Processo de Substituição das Importações (PSI) foi uma das políticas industriais mais ativas, o qual trouxe a mudança do centro dinâmico da economia do setor cafeeiro para o setor industrial. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a reforma tributária de 1934, o aumento de créditos ao setor industrial, a criação de diversos órgãos voltados à diversificação agrícola e ao beneficiamento da agroindústria e a legislação trabalhista. A partir do PSI, o setor primário foi visto como um produtor de matérias-primas, mercado consumidor dos produtos industrializados e gerador de divisas para a indústria. (CORONEL, 2010a).

Com base no pensamento cepalino,<sup>5</sup> a política de industrialização seria possível por meio do PSI. A defesa da industrialização se baseava em três diagnósticos: a necessidade da industrialização, para absorver a crescente disponibilidade de mão de obra oriundas do crescimento demográfico do intenso processo de urbanização; as externalidades positivas decorrentes da industrialização, como a difusão tecnológica e elevação da produtividade; e a necessidade de se romper o processo de deterioração dos termos de troca, das diferenças nas elasticidades-renda da demanda entre bens básicos e manufaturados. Além disso, a integração econômica na América Latina era considerada uma condição necessária para industrialização mais eficiente, a partir dos benefícios da especialização. (BRAGA, 2002).

O processo de substituição de importações foi acelerado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a partir do Plano de Metas. Este tinha como objetivo investir em estatais, em infraestrutura (transporte e energia elétrica), incentivo à produção de bens de capital (máquinas e equipamentos), intermediários, bens de consumo duráveis e à produção de alimentos. Em suma, o plano consistia em algumas metas principais, tais como energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília como a capital nacional. (CORONEL et al., 2014).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do governo Geisel, focou a substituição de bens intermediários e de capital e a substituição de importações de bens duráveis de consumo durante o Milagre Econômico (1968-1973). (FONSECA, 2003).

Até a década de 1980, o Brasil era o país mais bem-sucedido na construção de um setor industrial diversificado, em relação a todos os países integrantes da América Latina. (LAPLANE, 2015). Porém, era necessário torná-lo eficiente e competitivo.

Neste sentido, destaca-se a ausência de política industrial nos anos 1980, do século XX, ocasionando perda de dinamismo e atraso tecnológico ao setor industrial, devido às políticas industriais anteriormente adotadas, como o protecionismo excessivo, o tardio e insuficiente fomento à exportação, o desleixo na capacitação tecnológica de inovar, a ampla concessão de subsídios, a

---

<sup>5</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) busca contribuir para o desenvolvimento econômico, promoção e reforço das relações econômicas destas regiões.



forte intervenção reguladora e a não sequencialidade dos planos e das políticas de desenvolvimento industrial. (SUZIGAN, 1996).

Neste contexto, o foco na construção de setores e a discussão centraram-se em questões voltadas para a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a qualidade e produtividade. Contudo, nos anos 1980, a política de estabilização com os sucessivos planos de combate à inflação inviabilizou as práticas de política industrial, além dos altos níveis de endividamento externo e interno. (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Esse quadro de submissão da política industrial, em detrimento de outras questões macroeconômicas, permaneceu nos anos de 1990, devido à vulnerabilidade externa e à instabilidade econômica. A abertura econômica provocou uma reação das empresas industriais de porte médio de enxugamento da estrutura e dos processos, de especialização da produção e de transferência da propriedade a investidores estrangeiros. (LAPLANE, 2015).

Além disso, houve a redução significativa da participação do Estado como agente do desenvolvimento industrial. Deu-se início a um amplo processo de privatizações de indústrias, submetendo-as à concorrência externa de importações e investimentos estrangeiros, apesar do setor estar enfraquecido devido aos anos de estagnação. (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Houve a retomada da política industrial com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2007, e o Plano Brasil Maior, em 2011. A PITCE teve como objetivo fortalecer e expandir a base industrial brasileira a partir da melhoria da capacidade de inovação das empresas. Essa política atuou em linhas de ação horizontais; por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico, inserção externa das exportações, modernização industrial e do ambiente institucional; de setores estratégicos, como *software*, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em outras atividades, como biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL- ABDI, 2017a).

Em 2008, no segundo mandato do governo Lula, foi lançada a PDP, sob a ótica desenvolvimentista. De acordo com esta perspectiva, no desenvolvimento da política industrial, deviam ser levadas em conta três conjuntos de condicionantes: o contexto específico, o tempo histórico e o contexto internacional. Em um estágio inicial, havia a proteção à indústria nascente, considerada como elemento temporário. Além disso, todos os instrumentos de

política econômica, cambial, fiscal, monetária entre outros são colocados à disposição do objetivo de industrialização. (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2013).

O objetivo da PDP foi ampliar a relação entre o setor público e o privado, com o intuito de proporcionar à indústria brasileira maior competitividade tanto no mercado nacional quanto no internacional. Esta política beneficiou setores de baixa e média intensidade tecnológica, como os setores automobilístico e de bens de capital. Contudo, foi ineficaz para os setores de alta intensidade tecnológica. Convém destacar que há necessidade de implementação de políticas industriais horizontais, que afetem todos os setores da economia, bem como de reformas estruturais, trabalhista, tributária e previdenciária. (SOARES; CORONEL; MARION FILHO, 2013).

Dando continuidade na mesma linha de política industrial, no governo Dilma foi lançado o Plano Brasil Maior para o período de 2011 a 2014. Este plano propunha que a política industrial, tecnológica, de serviços e comércio exterior focasse na inovação, com o intuito de alcançar a competitividade do setor industrial nos mercados interno e externo. O plano apresentava algumas medidas, tais como a desoneração dos investimentos e das exportações, ampliação, bem como a simplificação do financiamento ao investimento e das exportações, aumento de recursos e aperfeiçoamento do marco regulatório para inovação, estímulo ao crescimento de micro e pequenas empresas, fortalecimento da defesa comercial, criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas e regulamentação da lei de compras governamentais, para estimular a produção e inovação no País. (ABDI, 2017b). Este plano representava a continuidade da política industrial vigente, considerando que medidas não foram suficientes para melhorar as expectativas dos empresários da indústria brasileira. (SOARES; CORONEL; MARION FILHO, 2013).

Neste sentido, apesar dos planos industriais adotados, a produtividade da indústria ficou aquém do desejado para superar a crise econômica de 2008. Esta se baseia em um cenário de reversão do modelo de crescimento econômico vigente anteriormente, baseado nas exportações de *commodities* (devido ao aumento dos preços internacionais), de políticas anticíclicas e de fomento ao consumo interno; para outra situação econômica com o desaquecimento da demanda chinesa por *commodities* e a adoção brasileira de políticas fiscais e monetárias restritivas. (EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO- EBC, 2017a).

## A indústria de transformação brasileira

A indústria de transformação brasileira está concentrada nas Regiões Sudeste e Sul. Apenas o Estado de São Paulo contribui com, aproximadamente, 30% do PIB industrial. O dinamismo do estado deve-se, principalmente, à industrialização promovida pela economia cafeeira, a partir da década de 1930, e foi ocasionada pelo conjunto de vários fatores, tais como o afluxo de imigrantes europeus, o elevado número de operários qualificados, o rápido crescimento do potencial energético (principalmente hidráulico) e a abundância de matérias-primas de produção local. (SUZIGAN, 1971). A Tabela 1 mostra o *ranking* dos estados brasileiros, de acordo com o PIB industrial.

Tabela 1 – Participação estadual no PIB industrial – % (2015)

Estado	Participação no PIB industrial (%)	Acumulado (%)
São Paulo	30,70	30,70
Rio de Janeiro	11,30	42,00
Minas Gerais	10,30	52,30
Paraná	7,20	59,50
Rio Grande do Sul	6,70	66,20
Santa Catarina	5,20	71,40
Bahia	4,10	75,50
Goiás	3,30	78,80
Pará	2,90	81,70
Espírito Santo	2,70	84,40
Outros	15,60	100,00

Fonte: Portal da indústria (2018).

Os principais setores industriais do Estado de São Paulo são construção (22,8% do valor de transformação da indústria), alimentos (11,1%); químicos (7,5%), de utilidade pública (7,4%), derivados do petróleo e biocombustíveis (7,4%) e de veículos automotores (6,2%). (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2018). A produção industrial brasileira está concentrada regionalmente, pois São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais produzem 52,30% da produção industrial nacional. A Tabela 2 mostra o volume da produção e participação das atividades industriais do País.

Tabela 2 – Volume da produção e participação das classes industriais (2015)

<b>Classes de atividades industriais</b>	<b>Valor da produção (mil R\$)</b>	<b>Participação das atividades industriais (%)</b>	<b>Acumulado (%)</b>
Fabricação de produtos do refino de petróleo	193.682.716	7,49	7,49
Extração de petróleo e gás natural	152.755.546	5,91	13,40
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	97.750.484	3,78	17,18
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	82.876.723	3,21	20,39
Abate de reses, exceto suínos	75.948.537	2,94	23,33
Extração de minério de ferro	57.327.492	2,22	25,55
Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	45.732.685	1,77	27,32
Fabricação de álcool	45.368.539	1,76	29,08
Fabricação de adubos e fertilizantes	37.167.610	1,44	30,52
Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas	37.043.301	1,43	31,95

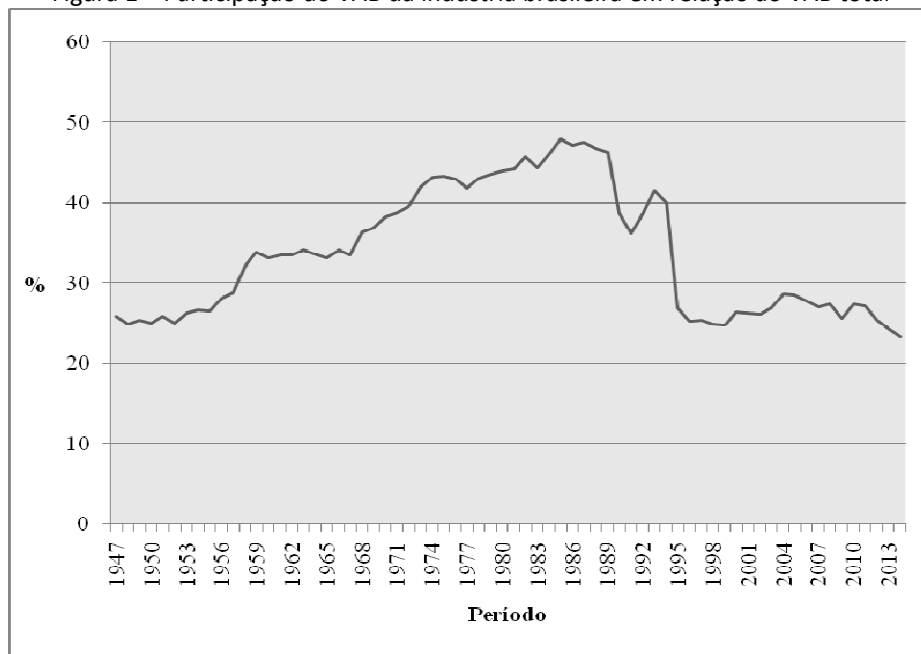
Fonte: Sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de Recuperação Automática (Sidra) (2017).

As principais atividades industriais brasileiras estão relacionadas com o setor de produtos básicos, como extrativo e agrícola. À exceção destas atividades, cabe destacar a produção do setor automotivo, mais especificamente de montadoras. Parte da competitividade brasileira neste setor está atrelada aos incentivos dados por meio de políticas anticíclicas, como a de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). (ALVARENGA et al., 2010).

Fora do setor petrolífero, o setor automotivo apresenta o maior valor agregado. No entanto, este apresenta alguns desafios, tais como arquitetura internacionalizada e desbalanceada da cadeia produtiva, multinacionais dividindo o mercado com pequenas empresas nacionais, elevados e crescentes custos produtivos, redução do nível de empregos e utilização intensiva de automação. (SAKURAMOTO; DI SERIO, 2015).

Neste sentido, apesar das políticas industriais citadas na seção 2, convém destacar, conforme a Figura 1, que as mesmas não surtiram efeitos, de acordo com a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação, em relação ao VAB total.

Figura 1 – Participação do VAB da indústria brasileira em relação ao VAB total



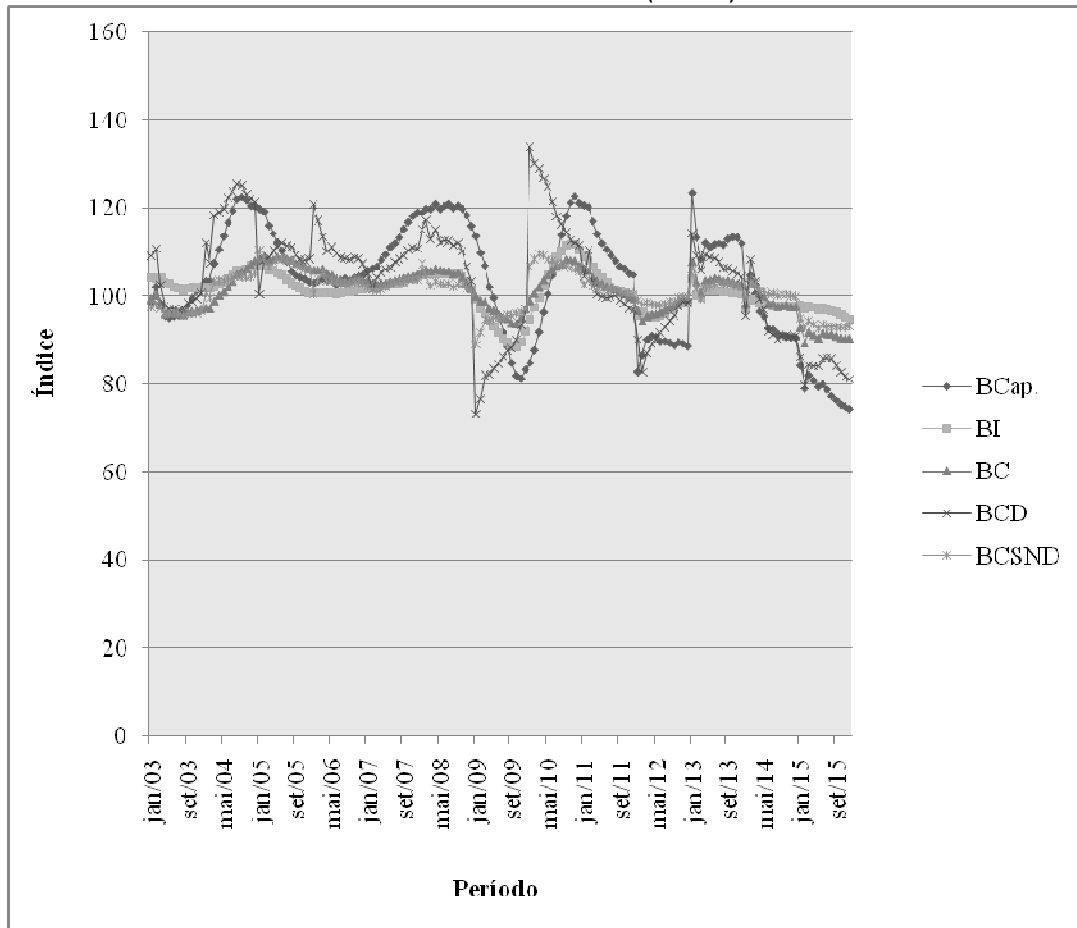
Fonte: IBGE (2017).

A partir da Figura 1, verifica-se que o comportamento da indústria é de retração da participação de, aproximadamente, 20 pontos percentuais no VAB total, entre as décadas de 1980 e 1990. Esse fato está relacionado à ausência de políticas industriais, devido às políticas de contenção da inflação, conforme discutido anteriormente.

Contudo, no que tange às políticas industriais adotadas, a partir dos anos 2000, os investimentos e o aumento de produtividade foram insuficientes frente à concorrência externa, devido à apreciação cambial e ao aumento de salário real no PAÍS. (LAPLANE, 2015).

Em uma análise desagregada, a partir de categorias de uso, é possível observar a mesma tendência de redução da produção industrial para todos os tipos de bens, principalmente os de capital, de acordo com a Figura 2. A produção de bens de capital é uma das principais responsáveis pelos investimentos produtivos, uma vez que oferta máquinas, equipamentos e outros meios de produção.

Figura 2 – Índice de produção industrial por categorias de uso, bens de capital (BCap.), bens intermediários (BI), bens de consumo (BC), bens de consumo duráveis (BCD) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (BCSND)

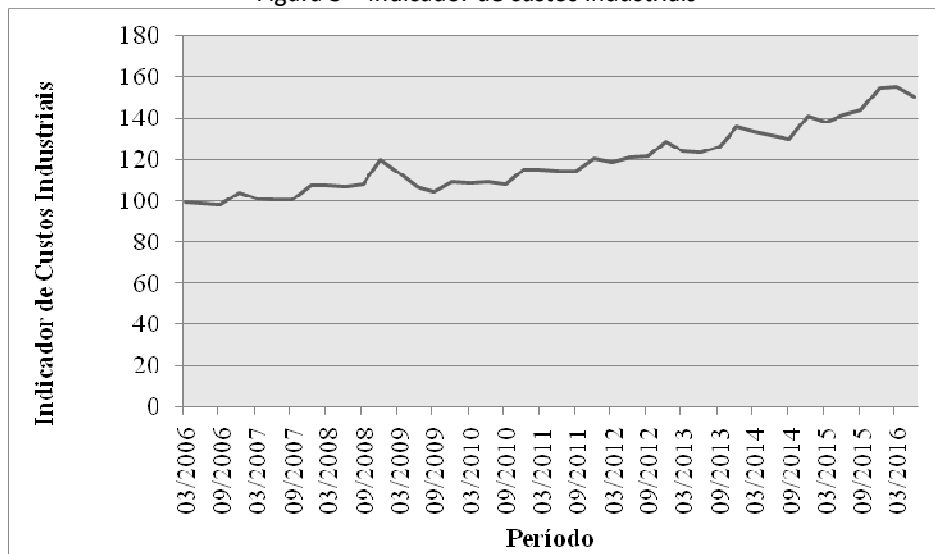


Fonte: IBGE (2017).

Nota: Base igual período do ano anterior = 100.

Muitos são os fatores que causaram perda de competitividade da economia brasileira, tais como o surgimento de novos produtores mais competitivos no Exterior, o desenvolvimento de novos canais para a integração econômica, como as cadeias globais de valor, por exemplo, os entraves que englobam o custo-Brasil (infraestrutura, logística, taxa de juros, carga tributária, trabalhista e previdenciária), o aumento do custo unitário do trabalho e a apreciação cambial. (SOUZA, 2015). A Figura 3 mostra o indicador de custos industriais, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria.

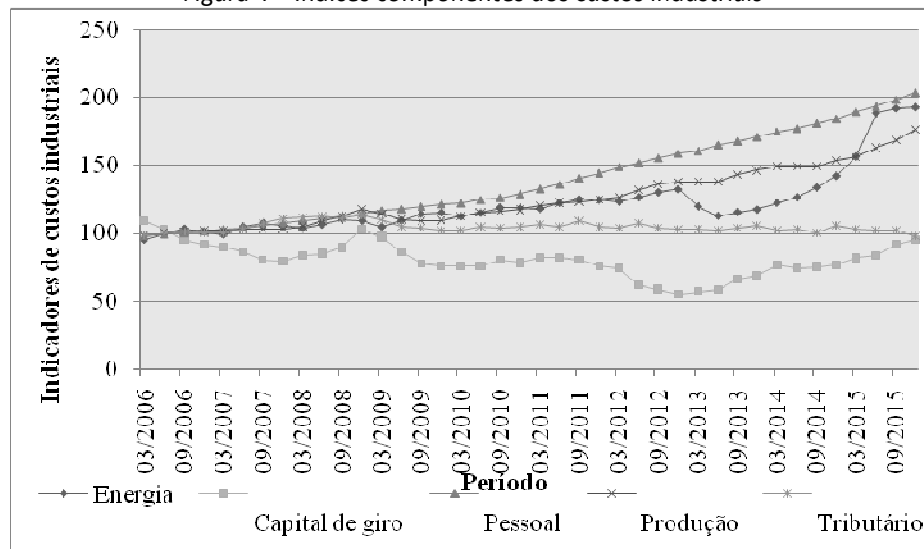
Figura 3 – Indicador de custos industriais



Fonte: Indicadores CNI (2017b).

De acordo com a Figura 3, observa-se que o indicador de custos industriais cresceu 50,80% de 2006 a 2016, em relação ao mesmo período, o qual pode ser explicado por diversos custos industriais, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Índices componentes dos custos industriais



Fonte: Indicadores CNI (2017b).

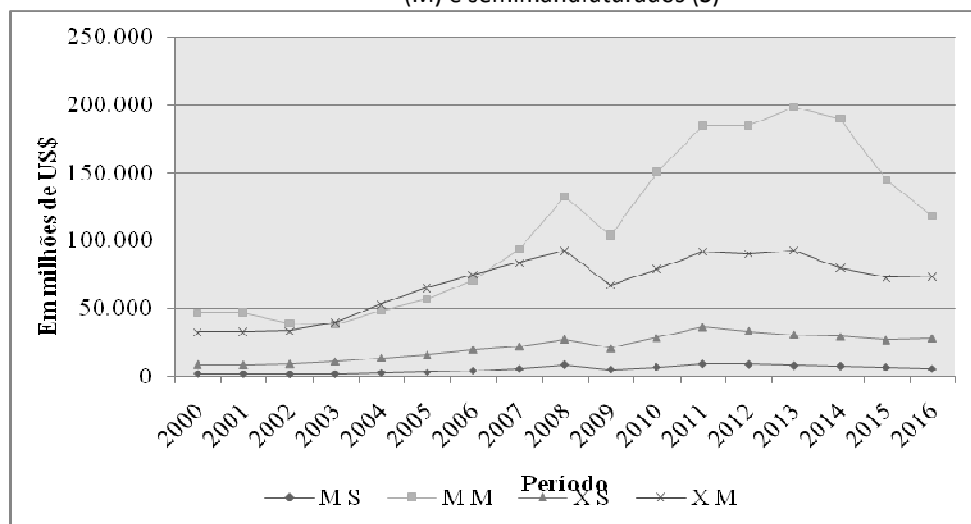
De acordo com a Figura 4, os custos com pessoal, produtivo e com a energia são os mais onerosos no setor industrial. Esses formam um grupo maior de custos, denominado custo-Brasil, o qual representa as deficiências dos fatores sistêmicos da economia brasileira, que se traduzem em maiores custos internos em comparação com outras economias. (PINHEIRO, 2014).

Neste sentido, a perda de competitividade do setor industrial repercute no comércio internacional do País. Além disso, países especializados na exportação de bens manufaturados apresentam uma base produtiva mais bem preparada, se comparados com países especializados em produtos primários, para iniciar outras atividades econômicas com potencial de produtividade elevado. (RODRIG, 2006).

Desta forma, de acordo com a Figura 5, observa-se o saldo negativo da balança comercial brasileira de bens industrializados. O vazamento de parte da demanda por bens industriais para as importações, principalmente a partir da crise internacional, impede a recuperação do setor industrial e amplia a especialização regressiva de estrutura produtiva. (SARTI; HIRATUKA, 2017).

Cabe destacar que o crescimento e posterior desenvolvimento econômico está atrelado à concepção da complexidade econômica. Com base neste conceito, tem-se que a estrutura produtiva do País, a partir da especialização produtiva em atividades econômicas com retornos crescentes de escala, influencia os níveis de desigualdade de renda e é influenciada por este. (GALA, 2017).

Figura 5 – Exportações (X) e importações (M) brasileiras de bens industrializados, manufaturados (M) e semimanufaturados (S)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. (MDIC, 2017b).



Conforme a Figura 5, observa-se o crescimento das importações de manufaturados na balança comercial brasileira, sendo oriundos, principalmente da China. A questão da perda de participação do setor industrial na economia brasileira está atrelada à questão comercial. Desde 2009, a China passou a ser a principal parceira comercial do Brasil. (PALÁCIO DO PLANALTO, 2017b).

A partir da abertura econômica chinesa, por meio de sua adesão à OMC, em 2001, houve a alteração do modelo econômico da China de economia agrícola para um modelo baseado em investimentos e exportações. (PANZINI et al., 2016).

Neste sentido, a maioria das importações brasileiras de produtos industriais da China se concentra nos manufaturados. As importações brasileiras de bens industrializados da China são crescentes, à exceção de 2009, devido à crise do *subprime* e, a partir de 2015, devido à instabilidade da economia brasileira. A contração econômica deve-se à política de redução da taxa básica de juros e do *spread* da taxa de juros, que buscava retomar a atividade econômica. Contudo, provocou forte desaceleração do consumo do governo e dos investimentos públicos. (MEDEIROS, 2015).

Na economia chinesa, alguns fatores como a oferta altamente elástica de trabalho, a adoção de instrumentos como subsídios, as restrições a investimentos externos, a elevada produtividade dos investimentos e as limitações de acesso ao seu mercado doméstico proporcionaram o cenário ideal de transformação do modelo de desenvolvimento econômico, com o predomínio da indústria manufatureira. Cabe ressaltar que a competitividade da indústria se deve, principalmente, a mecanismos políticos e administrativos, por meio da ampla concessão de subsídios a empresas estatais. (VEIGA; RIOS, 2016).

Neste sentido, a aproximação chinesa com o Brasil busca o abastecimento de *commodities* agrícolas e minerais, a melhoria da infraestrutura para o escoamento destas, o acesso ao mercado interno brasileiro para a venda de bens industriais chineses, bem como a aquisição de terras, jazidas minerais, empresas do setor de energia elétrica, empresas potencialmente compradoras de bens intermediários e de capital chineses. (DE CONTI; BLIKSTAD, 2017).

## **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo analisar os fundamentos teóricos da política industrial e discutir a respeito da indústria brasileira frente ao cenário econômico mundial.

A partir desta perspectiva, diversas políticas industriais foram implementadas na economia brasileira, tais como o PSI, PITCE, PDP e o Plano Brasil Maior. Contudo, apenas a primeira foi capaz de promover alterações significativas na matriz produtiva brasileira e alterar o centro dinâmico da economia, do setor agrícola para o industrial.

Além disso, cabe destacar uma lacuna na adoção de políticas industriais no período de 1980 a 2004, as quais foram preteridas às políticas macroeconômicas de combate à inflação e estabilização dos anos 1980 e 1990.

A indústria de transformação brasileira está concentrada na Região Sudeste, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e em atividades relacionadas à extração e refino de petróleo e gás natural, além da fabricação automobilística.

Este setor apresenta perda de competitividade devido ao surgimento de novos produtores no Exterior, ao desenvolvimento de novos canais para a integração econômica e aos entraves que englobam o custo-Brasil (principalmente custo de pessoal, produção e energia).

Como limitações da pesquisa, pode-se destacar que uma revisão de literatura, apesar da análise intensa e exaustiva, pode não englobar todos os aspectos que dizem respeito ao atual estágio de industrialização da economia brasileira e mundial, bem como não permitir descrever a relação entre diversas variáveis desse fenômeno.

### **Referências**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL- ABDI. **Política industrial, tecnológica e de comércio exterior**. Disponível em: <[http://www.abdi.com.br/Paginas/politica\\_industrial.aspx](http://www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx)>. Acesso em: 10 abr. 2017a.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL- ABDI. **Brasil maior**. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/paginas/pdp.aspx>>. Acesso em: 10 abr. 2017b.

ALVARENGA, G. V. et al. Políticas anticíclicas na indústria automobilística: uma análise de cointegração dos impactos da redução do IPI sobre as vendas de veículos. **Texto para discussão IPEA**, n. 1512, 2010.

ANDREONI, A. Variedades de política industrial: modelos, pacotes e ciclos de transformação. *In*: STIGLITZ, J. E.; NOMAN, A. (Org.). **Efficiency, finance, and varieties of industrial policy**: guiding resources, learning and technology for sustained growth. New York: Columbia University Press, 2016.

BRAGA, M. B. Integração Econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, n. 1, p. 9-30, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Manufatura avançada transforma indústria mundial**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2017/06/manufatura-avancada-transforma-industria-mundial/>>. Acesso em: 29 dez. 2017a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Indicadores CNI**. Disponível em: <<http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>>. Acesso em: 5 abr. 2017b.

CORONEL, D. A. O processo de substituição de importações. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010a.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z.; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 134, 2014.

DE CONTI, B.; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. **Texto para Discussão Unicamp- IE**, n. 292, p. 1-33, abr. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Países da parceria transpacífico se articulam para manter tratado sem os EUA**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2017-01/paises-da-parceria-transpacifico-tpp-se-articulam-para-manter-o>>. Acesso em: 1º maio 2017a.

FERRAZ, J. C.; DE PAULA, G. M.; KUPFER, D. Política Industrial. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FONSECA, P. C. D. O Processo de substituição de importações. *In*: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GALA, P. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=8&de=27](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=8&de=27)>. Acesso em: 5 abr. 2017.

LAPLANE, M. F. Inovação, competitividade e reindustrialização no Brasil pós-crise. In: BARBOSA, N. et al. (Org.). **Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier- FGV, 2015.

MEDEIROS, C. A. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2015.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. MDIC. **Balança comercial brasileira**: Países e Blocos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em: 5 abr. 2017b.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Principal parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil>>. Acesso em: 21 jun. 2017b.

PANZINI, F. S. et al. **Políticas industriais e comerciais da China**: sob a perspectiva das regras da OMC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Ranking dos estados**. Disponível em: <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=10&id=1506>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

PINHEIRO, A. C. A justiça e o custo Brasil. **Revista USP**, n. 101, p. 141-158, mar./abr./maio 2014.

RODRIK, D. **Industrial development**: stylized facts and policies. Disponível em: <<http://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/industrial-development.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2006.

SAKURAMOTO, C. Y.; DI SERIO, L. C. Indústria automobilística no Brasil: protagonista no palco de uma eminente transformação global. **Fórum de Inovação- EAESP**, 2015.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. **Texto para Discussão- Unicamp**, n. 290, p.1-38, abr. 2017.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. **Pesquisa Industrial Anual – Produto**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/tabelas/brasil/2015>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

SIMANDAM, D. *Industrialization*. Elsevier, p. 419-425, 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Dragos\\_Simandan/publication/305725435\\_Industrialization/links/579d20f108ae5d5e1e14c1a8/Industrialization.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Dragos_Simandan/publication/305725435_Industrialization/links/579d20f108ae5d5e1e14c1a8/Industrialization.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SOARES, C. S.; CORONEL, D. A.; MARION FILHO, P. J. A recente política industrial brasileira: da “Política de Desenvolvimento Produtivo” ao “Plano Brasil Maior”. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2013.

SOUZA, F. E. P. Por que a indústria parou? In: BARBOSA, N.; MARCONI, N.; SUZIGAN, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 1, jan./mar. 1996.

SUZIGAN, W. A Industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 89-111, 1971.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006.

SZIRMAI, A. Industrialisation as an engine of growth in developing countries, 1950–2005. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 23, p. 406-420, 2012.

VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. O capitalismo do Estado chinês e sua agenda de reformas. *In*: PANZINI, F. S.; SPADANO, L. E. F. A.; ALVIM, E. F.; ROSAR, S. (Org.). **Políticas industriais e comerciais da China: sob a perspectiva das regras da OMC**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

## O SUPORTE E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: UMA PERCEPÇÃO POR PARTE DOS COLABORADORES

*ORGANIZATIONAL SUPPORT AND COMMITMENT: A PERCEPTION BY EMPLOYEES*

Sâmia Cristiane Ciliato<sup>1</sup>

Lucas Almeida dos Santos<sup>2</sup>

Aline Mendonça Rodrigues<sup>3</sup>

Gabriela Santos da Silveira<sup>4</sup>

Andrieli de Fátima Paz Nunes<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente estudo objetiva analisar como o suporte organizacional influencia o comprometimento dos colaboradores de uma empresa prestadora de serviços da região central do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo de caso, de natureza quantitativa e qualitativa, com dados coletados por meio de questionários a uma amostra de 85 colaboradores de uma empresa prestadora de serviços. Para a análise dos dados, utilizou-se o *software* SPSS versão 23, efetuando-se teste T para diferença das médias e Pearson para a análise de correlação. Dentre os resultados, há destaque para a percepção do suporte organizacional em termos de equipamentos, máquinas e materiais, a recompensa financeira quando se trata de remuneração e benefícios em contrapartida ao esforço dispendido no dia a dia do trabalho, e a prática de dar *feedbacks*.

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas. Comprometimento organizacional. Suporte organizacional.

**Abstract:** The present study aims to analyze how organizational support influences the commitment of employees of a service provider in the central region of Rio Grande do Sul. This is a case study of a quantitative and qualitative nature, with data collected through of questionnaires to a sample of 85 employees of a company that provides services. For the analysis of the data the SPSS software version 23 was used, being carried out test T for difference of means and Pearson for analysis of correlation. Among the results, we highlight the perception of organizational support in terms of equipment, machinery and materials, the financial reward when it comes to compensation and benefits in return for the effort expended in the day to day work and the practice of giving feedback.

**Keywords:** People management. Organizational commitment. Organizational support.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Psicologia. Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Franciscana. samiaciliato@hotmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Contábeis Universidade Franciscana, em Administração e licenciado em docência. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria, RS. Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, RS. luksanttos@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica de Administração – Universidade Federal de Santa Maria, RS. alinemendoncaa@gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica de Administração – Universidade Federal de Santa Maria, RS. gabriellasantosdasilveira@gmail.com

<sup>5</sup> Bacharela em Administração (FISMA). Mestranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, RS. andrieli.nunes@gmail.com

## Introdução

O trabalho é uma atividade essencial na vida dos sujeitos e imprescindível na sociedade. Em nenhum momento deixou de ser uma questão norteadora da política, da organização das sociedades e dos projetos de vida das pessoas. (RIBEIRO, 2009). O significado do trabalho retrata desejos e necessidades dos indivíduos, e um meio para sua satisfação (CODA; FONSECA, 2004) e, apesar da centralidade do fenômeno, o conceito conquistou um lugar de destaque no campo da reflexão teórica, somente nos dois últimos séculos. (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

As organizações que proporcionam suporte organizacional adequado têm em contrapartida colaboradores motivados e engajados no alcance de metas e resultados organizacionais. As análises acerca do comprometimento organizacional traduzem a preocupação de gestores de entenderem, sob o viés do colaborador, o contexto do seu trabalho, compreendendo as circunstâncias e variáveis que influenciam diretamente sua motivação, o engajamento e o reflexo destes no desempenho e resultado. (PAIVA et al., 2013).

Um dos vínculos com o trabalho é o comprometimento, que é um requisito de bom desempenho, relações interpessoais apropriadas, eficiência e eficácia individuais e organizacionais. Neste sentido, este construto é relevante para a compreensão de como se articulam os vínculos dos colaboradores com suas carreiras e instituições empregadoras, e como esses diversos vínculos influenciam o desempenho no trabalho. (ROWE, 2008).

O presente estudo objetiva analisar como o suporte organizacional influencia o comprometimento dos colaboradores de uma empresa prestadora de serviços da região central do Rio Grande do Sul. Assim, o trabalho está dividido em introdução, referencial teórico, no qual abordaram-se o comprometimento organizacional e o suporte organizacional, a metodologia com as escalas e testes desenvolvidos no trabalho, os resultados e as discussões e, por fim, as conclusões.

## Comprometimento organizacional

O vocábulo *comprometimento* é usualmente empregado ao se referir ao vínculo que há entre dois indivíduos, entre um indivíduo e um grupo ou entre um indivíduo e uma organização. (SIQUEIRA; GOMIDE-JUNIOR, 2004). No entanto,

embora não exista uma definição única e consensual na literatura investigada, pode-se afirmar que as diferentes abordagens compartilham a percepção de que o comprometimento organizacional envolve um estado psicológico positivo, que qualifica a relação entre o indivíduo e a organização e, conseqüentemente, reflete em sua performance. (BASTOS; AGUIAR, 2015).

Na década de 1990, surgiu o modelo tridimensional de Meyer e Allen (1991), que ganhou destaque entre as matrizes conceituais. Este modelo propõe que o vínculo entre o colaborador e a empresa perpassa processos psicológicos diferentes, o que fundamenta dimensões específicas. O construto desenvolvido por Meyer e Allen (1991) é constituído por três dimensões, razão de ser chamado de construto tridimensional, nomeadamente: afetiva, instrumental e normativa.

Segundo os autores, a dimensão afetiva compreende o apego que o colaborador tem frente à organização, e o desejo de permanecer na organização se dá em detrimento da identificação do colaborador com as diretrizes organizacionais. A dimensão instrumental ou calculativa, considera que a ligação estabelecida entre colaborador e empresa está relacionada às vantagens que a organização lhe oferece em termos de *status*, remuneração, posição hierárquica, entre outros. Então, a vontade de permanecer está atrelada à necessidade. E, por fim, a dimensão normativa representa o comprometimento pautado no sentimento de dever e obrigação moral que o colaborador demonstra, diante da história da organização, do convívio e vínculo construído ao longo da trajetória profissional do colaborador.

## **Suporte organizacional no trabalho**

O suporte organizacional está ligado às iniciativas de desenvolver os colaboradores, promover recursos, trabalhar para que possam atuar de forma mais autônoma e promover mais visibilidade e reconhecimento para a organização (COVACS, 2006).

A percepção de suporte organizacional ocorre a partir de um processo de personificação da organização, o que significa que os colaboradores veem as ações dos agentes organizacionais como ações da própria organização, fazendo com que estes atribuam às ações características humanas. Assim, as crenças sobre as retribuições organizacionais dependem do mesmo processo de atribuição utilizado para atingir o comprometimento de outras pessoas nas



relações sociais, uma vez que os colaboradores passam a desenvolver percepções favoráveis do suporte organizacional quando julgam que as retribuições organizacionais são sinceras, bem-intencionadas e que não sofrem qualquer tipo de manipulação. (TAMAYO; TRÓCOLLI, 2002; FERREIRA et al., 2014).

Por fim, a percepção quanto ao suporte organizacional ocorre quando a organização oferece ao colaborador algumas condições essenciais, tais como: compreensão e entendimento acerca da tarefa a ser desempenhada, ou seja, o saber fazer, também é importante a motivação para laborar que nada mais é que o querer fazer e ainda, condições adequadas para o desempenho das atividades, isto é, o poder-fazer. (QUEIROGA, BRANDÃO; BORGES-ANDRADE, 2015).

## **Metodologia**

O presente estudo apresenta-se como estudo de caso, de natureza quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, sendo desenvolvido com os colaboradores de um *shopping* de grande porte da região central do RS. Quanto à coleta dos dados, a mesma se deu por meio de questionários com escala do tipo *Likert*, aplicados aos 105 colaboradores da empresa participante, tendo uma devolutiva de 85 questionários válidos.

Investigaram-se as variáveis sociodemográficas e profissionais dos colaboradores que participaram da pesquisa, e a Escala de Bases do Comprometimento Organizacional (EBACO), desenvolvida por Bastos e Aguiar (2015), o qual trata-se de uma ampliação do modelo de Meyer e Allen (1991), incluindo o instrumento de O'Reilly e Chatman (1986), sendo inseridos 10 indicadores, que possuem como base os construtos afetivos, normativos, instrumentais e afiliativos baseados na literatura. Em conjunto a escala EBACO, utilizou-se também a Escala de Percepção de Suporte Organizacional (EPSO), proposta por Queiroga, Brandão e Borges-Andrade (2015) contendo 28 indicadores.

Os dados foram tabulados por meio de Estatística descritiva e análise de frequências, realizadas no *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 23, e realizou-se teste *T* para diferença das médias e análise de correlação. Também utilizou-se do teste de *Pearson*, para analisar a correlação entre os constructos

## **Variáveis sociodemográficas e profissionais**

Com o intuito de conhecer o perfil da amostra pesquisada, foram investigadas variáveis sociodemográficas e profissionais, tais como: gênero, faixa etária, estado civil, grau de instrução, tempo de empresa e faixa salarial. A pesquisa aponta que 58,82% dos colaboradores são homens e 41,18% são mulheres, observando-se a predominância masculina. Quanto à faixa etária, 47,06% dos respondentes possuem entre 20 a 30 anos e 34,12%, possuem de 31 a 40 anos, podendo-se assim considerar que os colaboradores em sua maioria são jovens adultos.

No que diz respeito ao estado civil, aponta-se que 56,47% dos colaboradores encontram-se solteiros e que 32,94% estão casados. Na variável escolaridade, 50,59% dos colaboradores possuem o Ensino Médio e 30,59%, o Ensino Superior. O fato de apenas uma parcela dos colaboradores ter Ensino Superior, que pode estar atrelado à grande quantidade de funções mais operacionais, tais como, por exemplo: servente de limpeza, pedreiro, pintor, encanador, eletricitista.

Em relação ao tempo de atuação na empresa, 96,47% dos respondentes possui até um ano, indicando que a equipe é relativamente nova. E por fim, no tocante à faixa salarial, verifica-se que 47,06% recebem até R\$ 1.500,00 e 44,70% recebem entre R\$ 1.501,00 e R\$ 2.500,00. Tal fato pode estar atrelado à quantidade de funções de apoio e pelo curto período de atuação dos respondentes na empresa.

## **Médias da escala de percepção de suporte organizacional e escala de comprometimento organizacional**

Com o intuito de compreender a percepção do suporte organizacional no comprometimento dos colaboradores, realizou-se a estatística descritiva quanto à média e o desvio padrão das escalas EPSO-R e Ebaco, identificando-se, por meio das sentenças apresentadas nas escalas, as médias das respostas e o desvio padrão, quanto à relevância de cada construto para os pesquisados.

Em conformidade com os resultados tabulados, constata-se que o construto com maior média na escala EPSO-R foi o S4, alusivo à afirmativa: *“Nesta organização, os ambientes de trabalho são adequados ao desempenho eficaz das atividades (salas limpas, bem-iluminadas, ventiladas, com móveis*

*apropriados à execução das atividades)*”, com média 4,141 e  $\alpha$  de 1,1968. Logo, infere-se que a organização oferece aos seus colaboradores condições estruturais que proporcionam bem-estar no exercício de suas atividades.

Do mesmo modo, verifica-se que o construto S3 apresenta concordância significativa entre os participantes, no que tange à afirmativa: *“Esta organização oferece locais de trabalho com móveis, equipamentos e materiais em quantidade suficiente”*, que alcançou a média 4,012 e  $\alpha$  1,0521. Assim, averigua-se que os colaboradores percebem que a organização proporciona condições adequadas na estrutura física do ambiente, o que lhes permite desenvolver melhor suas atividades.

Em contrapartida, no construto S21 – *“Nesta organização, os funcionários são obrigados constantemente a fazer horas extras, sobrando pouco tempo para o descanso e o lazer”*, apresentou a menor média entre os demais construtos com 1,871 e  $\alpha$  1,2890. Em vista disso, é possível afirmar que os respondentes têm a percepção de que não há obrigação e necessidade de fazer constantemente horas extras, podendo significar que isto reflita melhor qualidade de vida para além da organização

E, ainda, o construto S19 – *“Esta organização só se interessa pelo alcance de metas, deixando de oferecer condições saudáveis de trabalho”*, apresentou a média 1,953 e  $\alpha$  1,2809. Tal resultado alude a percepção dos colaboradores de que a empresa não se preocupa apenas com os resultados de metas e objetivos, mas está atenta às condições saudáveis para o desempenho das atividades.

A partir da tabulação dos dados, verifica-se que o construto com maior média foi para C10 – *“Eu realmente me interesso pelo destino da organização onde trabalho”*, com média 4, 400 e com  $\alpha$  de 0,9411. Nessa perspectiva, acredita-se que os colaboradores se preocupam com a empresa e desejam que a mesma prospere, pois é por meio desta que retiram em parte ou total, sua renda financeira. Assim, intenta-se argumentar que os objetivos organizacionais estão interligados com os pessoais dos colaboradores, pois, segundo Brito e Bastos (2001), no cenário atual, o comprometimento constitui-se uma variável organizacional importante, em razão de que quando tem-se um nível elevado, potencializam-se as oportunidades de as organizações enfrentarem com sucesso as turbulências e atingirem seus objetivos.

Destaque também para o construto C1 – *“Eu me sinto orgulhoso dizendo às pessoas que sou parte da organização onde trabalho”*, com média 4,294 e menor  $\alpha$  de 0,9363. Nesse sentido, os colaboradores se sentem orgulhosos em fazer

parte da equipe e o quanto esta empresa significa no ambiente em que está inserida. Além disso, este sentimento pode refletir na motivação, comprometendo-os com os objetivos e as metas organizacionais. Ademais, Palácios e Peixoto (2015) elucidam que o comprometimento se trata de um estado psicológico positivo que evidencia a relação existente entre o colaborador e a organização e que reflete em seu desempenho e, conseqüentemente, nos resultados organizacionais.

Por outro lado, o construto que apresentou baixa significância para os respondentes foi a C5 – “*A minha forma de pensar é muito parecida com a da empresa*”, com média 3,329 e  $\alpha$  de 1,1991. Assim sendo, identifica-se que os respondentes não compartilham muito o modo de gerir nos aspectos organizacionais, humanos e estruturais, apesar de se preocuparem com o sucesso da organização e de estarem orgulhosos em pertencerem ao quadro funcional. Contudo, Medeiros e Enders (1998) argumentam que o comprometimento, quando alcança a base afetiva, faz com que o colaborador desenvolva uma sólida crença e aceitação dos valores e objetivos da organização, bem como está disposto a realizar um esforço significativo em benefício da organização, uma vez que apresenta um grande desejo de se manter como membro da organização.

Assim sendo, pode-se dizer que os participantes percebem que a organização propicia condições adequadas para o desempenho das atividades, oportuniza condições estruturais e materiais aos seus colaboradores, que não há em demasia cobrança e pressão no dia a dia. Ainda, apresentam ter grande estima para a empresa e importam-se com o seu destino.

### **A relação suporte e comprometimento organizacional com variáveis sociodemográficas**

Com o intuito de ampliar a análise a respeito do suporte e comprometimento organizacional, nesta seção apresenta-se a significância na correlação entre as escalas Ebaco e EPSO-R e as seguintes variáveis sociodemográficas: faixa etária, grau de instrução, tempo de instituição e faixa salarial.

Diante das respostas dos participantes, constata-se que a primeira variável dependente, faixa etária, representa os respondentes que possuem idade no intervalo de 20 a 30 anos e apresenta uma relação positiva de 0,002 com o

construto S10 – *“Na organização em que trabalho, os valores pagos ao funcionário a título de participação nos lucros e resultados (PLR) representam uma boa recompensa financeira”*, e significância de 0,046 com o construto S23 – *“Esta organização procura sanar as dificuldades encontradas pelo funcionário para o desempenho eficaz de suas atividades”* e, por fim, significância de 0,032 com o construto S25 – *“Nesta organização, o funcionário recebe todas as orientações e informações necessárias à execução eficaz de suas atividades”*.

Em vista disso, pode-se inferir que nesta etapa da vida, entre os 20 e 30 anos, o indivíduo está no início da carreira e, conseqüentemente, a questão financeira é importante, uma vez que neste momento de vida geralmente busca-se maior independência financeira do círculo familiar. Ainda, no início de carreira, o suporte ofertado ao colaborador, para o desempenho das atividades é essencial, uma vez que, nesta etapa de vida, o colaborador não dispõe de grandes experiências, necessitando de orientações e um acompanhamento mais próximo.

Na variável estado civil, a assertiva solteiro possui maior representatividade na amostra investigada. Esta variável apresenta uma relação significativa apenas com o construto S1 – *“A organização em que trabalho fornece aos funcionários equipamentos, máquinas e materiais necessários ao desempenho eficaz de suas tarefas”*, com significância de 0,007. Neste caso, presume-se que a organização fornece condições adequadas para que os colaboradores executem as atividades propostas.

Quanto à variável grau de instrução, com maior média para o Ensino Médio completo, percebe-se uma relação com significância de 0,013 com o construto S15 – *“Na organização em que trabalho, há cobrança e pressão excessivas para o alcance de metas”*, e significância de 0,000 com o construto S18 – *“A organização em que trabalho frequentemente estabelece metas inatingíveis”*, e significância de 0,003 com o construto S19 – *“Esta organização só se interessa pelo alcance de metas, deixando de oferecer condições saudáveis de trabalho”*, ainda apresenta significância de 0,000 com o construto S20 – *“Esta organização estabelece prazos insuficientes para a realização de trabalhos, sem considerar a disponibilidade de recursos financeiros, materiais e humanos necessários a sua execução”* e, por fim, significância de 0,006 com o construto S25 – *“Nesta organização, o funcionário recebe todas as orientações e informações necessárias à execução eficaz de suas atividades”*.

Dessa forma, é possível compreender que, para os indivíduos com Ensino Médio de instrução, há uma correlação com os construtos citados acima, em função de que podem não considerar cobrança e pressão excessivas, metas inatingíveis com prazos insuficientes ou falta de recursos necessários. Levando a concluir que, quanto maior o nível de instrução, maior o entendimento acerca da cobrança que sofrem no dia a dia.

Em relação à variável tempo de empresa, com maior média para até um ano, apresenta correlação negativa, com significância de 0,046 com o construto S3 – *“Esta organização oferece locais de trabalho com móveis, equipamentos e materiais em quantidade suficiente”*, e significância de 0,047 com o construto S7 – *“As oportunidades de promoção e ascensão profissional oferecidas por esta organização são compatíveis com as aspirações dos funcionários”*. Assim sendo, é plausível acreditar que os indivíduos, com até um ano de empresa, não percebem que existem oportunidades de ascensão e crescimento profissional, de acordo com suas aspirações, fato que pode estar atrelado à pequena trajetória traçada na empresa, uma vez que, quanto maior o tempo de empresa, maior percepção estes possuem da ascensão profissional. E, quanto mais tempo de empresa, mais percebem e conhecem a empresa estruturalmente, a ponto de considerar isso um suporte.

Quanto à variável faixa salarial, verifica-se que não apresentou correlação significativa com o suporte organizacional, ou seja, a faixa salarial não exerce influência para que os colaboradores percebam o suporte concedido pela empresa. Na sequência, apresenta-se a relação entre os construtos da escala de comprometimento organizacional, no que tange à significância, de acordo as características apuradas nas variáveis sociodemográficas.

Na análise dos dados constata-se que a variável grau de instrução, com maior média para o Ensino Médio completo, revela relação positiva com o construto C3, com significância de 0,038 – *“Sinto os objetivos da minha organização como se fossem os meus”*. Dessa forma afirma-se que os indivíduos estão comprometidos com os objetivos da organização, uma vez que se identificam com os mesmos.

Quanto às variáveis, faixa etária, estado civil, tempo de empresa e faixa salarial, não foram relacionadas aos construtos que compõem a escala de comprometimento organizacional, isto é, estas variáveis sociodemográficas não servem de fatores precedentes, para que os colaboradores estejam comprometidos com a organização.

## Influência do suporte no comprometimento organizacional

Em concordância com o objetivo desta investigação, este tópico apresenta a influência do suporte organizacional no comprometimento dos colaboradores, por meio da análise de correlação entre os construtos Ebaco e EPSO-R. Abaixo, verificam-se as correlações do suporte organizacional com o comprometimento, por meio da correlação de Pearson.

Frente às respostas dos participantes, a primeira variável S1, que representa esta afirmativa: *“A organização em que trabalho fornece aos funcionários equipamentos, máquinas e materiais necessários ao desempenho eficaz de suas tarefas”*, aponta uma relação significativa de 0,004 com o construto C1 – *“Eu me sinto orgulhoso dizendo às pessoas que sou parte da organização onde trabalho”*, e significância de 0,007 com o construto C2 – *“Conversando com meus amigos, eu sempre me refiro a essa organização como uma grande instituição para a qual é ótimo trabalhar”* e, ainda, significância de 0,003 com o construto C10 – *“Eu realmente me interesso pelo destino da organização onde trabalho”*.

Posto isto, Paschoal, Torres e Porto (2010) alegam que a percepção do colaborador acerca das condições quando compatíveis com seus esforços e empenho no dia a dia, podem influenciar não apenas os resultados organizacionais, como também nas emoções do colaborador com a organização. Logo, os respondentes percebem que a organização oferece o suporte necessário em termos de equipamentos, máquinas e materiais e que isto reflete no apreço que têm com a organização, o orgulho de pertencimento e o desejo de que a organização prospere.

Em relação à variável S2 – *“Nesta organização, as ferramentas de trabalho (computadores, aplicativos, sistemas informatizados e outros) são de boa qualidade”*, revela uma relação relevante de 0,031 com o construto C10 – *“Eu realmente me interesso pelo destino da organização onde trabalho”*. Neste sentido, Silva e Zanelli (2004) explicam que os fatores ambientais influenciam o desempenho do colaborador de modo a suscitar neste respostas afetivas favoráveis ou não diante do ambiente em que está inserido e que estas respostas impactam, conseqüentemente, na motivação e no comprometimento do colaborador. É possível concluir que a organização pesquisada, por meio da eficiência em proporcionar condições estruturais, promove no colaborador o engajamento que o impulsiona a desejar o sucesso da organização.

A respeito da variável S10 – *“Na organização em que trabalho, os valores pagos ao funcionário a título de participação nos lucros e resultados (PLR) representam uma boa recompensa financeira”*, indica uma significância de 0,047 com o construto C2 – *“Conversando com meus amigos, eu sempre me refiro a essa organização como uma grande instituição para a qual é ótimo trabalhar”*, e significância de 0,013 com o construto C6 – *“Eu acho que os meus valores são muito similares aos valores defendidos pela organização onde trabalho”* e, por fim, significância de 0,018 com o construto C7 – *“Sinto que existe uma forte ligação afetiva entre mim e minha organização.”* A partir disso, Abbad, Freitas e Pilati (2006) apontam que o suporte organizacional é um construto que dispõe de diversas dimensões intrínsecas às práticas de gestão, as cobranças quanto às obrigações e os deveres, a carga de trabalho, as condições estruturais e práticas de promoção e ascensão na organização. Dessa forma, a recompensa financeira em termos de remuneração e benefícios corroboram para que a ligação afetiva entre o colaborador e a organização seja mais palpável e, ainda, ser motivo de orgulho de fazer parte da equipe.

No que diz respeito à variável S12, tendo em consideração esta afirmativa: *“Nesta organização, os salários pagos aos funcionários são compatíveis com as melhores remunerações praticadas no mercado financeiro para cargos similares”*, denota uma significância de 0,028 com o construto C2 – *“Conversando com meus amigos, eu sempre me refiro a essa organização como uma grande instituição para a qual é ótimo trabalhar”*, significância de 0,027 com o construto C3 – *“Sinto os objetivos da minha organização como se fossem os meus”*, e significância de 0,037 com o construto C8 – *“Essa organização tem um imenso significado pessoal para mim”*.

Em relação à variável S15, no que concerne a esta afirmativa: *“Na organização em que trabalho, há cobrança e pressão excessivas para o alcance de metas”*, sugere uma significância de 0,022 com o construto C9 – *“Essa organização tem um imenso significado pessoal para mim”*, e ainda significância de 0,020 com o construto C10 – *“Eu realmente me interesso pelo destino da organização onde trabalho”*.

À respeito da variável S16, na afirmativa *“Esta organização sobrecarrega de trabalho os funcionários que possuem melhor desempenho”*, apresenta relevância de 0,043 com o construto C7 – *“Sinto que existe uma forte ligação afetiva entre mim e minha organização”*, e significância de 0,050 com o construto C8 – *“Essa organização tem um imenso significado pessoal para mim”*.



Neste mesmo panorama, a variável S17 – *“Nesta organização, a sobrecarga de trabalho leva o funcionário frequentemente ao esgotamento físico e mental”*, revela relação significativa de 0,033 com o construto C3 – *“Sinto os objetivos da minha organização como se fossem os meus”*.

A variável S19, que refere-se a esta afirmativa: *“Esta organização só se interessa pelo alcance de metas, deixando de oferecer condições saudáveis de trabalho”*, indica relevância de 0,022 com o construto C6 – *“Eu acho que os meus valores são muito similares aos valores defendidos pela organização onde trabalho”*.

E ainda, à respeito da variável S22, nesta afirmativa: *“Esta organização procura aprimorar constantemente os processos de trabalho, levando em consideração as sugestões dos funcionários”*, apresenta significância de 0,010 com o construto C3 – *“Esta organização oferece locais de trabalho com móveis, equipamentos e materiais em quantidade suficiente”*, significância de 0,002 com o construto C6 – *“Eu acho que os meus valores são muito similares aos valores defendidos pela organização onde trabalho”* e, por fim, significância de 0,002 com o construto C9 – *“Aceito as normas da empresa porque concordo com elas”*.

Frente à variável S27: *“Esta organização evita responder a seus funcionários por pequenas falhas, ressaltando mais os aspectos positivos do que os negativos do seu desempenho”*, revela significância de 0,009 com o construto C4 – *“A organização em que trabalho realmente inspira o melhor de mim para meu progresso no desempenho do trabalho”*, e significância de 0,031 com o construto C8 – *“Essa organização tem um imenso significado pessoal para mim”*.

Quanto à variável S28 – *“Esta organização promove a capacitação de seus funcionários, oferecendo-lhes constantemente treinamentos segundo a área de atuação de cada um”*, denota relação significativa de 0,037 com o construto C1 – *“Eu me sinto orgulhoso dizendo às pessoas que sou parte da organização onde trabalho”*, significância de 0,008 com o construto C3 – *“Sinto os objetivos da minha organização como se fossem os meus”* e, ainda, significância de 0,042 com o construto C8 – *“Essa organização tem um imenso significado pessoal para mim”*.

Por fim, as variáveis S3, S4, S5, S6, S7, S8, S9, S11, S13, S14, S18, S20, S21, S23, S24, S25, S26 não apresentaram significância relevante com nenhum construto componente da Ebaco. Conforme, Borges-Andrade (2015) a educação e o trabalho são dimensões correlatas no contexto organizacional, visto que a aprendizagem é o meio pelo qual possibilita aos indivíduos a empregabilidade e

para as organizações o investimento em desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, que compõem a estratégia para garantir sua sustentabilidade no mercado competitivo. Sendo assim, a percepção positiva de suporte organizacional frente a treinamentos e capacitação pode influenciar o comprometimento do colaborador.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa possibilitou analisar a influência do suporte organizacional no comprometimento organizacional em uma organização privada da região central do Rio Grande do Sul. Para tal investigação, foram utilizados dois instrumentos, a Escala de Bases do Comprometimento Organizacional (Ebaco) validada por Bastos e Aguiar (2015) e a Escala de Percepção de Suporte Organizacional (EPSO-R), proposta e validada por Queiroga, Brandão, Borges-Andrade, (2015), que através de técnicas estatísticas e de correlação confirmaram haver correlação significativa entre os construtos.

É relevante destacar a percepção do suporte organizacional em termos de equipamentos, máquinas e materiais, bem como a percepção de condições estruturais. Além disso, a recompensa financeira quando se trata de remuneração e benefícios em contrapartida ao esforço dispendido no dia a dia do trabalho é satisfatória. E, ainda, a prática de dar *feedbacks* é percebida como um suporte importante, uma vez que é através deste que há o alinhamento de expectativas entre o colaborador e a organização, no que tange ao desempenho das atividades.

Assim, pode-se concluir que os colaboradores têm apreço à organização, sentem-se orgulhosos de pertencerem e desejam que a organização prospere. No entanto, pode-se afirmar que cobrança e pressão excessiva podem prejudicar o comprometimento. Dessa forma, estes resultados auxiliam a organização a identificar pontos de intervenção nas rotinas de trabalho, já que as avaliações não foram muito satisfatórias no fator *carga de trabalho*. Desse modo, a pesquisa alcançou resultados alinhados com as teorias estudadas a respeito do suporte e comprometimento organizacional.

## Referências

- ABBAD, G.; FREITAS, I. A.; PILATI, R. Contexto de trabalho, desempenho competente e necessidades em TDeE. *In*: BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G.; MOURÃO, L. (Org.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BASTOS, A. V. B.; AGUIAR, C. V. N. Comprometimento organizacional. *In*: PALACIOS, K. P.; PEIXOTO, A. L. A. **Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, A.V.B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: ArtMed, 2014. p. 25-72.
- BORGES-ANDRADE, J. E. Aprendizagem no trabalho. *In*: BENDASOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- BRITO, A. P. M. P.; BASTOS, A. V. B. O schema de trabalhador comprometido e gestão do comprometimento: um estudo entre gestores de uma organização petroquímica. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 1-24, 2001.
- CODA, R.; FONSECA, G. F. Em busca do significado do trabalho: relato de um estudo qualitativo entre executivos. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 6, 2004.
- COVACS, J. M. **Bem-estar no trabalho**: o impacto dos valores organizacionais e percepções de suporte organizacional e percepções de justiça. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde, da Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- DEMO, G.; MARTINS, P. R.; ROURE, P. Políticas de gestão de pessoas, comprometimento organizacional e satisfação no trabalho na Livraria Cultura. **Revista Alcance – Eletrônica**, v. 20, n. 2, p. 237-254, 2013.
- FERREIRA, M.; et al. Suporte no trabalho: a percepção de docentes do Ensino Técnico. **Rev. Gest. Aval. Educ.**, v. 5, n. 3, p. 33-49, 2014.
- MEDEIROS, C. A. F.; ENDERS, W. T. E. Validação do modelo de conceitualização de três componentes do comprometimento organizacional (Meyer e Allen, 1991). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 67-87, 1998.
- MEYER, J. P.; ALLEN, N. J. A three-component conceptualization of organization commitment. **Human Resource Management Review**, v. 1, n. 1, 1991.
- O'REILLY, C. A.; CHATMAN, J. Organizational commitment and psychological attachment: the effects of compliance, identification, and internalization on prosocial behavior. **Journal of Applied Psychology**, v. 71, n. 3, p. 492-499, 1986.
- PAIVA, K. et al. Comprometimento organizacional: um estudo com trabalhadores de um *call center* *In*: ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2013.

PASCHOAL, T.; TORRES, C. V.; PORTO, J. B. Felicidade no trabalho: relações com suporte organizacional e suporte social. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 6, 2010.

QUEIROGA, F.; BRANDÃO, H. P.; BORGES-ANDRADE, J. E. Escala de percepção de suporte organizacional – versão reduzida. *In*: PALACIOS, K. P.; PEIXOTO, A. L. A. **Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

RIBEIRO, M. A. **Psicologia e gestão de pessoas**: reflexões críticas e temas afins. São Paulo: Vetor, 2009.

ROWE, D. E. O. **Múltiplos comprometimentos e suas relações com o desempenho**: um estudo entre docentes do ensino superior brasileiro em IES públicas e privadas. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Doutorado da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, N.; ZANELLI, J.C. Cultura organizacional. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Ed.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE-JUNIOR., S. Vínculos do indivíduo com a organização e com o trabalho. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.) **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TAMAYO, M. R., TRÓCCOLI, B. T. Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 1, 2002.

## O TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: IDENTIFICAÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO ASSENTAMENTO CHASQUEIRO SANTA ROSA EM ARROIO GRANDE-RS

*RURAL TOURISM IN FAMILY FARMING: IDENTIFYNG POTENCIALITIES OF THE  
CHASQUEIRO SANTA ROSA SETTELEMENT IN ARROIO GRANDE-RS*

Alice Leoti<sup>1</sup>

Tiago Celonir Fernandes Viana<sup>2</sup>

Patrícia Schneider Severo<sup>3</sup>

Vanessa Eliza Fischer<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho aborda o tema turismo rural na agricultura familiar. O principal objetivo é identificar as potencialidades do Assentamento Chasqueiro Santa Rosa, no Município de Arroio Grande-RS. O turismo rural traz a possibilidade de integrar os agricultores e seus familiares ao turismo na região, desenvolvendo-se uma alternativa de renda e motivo de aumento da autoestima de pequenos produtores rurais. Para fundamentar o estudo, foram considerados aspectos gerais sobre o turismo rural e a agricultura familiar provenientes de estudos bibliográficos, bem como apresenta a análise dos dados colhidos em pesquisa de campo, por meio de entrevista. A metodologia é caracterizada como uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada, de análise qualitativa e classificada quanto aos procedimentos técnicos como pesquisa de campo. Nesta pesquisa, foi possível constatar a viabilidade de realização de turismo nas propriedades rurais.

**Palavras-chave:** Turismo rural. Agricultura familiar. Assentamento Chasqueiro Santa Rosa. Arroio Grande.

**Abstract:** This paper approaches the rural tourism in family farming. The main objective is to identify the potentialities of the Chasqueiro Santa Rosa settlement, in the municipality of Arroio Grande-RS. The Rural tourism creates the possibility of integrate farmers and their families to tourism in the region, as it developes an income alternative and a reason to increase self-esteem of small farmers. In order to base the study, general aspects of rural tourism and family farming were consider by bibliographic research, plus the analysis of the data collected in a field research, carried with interviews. The methodology is characterized as descriptive research, of an applied nature with qualitative analysis and regarding the technical procedures it is classified as a field research. In this research it was possible to verify the feasibility of carrying out tourism in the rural properties.

**Keywords:** Rural tourism. Family farming. Chasqueiro Santa Rosa Settlement. Arroio Grande.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Turismo. Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural. <http://lattes.cnpq.br/6646557323996742>. [aliceleoti@hotmail.com](mailto:aliceleoti@hotmail.com)

<sup>2</sup> Tecnólogo em Gestão de Turismo. [tiagocelonir@gmail.com](mailto:tiagocelonir@gmail.com)

<sup>3</sup> Bacharela em Administração. Bacharela em Ciências Contábeis. Especialista em Comunicação e Marketing. Mestra em Ciências Contábeis. Doutora em Agronomia. <http://lattes.cnpq.br/0041206642611964>. [patriciassevero@hotmail.com](mailto:patriciassevero@hotmail.com)

<sup>4</sup> Bacharela em Turismo. Especialista em Gestão de Eventos e MBA em Gestão Estratégica de Negócios. Mestra em Negócios Internacionais, Economia e Gestão. <http://lattes.cnpq.br/7314529324831750>. [fischer.vanessa@gmail.com](mailto:fischer.vanessa@gmail.com)

## **Introdução**

Esta pesquisa tem como intuito apresentar as potencialidades do assentamento Chasqueiro Santa Rosa para o desenvolvimento do turismo rural. Para tanto, faz-se necessário conhecer quem são os agricultores familiares, identificar o conhecimento e o interesse em desenvolver a atividade turística, assim como as atividades já desenvolvidas e as condições para o incremento do turismo rural no assentamento.

É um estudo proficiente, pois o ambiente rural tem sofrido significativas mudanças ao longo do tempo; atividade de produzir alimentos passou a conviver com atividades não agrícolas. Assim, diante das dificuldades de sobrevivência, dos desafios enfrentados pela população rural, da resistência dos pequenos produtores para permanecerem no campo e da importância das unidades de produção familiar, faz-se necessário pensar em meios que possibilitem melhorar a renda e a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Deste modo, considerando-se o turismo rural como uma alternativa para agregar renda e gerar empregos para as comunidades rurais na zona rural de Arroio Grande-RS, buscou-se reunir informações com o propósito de identificar as potencialidades do assentamento<sup>4</sup> Chasqueiro Santa Rosa para o turismo rural na agricultura familiar.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral identificar as potencialidades do assentamento Chasqueiro Santa Rosa, em Arroio Grande-RS, para o turismo rural. Com este trabalho tem-se o interesse de indicar uma alternativa para o desenvolvimento de atividade turística no município de Arroio Grande-RS, através do turismo rural na agricultura familiar, o qual é apropriado para gerar renda e melhorias na qualidade de vida dos agricultores, elevar a autoestima desta comunidade agrária, além de contribuir no desenvolvimento socioeconômico do município. A escolha do segmento manifestou-se pelo fato de o município possuir diversas propriedades rurais em que há a possibilidade de desempenhar a referida atividade turística.

---

<sup>4</sup> O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir um imóvel rural por outras vias. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

Por sua vez, o assentamento Chasqueiro Santa Rosa destaca-se por ser uma comunidade onde predomina a agricultura familiar e a produção diversificada, caracterizada pela produção de produtos primários como agricultura e pecuária, os quais podem ser transformados originando, por exemplo, produtos fabricados com base no leite, como queijos e doces ou, ainda, produtos *in natura*, como frutas e legumes. Além disso, encontra-se situado em área de vastas belezas naturais e sua localização é capaz de atrair tanto os turistas que cruzam o município com destino à fronteira Jaguarão-RS/ Rio Branco-Uruguai, quanto os turistas estrangeiros que passam pela cidade em direção às praias brasileiras.

## **Turismo rural**

Os primórdios do turismo rural foram identificados no século XX, com suas atividades na Europa. Tulik (2003) enfatiza que a experiência europeia, na prática de turismo rural, destacando-se a França, no ano de 1948, seguida pela Espanha, em 1960, pela Itália em 1966 e por Portugal, em 1978, foi influenciadora para que o Brasil iniciasse suas atividades nesse ramo turístico.

Salles (2006, p. 22) aponta que o “turismo rural no Brasil teve início em Lages/SC, no início da década de 1980, como alternativa de aproveitamento da estrutura das fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro e equinos, principalmente na região serrana”.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2003, p. 11), define-se turismo rural “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Desta forma, percebe-se que a prática do turismo rural no Brasil é uma atividade contemporânea, inspirada no modelo europeu, que alia às atividades tradicionais desempenhadas em propriedades rurais a ações turísticas capazes de valorizar a produção local.

Conforme Alves, Souza e Marra (2011), o meio rural brasileiro sofreu com a globalização e a mecanização da agricultura, o que levou grande parte de moradores da zona rural migrarem para as cidades, em busca de melhor qualidade de vida. Esse fenômeno conhecido como êxodo rural, mesmo que de

forma lenta, ainda ocorre; por isso, há a necessidade constante de incentivo para que os pequenos produtores rurais permaneçam no campo.

Por outro lado, o ambiente rural e as atividades ligadas ao homem do campo têm se tornado interesse dos turistas que buscam desfrutar novas experiências, conhecer novas paisagens ou simplesmente fugir da correria do dia a dia dos centros urbanos. Além do mais, é crescente a conscientização da importância dos bons hábitos frente à natureza, da preservação do natural e dos cuidados com a alimentação.

Nesse contexto, destaca-se na prática do turismo rural, além de terem valorizadas suas atividades agropecuárias, os produtores também têm a oportunidade de comercializar produtos *in natura* e beneficiados, aumentando renda e, conseqüentemente, a autoestima como trabalhador.

Neste viés, é importante destacar o relato do Ministério do Turismo:

O Turismo Rural propicia o contato direto do consumidor com o produtor que consegue vender, além dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, produtos *in natura* (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato). Assim, obtém-se melhores preços e qualidade para o turista e maior renda para o produtor. (BRASIL, 2003, p. 6).

Então, nota-se que o campo ainda é fonte de oportunidades para os produtores rurais, que, além de produzirem para a própria subsistência familiar, podem fazer das atividades cotidianas no ambiente rural um fator de multiplicação de renda. Assim, tanto os antigos produtores, quanto os mais jovens podem explorar os potenciais locais e interagir diretamente com os turistas, recebendo-os em suas propriedades e ofertando-lhes, além dos seus produtos e serviços, a experiência de compartilhar modo de vida e cultura do meio rural.

Desta forma, é importante ser levado em consideração que o turismo rural deve ser compreendido como uma fonte de renda acessória e que as atividades preponderantes na propriedade precisam ser conservadas, pois são estas que potencializarão a atração turística.

Além disso, como bem destaca Graziano et al. (2006), o turismo rural pode ser desenvolvido até mesmo em zonas que não disponham de recursos turísticos excepcionais, além de possuir um baixo nível de barreiras à sua implementação. Ainda, é um segmento capaz de criar postos de trabalho com investimentos reduzidos, estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento



endógeno de um determinado local. Loureiro (2014, tradução nossa) ressalta que o turismo rural congrega várias possibilidades de atividades além da hospedagem, como a apreciação das paisagens, visita ao patrimônio local ou a feiras regionais, com a participação de atividades rurais, como fazer vinho, queijo, colher frutas, entre outras.

Portanto, o turismo rural pode ser desenvolvido na maioria das propriedades rurais, desde que sejam observadas e trabalhadas as potencialidades locais para oferecer aos visitantes uma opção turística com qualidade. Assim, o turismo rural será propulsor para novas vagas de emprego e movimentação econômica do município.

## **Agricultura familiar**

Segundo Schneider (2003), a expressão *agricultura familiar* surgiu no Brasil, em meados da década de 1990, sendo adotada como uma nova categoria pelos movimentos sociais do campo. Esses movimentos produziram formas de manifestações políticas que se mantêm, até hoje, na busca de uma identificação própria que substituísse a classificação de pequenos produtores ou trabalhadores rurais. Esses grupos sociais como assentados, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros, encontraram abrigo na afirmação da noção de agricultura familiar.

Para Altafin (2010, p. 13), “o termo agricultura familiar é utilizado como um guarda-chuva conceitual que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra e de gestão empregadas”.

Conforme Sacco dos Anjos (2013), a partir da segunda metade da década de 1990, o tema “agricultura familiar” passou a constar tanto no plano das agendas de pesquisas institucionais, como no campo das propostas destinadas ao desenvolvimento da agricultura e do mundo rural do Brasil. A própria criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, surgiu como resultado de amplo debate acadêmico, político e institucional.

O Pronaf tornou-se um dos acontecimentos marcantes para o meio rural brasileiro, pois representou o reconhecimento e a legitimação do estado em relação às especificidades de uma nova categoria social — os agricultores familiares — denominada até então de pequenos produtores, produtores

familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELA, 2004).

Outro episódio importante para a agricultura familiar foi a promulgação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que passou a conceituar como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que executa atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são beneficiários desta lei silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que atendam simultaneamente a estes critérios.

Sobre a importância da agricultura familiar, destacam-se as informações disponibilizadas no Guia do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. (BRASIL, MDA; MTur, 2005, p. 3): “A Agricultura Familiar sempre teve um papel importante na produção agrícola do País, em especial na produção dos alimentos que são disponibilizados para a população brasileira. Ela é responsável por 40% de tudo que é produzido no Brasil e gera 7 de cada 10 ocupações no meio rural”.

Ainda, no último censo agropecuário, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006) constatou que a agricultura familiar está presente em 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, e os outros 15,6%, são de estabelecimentos não familiares. Além disso, dos 329.941.393 hectares de terras em que estão presentes estabelecimentos agropecuários no País, a agricultura familiar ocupa uma área correspondente a 80,25 milhões de hectares, representando 24,3% do total. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total de estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada. (IBGE, 2006).

Enfim, os dados do censo agropecuário (IBGE, 2006) reforçam a importância que possui a agricultura familiar no cenário agrícola do País, o que destaca, ainda mais, a relevância de pesquisas e de projetos que agregam valor às atividades e aos produtos da agricultura familiar.

## **Turismo rural na agricultura familiar**

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004), no início da década de 1990, surgem os primeiros projetos de assistência técnica e extensão rural, incluindo o turismo na força de trabalho da agricultura familiar. A partir deste momento, unidades agrícolas familiares têm-se apropriado da proposta do turismo, ofertando atividades ligadas a lazer, ao esporte, à cultura, gastronomia, hospedagem, às técnicas produtivas, gerando uma complementação significativa da renda familiar.

Conforme o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar,

Turismo Rural na Agricultura Familiar é a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. (BRASIL, 2004a, p. 8).

Neste sentido, reforça os benefícios da atividade turística ao produtor rural que percebe um acréscimo na renda, através da oferta de atividades ligadas à hospedagem, alimentação, cultura e ao lazer no seu local de produção. Além disso, as benfeitorias também são para a própria região, como a não descaracterização da localidade, de modo a manter seus atrativos naturais, a melhoria na qualidade da produção, o destaque à cultura do lugar e os melhoramentos na infraestrutura, para bem receber os visitantes.

No mesmo viés, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004b, p. 5) cita que, “economicamente, a inserção da atividade turística na agricultura familiar pode aumentar a renda, principalmente com a comercialização de produtos feita diretamente ao consumidor/turista”.

Da mesma maneira, segundo Zouain e Oliveira (2011), ao apropriar-se da cultura local e do ambiente natural e comercializá-los na forma de produtos turísticos, os agricultores passam a valorizar seus modos de vida e a conservar os recursos naturais, assim como passam a ser reconhecidos como pessoas e cidadãos que contribuem para a economia do País.

Sobre os prós do turismo rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ainda, argumenta:

Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade. É desencadeado um resgate de valores, costumes, códigos: orgulhar-se da sua ascendência, relembrar histórias, resgatar a gastronomia, exibir objetos antigos antes considerados velhos e inúteis, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber. Ressurgem, desse modo, as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, transformados em atrativos típicos usados como marcas locais interessantes para o turismo. (BRASIL, 2004B, p. 5).

Assim, com a valorização e o estímulo da cultura rural os agricultores familiares passam a ser valorizados cada vez mais, pois assumem o próprio modo de vida, e dão a devida relevância aos seus costumes, repassando-os para as gerações futuras, o que, conseqüentemente, passa a atrair turistas interessados em conhecer as tradições predominantes e preservadas daquela comunidade.

Conclui-se, portanto, que é amplo o conjunto de atividades executadas no meio rural e que podem constituir o turismo rural. Por isso, entende-se necessário, primeiramente, conhecer os potenciais turísticos da propriedade ou localidade e explorar o serviço ao qual o produtor propõe-se a oferecer para, em seguida, instituir o planejamento estratégico do empreendimento turístico.

## **Assentamento Chasqueiro Santa Rosa**

Com a finalidade de melhor visualização do perfil dos agricultores familiares, moradores do Assentamento Chasqueiro Santa Rosa, bem como de suas características, dentre as quais o conhecimento que possuem sobre o turismo rural e o interesse em desenvolver a atividade turística, organizou-se o Quadro 1.

Pode-se constatar que os produtores rurais do Assentamento Chasqueiro Santa Rosa, submetidos a este estudo, apresentaram o seguinte perfil: 44,44% destes agricultores familiares encontram-se na faixa etária entre os 30 a 40 anos, e 55,56% localizam-se na faixa de acima de 52 anos. Quanto à cidade natal 88,89% não são naturais de Arroio Grande e 11,11% nasceram em Arroio Grande. Em relação ao sexo dos entrevistados, 77,78% são do sexo feminino e 22,22%, do sexo masculino, sendo que do total, 88,89% residem com a família, compreendendo esposa(o) e/ou filhos, e 11,11% moram sozinhos.

Pode-se verificar, referente ao grau de escolaridade, que 77,78% possuem Ensino Fundamental incompleto e 22,22% têm Ensino Superior (Letras e

Pedagogia). Com relação ao tempo que residem no assentamento, 88,89% vivem de 10 a 19 anos no local e 11,11% residem há menos de 10 anos. A respeito do conhecimento que os agricultores familiares possuem sobre o turismo rural, a pesquisa aponta que existe um conhecimento parcial, visto que 66,67% dos entrevistados afirmaram que conhecem o segmento turístico, enquanto 33,33% não demonstram conhecer a atividade. Ainda, 88,89% dos pesquisados relataram que nunca cogitaram trabalhar com o turismo rural e 11,11% já haviam pensado na hipótese.

Por fim, após esclarecidos sobre as possibilidades existentes no assentamento para o desenvolvimento do turismo rural, 77,78% dos entrevistados demonstraram interesse em trabalhar no ramo, restando apenas 22,22% desinteressados.

É importante destacar, também, que quando questionados sobre como era o assentamento, logo que as famílias chegaram, e como é na atualidade, os agricultores relataram as dificuldades de moradia, o longo tempo que ficaram morando em barracas e a precária infraestrutura de acesso às propriedades, já que faltavam estradas, mas afirmam que atualmente a situação é muito melhor, todos construíram sua residência, têm energia elétrica e estradas.

Sobre as perspectivas de futuro, os produtores expõem a vontade de melhorar a residência e a infraestrutura da propriedade, bem como de construir galpões e piquetes para os animais e, ainda, adquirir maquinário próprio. Foi identificado, também, que os agricultores familiares recebem a assistência técnica da Emater-RS, através da visita de um técnico nas propriedades, e apoio do Sindicato dos Produtores Rurais de Arroio Grande.

Quadro 1 – Resumo da análise de dados

Enfoque	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4	Produtor 5	Produtor 6	Produtor 7	Produtor 8	Produtor 9
<b>Data visita</b>	11/3/2017	11/3/2017	11/3/2017	12/3/2017	12/3/2017	14/3/2017	14/3/2017	15/3/2017	15/3/2017
<b>Idade</b>	72 anos	55 anos	39 anos	66 anos	36 anos	32 anos	53 anos	68 anos	38 anos
<b>Sexo</b>	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino
<b>Naturalidade</b>	Ibirubá -RS	Ibirubá -RS	Joia – RS	Augusto Pestana – RS	Ibirubá -RS	Sarandi – RS	Arroio Grande – RS	Trindade do Sul -RS	Nonoai – RS
<b>Escolaridade*</b>	EFI	EFI	EFI	EFI	EFI	ES	EFI	ES	EFI
<b>Casado</b>	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
<b>Filhos</b>	3	2	Não	7	2	1	4	5	4
<b>Familiares na atividade</b>	Marido e filho (dividem as atividades)	Filho (ajuda nas atividades)	Irmãos (ajudam nas atividades)	Marido e os filhos (dividem as atividades)	Marido (divide as atividades)	Pais (dividem as atividades)	Não	Marido (divide as atividades)	Filhos (ajudam nas atividades)
<b>Funcionários</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Tempo na propriedade</b>	19 anos	19 anos	15 anos	16 anos	9 anos	10 anos	16 anos	19 anos	19 anos
<b>Conhece a atividade de turismo rural</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Já pensou em receber visitantes</b>	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Sim
<b>Tem interesse em trabalhar no ramo</b>	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

\*EFI = Ensino Fundamental Incompleto

ES = Ensino Superior

## Atividades que os entrevistados possuem interesse em ofertar

Como anteriormente elencado, o objetivo deste estudo é apresentar as potencialidades do assentamento Chasqueiro Santa Rosa, em Arroio Grande-RS, para o turismo rural. No entanto, é primordial que os produtores possuam o interesse de explorá-las. Assim, durante a realização da pesquisa, foi questionado aos entrevistados, sobre os produtos e serviços que os mesmos teriam interesse de ofertar aos turistas, em suas propriedades, sendo as respostas possíveis —sim ou não. Os resultados podem ser observados na Tabela 1:

Tabela 1 – Produtos e serviços que podem ser ofertados no assentamento

Produto/serviço	Sim	Frequência	Não	Frequência
Visitação à propriedade	9	100%	0	0,00%
Alimentação (almoço e/ou janta)	3	33,33%	6	66,67%
Quartos para hospedagem	2	22,22%	7	77,78%
Café colonial	3	33,33%	6	66,67%
Venda direta da produção	8	88,89%	1	11,11%
Experiências/vivências de manejo	8	88,89%	1	11,11%
Colha e pague	9	100%	0	0,00%
Pesca	1	11,11%	8	88,89%
Outros	0	0,00%	9	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se na Tabela 1 os produtos e serviços que os assentados entrevistados possuem interesse em explorar como atividade turística. Salienta-se que as opções foram determinadas pelo pesquisador, por serem atividades frequentes no turismo rural e, também, as atividades mais comuns no Assentamento Chasqueiro Santa Rosa, conforme levantamento prévio à pesquisa.

É importante destacar que 100% dos entrevistados responderam a esta pergunta, incluindo-se aqueles que relataram não ter interesse em desenvolver o turismo rural, pois não se descarta o interesse futuro dos mesmos em trabalhar com a atividade.

Dito isto, ao fazer a análise dos dados coletados, pôde-se perceber que das oito opções apresentadas como produtos e serviços possíveis de serem ofertados no assentamento: visitação a propriedade, alimentação, quartos para hospedagem, café colonial, venda direta da produção, experiências/vivências de manejo, colha e pague, pesca, todas receberam a resposta “sim”, o que

demonstra que o assentamento Chasqueiro Santa Rosa é rico em potencialidades para o turismo rural.

Quanto à possibilidade de abrirem suas propriedades para visitação, 100% dos entrevistados responderam “sim”, inclusive aqueles que não possuem interesse em trabalhar no ramo turístico, o que indica que compreenderam, durante a pesquisa, os atrativos naturais que possuem   disposi o e que o trabalho desempenhado diariamente por eles, apesar de parecer rotineiro,   experiência de vida e cultura de um povo que merece ser valorizado e compartilhado.

Sobre a oferta de alimenta o (almoço/janta) aos visitantes, 33,33% dos pesquisados responderam que teriam interesse. A baixa aceita o desta op o d -se pelo fato de que todas as propriedades continuam executando suas atividades principais de produ o, o que não destinaria o tempo necessário que uma atividade de alimenta o demandaria, isso se considerando a não contrata o de mão de obra terceirizada.

Quanto   oferta de quartos para hospedagem, 22,22% dos agricultores responderam “sim”. As respostas a esta questão foram baseadas na infraestrutura que os produtores apresentam atualmente em suas propriedades, bem como no interesse pessoal, já que esta op o, além de estrutura, demanda maior aten o a ser dispensada aos visitantes.

Com referência ao interesse em oferecer café colonial aos turistas, 33,33% dos entrevistados responderam que “sim”. Esta alternativa, assim como a alimenta o, carece de maior tempo disponível e foi bem recebida pelas produtoras, as quais já realizam este serviço fora do assentamento.

Sobre o interesse em realizar a venda direta da produ o, 88,89% dos pesquisados responderam que o possu m, visto que a maior parte dos proprietários possuem cultivos diversificados e produzem derivados, os quais, além de servirem para a própria subsistência, são vendidos nas feiras realizadas na zona urbana.

Quanto a dedicarem-se   demonstra o das experiências e vivências de manejo, 88,89% dos entrevistados emanou resposta positiva. A boa acolhida desta alternativa demonstra o orgulho que o produtor possui em trabalhar no meio rural e a vontade que possui de compartilhar aprendizados. Entende-se que esta atividade contribui   melhoria da autoestima do trabalhador rural.

A oferta de serviço colha e pague tem 100% de interesse dos pesquisados. Como já afirmado, todos os produtores possuem diversos tipos de cultivos em



suas propriedades, muitos dos quais podem ser facilmente manejados, inclusive pelos próprios visitantes, sem conhecimento específico na área.

Enfim, quanto à opção de oferta de serviço pesca, 11,11% dos entrevistados responderam “sim”, tendo em vista que este serviço depende diretamente da infraestrutura do local.

O local possui potencial para o desenvolvimento da atividade turística, com a beleza da paisagem do bioma pampa, a possibilidade de desfrutar da gastronomia local com produtos orgânicos e participar das diversas atividades de manejos agrícolas, presentes na agricultura familiar, além da troca de experiências entre o turista e o agricultor. Além disso, também possui potencial para outros segmentos do turismo, como o próprio turismo pedagógico infantil, juvenil, possibilitando o contato dos jovens com a natureza e animais, com atividades e oficinas de manejos em hortas de orgânicos.

### **Considerações finais**

O turismo rural na agricultura familiar é um segmento do turismo que cria oportunidades de renda e de emprego, bem como eleva a autoestima dos produtores, contribuindo à diminuição do êxodo rural e à melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Além disso, diversifica a atividade turística do município, cooperando para o seu crescimento.

Assim, o desenvolvimento do presente estudo visou, especificamente, ao assentamento Chasqueiro Santa Rosa; procurou identificar o conhecimento e o interesse dos agricultores familiares a respeito do turismo rural e, ainda, apontar quais as atividades são rotineiramente desenvolvidas no assentamento e analisar as condições para a realização do turismo rural, proveniente da agricultura familiar.

De modo geral, os agricultores entrevistados demonstraram interesse em receber turistas em suas propriedades rurais; entretanto, foi identificado baixo nível de conhecimento sobre a atividade turística. Nas propriedades rurais são realizadas diversas atividades que podem ser atrativos turísticos, como cultivos variados, manejo com animais, fabricação de alimentos derivados de produção própria, artesanatos, além das atividades cotidianas do meio rural, as quais podem ser capazes de atrair visitantes.

Logo, constatou-se que o assentamento Chasqueiro Santa Rosa apresenta potencialidades para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar,

pois foi possível identificar condições para a oferta das seguintes atividades: visitação às propriedades rurais, experiências e vivências de manejo das atividades agrícolas e pecuárias, colha e pague, café colonial e venda direta da produção, pesque e pague ou pesca esportiva, hospedagem e alimentação (almoço e janta), além de contar com uma produção diversificada com a presença de queijo, salame, pães, biscoitos, cucas, sucos, doces, compotas, entre outros.

Portanto, considera-se que esta pesquisa foi contributiva para os agricultores que passaram a conhecer a atividade turística e tiveram elencadas as potencialidades que suas propriedades possuem para a exploração do ramo turístico.

### **Referências**

- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <[www.comunidades.mda.gov.br](http://www.comunidades.mda.gov.br)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/61>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2004a.
- BRASIL. **LEI 11.326**, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 26 out. 2016.
- BRASIL. **Hábitos de consumo do turismo do brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/31habitots-de-consumo-do-turismo-brasileiro.html/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Turismo. **Guia do programa nacional de turismo rural na Agricultura familiar**. Brasília, DF, 2005. Acesso em: 1º jun. 2017. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/turismonaagriculturafamil/ar/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=880192](http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/turismonaagriculturafamil/ar/contents/photoflow-view/content-view?object_id=880192)>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Desenvolvimento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa nacional de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2004b. Disponível em: <[portal.mda.gov.br/o/875076](http://portal.mda.gov.br/o/875076)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOUREIRO, S. M. C. *The role of the rural tourism experience economy in place attachment and behavioral intentions*. **International Journal of Hospitality Management**, v. 40, p. 1-9, 2014.

GRAZIANO, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, v. 11, n. 28, 2006. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18685/12058>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Agricultural familiar**, 2006. Periódicos. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, 2013. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/198>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SALLES, M. M. G. **Turismo rural**: inventário turístico no meio rural. Campinas: Alínea, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=TEORIA+SOCIAL%2C+AGRICULTURA++FAMILIAR+E+PLURIATIVIDADE&btnG=&lr=>>>. Acesso em: 22 maio 2017.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

ZOUAIN, D. M.; OLIVEIRA, C. T. F. Turismo rural e agricultura familiar: desafios e perspectivas para o campo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5794/4506>>. Acesso em: 21 maio 2017.

**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E TURISMO***PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS AND TOURISM***Charlene Brum Del Puerto<sup>1</sup>**  
**Andyara Lima Barbosa<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este trabalho traz parte da pesquisa que verificou a existência de parcerias público-privadas (PPPs) formais e informais entre o órgão público de turismo e os meios de hospedagem da cidade de Pelotas/RS. Assim, este texto é um recorte do trabalho original e traz conceitos e ideias teóricas sobre as PPPs e sua relação com o turismo. A metodologia tem orientação qualitativo-exploratória, inspirada na Cartografia dos Saberes de Baptista (2014), envolvendo revisão bibliográfica transdisciplinar. Compreende-se que as PPPs são uma forma viável de cooperação entre órgãos privados e públicos e, certamente, capazes de gerar investimentos e promover o desenvolvimento da atividade turística. Constituem-se como ações complementares em busca de objetivos comuns, sendo capazes de fortalecer o turismo receptivo, tornando-se para essa atividade uma condição essencial e desejável, desde que sejam devidamente compreendidas suas possibilidades e estabelecidos mecanismos específicos de ação, em áreas onde o setor público não possui recursos nem expertise para atuar.

**Palavras-chave:** Parcerias. Parceria público privada. Turismo.

**Abstract:** This work is part of the research that verified the existence of formal and informal public private partnerships (PPPs) between the public tourist agency and the lodging facilities in the city of Pelotas/RS. Thus, this text is a cut from the original work and brings theoretical concepts and ideas about PPPs and their relationship with tourism. The methodology has an exploratory qualitative orientation, inspired by Cartografia dos Saberes by Baptista (2014), involving transdisciplinary bibliographical review. It is understood that PPPs they are a viable form of cooperation between private and public bodies and certainly capable of generating investment and promoting the development of tourist activity. They constitute complementary actions in pursuit of common objectives, being able to strengthen receptive tourism, becoming for this activity an essential and desirable condition, provided that their possibilities are properly understood and established specific mechanisms of action in areas where the sector has neither the resources nor the expertise to act.

**Keywords:** Partnerships. Public-private partnership. Tourism.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Hotelaria (UFPel). Bacharela em Turismo (UFPel). Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFPel). Mestra em Turismo (UCS). <http://lattes.cnpq.br/8876176910836549>. [charlenedelpuerto@bol.com.br](mailto:charlenedelpuerto@bol.com.br)

<sup>2</sup> Graduada em Turismo (PUC/RS). Especialista em Planejamento e Marketing Turístico pela Bahiatursa-SEPLANTEC/BA. Especialista em Marketing (ESPM/RS). Mestra e Doutora em Desenvolvimento Regional (Unisc/RS). Docente no curso de Turismo da UFPel/RS. <http://lattes.cnpq.br/> <http://lattes.cnpq.br/5388185410659175>. [andyaraviana@yahoo.com.br](mailto:andyaraviana@yahoo.com.br)

## **Introdução**

Este trabalho traz parte da pesquisa feita na monografia de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, cursada na Universidade Federal de Pelotas e concluída em 2018. A pesquisa teve como objetivo principal verificar a existência de parcerias público-privadas (PPPs) formais e informais entre órgão público de turismo e os meios de hospedagem, na cidade de Pelotas/RS.

Em termos de objetivos específicos, a pesquisa monográfica trouxe apontamentos sobre as parcerias público-privadas e sua relação com a atividade turística, fornecendo dados sobre o que as PPPs representam e como podem e devem ser apropriadas pelo turismo; este é o objetivo deste texto.

Metodologicamente, tem orientação qualitativo-exploratória e inspiração na Cartografia dos Saberes de Baptista (2014), a qual instrui sobre a “trama de trilha” em uma pesquisa. Desta maneira, neste trabalho foi utilizada a trilha dos “saberes teóricos”, onde utilizam-se saberes dos outros, no caso, o referencial teórico realizado através de revisão bibliográfica transdisciplinar, acrescido aos “saberes pessoais”. Há, ainda, uma 3ª trilha, instante em que se busca contato direto com o que está sendo estudado, nesse caso, realizado através da aplicação de questionário aos meios de hospedagem e de entrevista ao órgão público de turismo, cujos resultados não figuram como objetivo deste artigo.

Entende-se que a gestão do turismo depende da união entre todos os atores responsáveis pelo seu funcionamento, sendo eles o setor público, o privado e a sociedade civil organizada. A parceria formada por esses setores possibilita a continuidade e a melhoria na qualidade dos serviços turísticos, que trazem benefícios tanto para o turista quanto para a comunidade receptora.

O turismo é um produto multifacetado que inclui hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento, facilidades de compras, atrativos, infraestrutura básica e a comunidade receptora. Dessa forma, para conquistar o desenvolvimento turístico é necessário que todos os atores cooperem em busca de objetivos em comuns. Nesse sentido, a contribuição das PPPs se torna um meio significativo para fomentar os investimentos e, entre outros, evitar a estagnação socioeconômica. Assim, tornam-se uma forma de cooperação capaz de viabilizarem alianças virtuosas em busca tanto de objetivos compartilhados como do bem-estar comum.

## **Aspectos metodológicos**

Dencker (2014, p. 25) explica que “[...] o que determina o caráter científico do conhecimento é o método utilizado para sua construção”. Neste escopo, este trabalho possui caráter qualitativo-exploratório, conforme Gil (2014). Utiliza-se esta orientação metodológica quando o tema a ser debatido tem pouca investigação. (GIL, 2014). É o caso desta pesquisa que traz ideias e conceitos sobre as PPPs e sua relação com o turismo. Por ser uma pesquisa de viés qualitativo, compreende-se que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são ações essenciais, conforme afirmam Kauark, Manhães e Medeiros (2010).

Temos ainda que, para a construção deste trabalho, utilizou-se inspiração a partir da “Cartografia dos Saberes” desenvolvida por Baptista (2014), a qual ressalta o eixo teórico e operacional de uma investigação científica. Conforme Baptista (2014, p. 344), a pesquisa pode ser feita através de uma “trama de trilhas”.

A primeira trilha corresponde aos “Saberes Pessoais”: situação em que o pesquisador expõe seu conhecimento sobre o assunto, considerando os próprios saberes e ideias sobre o tema escolhido para a investigação. (BAPTISTA, 2014). A segunda trilha é a dos “Saberes Teóricos”: instante em que se expõem as teorias relativas às temáticas do trabalho, buscando saberes dos outros para serem acrescentados aos saberes pessoais. (BAPTISTA, 2014). A terceira trilha, denominada de Laboratório de Pesquisa/Usina de Produção, compreende as ações criadas e desenvolvidas para que o pesquisador tenha contato direto com o objeto de estudo, ou seja, “[...] devem ser acionadas técnicas de aproximação com o fenômeno [objeto] a ser estudado”. (BAPTISTA, 2014, p. 10).

Neste trabalho, os “Saberes Pessoais” são relativos ao conhecimento e às ideias sobre as PPPs, adquiridos durante a pesquisa de monografia citada anteriormente, bem como com as discussões feitas durante orientação do trabalho monográfico. A trilha dos “Saberes Teóricos” diz respeito aos conceitos e às ideias teóricas transdisciplinares contidas neste artigo e realizadas através de revisão bibliográfica e se referem às PPPs e ao turismo. A trilha correspondente ao Laboratório de Pesquisa pode indicar o modo de coleta dos dados empíricos de uma pesquisa. No trabalho monográfico que origina este texto, tais dados são concernentes à entrevista com a pessoa que gerencia o setor público do turismo no município e ao preenchimento de questionários por

parte dos meios de hospedagem da cidade de Pelotas. Neste artigo, a apresentação de tais dados não está pautada como objetivo.

## **Parcerias público-privadas e turismo**

Para Valarelli (s.d.), o termo *parceria* busca caracterizar o que seria um novo modelo de relação entre as várias organizações da sociedade: organizações não governamentais (ONGs), governos, agências multilaterais, fundações, Igrejas, sindicatos, empresas, entidades assistenciais e outras. De acordo com Barbosa (2013), o termo *parceria* se refere a certas formas de cooperação entre organizações e indica, antes de tudo, uma ação conjunta, motivada pela existência de interesses e objetivos comuns, na qual cada um aporta e mobiliza os recursos dos quais dispõe para atingir estes objetivos.

Assim sendo, pode-se entender que o que determina a parceria não é a formalidade, mas o modo como as organizações com interesses distintos unem-se e comportam-se como iguais em um determinado momento, em busca de um objetivo comum.

Conforme Sánchez (1993), as parcerias, na busca de soluções conjuntas para problemas em comum, fazem da complementaridade dos recursos a principal razão para estabelecer a interdependência entre as organizações. Neste sentido, a parceria diferencia-se da relação de contrato, pois, nesta última, “a parte que contrata define os objetivos e o que deve ser feito, cabendo ao contratado cumprir a tarefa que lhe foi solicitada, quando muito negociando um ou outro aspecto”. (BARBOSA, 2013, p. 48).

A parceria, porém, vai além da troca e da satisfação de interesses mútuos. Há uma dimensão de complementaridade, isto é, buscar no outro os recursos e as capacidades dos quais não se dispõe, mas que são necessários para atingir propósitos. A diferença básica reside no fato de que esta troca ou complementaridade têm como motivação o cumprimento de objetivos compartilhados e externos a cada uma das partes. Sua virtude viria do fato de enfatizar a atuação motivada por interesses comuns, ao invés do relacionamento pautado pelo conflito e pela concorrência. Cooperação e parceria têm sido apreçadas tanto como uma necessidade, quanto como um modo de atuação e, ainda, como um valor em si mesmo. (BARREIRA, s.d.).

Semelhante ao conceito de parceria, há o conceito de aliança estratégica. Tais conceitos são muito próximos, diferenciando-se no fato de que a parceria

está associada à ideia de ações mais pontuais, um projeto ou uma iniciativa conjunta. As ações de longo prazo ou uma associação permanente constituem uma aliança estratégica. (BARREIRA, s.d.). Assim, de acordo com Barbosa (2013), por meio de parcerias e de alianças estratégicas, as organizações podem desenvolver novas atividades, iniciar novos projetos, abrir frentes de atuação, fortalecer projetos em andamento, ampliar o leque de conhecimentos, captar recursos, maximizar talentos humanos e recursos materiais, sem prejuízo do trabalho, aumentando a capacidade de intervenção.

Especificamente, sobre a Parceria Público-Privada (PPP), há uma relação de parceria formal regulamentada pela Lei 11.079, de 30 de novembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, dispondo sobre contratos e licitações, entre outros. Conforme consta na lei, uma PPP pode ocorrer na modalidade patrocinada ou administrativa. (GOVERNO FEDERAL, 2017).

A modalidade *patrocinada* é usada quando a concessão do serviço público possui uma tarifa onerosa aos usuários, motivo pelo qual o concedente (público) paga uma remuneração ao parceiro privado, de forma a viabilizar a exploração do serviço frente à adequação da tarifa. Já a modalidade *administrativa* é utilizada quando não existe serviço público passível de cobrança de tarifa, tratando-se, então, de contrato de prestação de serviços. Neste caso, o poder concedente é usuário direto ou indireto. (GOVERNO FEDERAL, 2017).

No Rio Grande do Sul, a lei que regulamenta as PPPs é a de número 12.234 instaurada no ano de 2005 e modificada pela Lei 202, no ano de 2012. O texto atual permite que pessoas físicas e empresas apresentem análises sem prévia autorização e encaminhem para o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas; porém, o ônus do projeto fica a cargo das empresas. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

As vantagens das PPPs pautam-se, para todos os envolvidos, na rapidez com que são fornecidos os serviços, na divisão dos riscos, na divisão de gerenciamento, no aumento da área de atuação, na fiscalização no compartilhamento de conhecimento técnico-científico, etc. Para Peters et al. (2008), as vantagens das parcerias relacionam-se com o fato de que as empresas privadas podem ter o apoio do governo para a obtenção de capital a um custo mais baixo, enquanto que a instituição pública se beneficia da gestão profissional, do *know-how* quanto à evolução de mercado, plano de negócios, recursos humanos e logística, entre outros



As PPPs, considerando a lei, não podem ter valor inferior a R\$ 20 milhões e deve ter duração de, no mínimo, 5 e, no máximo, 35 anos. (BRASIL, 2012).

Esse fato é relevante para a atividade turística que costuma se desenvolver, não em curto, mas em médio e longo prazos e, embora não exista um consenso sobre o que se considera como curto, médio e longo prazos no planejamento, sabemos que, no turismo municipal, quando existente, o planejamento se dá por um período de 4 anos, coincidindo com o período de gestão do Poder Executivo.

De modo geral, os municípios possuem poucos recursos, tendo, entretanto, a responsabilidade de prestar muitos serviços, incluindo a condução institucional da atividade turística. Neste contexto, cabe com certeza, o desenvolvimento de ações através das PPPs. Também é significativo que a gestão pública adote um posicionamento facilitador, mantendo a partilha entre riscos e benefícios para todos os envolvidos nas PPPs.

Assim sendo, cabe ao Poder Público atrair os investidores privados, a fim de que seja impulsionado o turismo de forma profissionalizada, pois, num contexto competitivo e de mercados globalizados, o papel das PPPs pode constituir a estrutura-chave para as atividades a serem desenvolvidas junto ao *trade* turístico, o que pode, inclusive, significar a sobrevivência de empresas de pequeno porte nos mais diversos segmentos turísticos.

Neste cenário, a gestão eficiente e eficaz de políticas públicas deve visar à busca de projetos comuns que garantam o melhor desenvolvimento da atividade turística. Por consequência, ter-se-a melhor qualidade na oferta dos serviços turísticos, alcançando-se com maior facilidade a sustentabilidade econômica, social e ambiental; a competitividade em relação aos demais destinos; a inovação constante face às novas tecnologias; além de um sistemas de gestão eficiente, eficaz e em sintonia com os paradigmas e estilos de vida das sociedades atuais. (BRASIL, MTur, 2009).

A ideia de parcerias no turismo surgem em torno da temática da descentralização. Em 2003, quando foi criado o Ministério do Turismo (MTur), foi elaborado o Plano Nacional de Turismo para o período de 2003-2007, no qual salienta-se: “Os resultados desafiadores a que nos propomos atingir requerem vontade e determinação, somente possível com o esforço conjunto entre agentes públicos e privados [...], baseada na força das Parcerias e na Gestão Descentralizada.” (BRASIL, 2003, p. 8).

Para o governo a descentralização do processo decisório é uma questão básica para a efetivação das políticas públicas e sociais e está relacionada às políticas de parcerias entre o Estado e a sociedade. Está representada por ações de estímulo à ampliação das possibilidades de organização da sociedade, criação e fortalecimento de espaços de participação, desconcentração das responsabilidades, de conquista e exercício da autonomia, assim como a repartição do poder decisório entre as instâncias municipais, regionais, estaduais e nacionais.

São duas as abordagens de descentralização que orientam as ações do Estado: descentralização do Estado para Estado, na qual as competências e responsabilidades vão da União para o estado, do estado para a região e da região para o município (protagonismo local); e descentralização do Estado para a sociedade que, por meio de colegiados participativos, assume um papel de natureza pública, atuando efetivamente no planejamento e na execução das ações de desenvolvimento. (BRASIL, 2004). Para tanto, participação, integração e parcerias são fundamentais.

A relevância das PPPs no turismo está explicitada também no Plano Nacional do Turismo para o período de 2018-2022, em que consta:

Num ambiente multissetorial e multidisciplinar como o turismo, as parcerias se tornam imprescindíveis. [...] Os estímulos ao estabelecimento de parcerias, em todas as suas formas, como por exemplo parcerias entre o setor público e privado, têm por objetivo possibilitar a ampliação dos investimentos e o compartilhamento de custos para a realização de ações de ordenamento, estruturação, qualificação, promoção e apoio à comercialização do turismo. O objetivo é compartilhar as responsabilidades no processo de desenvolvimento do turismo brasileiro e, conseqüentemente, otimizar e ampliar os resultados e impactos positivos advindos da atividade turística. (BRASIL, MTUR, 2018, p. 70).

Considera-se, segundo Reis (2012), que o turismo é um importante modo de aproveitamento dos recursos do território, entendendo-se que a atividade turística é um importante fator de desenvolvimento, dependendo das especificidades de cada região e da maior ou menor relevância que lhe é atribuída. Assim sendo, todo e qualquer esforço para a implantação de parcerias reveste-se de crucial importância para o fomento do setor.

É relevante salientar que, apesar de existir uma legislação para as Parcerias Público-Privadas, existem as relações informais de parcerias. Segundo Valarelli

(2001, p. 13), as relações informais têm um papel importante ao possibilitarem o “cruzamento de fronteiras sociais e a criação de cadeias”, tanto no funcionamento dos sistemas socioeconômicos como nos socioculturais.

As relações operacionais no turismo demonstram a sua interdependência setorial e indicam que, de forma isolada, nenhum agente alcança êxito. Além disso, a comunidade local também precisa estar engajada na temática do turismo. Então, compreender o que significa uma parceria público-privada é fundamental para a comunidade receptora de turistas. As parcerias na atividade turística, apesar de essenciais, podem ser percebidas, ainda, como incipientes, pois não se evidenciam exemplos e modelos reais, sejam formais ou informais. Sabe-se que as parcerias informais existem e se materializam em termos de permutas, apoios e outras. É necessário, entretanto, dar a conhecer, estabelecer parâmetros, estudar formas de viabilidade e condições ideais para a instalação de parcerias turísticas, definindo as circunstâncias favoráveis para a obtenção de êxito.

## **Considerações finais**

As PPPs, vistas como uma forma de cooperação e complementação, materializam-se quando os atores envolvidos com o turismo deixam de investir isoladamente e passam a atuar de modo conjunto. Os desafios frente às PPPs são muitos, passando tanto pelo necessário entendimento de suas possibilidades, assim como pela ampliação dessas possibilidades. Compreende-se que a PPP é uma ação viável tanto em termos de investimento em infraestrutura, prestação de serviços, como na gestão compartilhada. No caso do turismo, as PPPs devem ser mecanismos de atuação conjunta de forma a viabilizar projetos em que o setor público não possui recursos nem *expertise* para atuar.

## **Referências**

BAPTISTA, M. L. C. Cartografia de saberes na pesquisa em turismo: proposições metodológicas para uma ciência em mutação. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 6, p. 342-355, 2014.

BARBOSA, A. L. Gestão pública e institucional do turismo. **Caderno Didático**, Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas – UFPel, 2013.

BARREIRA, C. **Uma questão para pensar**: parcerias e alianças estratégicas. Disponível em: <[www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)>. Acesso em: 9 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes operacionais do programa regionalização do turismo – Roteiros do Brasil**, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2003-2007**, 2004.

BRASIL. MTur – Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo – Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo. **Formação de gestores das políticas públicas do turismo**. Autoria do conteúdo técnico científico de PANOSSO NETTO, Alexandre; PEREIRA DA SILVA, Francisco José; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Florianópolis (SC): Secretaria de Educação a Distância – SEAD/ Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU/ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2009.

BRASIL. Plano Nacional do Turismo para o período 2018-2011, 2018.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2014.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/lei-que-amplia-parcerias-publico-privadas-no-rs-e-sancionada>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: 6 jan. 2018.

JAMAL, T.; STRONZA, A. Collaboration theory and tourism practice in protected areas: stakeholders, structuring and sustainability, **Journal of Sustainable Tourism**, v. 17, n. 2, p. 169-189, 2009.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LEI 12.234, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.234.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**, 2004.

MOLINA, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru: Edusc, 2001.

PETERS, M., WEIERMAIR, K.; FREHSE, J. Success factors for public private partnership: cases in alpine tourism development. **Journal of Services Research**, Special Issue, p. 7-21, 2008.

REIS, P. **Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local**. Coimbra: Exedra, 2012.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

VALARELLI, L. L. **Parcerias**: noções gerais. Disponível em: <[www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)>. Acesso em: 7 nov. 2015.

VALARELLI, L. L. Disponível em <[https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/valarelli\\_indicadores\\_de\\_resultados\\_de\\_projetos\\_sociais.pdf](https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/valarelli_indicadores_de_resultados_de_projetos_sociais.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2018.

VIANA, A. L. B. **A Teoria do espaço turístico e os municípios da associação de turismo do Vale do Rio Pardo – ATURVARP**: mapeamento do espaço turístico regional. 2001. Dissertação (Mestrado) – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2001.

## REVISITANDO A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: RUY MAURO MARINI E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

*REVISITING THE THEORY OF DEPENDENCE: RUY MAURO MARINI AND SUPEREXPLORATION OF WORK*

Moisés João Rech<sup>1</sup>  
João Ignacio Pires Lucas<sup>2</sup>

**Resumo:** A teoria da dependência, surgida no início dos anos 1960, objetivou analisar questões sobre o desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina, mediante categorias do pensamento marxista e weberiano. Assim, a despeito da distância temporal, o objetivo do ensaio é revisitar a teoria da dependência e buscar extrair reflexões a respeito da superexploração no trabalho no Brasil contemporâneo. A técnica de análise de conteúdo da revisão bibliográfica pôde identificar e confirmar a tendência de precarização no mercado de trabalho e dos processos de superexploração do trabalho no Brasil.

**Palavras-chave:** Teoria da dependência. Precarização. Trabalho. Desenvolvimento econômico. Ruy Mauro Marini.

**Abstract:** The theory of dependence, which emerged in the early 1960s, aimed to analyze questions about the socioeconomic development of Latin American countries, through categories of Marxist and Weberian thought. Thus, despite the temporal distance, the objective of the essay is to revisit dependency theory and seek to extract reflections about superexploitation in work in contemporary Brazil. The content analysis technique of the bibliographic review was able to identify and confirm the tendency of precarization in the labor market and processes of overexploitation of work in Brazil.

**Keywords:** Theory of dependence. Precariousness. Job. Economic development. Ruy Mauro Marini.

*Não fale em crise, trabalhe.*  
**Michel Temer**

*[...] estão reafirmando a tese que se afirma ali, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho.*

**Ruy Mauro Marini**

---

<sup>1</sup> Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor no curso de bacharelado em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* mjrech7@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* jiplucas@ucs.br

## Introdução

A teoria da dependência,<sup>3</sup> conhecida pelos debates nos anos de 1960 e 1970, foi uma proposta de interpretação e proposição a respeito do modo de produção capitalista e a relação centro-periferia na economia mundial. Entre os intelectuais mais destacados da teoria da dependência estão Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Raul Prebisch, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, dentre outros sociólogos, economistas e cientistas políticos.

O objetivo do artigo é revisitar a teoria da dependência no interior do debate entre os intelectuais “dependentistas”, com especial atenção à posição defendida por Ruy Mauro Marini, o qual, por razões várias, conserva sua atualidade diante da atual conjuntura nacional. Assim, a hipótese subjacente consiste na assertiva de que as consequências diagnosticadas por Marini a respeito da superexploração do trabalho conservam sua atualidade, em vista das atuais políticas econômicas do governo de Michel Temer. Dessa atualidade decorre a importância e a atualidade de revisitar a teoria da dependência contemporaneamente.

A título metodológico, optou-se pela análise da obra de Ruy Mauro Marini, sem desconsiderar outros intelectuais que contribuíram para o debate a respeito da dependência – especialmente Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. No entanto, a base teórica encontra-se nas obras de Marini, especialmente *Dialética da dependência* de 197 e os diversos artigos publicados pelo autor.

## A teoria da dependência ontem e hoje

O pós-crise de 1929 foi marcado pela hegemonia do pensamento keynesiano. O *Plano New Deal*, sob governo de Roosevelt, constitui um dos primeiros planos econômicos centrado no planejamento do Estado. No Brasil, o abandono do *laissez-faire* é igualmente observado pioneiramente no governo Vargas, o qual foi marcado pelo planejamento estatal da economia, são exemplos a criação das estatais Petrobras e Eletrobras.

Nos pós-Segunda Guerra surgiram teorias que se propunham a analisar as circunstâncias particulares das economias latino-americanas, e uma dessas

---

<sup>3</sup> As obras clássicas e fundamentais sobre a Teoria Marxista da Dependência são: Marini (2000; 2005); Santos (1970); Bambirra (1978); e Caputo e Pizarro (1970).

teorias foi a Teoria do Desenvolvimento, vinculada à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), criada em 1948 como órgão da ONU para o desenvolvimento da região latina. Exerceu um papel central no planejamento de ações estatais voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região. O foco da Cepal estava na industrialização mediante o planejamento estatal.

A Teoria da Dependência surge como contracorrente ao *mainstream* cepalino, e marca um esforço na reflexão das mudanças estruturais nas economias latino-americanas ocorridas após 1930, resgatando a história dessas economias desde períodos coloniais. Contudo, mesmo no interior da Teoria da Dependência, havia divergência teórica a respeito dos diagnósticos e prognósticos sobre a dependência e sua superação. (WASSERMAN, 2017).

Os intelectuais que abriram o debate a respeito do desenvolvimento da região da América Latina faziam parte da comissão cepalina, dentre eles Raúl Prebisch foi o pioneiro ao publicar o texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, também conhecido como “El manifesto latino americano”, datado de 1948. Depois do manifesto, vários outros intelectuais contribuíram no debate, entre eles estão Octávio Rodríguez, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares, Aníbal Pinto, dentre outros.

Uma das vertentes de interpretação do subdesenvolvimento latino-americano, influenciada pelo pensamento econômico de Karl Marx, foi designada como Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujos principais componentes são Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank e Vânia Bambirra. A Teoria Marxista da Dependência convergia com diversos aspectos da estrutura econômica latino-americana; porém, divergiam a respeito das causas e dos rumos desejáveis para a superação do subdesenvolvimento da região. Assim, as ideias de Raúl Prebisch, com influência keynesiana e histórico-estruturalista consolidaram o *mainstream* cepalino; por outro lado, as ideias de Ruy Mauro Marini consolidaram a visão marxista da dependência.

O debate nas décadas de 60 e 70, do século XX, concentrou-se nos requisitos ao crescimento sustentado, ainda que o aporte da “dependência” fosse comum a todos os intelectuais envolvidos no debate, mesmo que a dependência fosse compreendida de formas diferentes. A esse respeito, o debate polarizou-se entre extremos: Marini afirmava que o desenvolvimento capitalista exigia o rompimento com a dependência dos países desenvolvidos



(MARINI, 2000); e Fernando Henrique Cardoso sustentava a ideia de que era possível o desenvolvimento numa situação de dependência, o que ficou conhecido como “dependência associada”. (CARDOSO; 1988; LUCAS, 2000, p. 42).

Diante desse quadro, o atual resgate da teoria da dependência e, especialmente, do pensamento de Marini, justifica-se na tentativa de retomar os limites do desenvolvimento brasileiro, além das implicações sociais sobre a dependência – o caso especial recai sobre o trabalho precarizado.

A retomada da teoria da dependência e do pensamento de Marini materializam-se nas publicações em português do texto *Dialética da dependência* (2000), nos textos coordenados por Roberta Traspadini e João Pedro Stédile, *Ruy Mauro Marini, vida e obra* (2005); no texto organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Soletto Valencia e coordenado por Emir Sader e Theotônio dos Santos, *América Latina e os desafios da globalização* (2009). Além desses textos de referência, encontra-se a obra de Jaime Osório, *Crítica da economia vulgar* (2004), e os escritos do economista brasileiro Marcelo Carcanholo (2008, 2013).

O resgate crítico da tradição marxista da dependência busca, portanto, aprofundar o entendimento da inserção dependente das economias subdesenvolvidas, *i.e.*, dos países capitalistas periféricos,<sup>4</sup> em específico a economia brasileira. Esse resgate crítico, contudo, não trata de absorver e reproduzir de forma acrítica as posições dos teóricos dependentistas; é necessária uma reanálise a partir da atual conjuntura social, política e econômica do Brasil, readequando as categorias à nova realidade do capitalismo dependente no século XXI.

O resgate crítico, como ressalta Carcanholo (2013, p. 92), consiste no resgate das principais categorias da teoria marxista da dependência: a) a dialética entre centro e periferia, como polaridades de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; b) os causadores estruturais da dependência e sua articulação dialética com as particularidades; c) a superexploração do trabalho como ponto central da dependência.

---

<sup>4</sup> “Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante de choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza.” (CARCANHOLO, 2008, p. 252).

A partir dessa contextualização da emergência do planejamento estatal da economia, da constituição da Cepal, do debate e polarização entre as formas de desenvolvimento e as raízes da dependência, é possível promover um resgate teórico do diagnóstico de Marini a respeito da dependência econômica da América Latina.

### **A teoria da dependência de Ruy Mauro Marini**

A primeira questão a ser posta a respeito da teoria da dependência é de que ela proporcionou uma revolução a respeito do que se entendia por desenvolvimento. A “Teoria da Modernização”, de cariz funcional-evolucionista (positivista) sustenta que o desenvolvimento ou o progresso é caracterizado por uma trajetória linear e progressiva da História, de um estágio “pior” para outro estágio “melhor”. (CARCANHOLO, 2013). Essa posição otimista a respeito do desenvolvimento desconsidera toda a situação social existente, as particularidades e os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas. (CARDOSO; FALLETO, 1981).

A percepção convencional, a partir dessa constatação factual, tende a conceber a situação de subdesenvolvimento como sendo equivalente à ausência de desenvolvimento, isto é, como um “atraso” em relação às experiências históricas de desenvolvimento. Assim, seria possível extrair modelos de desenvolvimento das experiências de economias avançadas, com a definição de estágios que pudessem superar o atraso e atingir a modernidade. Mesmo concepções um pouco mais críticas, como a visão clássica da Cepal, entenderam desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos *quantitativamente* diferenciados, podendo resolver o segundo com medidas corretivas, no plano do comércio internacional, e por uma política econômica adequada, que dependeria das situações concretas vivenciadas pela economia mundial. (CARCANHOLO, 2008, p. 253, grifo do autor).

O pressuposto da Teoria da Modernização é de que os modelos econômicos, sociais e políticos “[...] dos países europeus e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas e que o processo de desenvolvimento é uma sucessão de etapas que se sucedem de forma cumulativa.” (WAGNER, 2009, p. 63). Tal noção de desenvolvimento linear, de uma situação pior para uma situação melhor é totalmente avessa ao pensamento marxista. O termo desenvolvimento, para Marx, tem o sentido de “processualidade”, ou seja, “[...] como determinada estrutura social se desenrola

com o passar do tempo, como as leis de funcionamento de determinada sociabilidade se manifestam em uma trajetória de tempo.” (CARCANHOLO, 2013, p. 193).

Nesse sentido, para Marx, não há um *a priori* histórico, uma teleologia da histórica em progresso, pois a processualidade manifesta a complexificação das contradições de diferentes modos de produção. Há contingência e não necessidade. Tomando essa crítica da Teoria da Modernização como base, a Teoria da Dependência afirma: “O processo de acumulação em escala mundial [é] como uma unidade dialética entre o *desenvolvimento* e o *subdesenvolvimento*.” (CARCANHOLO, 2013, p. 193).

O processo de acumulação mundial é composto pela dialética entre países desenvolvidos (capitalismo autônomo), e países subdesenvolvidos (capitalismo dependente); assim, o processo de acumulação pressupõe que umas economias se desenvolvam mais do que outras. (CARCANHOLO, 2008; 2013). Como consequência desse processo, as economias centro-periferia assumem a característica de dependência.

Assim, a Teoria da Dependência alterou o entendimento a respeito sobre o conceito de desenvolvimento, substituindo o funcional-evolucionismo por uma metodologia que atentavam para a experiência histórica de cada país dentro do quadro geral da economia mundial. Com a substituição da Teoria da Modernização pela Teoria da Dependência, a ideia de desenvolvimento linear estava superada por uma dialética na qual

as determinações se encontram na dinâmica da acumulação capitalista nos países dominantes, e seu entrelaçamento com economias nacionais que têm seu processo de acumulação condicionado pelo modo de inserção nesta economia internacional e, ao mesmo tempo, determinado por suas leis próprias de desenvolvimento interno. (SANTOS, 1991, p. 28).

Essa nova posição metodológica afirma que a dependência seria “[...] uma situação em que uma economia estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outro à qual está subordinada” (CARCANHOLO, 2013, p. 193), ou seja, a economia dominante poderia se expandir de forma autossustentada ao mesmo tempo em que a economia dependente apenas se expandiria como reflexo dessa expansão. Em outras palavras, o subdesenvolvimento “[...] não é senão uma parte necessária do processo de expansão do capitalismo mundial,

não podendo, portanto, ser ‘superado’ dentro dos seus marcos.” (CARCANHOLO, 2013, p. 194). No mesmo sentido, Santos assinala que

a relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto-impulsionarem-se enquanto outros, os dependentes somente podem fazê-lo como reflexo desta expansão que pode atuar de forma positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. (SANTOS, 1978, p. 305).

Porém, afirmar que a dialética entre centro e periferia, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é necessária à acumulação mundial é insuficiente sem expressar suas mediações históricas. Nesse ponto, Marini (2000, p. 120) destaca que o caráter dependente reside fundamentalmente na “troca desigual” e na “transferência de valor”. A troca desigual caracteriza-se pela apropriação pelos países do centro capitalista, de mais-valia produzida nos países da periferia capitalista. Desigualdade da troca de mercadorias entre países centrais e países periféricos viola a regra de troca de equivalentes, *i.e.*, as mercadorias trocadas possuem o mesmo valor: o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário. “Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferência de valor, passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias”. (MARINI, 2000, p. 120).

A troca desigual manifesta-se na esfera do comércio de duas formas diferentes, segundo Marini (2000). O primeiro mecanismo leva em consideração uma mesma mercadoria produzida sob diferentes graus de produtividade – quanto maior a produtividade em razão de tecnologia, menos valor a mercadoria cristaliza.<sup>5</sup> Assim, como a mercadoria é vendida sob o valor de mercado (social), os capitais que vendem a mercadoria com maior produtividade receberiam uma fatia maior da mais-valia, para além daquela por eles produzida; essa fatia maior é conhecida como mais-valia extraordinária. (MARINI, 2000; CARCANHOLO, 2013).

O primeiro mecanismo de transferência de valor decorre da maior produtividade dos países do centro capitalista, cuja tecnologia é maior, em

---

<sup>5</sup> “A industrialização latino-americana corresponde, assim, a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando, para os centros imperialistas, as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente.” (MARINI, 2000, p. 147).

comparação com países subdesenvolvidos que apropriam-se de uma fatia menor da mais-valia por eles produzidos, quando da realização do valor. (MARINI, 2000). Essa relação de troca desigual em razão da produtividade decorre de um processo histórico: o deslocamento do eixo de acumulação dos países centrais na mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, e decorrência das trocas de bens-salários por parte da América Latina – bens necessários à reprodução da força de trabalho – e bens manufaturados por parte dos países centrais. (MARINI, 2000).

O segundo mecanismo de transferência de valor permanece na esfera da circulação, porém, agora considera-se não mais a concorrência dentro de um mesmo setor, mas entre setores diferentes. A produção entre setores diferentes leva em consideração a composição orgânica do capital, *i.e.*, sua produtividade. Setores com maior composição orgânica apropriam-se de uma máfia maior da mais-valia, quando da sua realização. Aqui, os capitais de menor composição orgânica são os das economias dependentes, que apresentam produtividade abaixo da média e dessa forma, apropriam-se de uma taxa menor de mais-valia. (MARINI, 2000; CARCANHOLO, 2013).

Essas são as duas formas da troca desigual que estão apenas no plano da circulação, e que propiciam a compreensão das mediações da dialética da dependência. No entanto, a condição de dependência desencadeia nos capitalismo dependentes a necessidade de compensar a parcela de mais-valia não apropriada mediante a superexploração<sup>6</sup> da força de trabalho. (MARINI, 2000).

Nesse momento, é necessário atentar para a questão do sentido da palavra “exploração”. Para Marx, explorar a força de trabalho não é uma questão moral, mas quer designar o uso, a utilização, o consumo do valor de uso da força de trabalho. Assim, o valor de uso da força de trabalho possui a característica de produção de valor para além do necessário à sua manutenção, este “para além” é o trabalho excedente, ou mais-valia. (MARX, 2013).

---

<sup>6</sup> A superexploração do trabalho foi estabelecida enquanto um conceito dentro da teoria da dependência por Marini, no fim da década de 1960 e na década de 1970. Por meio de um conjunto de trabalhos, o conceito começa a se esboçar primeiramente no texto *Subdesarrollo y revolución* (1968), *Dialética de la dependencia* (1973) e continua a se desenvolver em *Las razones del neodesarrollismo* (1978), *Plúsvalia extraordinária y acumulación de capital* (1979) e *El ciclo del capital em la economía dependiente* (1979). Posteriormente, Marini retoma temas centrais, entre eles a transformação do capitalismo pela globalização no texto *Proceso y tendencias de la globalización capitalista* (1995).

A produção de excedente pela força de trabalho pode se dar de duas maneiras, a primeira é designada por Marx (2013) como mais-valia absoluta, e consiste no “mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho”, ou seja, o prolongamento da jornada de trabalho de forma a aumentar o trabalho excedente é conhecido como mais-valia absoluta. A mais-valia relativa, ao contrário, “deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho”. (MARX, 2013, p. 309).

A mais-valia relativa fundamenta-se na redução do tempo de trabalho necessário, que por sua vez fundamenta-se no barateamento da cesta de consumo que reproduz a força de trabalho – o barateamento da cesta de consumo decorre do aumento da produtividade. A redução do tempo de trabalho necessário se traduz na diminuição do salário, que é apropriado pelo capitalista. A mais-valia relativa independe do aumento de jornada, pois a expansão do trabalho excedente se dá mediante o aumento da produção que, conseqüentemente, diminui o valor da cesta de consumo.

O processo da troca desigual e o conseqüente mecanismo de compensação decorrem de fatores históricos. Marini destaca que historicamente a América Latina fornece produtos primários – bens necessários à reprodução da força de trabalho – aos países desenvolvidos, o que possibilitou a emergência da indústria e a passagem da apropriação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa nos países centrais.

Contudo, a queda de preços dos produtos primários, em comparação com os produtos manufaturados, não é atribuída ao aumento da oferta mundial, ao contrário, principalmente, da transferência de valor dos países periféricos aos países centrais. “O aumento da oferta mundial de matérias-primas é justamente uma resposta dos países produtores desses bens em virtude dos baixos preços desses produtos.” (MARINI, 2000, p. 123).

Diante disso, a superexploração do trabalho significa que “o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”. (MARINI, 2000, p. 122). Além disso, Marini destaca que a “[...] superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade”. (MARINI, 2000, p. 122). De acordo com a posição de Marini, a superexploração define-se “[...] por uma elevação da taxa de

exploração que não passa por elevação da produtividade”. (CARCANHOLO, 2013, p. 200).

Assim, na *Dialética da dependência*, Marini destaca que o aumento capitalista da produtividade pode ser desenvolvido de duas formas de exploração diferentes: a) mediante o aumento da força produtiva; e b) maior exploração do trabalhador. A primeira forma pode ser desenvolvida quando, no mesmo tempo e com o mesmo gasto de força de trabalho, houver maior quantidade de mercadorias produzidas. A segunda forma, a maior exploração caracteriza-se por três processos: a) aumento da jornada de trabalho; b) maior intensidade de trabalho; c) redução do fundo de consumo do trabalhador. (MARINI, 2000).

Assim, como destaca Carcanholo (2013), a superexploração é uma categoria própria da Teoria da Dependência, não sendo equivalente à ideia de “mais exploração” enquanto análise moral. A superexploração, portanto, é a característica que define a dependência dos países subdesenvolvidos, *i.e.*, a inserção subordinada das economias subdesenvolvidas e dependentes, no processo de acumulação mundial, é mediada por mecanismos de transferência de valor (troca desigual), fazendo com que as economias dependentes necessitem de mecanismos de compensação:<sup>7</sup> a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000; CARCANHOLO, 2013).

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir e seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada a contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2000, p. 123).

A superexploração do trabalho é a única forma dos capitalismo dependentes se desenvolverem, pois lhes são vedadas maiores composições orgânicas de capital – em razão da condição dependente. (OSÓRIO, 2009). Assim, os componentes da dependência são: a) transferência de valor mediante trocas

---

<sup>7</sup> “O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas [...], mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador.” (MARINI, 2000, p. 112).

desiguais; b) superexploração da força de trabalho; c) agravamento dos problemas sociais; d) alta concentração de riqueza e renda. (CARCANHOLO, 2013).

Diante desse quadro, as condições de dependência revelam a atualidade do debate a respeito da Teoria da Dependência de Marini, especialmente em razão das recentes medidas de austeridade do então governo de Michel Temer.<sup>8</sup> As medidas de liberalização impactam no mercado de trabalho, como corroboram os estudos recentes de Ruy Braga, a respeito da precarização do trabalho. (BRAGA, 2017; BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2018).

### **Considerações finais**

Revisitar a Teoria da Dependência mostra sua atualidade diante do quadro de austeridade implementado pelo atual governo de viés neoliberal. As economias dependentes acentuam seu atraso no quadro da acumulação mundial por permanecerem sem um plano efetivo de industrialização. O *mainstream* econômico mantém o entendimento de que o subdesenvolvimento é uma fase, *i.e.*, uma representação diferenciada em termos quantitativos do processo histórico de desenvolvimento.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) propõe uma reinterpretação, na qual o subdesenvolvimento é um aspecto qualitativo da dialética de acumulação mundial, na qual o desenvolvimento é sua outra face. Ruy Mauro Marini, em conjunto com Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos propõe uma explicação da dialética da dependência nos quadros do pensamento marxista, ou seja, o subdesenvolvimento é explicado mediante a Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Marini observa a condição de subordinação das economias dependentes, em especial da América Latina, em relação às economias centrais e desenvolvidas. Mediante a troca desigual, a mais-valia produzida nas economias subdesenvolvidas é reapropriada nas economias desenvolvidas; dessa forma, como as economias dependentes não possuem condições de superar a produção – em razão das limitações tecnológicas –, elas desenvolvem mecanismos internos de compensação: a superexploração da força de trabalho.

---

<sup>8</sup> Entre as recentes medidas econômicas de controle de gastos públicos, destaca-se a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55/2016), que propunha o congelamento das despesas primárias por 20 anos. Outra medida aprovada pela atual gestão é terceirização irrestrita à reforma trabalhista (Lei 13.457/17), que flexibiliza a relação de trabalho, o que acentua o processo de precarização.



A proposta da Teoria da Dependência de Marini indica a restrição da abertura externa, comercial e financeira do mercado brasileiro, além de elevar a capacidade de controle cambial e reverter a flexibilização e desregulamentação dos mercados e da legislação trabalhista. Essas propostas não encontrarão sustentação sem uma base social e política sólida, que se empenhe em reverter o atual quadro de austeridade neoliberal.

### Referências

BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.

BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRIDI, M. A.; BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Sociologia do trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, jan./abr., p. 42-64, 2018. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/244>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPUTO, O.; PIZARRO, R. Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. *Centro de Estudios Socioeconómicos*, Santiago, Universidadde Chile, 1970. p. 12-13

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./abr., p. 191-205, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 3 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, ago., p. 247-272, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jul. 2018.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento dependente-associado e teoria democrática. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LUCAS, J. I. P. Dependência e desenvolvimento na mérica Latina depois da reforma do Estado: neomonopolismo e exclusão social. *Cinta de Moebio*, México, v. 7, n. 1, mar., p. 38-48, 2000. Disponível em: <<http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/07/pires.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Vozes; Clacso, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 181-194.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. *In*: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Ed. PUC-Rio; Boitempo, 2009. p. 167-188.

SANTOS, T. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. The Structure of Dependence. **The American Economic Review**, Nova York, v. 60, p. 231-236, 1970.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo y dependencia**. Cidade do México: ERA, 1978.

WAGNER, A. Ruy Mauro Marini: uma interpretação marxista do capitalismo dependente. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Faculdade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 59-75, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52/51>>. Acesso em: 1º jul. 2018.

WASSERMAN, C. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2017.

**STARTUPS: UMA MODALIDADE DE NEGÓCIO INOVADOR***STARTUPS: AN INNOVATIVE BUSINESS MODE***Marcelo Regis Röpke Lüdtké<sup>1</sup>****Ana Paula Lüdtké<sup>2</sup>**

**Resumo:** O reflexo das economias mundiais, em meio a crises, transformações e mudanças sociais, ambientais e tecnológicos, faz pensar em novas formas de abrir, gerir e conduzir uma empresa, em meio ao cenário de grandes incertezas, as quais são necessárias para o surgimento ou a manutenção de uma empresa. Com isso o intuito neste artigo é mostrar como o empreendedorismo vem tomando novas proporções e com elas novas tendências. Entre essa nova tendência em crescimento, mostra-se o movimento de *startup*, presente principalmente em novos negócios iniciantes. Levando isso em consideração, o objetivo geral é destacar o cenário atual de *startup* no Brasil e no mundo e como estas *startups* no Brasil se organizam. E, especificamente, abordar o conceito, o surgimento e a *evolução de startups*, o processo de criação de uma *startup*, as características das *startups*.

**Palavras-chave:** *Startup*. Empreendedorismo. Gestão. Inovação.

**Abstract:** In the midst of crises, transformations and changes, as the social, environmental and technological links, the world economies are thinking about new ways of opening, managing and conducting a business, amid the scenario of great uncertainties, whether necessary for the emergence or maintenance of a company. With this, the purpose of this article is to show how entrepreneurship has taken on new proportions and with them new trends. Among this new growing trend is the startup movement, present mainly in new start-up businesses. Taking this into account, the overall goal is to highlight the current startup scenario in Brazil and the world and how these startups in Brazil organize themselves. And specifically approach the concept, emergence and evolution of startups, in addition to the principles of lean startup, process of creating a startup, characteristics of startups.

**Keywords:** Startup. Entrepreneurship. Management. Innovation.

## Introdução

O reflexo das economias mundiais em meio a crises, transformações e mudanças sociais, ambientais e tecnológicas, faz pensar em novas formas de

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso Bacharelado em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM). <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?pid=K437315926>. [marceloludtke@hotmail.com](mailto:marceloludtke@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso Bacharelado em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM). <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?pid=K852731829>. [anapaulaludtke@gmail.com](mailto:anapaulaludtke@gmail.com)

abrir, gerir e conduzir uma empresa, em meio ao cenário de grandes incertezas, as quais são necessárias para o surgimento ou a manutenção de uma empresa.

Nessa mudança, novas formas de empreender e novos conceitos surgem advindos da era da internet. Para Victorino (2013) esta forma nova está ligada à modalidade *Lean Startup*, que testa ideias e soluções antes, para depois colocar no mercado.

A relação empreendedora e administrador em novos modelos de negócio, como *Lean Startup*, pode ser definida como:

Empreender é administrar. Uma *startup* é uma instituição, não um produto, assim, requer um tipo de gestão, especificamente construída para seu contexto de extrema incerteza. [...] acredito que “empreendedor” deveria ser considerado um cargo em todas as empresas modernas que dependem da inovação para seu crescimento futuro. (RIES; ERIC, 2012).

A falta de percepção por parte dos empreendedores, a não importância sobre a administração desses novos modelos de negócios são a causa principal de fracasso de muitos negócios. De acordo Ries (2012), o problema é que empreendedores adotam o lema *just do it*, simplesmente faça, e esquecem de utilizar informações que a administração propõe. Pode-se pressupor que a gestão é o problema e o caos é a solução. A maioria dos empreendedores tradicionais tem uma visão errônea das *startups*, por que estar em um ambiente inovador, disruptivo e caótico, não precisam ser gerenciados este modelo de negócio. (RIES, 2012).

Com isso, o intuito neste artigo é mostrar como o empreendedorismo vem tomando novas proporções e com elas novas tendências. Entre essa nova tendência em crescimento, mostra-se o movimento de *startup*, presente principalmente em novos negócios iniciantes; será que eles são promissores? Levando-se isso em consideração, o objetivo geral é destacar o cenário atual de *startup* no Brasil e no mundo e como estas *startups* no Brasil se organizam. E, especificamente, abordar no referencial teórico o conceito, surgimento e a evolução de *startups*, além do processo de criação de uma *startup* e características das *startups*.

## Conceito, surgimento e evolução de *startup*

De acordo com o Sebrae (2017), *startup* é um pequeno número de pessoas que dá início a uma empresa, com a lógica de uma ideia diferente, ao mesmo tempo escalável e que tem um panorama de grandes incertezas, e que acredita que pode “fazer” dinheiro. Dentre outros conceitos, o Sebrae (2017) ressalta: Um cenário de incerteza é o fato de não saber se a ideia poderá dar certa ou errada, ou que pelo menos sejam sustentáveis.

*Startup* é um modelo de negócio que gera valor, transformando trabalho em dinheiro. Ex: o Google tem um modelo de negócio que se paga pelo click no anúncio que é exibido no motor de busca – é o mesmo modelo utilizado pelo *buscapé.com*. Entre outros modelos de negócios, temos de exemplo as franquias em que se usa a marca, e retribui com *royalties*, tendo o sucesso da marca estabelecida, além do suporte do franqueador podendo ter a possibilidade de crescimento gerando mais lucro.

Segundo Sebrae (2017) e Dorneles (2005), foi no forte da entrada entre 1996 e 2001, que teve início a chamada bolha da internet, em que tudo começou com a explosão do pontocom utilizado pelas empresas no Brasil, em que o termo *Startup* ficou sendo conhecido e sendo passado a ser usado por aqui. Para Dorneles (2005), foi nesse episódio que o empreendedorismo teve mais atenção por parte da governança brasileira, tendo como espelho o EUA, onde o empreendedor é considerado um gerador de riqueza na economia.

Foi no ano de 90 a início dos anos 2000, que grandes transformações aconteceram, entre elas, mudanças na rotina das pessoas com o surgimento de produtos e tecnologias, como o computador, a internet e a telefonia móvel; nisso criou-se um ecossistema ao desenvolvimento de novos negócios, fortalecendo o empreendedorismo a se espalhar numa mudança global. (PEZZONI, 2013).

Com o surgimento do computador e da internet, inúmeras inovações surgiram nos negócios, podendo o empreendedor experimentar novos canais de relacionamentos com o cliente, cobrança, controle interno, etc. A consequente intensificação da criação de novas empresas gerou um aumento nas possibilidades de ocorrência da inovação disruptiva, conforme observado por Clayton Christensen (1997). As inovações disruptivas, segundo o autor, trazem mudanças no cotidiano das pessoas, deixando as coisas mais fáceis. Daí o exemplo de empresas inovadoras consideradas *startups*, em que locadoras

foram substituídas pela Netflix, taxis trocados por Uber, alugar imóveis por Airbnb, etc.

Em 2013, observou-se que este conceito novo de *startup*, tido por uma ideia diferente de um modelo de negócio tradicional, trouxe consigo a revolução da indústria nos anos 50, e que até hoje é estudada sua teoria e a forma de administrar, conhecidos pelo sistema de produção Toyota, sendo seu nome original chamado de *Genchi Gembutsu*, em japonês. (RIES, 2012, p. 5). Foi esse sistema de manufatura enxuta que originou as raízes da *startup* enxuta ou *LeanStartup*.

A abordagem enxuta de gerenciar operações é fundamentada em fazer bem as coisas simples, em fazê-las cada vez melhor e acima de tudo em eliminar todos os desperdícios em cada passo do processo. Frequentemente, vista como a praticante líder da abordagem enxuta no Japão, a Toyota Motor *Company* desenvolveu um conjunto de práticas que foram moldadas ao que, atualmente, denomina-se filosofia enxuta ou JIT (SLACK; JOHNSTON; CHAMBERS, 2009).

Essa abordagem no Japão, onde a Toyota desenvolveu uma série de práticas que foram moldadas ao que, atualmente se conhece por filosofia enxuta. Tal filosofia prega, de forma sucinta, que,

entendendo o que é valor para o cliente, se é capaz de identificar e eliminar desperdícios via o melhoramento contínuo de processos de produção e assim alavancar a posição competitiva, em particular no que se refere a fatores como a velocidade no atendimento aos clientes, a flexibilidade para se ajustar aos seus desejos específicos, a qualidade e o preço do produto ofertados. (COSTA; JARDIM, 2010).

Para Blank (2012) *startups* diferem de grandes empresas na medida em que, enquanto estas executam um modelo de negócios definido, aquelas buscam um modelo de negócios escalável, repetitivo e lucrativo. E a *Startup* Enxuta (*Lean Startup*) – movimento iniciado por Eric Ries, pupilo de Blank – junta o Desenvolvimento de Clientes ao Desenvolvimento Ágil e a conceitos do Sistema Toyota de Produção, “tornando o processo de empreender menos arriscado, favorecendo a experimentação, ao invés de elaborados planejamentos e o *feedback* dos clientes ao invés de intuição.” (BLANK, 2013, p. 4).

## Processo de criação de uma *startup*

Segundo Cassio A Spina (2013), as etapas, deste o início da ideia até sua validação no mundo dos negócios, são representadas a seguir:

Figura 1 – Processo de criação de uma *startup*



Fonte: Spina, Cassio, editado por Priscila Zuini (2013).

## Características das *startups*

De acordo com a associação brasileira de *startups* (2017), as principais características de diferenciação e definição envolvem os seguintes pontos:

- inovação – cria algo novo no produto ou serviço que é inovador no modelo de negócio em que atua, destacando elementos que diferenciam-se dos demais;
- escalabilidade – tem crescimento escalável no modelo de negócio, podendo crescer e atingir um grande número relativamente; mesmo assim, consegue manter seus custos baixos;
- repetitividade – ser repetível de forma simples e alcançar a experiência de consumo do produto ou serviço, no âmbito do alcance de sua utilização, sem precisar ter a mesma proporção de recursos humanos e financeiros; e
- flexibilidade e rapidez – saber adaptar-se às mudanças de mercado o mais rapidamente possível, mesmo aparentando ser incerta ainda sua

direção, para ser totalmente competitiva. Na *startup* enxuta isso é uma característica por possuir estruturas enxutas, trabalhando com poucas pessoas, o que cria flexibilidade e autonomia nas decisões.

## Procedimentos metodológicos

No intuito de compreender o cenário atual de *startups* no Brasil e no mundo, e como as *startups* se organizam no Brasil, desenvolveu-se um estudo de natureza documental, com abordagem qualitativa. Segundo Fachin,

a pesquisa documental corresponde a toda informação de forma oral, escrita ou visualizada. Ela consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação. (2005, p. 136).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

## Análise e discussão dos resultados

A partir da análise dos resultados, buscou-se destacar o cenário atual de *startups* no Brasil e no mundo e compreender como estas *startups* se organizam no Brasil. Sendo assim, a apresentação e a discussão dos resultados está organizada em duas subseções: cenário das *startups* no Brasil e no mundo e como as *startups* se organizam no Brasil.

## Cenário de *startups* no Brasil e no mundo

O *Startse* (2016), site consolidado como o maior ecossistema de *startups* no Brasil, mostra, em sua plataforma, um pouco do cenário das *startups* do Brasil, apresentando dados em relação ao números de *startups*, investidores e valores investidos nelas. Além disso, faz uma comparação entre o mercado americano de *startups* com o do Brasil.



Figura 2 – Comparação entre os mercados dos EUA e do Brasil



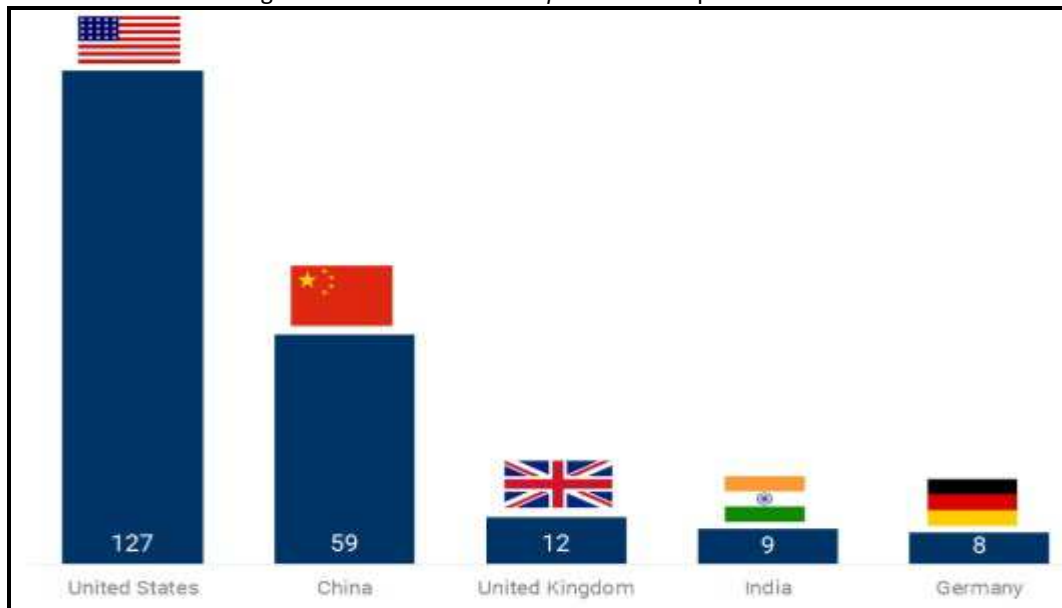
Fonte: Startse (2016).

Na Figura 2 é possível observar que enquanto o mercado americano movimenta valores que passam dos U\$ 50 bilhões por ano, no Brasil estes valores chegam a apenas U\$ 3 bilhões. Isso mostra o quanto de espaço existe ainda para crescer, e colocar mais empresas com este formato de negócio enxuto e inovador. (STARTSE, 2016). De acordo com a associação brasileira de *startups* (ABStartup) (*apud* PORTAL CONTABIL SC, 2015) as *startups* crescem 18% no país e movimentam R\$ 2 bilhões anualmente na economia, o que representa ainda muito pouco: somente 0,03% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Segundo a ABStartups (*apud* PORTAL CONTABIL SC, 2015) a meta é alcançar 5% do PIB (R\$ 276 bilhões) em 2035.

Você provavelmente ouviu falar de "*Startups unicórnios*". Segundo a Wikipedia (2018), é uma *startup* que possui avaliação de preço de mercado no valor de mais de U\$ 1 bilhão de dólares. O ponto é que não temos ainda nenhuma *startup* unicórnio com o valor de mais de U\$ 1 bilhão de dólares.

Hoje, quem faz este levantamento são empresas mantidas pelo *The Wall Street Journal*, Revista Fortune, CNNMoney e CB Insights. De acordo com *site* CB Insights (2017) existem hoje 215 *startups* unicórnios no mundo; desse número, 127 *startups* estão nos EUA, tendo alcançado *status* de unicórnio deste 2013. Em segundo lugar aparece a China que, desde 2013, tem 59 *startup* unicórnios, seguida de Inglaterra com 12 *startups* unicórnios, Índia 9 *startups* unicórnios e Alemanha com 8 *startups* unicórnios.

Figura 3 – Número de *startups* unicórnios pelo mundo



Fonte: CB Insights (2017).

De acordo com o site Tech *Startups* (2018), é possível ver a classificação de *startups* unicórnios de acordo com a avaliação de mercado em que elas valem. Foram destacadas as 10 *startups* unicórnios com maior valor de mercado. Dentre elas a China é a que tem mais *startups* unicórnios com sete, seguida dos EUA, com três *startups* unicórnios. O restante das outras classificações pode se obtido no *site*.

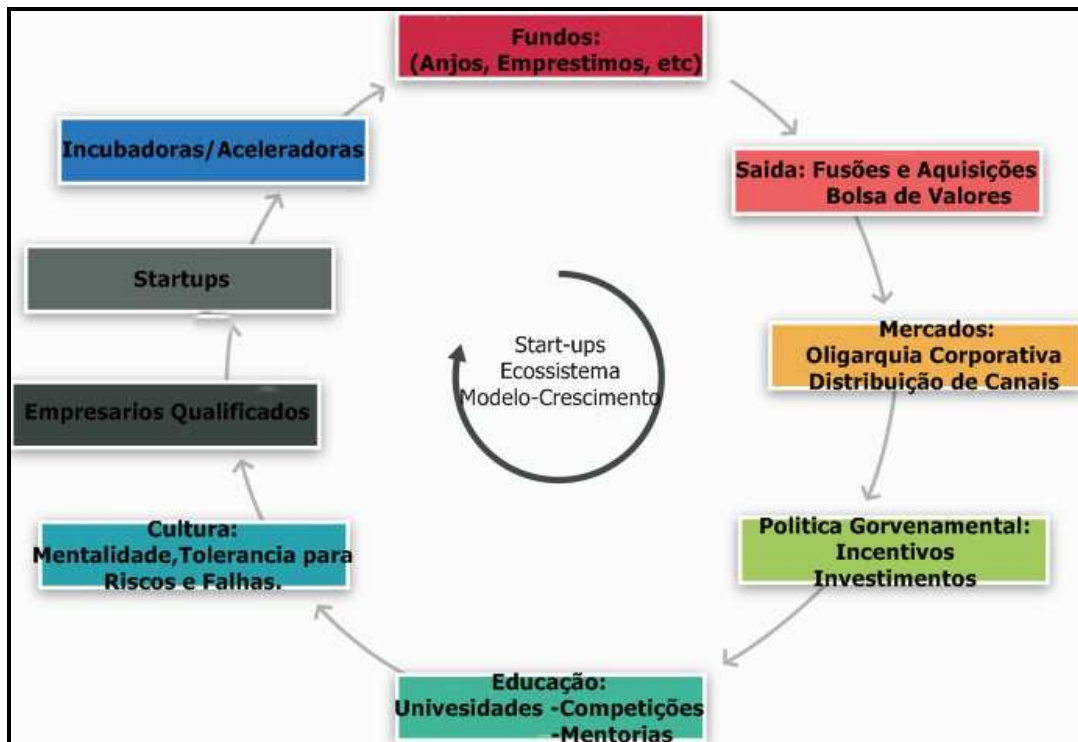
Quadro 1 – As *startups* unicórnios que mais valem no mercado

Empresa	Avaliação	Data de validação	País
Ant Financial	U\$ 70,0 bilhões	Abril de 2017	China
Uber	U\$ 62,5 bilhões	Agosto de 2016	USA
Didi Chuxing	U\$ 56,0 bilhões	Abril de 2017	China
Xiaomi	U\$ 45,0 bilhões	Abril de 2015	China
Ali Cloud	U\$ 39,0 bilhões	Março de 2018	China
Meituan-Dianping	U\$ 30,0 bilhões	Outubro de 2017	China
Airbnb	U\$ 30,0 bilhões	Setembro de 2016	USA
PalantirTechnologies	U\$ 20,1 bilhões	Novembro de 2016	USA
CATL	U\$ 20,0 bilhões	Março de 2018	China
Toutiao	U\$ 20,0 bilhões	Agosto de 2017	China

Fonte: Techstartups (2018).

Segundo o site *Startse* (2017), o problema apontado, devido a não termos ainda um número mais expressivo de *startups* e nenhuma *startup* em nível global avaliada em mais de \$ 1 bilhão, é devido a vários fatores que ele destaca na figura.

Figura 4 – Motivos por não termos mais *startups* e *startups* avaliados em mais de U\$ 1 bilhão no Brasil



Fonte: Sartse (2017).

## Como as *startups* se organizam no Brasil

Segundo a ABStartups (2017), no último relatório de 2017, em seu Radiografia do Ecosistema Brasileiro de *Startups*, levantou-se uma preliminar de onde foram revelados alguns dados sobre o perfil das *startups*, dos fundadores e o impacto dos agentes do ecossistema no seu desenvolvimento. A radiografia para estudo contou com a parceria da ABStartup e Accenture, cujo objetivo era compreender melhor o empreendedorismo de *startup* em todo o Brasil e nisso observar o que está dando certo ou não e quais os pontos fortes e fracos nesse sistema. A radiografia do Ecosistema Brasileiro de *Startup* foi uma pesquisa

aberta, realizada por meio de questionário *online* com mais de 1.000 respondentes de todos os estados brasileiros. Os dados foram coletados e tratados de forma anônima entre os meses de julho e setembro de 2017.

Figura 5 – Perfil das *startups*, dos fundadores e o impacto dos agentes do ecossistema no seu desenvolvimento



Fonte: ABStartups (2017).

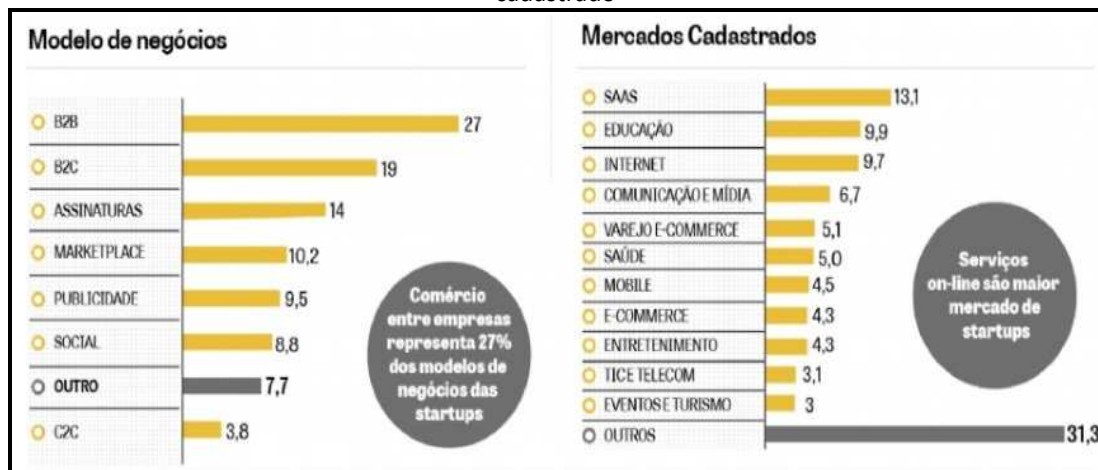
Figura 6 – Perfil das *startups*, dos fundadores e o impacto dos agentes do ecossistema no seu desenvolvimento



Fonte: ABStartups (2017).

Em relação ao panorama das iniciantes, o que se observa na distribuição das *startups*, o modelo de negócios que mais se destaca, é o comércio entre empresas; representa 27% dos modelos de negócios das *startups*, logo após: comércio entre consumidores (19%), assinaturas (14%) e marketplace (10,2%). No setor de mercado, o que se destaca mais na associação brasileira de *startups* é o mercado de serviços *online*, *software* de serviços (SAAS) ou programa de serviços com (13,1%) seguido pelo mercado de educação (9,9%) e internet (9,7%) sendo os três maiores mercados. (ABSTARTUPS, 2015 *apud* PORTAL CONTABIL SC, 2015).

Figura 7 – Distribuição das *startups* pelo modelo de negócios e pelo setor de mercado cadastrado



Fonte: ABStartups (2015).

## Considerações finais

Em virtude dos aspectos mencionados, pode-se levar em considerações que as *startups* são fundamentais para uma economia de qualquer país, são elas que movimentaram várias economias; ao mesmo tempo, serão elas que vão gerar boa parte dos empregos em um longo prazo. Em relação a outros países, o Brasil ainda é pouco explorado nesse cenário de oportunidades que são as *startups*, e terá muitos desafios a serem melhorados, se quiser alcançar representatividade na economia do Brasil e do mundo.

## Referências

- ABSTARTUPS. **O que é uma Startup**. 2017. Disponível em: <[https://abstartups.com.br/2017/07/05/o-que-e-uma-startup/?gclid=EAlalQobChMIw8n5k9b92glViAeRCh3WZgFKEAAYAAEgLtyvD\\_BwE](https://abstartups.com.br/2017/07/05/o-que-e-uma-startup/?gclid=EAlalQobChMIw8n5k9b92glViAeRCh3WZgFKEAAYAAEgLtyvD_BwE)>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- ALBERONE, M.; CARVALHO, R.; KIRCOVE, B. **Sua ideia ainda não vale nada** – o guia prático para começar a validar seu negócio. Rio de Janeiro, 2012.
- BLANK, S. *Why the lean start-up changes everything*, **Harvard Business Review**, 2013.
- BLANK, S.; DORF, B. **The startup owner's manual**. Califórnia: KS Ranch Press, 2012.
- BORNELI, J. **Se você quer ter uma startup, esta é a hora**. 2016. Disponível em: <<https://conteudo.startse.com.br/mercado/juniorboneli/se-voce-quer-ter-uma-startup-estae-a-hora-certa/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- CALLIARI, M.; MOTTA, A. **Código Y: decifrando a geração que está mudando o país**. São Paulo: Évora, 2012.
- CBINSIGHTS. **Unicorns abroad: the creation of billion-dollar startups is shifting out of the US**. 2017. Disponível em: <<https://www.cbinsights.com/research/global-new-unicorncompanies-us-china/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- CHRISTENSEN, C. M. **O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso**. São Paulo: M. Books, 2011.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo – transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**, Relatório Executivo, 2015.
- MCTI. **Startup Brasil programa o que é**. 2013. Disponível em: <<http://www.startupbrasil.mcti.gov.br/programa/o-que-e/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.
- PEZZONNI, C. **Após o fim do evento, discussões e projetos apresentados no Congresso Global do Empreendedorismo dão início às ações para aprimorar o ambiente empreendedor no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://gec2013rio.blogspot.com.br/2013/04/apos-o-fim-do-eventodiscussoese.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PORTAL CONTABIL SC. **Startups crescem 18% no país e giram R\$ 2 bilhões anualmente na economia**. 2015. Disponível em: <<http://portalcontabilsc.com.br/noticias/startups-crescem-18-no-pais-e-giram-r-2-bilhoesanualmente-na-economia/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

RIES, E. **Lean Startup**. Crown Business, 2012.

RIES, E. **Startup enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

RODRIGUES, J. N.; CORREIA, G. **Mestres da geração startups**. Portugal: Centro Atlântico, 2004. p. 4-5.

SEBRAE. **O que é uma startup**. 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-umastartup,616913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Acesso à inovação tecnológica**. 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/para/programas/acesso-a-inovacao-tecnologica/>>. Acesso em: 1º jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Empresas start up**: a geração de negócios em meio à incerteza. 2012. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/index.php/42-noticias/empreendedorismo/6914-empresas-start-up-a-geracao-de-negocios-em-meio-a-incerteza>>. Acesso em: 1º jun. 2018.

SLACK, N.; JOHNSTON, R.; CHAMBERS, S. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SPINA, C. **Como funciona o ciclo de vida de uma startup**. Editado por Priscila Zuini. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/como-funciona-o-ciclo-de-vida-de-uma-startup/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

STARTSE. **Por que o Brasil ainda não realiza grandes exits de startups?** 2017. Disponível em: <<https://conteudo.startse.com.br/investimentos/redacao/por-que-o-brasil-ainda-nao-realizagrandes-exits-de-startups/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

TECHSTARTUPS. **Unicorn startups: billion-dollar startups**. 2018. Disponível em: <<https://techstartups.com/2018/04/08/unicorn-startups-2018-list/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

THE INNOVATOR'S DILEMMA. **When new technologies cause great firms to fail**. Harvard Business Review Press, 1997.

VICTORINO, V. **Por que o empreendedor deve ser “louco”**. 2018. Disponível em: <[http://www.endeavor.org.br/endeavor\\_mag/start-up/aprendendo-a-serempreendedor/porque-o-empreendedor-deve-ser-louco](http://www.endeavor.org.br/endeavor_mag/start-up/aprendendo-a-serempreendedor/porque-o-empreendedor-deve-ser-louco)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

## SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NO TURISMO: UMA ANÁLISE DA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

*ECONOMIC SUSTAINABILITY IN TOURISM: ANALYSIS OF THE SOCIALIZATION OF KNOWLEDGE IN SCIENCE JOURNALS*

Luana Teixeira de Lacerda<sup>1</sup>

Bruna Leston<sup>2</sup>

Marlei Salete Mecca<sup>3</sup>

**Resumo:** O tema sustentabilidade tem sido recorrente nos estudos sobre turismo. Além da dimensão ambiental, que recebe destaque nos debates, a economia passa a ser tratada a partir dos critérios da sustentabilidade para que, de fato, haja um desenvolvimento sustentável nas destinações. A partir disso, este estudo busca, desde as abordagens qualitativa e quantitativa, analisar os trabalhos que tratam de questões ligadas ao turismo economicamente sustentável, socializados em periódicos científicos nacionais. Os dados encontrados demonstram que, apesar do número expressivo de artigos sobre sustentabilidade no turismo, poucos investigam a economia com base nos conceitos sustentáveis. Quanto aos autores nenhum publicou mais de um trabalho durante o período sobre a temática, levando a inferir que as pesquisas não foram continuadas, demonstrando uma necessidade de aprofundamento dos estudos nacionais a respeito do tema.

**Palavras-chave:** Turismo. Sustentabilidade. Economia. Bibliometria.

**Abstract:** The theme of sustainability has been recurrent in tourism studies. Besides the environmental dimension, which is highlighted in the debates, the economy started to be based on the criteria of sustainability so that, in fact, there is sustainable development in the destinations. In this context, this study searches, from the qualitative and quantitative approaches, to analyze the works that deal of linked subjects to the economically sustainable tourism, socialized in national science journals. The founds data demonstrate that, despite the expressive number of articles on sustainability in the tourism few investigate the economy on the basis of the sustainable concepts. As for the authors none published more than a work during the period on the thematic, taking to infer that the researches had not been continued, demonstrating a necessity of deepening of the national studies regarding the subject.

**Keywords:** Tourism. Sustainability. Economy. Bibliometry.

---

<sup>1</sup> Aluna do programa de mestrado da Universidade de Caxias do Sul (PPGTURH). Graduada em Relações Públicas pela Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* luteixeiralacerda@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do programa de mestrado da Universidade de Caxias do Sul (PPGTURH). Bacharela em Hotelaria pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). *E-mail:* brl-bruna@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Bacharela em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Docente no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* msmecca@gmail.com



## **Introdução**

As pesquisas em torno do tema sustentabilidade têm ganho importante espaço na sociedade contemporânea. Inicialmente, tendo o meio ambiente como fator principal, hoje usam-se os princípios sustentáveis também na área sociocultural e econômica.

No turismo, em especial, há a necessidade de desenvolverem-se ações direcionadas ao conjunto, pois o setor está diretamente ligado a todas as dimensões, fazendo uso do meio ambiente e da cultura como fator de atração, movimentando a comunidade e buscando o crescimento econômico das destinações.

Porém, apesar da emergência do desempenho de atividades sustentáveis para o desenvolvimento seguro do setor turístico, possibilitando que os recursos não se esgotem e que a renda gerada se multiplique, atingindo toda a população, percebe-se que a ligação entre o turismo e a sustentabilidade econômica no Brasil ainda precisa ser estreitada. Nesse cenário, este artigo busca identificar os principais estudos publicados em periódicos nacionais, que tratam do tema “turismo e sustentabilidade econômica”.

Para o levantamento de dados, utilizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, por meio de estudo bibliográfico, exploratório e descritivo, tendo como técnica de coleta de dados uma pesquisa bibliométrica.

Os dados analisados foram coletados, a partir das bases de dados dos Periódicos das universidades associadas à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (Anptur). Como período de publicação, definiram-se entre os anos de 2008 e 2018 – tendo, como palavras-chave “turismo, sustentabilidade econômica” e “turismo, economia, sustentável”.

Como subsídio para a análise das informações coletadas, realizou-se um estudo a respeito do turismo sustentável na sociedade contemporânea, em especial da dimensão econômica da sustentabilidade turística, nosso foco neste artigo. Posteriormente, realizou-se a análise dos trabalhos encontrados nos periódicos científicos, depreendendo características da produção nacional sobre o tema.

## **Turismo e sustentabilidade**

O turismo, em seu cenário atual, aponta para a qualificação das atividades desempenhadas onde uma quantidade significativa de turistas, cada dia mais exigente, busca experiências genuínas, desfrutando dos atrativos e da estrutura das destinações e, em troca, despense altos valores monetários no mercado local, o que possibilita o desenvolvimento dos municípios visitados.

Mais que lazer, o turismo é encarado como uma forma de crescimento e, como afirma Barretto (1991, p. 45), “[...] tem um aspecto social tão importante quanto ao desenvolvimento econômico, isto é, possibilidade de expansão do ser humano, seja pelo divertimento, seja pela possibilidade de conhecer novas culturas e enriquecer conhecimentos por meio de viagens”.

A atividade que, em seus primórdios, fazia parte apenas da vida dos nobres, passou a ser realizada por novas famílias, atingindo classes economicamente inferiores, movimento proporcionado pelos avanços econômicos e pela ampliação da distribuição de renda. Esse novo conjunto de público, no setor turístico, é composto por indivíduos cada dia mais exigentes e, muitos deles, engajados em temas sociais, com maior senso de responsabilidade.

As novas atitudes são motivadas pelo cenário global de clamor por desenvolvimento sustentável, com um pensamento voltado à preservação e utilização racional dos bens na busca pela satisfação das necessidades atuais, de tal maneira que não comprometa o bem-estar futuro. (SWARBROOKE, 2000).

Essa postura vem sendo discutida frente à exploração descontrolada dos bens do planeta e teve seu primeiro grande marco em 1982, com a criação do Relatório Brundtland, que propôs a adoção do desenvolvimento de maneira sustentável. Os conceitos da sustentabilidade conduzem a uma reflexão quanto ao “[...] desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento”. (ASHTON, 2005, p. 108). Busca o equilíbrio entre a economia, a natureza e o social.

Tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento das destinações, a partir das atividades turísticas, muitos municípios passam a investir no setor, pois, como afirmam Jegdić, Škrbić e Milošević, “[...] o turismo oferece oportunidades reais de emprego, redução da pobreza e incentivo ao desenvolvimento local, com a viabilidade a longo prazo da indústria do turismo”. (2013, p. 155, tradução nossa).

A partir disso, para obter resultados positivos, é necessário considerar as premissas da sustentabilidade, pois, de acordo com Lemos (2005, p. 219), “[...] a forma de reaplicação desses resultados em preservação dos elementos que compõem o valor turístico é que definirá o êxito dessa sustentabilidade”. A partir da renda gerada pelo setor, deverá haver investimentos para a valorização e preservação das riquezas, buscando a distribuição de renda e os benefícios para a comunidade local, sendo esse o preceito da sustentabilidade econômica.

Para Beni (2003, p. 111-112), esse conceito “[...] diz respeito à busca do crescimento/desenvolvimento econômico, por meio da alocação e da gestão eficiente dos recursos e da realização de constantes investimentos públicos e privados”. Porém, sem planejamento e o desempenho de ações estratégicas adequadas, a atividade tende a tornar-se predadora, ocasionando prejuízos futuros.

Nesse cenário, torna-se importante a existência de pesquisas a respeito da temática, no intuito de proporcionar aos gestores das destinações esclarecimentos e informações relevantes, que possam auxiliar no desempenho das atividades turísticas, causando o mínimo possível de interferência negativa ao meio.

## **Metodologia**

Os numerosos conhecimentos produzidos pela ciência têm o papel de solucionar os problemas enfrentados pela sociedade e, à luz de suas descobertas, proporcionar facilidades e melhorias à vida dos seres humanos e o cuidado com a natureza. Para tanto, é importante a divulgação dos resultados obtidos, a partir dessas pesquisas, abrindo portas para descobertas posteriores e para o aprofundamento dos debates acerca dos mais diversos temas.

Buscando conhecer algumas dessas descobertas, o presente artigo pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, tendo, como técnica de coleta de dados, uma pesquisa bibliométrica.

De acordo com Bauer e Gaskel (2008, p. 23), a abordagem qualitativa “[...] evita números, lida com interpretações das realidades sociais”; busca os significados de um texto e tem, como objetivos, interpretar, descrever e analisar (REIS, 2008), enquanto a abordagem quantitativa mantém sua base na objetividade, com dados que podem ser quantificáveis. Segundo Fonseca (2002,

p. 20), quando utilizadas unidas permitem “[...] recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

Quanto à pesquisa bibliográfica, seu objetivo é o levantamento de referências publicadas; o que possibilita ao pesquisador conhecer os estudos de outros autores a respeito da mesma temática, identificando as teorias existentes, contribuindo para o entendimento do fenômeno analisado (GIL, 2002), tornando-se, assim, indispensável aos estudos. (KÖCHE, 2010). Para complementar o estudo, por meio da pesquisa descritiva, realiza-se o processo de observação, registro e posterior análise dos fatos que se manifestam de maneira espontânea, sem que haja manipulação do pesquisador. (CERVO; BERVIAN, 2002).

Sobre o estudo bibliométrico, Tague-Sutcliffe explica que “[...] é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e do uso da informação registrada. [...] bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão”. (Apud MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134). Dessa forma a Bibliometria oferece aos pesquisadores a possibilidade de conhecerem o movimento das produções científicas, relacionar autores e estudos, viabilizando novos conhecimentos e interligando teorias, além da disseminação de informações.

Os textos utilizados neste estudo foram publicados nas oito revistas das universidades associadas à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (Anptur): Revista Hospitalidade; Turismo e Sociedade; Cenários; Turismo Contemporâneo; RBTUR; Turismo e Ação; Turismo em Análise e Rosa dos Ventos. Optou-se por coletar as obras publicadas nas edições veiculadas entre os anos de 2008 e 2018. Como palavras-chave, utilizaram-se: “turismo, sustentabilidade econômica” e “turismo, economia, sustentável”.

### **Amostra selecionada**

A busca realizada nas plataformas dos periódicos selecionados resultou em duzentos e dezenove estudos disponíveis, porém, destes, apenas treze artigos têm, de fato, relação com o tema de pesquisa deste artigo, tratando da sustentabilidade econômica das atividades e destinações turísticas. Na Tabela 1 são apresentados os estudos selecionados.

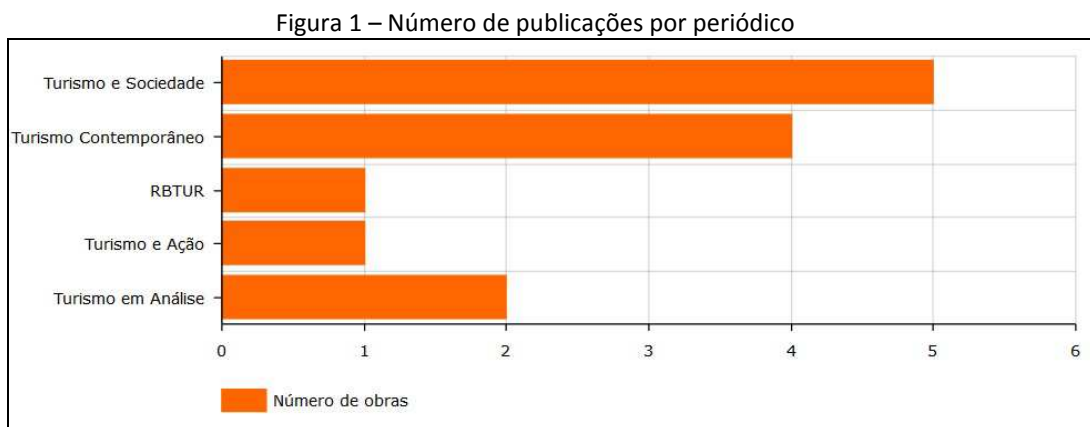
Tabela 4 – Amostra de trabalhos selecionados

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano</b>	<b>V. N.</b>
Thiago Piazzetta Valente; Eduardo Jorge Costa Mielke	Evolução e potencialidades de inovação do turismo de base comunitária no Município de Guaraqueçaba – PR (Brasil)	Turismo e Sociedade	2017	v. 10, n. 3
Cristina Horst Pereira; Patrícia Cristina Statella Martins; José Roberto da Silva Lunas; Juliana Maria de Aquino	Efeito multiplicador do turismo na fronteira entre Brasil e Paraguai	Turismo e Sociedade	2014	v. 7, n. 4
Rodrigo Amado Santos; Michelle Rangel Santos	Sustentabilidade e hotelaria: um estudo de caso no Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil	Turismo e Sociedade	2015	v. 8, n. 3
Jaciel Gustavo Kunz	O turismo como indutor de desenvolvimento: revisitando as dimensões ambiental, econômica e sociocultural	Turismo e Sociedade	2012	v. 5, n. 1
Gabriela Zamignan; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Oklinger Mantovaneli Jr.	Etapas de diagnóstico da metodologia de planejamento e gestão de arranjos socioprodutivos de turismo comunitário: a experiência da Microbacia do rio Sagrado (Morretes, Brasil)	Turismo e Sociedade	2011	v. 4, n. 2
Gerson Jonas Schirmer; Marisa Dal'Ongaro	Proposta de propriedades e paisagens planejadas no desenvolvimento do turismo no Município de Agudo/RS	Turismo Contemporâneo	2015	v. 3 n. 1
Thiliane Meguis; Kassia Farias; Pablo Viana; Juliana Hamoy	Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo	Turismo Contemporâneo	2015	v. 3 n. 1
José Maria Alves da Cunha; Ricardo Rayan Nascimento Rocha; André Riani Costa Perinotto	O desenvolvimento do turismo rural com perspectivas sustentáveis para a comunidade Lagoa da Prata – Parnaíba/Piauí	Turismo Contemporâneo	2015	v. 3 n. 1
Murilo de Alencar Souza Oliveira; Adriana Marques Rossetto	A percepção dos gestores quanto às práticas sustentáveis implantadas em meios de hospedagem de pequeno porte	Turismo Contemporâneo	2014	v. 2 n. 1
Helena A. Costa; Donald R. Sawyer; Elimar P. do Nascimento	Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade	RBTUR	2009	v. 3, n. 3
Guilherme Pinto de Araújo; Daniele Lima Gelbcke	Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento	Turismo e Ação	2008	v. 10, n. 3
Andrea Rabinovici	Ambientalismo, organizações não governamentais e a busca pela sustentabilidade do turismo	Turismo em Análise	2011	v. 22, n. 1
Fernanda Meneses de Miranda Castro; Moema Maria Badaró Cartibani Midlej	Planejamento e sustentabilidade: uma análise da gestão do turismo 2006-2008 a partir das representações dos termos Dendê, CVI e maricultura no Município de Valença-BA	Turismo em Análise	2013	v. 24, n. 3

Fonte: Elaborada pelas autoras (2018).

## Análise dos dados

Entre os periódicos analisados, a *Revista Hospitalidade*, a *Revista Cenários* e a *Revista Rosa dos Ventos*, apesar do grande número de publicações, não apresentaram estudos afins ao tema, no intervalo de tempo entre 2008 e 2018. Os dados de publicações por periódico são apresentados na Figura 1.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

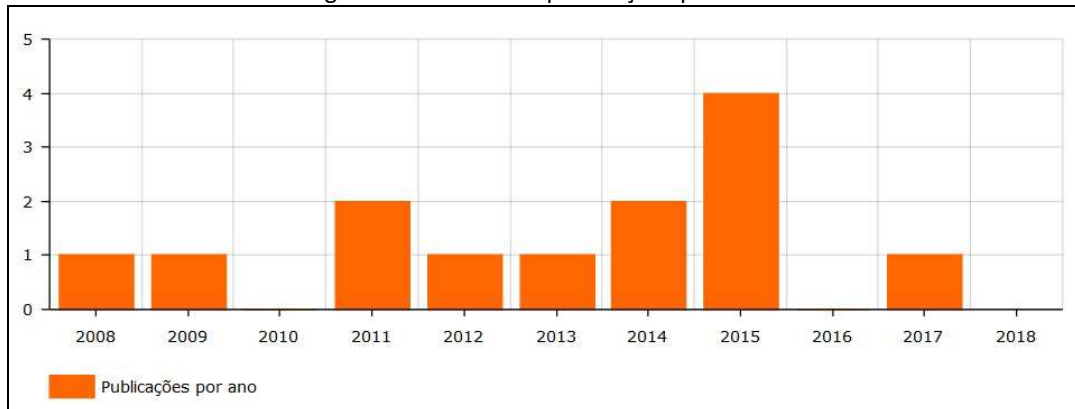
O periódico com maior número de artigos que tratam sobre “turismo, economia e sustentabilidade” é a revista *Turismo e Sociedade*, editada pela Universidade Federal do Paraná, com cinco estudos no período. Em seguida, identificou-se a revista *Turismo Contemporâneo* na segunda colocação com quatro artigos, seguida pela revista *Turismo em Análise*, com dois trabalhos e as revistas *RBTUR* e *Turismo e Ação*, com um trabalho cada.

A expressividade do número de publicações é pequena considerando a amplitude do tema e sua interligação com inúmeros vieses e possibilidades de análises nos setores público e privado, ainda mais se comparados os estudos relacionados com a dimensão ambiental e/ou o vínculo com a sociocultura.

A maior concentração de pesquisas do período ocorreu no ano de 2015, contando com quatro trabalhos, sendo um deles da revista *Turismo e Sociedade* e os outros três da revista *Turismo Contemporâneo*. Cabe salientar que, nesse ano, foi realizada uma reunião da cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), para definir os objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), que conta com 17 objetivos para mudanças no mundo, abrangendo todas as dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social e cultural. (NAÇÕES

UNIDAS NO BRASIL, 2015). Porém, a partir da pesquisa realizada, no ano seguinte (2016), não foram localizados estudos com a temática, bem como no ano de 2010, conforme consta na Figura 2.

Figura 2 – Número de publicações por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que se refere aos territórios que serviram como base para os estudos de caso, tivemos a análise das realidades brasileiras. Três dos estudos selecionados têm essencialmente, cunho teórico e foram, construídos a partir de uma pesquisa bibliográfica. Quanto aos trabalhos que realizaram um estudo de caso, todos tiveram como território de estudo o Brasil, representado pelo Estado do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia, com dois trabalhos cada, enquanto o Distrito Federal, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Piauí, com um trabalho cada, como pode ser observado na Figura 3.

Segundo dados do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022, no ano de 2016 o turismo teve uma participação na economia do País com o montante de US\$ 56,8 bilhões, correspondendo a 3,2% do PIB. (BRASIL, 2018). Para 2027, a *World Travel & Tourism Council* (WTTC) estima um crescimento de 3,3%, levando a uma contribuição equivalente a US\$ 212,1 bilhões, totalizando 9,1% do PIB do Brasil. (BRASIL, 2018). Diante desse crescimento, o PNT 2018-2022 destaca a “[...] necessidade de utilização de estudos e pesquisas como instrumentos para análise do mercado e das sociedades envolvidas na atividade”. (BRASIL, 2018, p. 81). Os dados encontrados com essa pesquisa demonstram que há uma busca pela qualificação do turismo brasileiro, num cenário no qual o setor vem se destacando mesmo em meio à crise econômica e nacional.

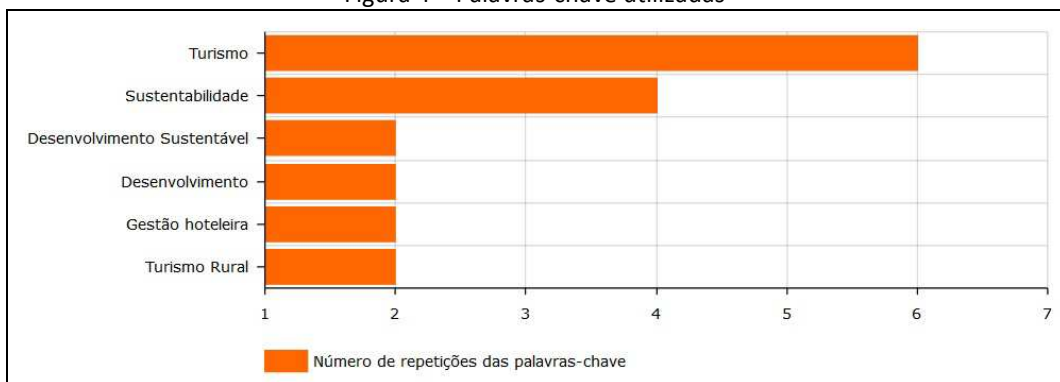
Figura 3 – Estados analisados nos artigos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto às palavras-chave, nos treze trabalhos selecionados, foi utilizado um total de 51. A partir da análise, pode-se, também, inferir a relação da aplicação dos princípios da sustentabilidade voltados ao desenvolvimento das localidades e dos negócios turísticos. O termo *turismo* surgiu em seis artigos, seguido por *sustentabilidade*, presente em quatro trabalhos, enquanto *desenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*, seguidos de *gestão hoteleira* e *turismo rural* constam em dois trabalhos cada (Figura 4).

Figura 4 – Palavras-chave utilizadas



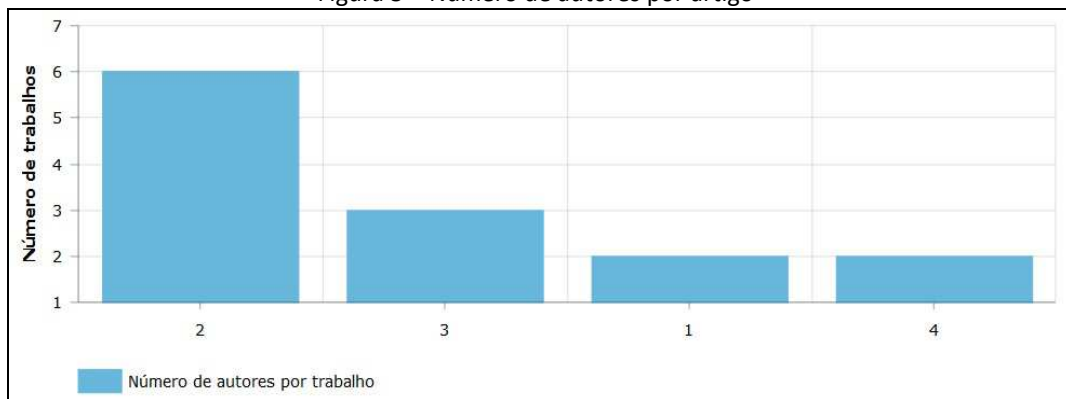
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

É possível observar que, em nenhum dos trabalhos, há uma referência direta, nas palavras-chave, a respeito da economia do setor, dificultando a relação entre os temas na pesquisa bibliométrica. Somente a partir da leitura dos resumos é possível identificar que os textos tratam de questões relativas à sustentabilidade econômica do turismo.



Outro dado analisado foi o número de autores por artigo, servindo como base para inferir que a maioria das pesquisas selecionadas não conta com um extenso grupo de pesquisadores. Do total de artigos, seis contam com autorias em duplas, três trabalhos com um trio de autores, dois artigos de apenas um autor e os outros dois estudos contam com um grupo de quatro autores (Figura 5). Destaca-se que não foram encontrados trabalhos nos quais algum dos autores esteja repetido. Os treze artigos contam com um total de 31 autores. É possível compreender, a partir desse dado, que há uma diversificação de pesquisadores buscando aprofundamento das questões sustentáveis em turismo, principalmente no que tange ao desenvolvimento econômico sustentável do setor.

Figura 5 – Número de autores por artigo



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Já os pesquisadores mais referenciados, nos artigos analisados, são os que tiveram suas produções em destaque, na temática sustentabilidade e turismo, de modo geral. Nesse contexto, verificou-se que o autor Sachs foi o mais mencionado, sendo suas publicações dos anos de 1977, 1986, 1993, 2000, 2002 e 2008 utilizadas em seis trabalhos. A autora Ruschman foi citada em quatro trabalhos e suas publicações foram dos anos de 1997, 2000, 2001 e 2010. Beni, citado em quatro trabalhos, tem como anos de suas obras 1998, 2003 e 2006. O pesquisador Coriolano também foi utilizado em quatro trabalhos e suas publicações são dos anos de 2003, 2006 e 2009, enquanto o autor Swarbrooke foi mencionado em três trabalhos, com publicações do ano de 1999, 2000 e 2002. Além deles a obra de Dias, de 2003, é referenciada em três dos artigos, e um estudo de Gastal e Moesch, publicado em 2000, foi citado em dois trabalhos.

Tendo como referências esses autores, os trabalhos selecionados, apesar de pertencerem à mesma temática *turismo e sustentabilidade*, possuem objetivos diversos, o que mostra a multiplicidade do campo da sustentabilidade, podendo ser analisada e aplicada em diferentes contextos. Todos os trabalhos examinados utilizaram a abordagem qualitativa, enquanto dois deles associaram também a abordagem quantitativa para a análise dos dados obtidos com suas pesquisas. Na Tabela 2 são apresentados, de forma resumida e respectivamente de acordo com a Tabela 1, os objetivos e as principais considerações dos artigos analisados.

Tabela 5 – Objetivos e considerações dos trabalhos

(Continua)

Objetivos	Considerações
Avaliar a evolução de uma iniciativa de base comunitária em Guaraqueçaba (Paraná, Brasil), a Cooperguará Ecotur, ao longo de seus 10 anos de atuação em termos do padrão de governança e acesso ao mercado.	Em termos de sua governança, detectou-se que os padrões de tomadas de decisão e de acesso ao mercado da Cooperguará Ecotur poderiam ser alvo de melhorias, comparativamente às cooperativas entrevistadas, que revelaram um padrão de governança bastante sólido.
Buscando entender o impacto do evento, propôs-se esta pesquisa, que objetiva a definição de quais seriam os multiplicadores econômicos para efeito do planejamento do turismo em Ponta Porã. Os objetivos secundários foram os de identificar os efeitos multiplicadores do turismo gerados em decorrência da realização do evento e apresentar um escopo de indicador para acompanhar o evento no futuro.	Constatou-se que as expectativas, em relação ao número de visitantes e a movimentação financeira da edição do <i>Black Friday</i> , na fronteira em 2013, mantiveram-se abaixo das expectativas. Verificou-se que a maioria dos visitantes se desloca de carro e se hospeda em meios de hospedagem no Brasil, gerando efeito multiplicador.
Observar como os estabelecimentos hoteleiros de pequeno e médio porte conduzem suas operações, de acordo com condutas, princípios e valores relacionados ao arquétipo da sustentabilidade. Para tanto, levou-se em consideração como determinados meios de hospedagem desenvolviam seus próprios sistemas de gestão da sustentabilidade, adaptando-os a sua realidade socioambiental.	Os autores verificaram que o arquétipo da sustentabilidade se encontrava parcialmente difundido em suas gestões e operacionalizações, já que nem todas as facetas do desenvolvimento sustentável puderam ser visualizadas, como também não havia uma efetiva gestão de relacionamento com seus <i>stakeholders</i> .
Elaborar uma análise do turismo, como indutor de processos de desenvolvimento.	Constatou-se que as benesses possíveis do turismo sustentável se mostram como sendo de ordens diversas, perpassando variadas instâncias da sociedade, prerrogativa a ser continuamente evidenciada.

(continuação)

Objetivos	Considerações
<p>Analisar a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária da Microbacia do rio Sagrado, com intuito de discutir o Arranjo Socioprodutivo do Turismo de Base Comunitária.</p>	<p>Dentre os principais resultados, confirma-se que o diagnóstico possibilita pensar sistemicamente a estrutura de arranjos sociopolíticos e socioprodutivos e vislumbra a inclusão da economia comunitária na economia de mercado; no entanto, preservando sua dinâmica própria.</p>
<p>Discutir a importância do planejamento das propriedades e paisagens rurais do município de Agudo, visando a potencialidade do desenvolvimento turístico no município diante da estruturação do seu atual modelo produtivo.</p>	<p>Percebemos que o relacionamento do turismo com o meio ambiente e com a agricultura familiar, embora complexo, pode tornar-se uma alternativa dinamizadora da economia.</p>
<p>Objetivo central do trabalho é ampliar as discussões sobre a relação existente entre as políticas de turismo e desenvolvimento global e local.</p>	<p>Esse novo paradigma de turismo pode apresentar-se como importante gerador de divisas, capaz de produzir oportunidades de trabalho e renda, com o intuito de contribuir para a redução das desigualdades e também para a estruturação da atividade turística, baseando-se nos princípios da sustentabilidade.</p>
<p>Analisar a possibilidade de desenvolvimento do turismo rural na comunidade Lagoa da Prata, em Parnaíba, Piauí, a partir de uma abordagem sustentável.</p>	<p>A pesquisa revelou singularidades e potencialidades na região quanto à implantação do turismo no espaço rural, com destaque para a população local que se mostrou disposta a participar da atividade, condição que favorece o processo de implementação do turismo.</p>
<p>Reconhecer as influências e implicações da incorporação de práticas socioambientais e/ou da rotulagem e certificação em sustentabilidade, como a Norma Brasileira Registrada (NBR) 15401:2006 (Sistema de Gestão de Sustentabilidade – Meios de Hospedagem), na tomada de decisão estratégica e na obtenção de vantagem competitiva, a partir da percepção dos gestores.</p>	<p>Identificou-se influência favorável dos programas governamentais voltados ao turismo sustentável; no entanto, a descontinuidade destes levou à paralisação do processo de certificação em sustentabilidade em diversos MH. Foram relatadas dificuldades quanto à conscientização dos funcionários, à falta de apoio técnico no processo de certificação, aos custos dos equipamentos, ao interesse de sócios e ao reconhecimento pelos hóspedes.</p>
<p>Verificar de que maneira os indicadores de sustentabilidade são abordados no monitoramento das iniciativas de arranjos produtivos locais (APLs) de turismo no Brasil, visto que tais arranjos têm sido considerados estratégicos nas políticas de desenvolvimento sustentável, em escalas local e regional.</p>	<p>A principal conclusão mostra que o monitoramento dos projetos dá uma resposta insuficiente para a problemática da sustentabilidade, visto que se concentra na dimensão econômica e não contempla, na maioria expressiva dos projetos, outras dimensões (social, ambiental, político e cultural).</p>

(conclusão)

Objetivo	Considerações
Discutir as perspectivas do turismo comunitário no quadro do “mau desenvolvimento”, onde a hegemonia da economia capitalista induz padrões de consumo que reforçam as diferenças sociais e econômicas, diminuem a diversidade cultural, dificultam as iniciativas endógenas e se apropriam dos recursos naturais.	Delineiam-se os principais entraves e as perspectivas do turismo comunitário, destacando-se: a necessidade de apoio e cooperação com outros setores sociais; o esforço conjunto entre Poder Público, instituições de ensino e pesquisa e sociedade civil; além de uma mudança paradigmática nos níveis da economia, da política, da educação, da ciência e da tecnologia, ou seja, uma mudança relativa à sociedade de consumo.
Discutir os conceitos de participação e sustentabilidade aplicados pelas ONGs atuantes na atividade turística, bem como o histórico deste debate e das suas práticas no Brasil.	Há uma tentativa de produção de um arsenal teórico-prático único, orientado por influências, de fora do Brasil, com insuficiente adaptação a nossa realidade, mas fortemente identificadas com o momento histórico de aposta no turismo e no discurso da sustentabilidade.
Analisar como as representações das palavras <i>dendê</i> , <i>CVI</i> e <i>maricultura</i> são contempladas no planejamento turístico do Município de Valença, a partir da percepção dos atores sociais envolvidos no segmento turístico.	A pesquisa concluiu que o processo de estruturação do turismo, baseado na participação e integração dos setores público, privado e da comunidade local, pode trazer resultados mais efetivos e condizentes com a realidade da região.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

A questão da sustentabilidade econômica no setor turístico não foi retratada de modo específico nos textos selecionados. Em nenhuma das pesquisas esse foi o objetivo principal, porém, há aspectos relacionados à economia turística em todos, visto ser um conteúdo com grande relevância para o desenvolvimento das destinações e uma das dimensões a ser observada para a existência, de fato, da sustentabilidade turística.

Os objetos de estudo são heterogêneos, porém destacam-se os estudos relacionados aos meios de hospedagem, turismo rural, certificações socioambientais, indicadores de sustentabilidade, turismo de base comunitária, conceitos de sustentabilidade empregados por organizações não governamentais, políticas públicas aplicadas ao turismo, eventos, efeitos multiplicadores do turismo e o planejamento turístico.

## **Considerações finais**

Este estudo possibilitou ter uma visão geral acerca das publicações no âmbito do turismo e da sustentabilidade, instigando, assim, novas discussões sobre os temas estudados. Nesse contexto, a sustentabilidade possui uma grande quantidade de publicações no período analisado; porém, foram identificadas áreas em que a mesma não vem sendo abordada com o mesmo afinco que nas demais; perante a análise dos trabalhos encontrados e com as palavras-chave utilizadas, pode-se perceber que o termo *sustentabilidade* quando unido ao turismo ainda é tratado, em sua maioria, relacionado à dimensão ambiental.

Com a bibliometria, foram encontrados no total 219 artigos; no entanto, deste total, apenas 13 trabalhos têm relação com o objetivo deste estudo. Depreende-se que as informações obtidas neste estudo têm extrema relevância, tendo em vista que há pouca produção acadêmica relacionando o turismo com a dimensão econômica da sustentabilidade.

Ao analisar as considerações acerca dos objetivos propostos pelos artigos, infere-se que os autores retratam que o turismo pode ser encarado como motor de desenvolvimento sustentável na dimensão econômica; porém, há diversos fatores que influenciam esse crescimento do setor, seja social, econômico, seja político.

Devido à incipiência de trabalhos que dizem respeito à sustentabilidade econômica, constata-se que as informações existentes não são suficientes para o desenvolvimento da atividade turística, com viés na sustentabilidade econômica. Ao analisar os autores, verificou-se que um autor não publicou mais de uma vez sobre o tema, fato que retrata que não há continuação da problemática apresentada. Por fim, os resultados encontrados neste estudo demonstram que têm se pensado na questão da sustentabilidade turística em diversos municípios, que focam no desenvolvimento do turismo local; porém, não há um aprofundamento no nível nacional a respeito da dimensão econômica da sustentabilidade no turismo, sendo que algumas regiões não apresentaram estudos locais.

Os dados aqui apresentados fazem parte de um estudo inicial, que buscou orientar e alertar para a necessidade de novos exames que englobem a visão econômica de modo sustentável, investindo na eficiência das atividades

turísticas e na melhoria da qualidade de vida dos residentes e crescimento das destinações.

### Referências

- ASHTON, S. M. O planejamento do turismo: investigação para o desenvolvimento sustentável. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 2, n. 1, p. 105-112, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1070>>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- BARRETTO, M. N. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5-16, nov 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63641>>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Conselho Nacional de Turismo. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JEGDIĆ, V.; ŠKRBIĆ, I.; MILOŠEVIĆ, S. *Specifičnosti planiranja održivog turizma*. *Fakultet za sport i turizam*, Novi Sad TIMS Acta, n. 7, p. 153-162, 2013. Disponível em: <<https://doaj.org/article/09752e211f9a4a32a721dc431dd6e331>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LEMOS, L. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.
- MACIAS CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago.1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/macias.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- REIS, A. C. F. (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Tradução de Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

UNITES NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP; WORLD TOURISM ORGANIZATION – WTO. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. 2005. Disponível em: <<http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/dtix0592xpa-tourismpolicyen.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

## SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDIANTE O USO DE MATERIAIS ALTERNATIVOS

*SUSTAINABILITY IN CIVIL CONSTRUCTION THROUGH THE USE OF ALTERNATIVE MATERIALS*

Diego Cousseau<sup>1</sup>  
Maria Carolina R. Gullo<sup>2</sup>

**Resumo:** A indústria da construção civil é importante para as economias nacionais, pois a contribuição da indústria no fluxo econômico total implica um impacto significativo nos padrões de vida e na capacidade da sociedade de produzir produtos e serviços. A indústria da construção passa a buscar a redução e otimização do consumo de materiais e energia, introduzindo tecnologias alternativas, que pregam o uso de materiais pouco processados a um baixo custo, preservando o meio ambiente natural e melhorando a qualidade do espaço construído. Desta forma, o setor da construção civil está se adequando ao conceito de sustentabilidade ambiental, para minimizar os impactos ambientais, devendo conciliar crescimento econômico e meio ambiente. Para exemplificar, foi elaborado um comparativo dos custos entre as construções convencionais contra as construções sustentáveis, demonstrando uma grande economia no investimento, ao utilizar materiais alternativos.

**Palavras-chave:** Construção civil. Sustentabilidade. Materiais alternativos. Viabilidade econômica. Recursos naturais.

**Abstract:** The construction industry is important to national economies because the contribution of industry to the overall economic flow implies a significant impact on living standards and the ability of society to produce products and services. The construction industry starts to seek to reduce and optimize the consumption of materials and energy, introducing alternative technologies that preach the use of low processed materials at a low cost, preserving the natural environment and improving the quality of the built space. In this way, the civil construction sector is adapting to the concept of environmental sustainability to minimize environmental impacts, and must reconcile economic growth and the environment. To illustrate, a comparison of the costs between the conventional constructions against the sustainable constructions has been elaborated, demonstrating a great saving in the investment using alternative materials.

**Keywords:** Civil construction. Sustainability. Alternative materials. Economic viability. Natural resources.

### Introdução

A indústria da construção civil é um setor importante para a política de governo. Isto se deve largamente ao reconhecimento da importância da construção para as economias nacionais. Além da contribuição da indústria ao

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

<sup>2</sup> Doutora em Economia e professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS).



fluxo econômico total, isto também implica um impacto significativo nos padrões de vida e na capacidade da sociedade de produzir produtos e serviços.

A partir do processo evolutivo da sociedade, surge a necessidade do desenvolvimento sustentável, que, dentro da sua concepção, procura incluir aspectos, tais como: justiça social, respeito ambiental, aceitação cultural e viabilidade econômica.

A sustentabilidade foi tema de debate iniciado com o Relatório Brundtland,<sup>3</sup> afirmando que o uso sustentável dos recursos deve suprir as necessidades da geração presente, sem comprometer as gerações futuras de suprir as suas.

O meio ambiente é representado de forma sucinta: Recursos – Produção – Consumo – Resíduos. Para as empresas, o meio ambiente, através dos recursos naturais, é a base que fornece recursos que permitem o início da produção, e também se espera que o meio ambiente absorva os resíduos gerados. O processo é fácil de exemplificar no setor da construção, pois consome mais recursos naturais e utiliza energias gerando resíduos em uma escala que ofusca completamente os outros setores da economia.

Portanto, este artigo tem como objetivo evidenciar como o setor da construção civil está se adequando à necessidade de ser mais sustentável, mediante o uso de materiais alternativos. Para tanto, o artigo faz uma comparação entre uma construção com materiais tradicionais e com materiais alternativos

## **Do desenvolvimento sustentável à economia verde**

O crescimento exponencial da população, a utilização irracional e excessiva dos recursos e a gravidade da contaminação e degradação ambiental mostram como as sociedades têm plenas condições de alterar e destruir os sistemas de sustentação da vida na Terra. A maior evidência disso é que, em diversas partes do Planeta, se ultrapassou em muito a sua capacidade de sustentação, ou seja, a possibilidade de atender, dentro de limites aceitáveis, o bem-estar e as necessidades das gerações atuais e futuras. (DIAS, 2015).

Nesse sentido, é necessário alternativas que conduzam a amenizar esses problemas complexos e fazer uma transição ordenada, mediante de um

---

<sup>3</sup> Relatório “*Our common future*” coordenado pela Ministra da Noruega Gro Brundtland, a pedido da ONU, e que define, entre outros, o conceito de desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento que distribua os benefícios do progresso econômico, respeitando os limites ecológicos e sua capacidade de permanecer no futuro. Esse tipo de desenvolvimento é chamado de sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável dentro de sua concepção procura integrar questões econômicas, sociais e ambientais, de tal modo que as atividades de produção de bens e serviços devam preservar a diversidade, respeitar a integridade dos ecossistemas, diminuindo sua vulnerabilidade, e procurar compatibilizar os ritmos de renovação dos recursos naturais, com os de extração necessários para o funcionamento do sistema econômico. (RADOMSKY; PEÑAFIEL, 2013).

Em 1972, ocorreu em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, trazendo à tona a gravidade da questão ambiental, sendo debatida em âmbito mundial, com o objetivo de forçar os países a adotarem medidas para a conservação da natureza.

A primeira definição de Desenvolvimento Sustentável foi em 1987, com o Relatório Brundtland; o desenvolvimento deve ser capaz de garantir as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas necessidades. (DIAS, 2015). Este relatório destacava a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de consumo e produção dos países centrais, cujo modelo industrial e predatório dos recursos naturais é reproduzido nos países periféricos.

Cinco anos depois do Relatório Brundtland, ocorre a Rio-92, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, que teve palco na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992. Foi nesse encontro que a expressão desenvolvimento sustentável ganhou consagração.

Radomsky e Peñafiel (2013) mostram as questões essenciais debatidas no encontro, o reconhecimento da degradação ambiental, a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento de ONGs nas ações de preservação ambiental, entre outras. A conferência estabeleceu metas e formas de controle para examinar em que medida os programas foram implantados nos países.

Durante o encontro foi elaborado o documento “Agenda 21”, considerado o primeiro documento resultante da Conferência, acordado por 179 países, em que consta um amplo programa de ação que propõe um novo padrão de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável.

Na Agenda 21, os governos elaboraram pautas de ação detalhadas que, se aplicadas, poderiam fazer o mundo abandonar o modelo de crescimento insustentável, em favor de atividades que protegeriam e renovariam os recursos naturais dos quais dependem o crescimento e o desenvolvimento. Há múltiplos e variados campos de ação detalhados pelo documento que são imprescindíveis para a compreensão das tarefas que a humanidade deve realizar para haver um futuro sustentável. (DIAS, 2015).

A partir da Conferência do Rio, a verificação da deterioração ambiental se tornou prática frequente, gerando novas convenções e protocolos entre os países, buscando a diminuição dos impactos ao meio ambiente. A responsabilidade da crise ambiental incide sobre o modelo atual de crescimento – que remete ao capitalismo – e isto envolve todos, seja natureza, seja os próprios seres humanos que se convertem na lógica do sistema.

Embora o capitalismo não adote explicitamente as medidas que utilizava em seu início (como a exploração predatória intensiva dos recursos naturais e dos recursos humanos), pois se vê restringido por inúmeras medidas criadas pela sociedade (como normas, leis, regulamentos) e pela própria pressão da opinião pública, a questão principal, no momento, é que se deve ampliar a participação da sociedade, visando a atribuir maior caráter social, tornando o mercado mais justo, evitando a marginalização da maioria da população, além de tornar o modo de produção mais ecoeficiente, adaptando-o e transformando-o com vistas a assumir os princípios de uma economia verde. (DIAS, 2015).

Vinte anos depois da Rio-92, ocorreu, no mesmo local, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e conhecida como Rio+20. Neste evento, o principal tema foi a economia verde, um novo conceito com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, através de objetivos propostos que deverão ser alcançados de modo universal, como melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, oferecer educação e saúde de qualidade, fomentar o crescimento econômico sustentável, o pleno emprego produtivo, promover modelos de consumo e produção sustentáveis, entre outros. (DIAS, 2015).

Em linhas gerais, a economia verde busca a melhoria do bem-estar das pessoas e a igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz, significativamente, os riscos ambientais e a escassez ecológica. A economia verde propõe um conjunto de processos produtivos sustentáveis (industriais, comerciais, agrícolas

e de serviços) que, ao serem aplicados, são capazes de gerar um desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais e ambientais.

O conceito de sustentabilidade é complexo, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes que integram questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais; portanto, os desafios para o setor da construção civil são diversos, mas, em resumo, consistem na redução e otimização do consumo de materiais e energias, na redução de resíduos gerados, na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade do ambiente construído.

### **A construção civil enquanto atividade econômica**

A construção civil sempre existiu na História do homem para atender às suas necessidades e tem papel fundamental para o desenvolvimento global. Porém, é o setor que mais consome recursos naturais e utiliza energias de forma intensa, gerando impactos ambientais. Para minimizar esses impactos e para enquadrar a construção civil na legislação ambiental vigente, é preciso buscar alternativas sustentáveis.

A capacidade de construir e criar coisas é uma das mais antigas habilidades da humanidade. Em tempos pré-históricos, os humanos lutavam para sobreviver e buscavam se proteger do meio ambiente hostil em que viviam, construindo estruturas para se abrigar. Usando materiais naturais, tais como terra, pedra, madeira e peles de animais, os humanos fabricaram habitações para atender às suas necessidades. (HALPIN; WOODHEAD, 1998).

À medida que a sociedade foi ficando mais organizada, a habilidade de construir tornou-se uma marca da sofisticação da humanidade. Da simplicidade nas construções antigas, aos monumentos em escalas gigantescas, são marcos da evolução da engenharia. O setor da construção é essencial para atender a necessidades e anseios da sociedade, ao proporcionar abrigo, conforto e qualidade de vida para indivíduos, famílias; estimular o crescimento e produzir riquezas para comunidades, empresas e governos.

Tabela 1 – Valor adicionado bruto – Construção civil (Brasil)

Ano	VAB – Valores atualizados p/ 2016 – R\$ 1.000.000	Crescimento ano a ano
2004	168.238,9	0,00%
2005	163.631,9	-2,74%
2006	169.475,8	3,57%
2007	191.633,3	13,07%
2008	186.815,6	-2,51%
2009	247.190,0	32,32%
2010	313.327,5	26,76%
2011	325.861,3	4,00%
2012	349.206,2	7,16%
2013	360.713,9	3,30%
2014	361.566,1	0,24%
2015	335.313,8	-7,26%
2016	305.027,0	-9,03%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaborada pelos autores, valores atualizados para 2016 pelo IGP.

A Tabela 1 mostra o valor adicionado bruto (resultado da atividade produtiva em um determinado período) da construção civil na economia brasileira. Em 2016, atingiu um resultado final de aproximadamente 305 bilhões de reais; porém, comparando os valores presentes do VAB no setor, ano a ano, nota-se que o setor da construção perdeu força, caindo 9% se comparado ao ano de 2015, e ainda mais se comparado a anos em que a economia estava em alta. A construção civil teve seu auge de produção nos anos de 2009 a 2010, quando chegou a ter taxa de crescimento de 30%.

Além da contribuição da indústria no fluxo econômico total, esta também implica um impacto significativo nos padrões de vida e na capacidade da sociedade de produzir produtos e serviços. Em outras palavras, a construção é importante para a economia, porque produz bens de investimento. Estes são bens que não são desejados por si só, mas por conta dos produtos e serviços que eles podem criar. (MYERS, 2013).

O setor é responsável pela implantação da infraestrutura de base, como geração de energia, saneamento básico, comunicações, transporte e espaços urbanos, além da execução de edifícios públicos e privados, com o objetivo de prover moradia, trabalho, educação, saúde e lazer em nível de cidade, estado e nação. A razão pela qual a construção foi selecionada, como merecedora de um tratamento especial na agenda da sustentabilidade, deve-se à sua parcela significativa no consumo de recursos naturais.

## **Construção ambiental sustentável**

A noção de sustentabilidade possui relevância especial para a construção sustentável, como: a criação e a operação de um ambiente construído saudável, baseado em princípios ecológicos e eficiência dos recursos.

Em termos práticos, a construção sustentável pode ser descrita em três pontos importantes. Os projetos de edificações e de infraestrutura devem se tornar mais eficientes para produzir e executar, porque eles seriam construídos com menos e renderiam mais. Todos os projetos de construção devem contribuir positivamente com o meio ambiente, utilizando materiais e sistemas que sejam facilmente repostos ao longo de seu ciclo de vida. E, também, os empreiteiros e clientes devem, sempre que possível, criar altos padrões de respeito pelas pessoas e comunidades envolvidas no projeto, desde os operários até os usuários finais da comunidade. (MYERS, 2013).

A sustentabilidade tem ocupado lugares importantes em discussões de diversos setores. Na construção civil, ela vem se destacando cada vez mais. Além dos benefícios ecológicos, o setor da construção civil vem buscando atitudes mais saudáveis ao meio ambiente, como a utilização de materiais alternativos.

## **Materiais alternativos e novas formas de construção**

O conceito de sustentabilidade deixou de ser unicamente a preocupação com o meio ambiente, é necessário preocupar-se também com o futuro de milhões de indivíduos. Diante desse cenário, muitos estão buscando práticas sustentáveis, dentre elas optando por materiais alternativos na hora de construir.

Portanto, antes de começar a construir, precisa-se buscar algum conhecimento sobre esses materiais alternativos e como eles contribuem com o meio ambiente e quais suas diferenças em relação aos comuns.

## **Tijolo ecológico**

O tijolo ecológico é feito de terra e cimento e água, material chamado de solo-cimento. É possível ainda utilizar em sua composição o resíduo moído de material de construção. O material não vai para o forno, deixando de utilizar lenha e emitir gases que causam o efeito estufa. Na obra, o assentamento pode

economizar cerca de 70% do concreto e argamassa de assentamento e 50% de ferro, além de diminuir o tempo de construção. O tijolo ecológico reduz o custo com mão de obra em 63%. (TIJOLO.ECO, 2017).

Figura 1 – Tijolo ecológico



Fonte: Tijolo.Eco (2011).

O tijolo ecológico, portanto, é uma solução para construções que têm apelo sustentável. Fabricado com água, cimento e terra (solo), ele é assim chamado por provocar menos impactos ao meio ambiente do que o tradicional. A começar pelo processo de fabricação, por prensagem, que não emite gases poluentes. Além disso, em sua composição pode haver resíduos de construção, de demolição e da agroindústria. Tudo isso com bom desempenho e durabilidade.

### **Argamassa polimérica**

A argamassa polimérica refere-se a uma classe de material que serve de opção à argamassa convencional ou argamassa cimentícia para aplicações na construção, nas etapas de assentamento de tijolos ou blocos e no revestimento com pisos e azulejos.

Uma das principais características da argamassa polimérica é que, ao contrário das argamassas convencionais, que são comercializadas em pó, a argamassa polimérica é comercializada em estado pastoso e pronto (massa) para

a utilização, sem necessitar da adição de água ou aditivos no momento da aplicação, com rendimento maior em até 20 vezes e uma redução de até 50% inferior à argamassa convencional. (BIOMASSA DO BRASIL, 2017).

As argamassas poliméricas são reconhecidas pelo forte apelo ecológico, pois não contêm em sua formulação os dois principais ingredientes da argamassa cimentícia, cimento e areia, ambos impactantes ao meio ambiente.

Figura 2 – Assentamento de tijolo ecológico com argamassa polimérica



Fonte: Ecobloco – Tijolos e construções ecológicas (2014).

Além disso, as argamassas poliméricas reduzem o desperdício de materiais na construção, o consumo de energia elétrica necessário ao processo de mistura com betoneira, redução no tempo de construção e mão de obra.

## **Telhas ecológicas**

A preocupação ambiental está voltada também a processos de fabricação dos materiais de construção, nas quais o uso de matérias-primas sustentáveis tem se tornado crescente. Outro exemplo de material alternativo são as telhas que pouco impactam na saúde do meio ambiente.

As telhas ecológicas são fabricadas com fibras naturais ou de materiais reciclados. Além de serem ecologicamente corretas elas substituem com grande vantagem as tradicionais telhas de amianto. Essas telhas podem ser produzidas



com materiais como caixas *tetra-pak* e tubos de pasta de dente e garrafas *pet*. (NETTO, 2011).

A telha ecológica atende a interesse de ordem ambiental e de saúde pública, considerando-se os efeitos da reciclagem estimulada, já que é feita com materiais para os quais os destinos mais comuns seriam os lixões ou aterros sanitários.

Para Netto (2011) esse tipo de telha possui vários benefícios: além de leve, oferece baixa transmissão térmica-acústica, mantendo o ambiente interno mais ameno. É impermeável, não tem umidade, não propaga fungos prejudiciais à saúde; é mais resistente à chuva de granizo que a telha de amianto; atóxica, não pega fogo e tem vida útil até 25 anos, desde que instalada conforme suas exigências.

Figura 3 – Telhados feitos com telha ecológica



Fonte: Ecopex (2017).

O uso das telhas ecológicas é uma solução simples, bastante estética, versátil e funcional para a cobertura de ambientes novos ou reformados; as telhas ecológicas são assim conhecidas por seu perfil favorável, tanto à natureza quanto ao consumidor.

## Tintas minerais

As tintas minerais são feitas geralmente à base de terra crua e emulsão aquosa e não têm derivação de petróleo. Possuem baixa concentração de compostos orgânicos voláteis, que evaporam e danificam a camada de ozônio. Assim, elas não agredem o meio ambiente e têm boa funcionalidade na cobertura e aderência de superfícies em alvenaria, reboco, amianto, divisórias, forro, madeira, gesso e massa corrida. Tem acabamento fosco, variadas opções de

cores e pode ser aplicada em ambientes internos e externos, promovendo um ambiente saudável e livre de eliminação de gases, fungos e mofo. (ECOCASA, 2011).

Por serem fabricadas à base de terra e emulsão aquosa, são escolhidas jazidas certificadas com uniformidade considerável e potencial de extração a longo prazo, permitindo regularidade em qualidade e tonalidade. A pintura com tintas minerais é uma opção sustentável para o revestimento de paredes e texturização, ou mesmo para o uso na arte.

Seguindo esta linha de pensamento, de utilizar materiais alternativos na construção civil, que tenham apelo sustentável e econômico, sem comprometer a qualidade do ambiente construído, o presente trabalho apresenta um estudo de custos entre a construção convencional *versus* a construção sustentável de um pavilhão comercial de aproximadamente 2.000m<sup>2</sup> na região nordeste do Rio Grande do Sul.

### **Construção sustentável *versus* construção convencional**

A abordagem necessária para a incorporação de produtos e materiais extraídos de um fluxo de lixo, reutilizados e reciclados é, em alguns aspectos, inteiramente diferente do normal praticado para materiais novos e, em outros, bastante semelhante. É importante reconhecer essas diferenças e semelhanças no início de um projeto, e a questão é a disponibilidade desses produtos ou materiais. (ADDIS, 2010).

Para estimar os investimentos necessários ao projeto, foram contatadas empresas especializadas no ramo, e o projeto foi dividido em estrutura de alvenaria, cobertura e pintura. A construção em alvenaria consiste de tijolos e/ou blocos para formar uma parede, com juntas entre os blocos cheias de argamassa. A utilização dos tijolos ecológicos e da argamassa polimérica são materiais alternativos ao convencional.

Tabela 2 – Comparativo do custo tijolo ecológico *versus* bloco cerâmico

Área	Bloco cerâmico	Tijolo ecológico	Economia do tijolo ecológico	
1.820,60	R\$ 197.166,75	R\$ 154.334,52	R\$ 42.832,23	21,72%
Custo m <sup>2</sup>	R\$ 108,30	R\$ 84,77	R\$ 23,53	

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

O tijolo ecológico reduz o custo com materiais em 21,7%, de modo que, para a construção das paredes de alvenaria, obter-se-á economia de aproximadamente R\$ 42.800,00, sem contar que, para o assentamento desse tipo de material, utilizando a argamassa polimérica, o custo diminui ainda mais, obtendo-se uma economia de 21,34% além de não haver a utilização de água no processo. A Tabela 4 demonstra o levantamento utilizado para chegar a estes números.

Tabela 3 – Custo da argamassa convencional *versus* argamassa polimérica

	<b>Argamassa convencional</b>	<b>Polimérica biomassa</b>
Quant. de blocos	63.867	63.867
Custo de insumos (argamassa)	R\$ 154.596,60	R\$ 77.298,30
Água	9.103 L	0 L
Custo total com mão de obra	R\$ 61.838,64	R\$ 19.324,58
Horas de mão de obra (totais)	1.748	437
Custo total por m <sup>2</sup> assentado	R\$ 118,88	R\$ 53,07
Custo total	R\$ 216.435,24	R\$ 96.622,88
<b>Economia</b>	R\$ 119.812,36	
	55,36%	

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de Biomassa (2018).

A cobertura das edificações é a área da construção civil em que o reuso e a reciclagem têm sido mais amplamente utilizados, as telhas em particular são reutilizadas, não só para coberturas, mas também para revestimentos de paredes. Materiais para a cobertura constituem uma proporção significativa da massa de uma construção, e o reuso e a reciclagem podem proporcionar reduções na demanda por materiais novos. (ADDIS, 2010).

Tabela 4 – Custo da cobertura com telha aluzinco x telha ecológica

	<b>Telha aluzinco</b>	<b>Telha ecológica</b>		
	R\$ 136.750,00	R\$ 93.651,80		
Estrutura metálica	R\$ 364.000,00	R\$ 300.453,80	<b>Economia da telha ecológica</b>	
Total	R\$ 500.750,00	R\$ 394.105,60	R\$ 106.644,40	21,30%

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

As telhas ecológicas por serem mais leves, devido à fabricação com materiais reciclados, a estrutura metálica da cobertura pode ser menos estruturada para receber o peso da cobertura, com isso a cobertura do telhado com telha ecológica reduz o custo em 21,3%, em relação ao modo convencional. A telha ecológica proporciona também conforto térmico, acústico, além de não amassar como a telha de aluzinco, outra grande vantagem é sua leveza, que facilita a instalação.

Para a pintura do empreendimento, o uso de tintas minerais, feitas à base de terra crua, é uma solução sustentável ao uso das tintas convencionais, que são fabricadas a partir de materiais sintéticos ou derivados do petróleo.

Tabela 5 – Comparativo do uso de tintas convencionais versus tintas minerais

	Tinta convencional	Tinta mineral		
Material	R\$ 59.805,57	R\$ 26.858,00		
Mão de obra	R\$ 36.500,00	R\$ 36.500,00	<b>Economia da tinta mineral</b>	
Total	R\$ 96.305,57	R\$ 63.358,00	R\$ 32.947,57	34,21%

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

O uso de tintas minerais na obra gera uma economia de 34,21%. O modo de aplicação é igual para ambos os materiais, desta forma a mão de obra não se altera. As tintas minerais compensam não somente pelo seu custo, mas também não poluem a atmosfera, não agredem o meio ambiente, não oferecem risco à saúde do aplicador nem do usuário da área que recebeu a pintura. A Tabela 6 representa os valores dos dois modos em estudo.

Tabela 6 – Custo total da obra convencional x construção sustentável

	Construção convencional	Construção sustentável
Paredes	R\$ 197.166,75	R\$ 154.344,52
Argamassa	R\$ 216.435,24	R\$ 96.622,88
Cobertura	R\$ 500.750,00	R\$ 394.105,60
Pintura	R\$ 96.305,28	R\$ 63.358,00
Outros Materiais <sup>4</sup>	R\$ 722.584,00	R\$ 722.584,00
Mão de Obra	R\$ 1.706.758,73	R\$ 685.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.440.000,00</b>	<b>R\$ 2.116.015,00</b>
Custo m <sup>2</sup>	R\$ 1.713,95	R\$ 1.054,29
	<b>ECONOMIA</b>	R\$ 1.323.985,00
		38,49%

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

<sup>4</sup> Materiais aplicados na obra que não foram alterados, como material elétrico, hidráulico, cerâmicas e louças.

Para estimar os investimentos necessários ao projeto, foram contatadas empresas especializadas no ramo. Todos os valores foram atualizados para fevereiro de 2018 pelo IGP.

Para a utilização desses materiais, foi feito um estudo sobre cada material utilizado na obra, desde especificações técnicas a custos; deste modo, encontraram-se alternativas muito relevantes em relação à construção convencional. Esses tipos de materiais, além de terem um custo menor, trazem também uma série de benefícios à construção, como conforto termo acústico e um aumento da vida útil; são ecologicamente corretos, ou seja, produzidos com materiais reciclados ou com recursos que não prejudicam o meio ambiente.

Os modelos de construção, além de apresentarem diferenças nas principais estruturas da obra, também apresentam diferenças no custo da mão de obra, que, devido aos materiais alternativos possuírem um manuseio mais fácil, necessita de menos horas trabalhadas, assim diminuindo o tempo de construção e o custo da obra.

Para o cálculo de viabilidade econômica, serão adotados o valor de cada modelo de construção e o fluxo de caixa, realizando a análise através do *payback* descontado, considerando como taxa mínima de atratividade (TMA) a padrão da empresa, de 14,25% ao ano.

Tabela 7 – Análise de investimento construção convencional

Ano	Fluxo de caixa	<i>Payback</i> simples	<i>Payback</i> descontado	VPL
0		-R\$ 3.440.000		-R\$ 3.440.000
1	R\$ 713.929	-R\$ 2.726.071	R\$ 624.884	-R\$ 2.815.116
2	R\$ 713.929	-R\$ 2.012.143	R\$ 546.944	-R\$ 2.268.172
3	R\$ 713.929	-R\$ 1.298.214	R\$ 478.726	-R\$ 1.789.446
4	R\$ 713.929	-R\$ 584.285	R\$ 419.016	-R\$ 1.370.430
5	R\$ 713.929	R\$ 129.644	R\$ 366.754	-R\$ 1.003.677
6	R\$ 713.929	R\$ 843.572	R\$ 321.010	-R\$ 682.667
7	R\$ 713.929	R\$ 1.557.501	R\$ 280.971	-R\$ 401.696
8	R\$ 713.929	R\$ 2.271.430	R\$ 245.927	-R\$ 155.769
9	R\$ 713.929	R\$ 2.985.359	R\$ 215.253	R\$ 59.484
10	R\$ 713.929	R\$ 3.699.288	R\$ 188.405	R\$ 247.890
			PBD = 8,72 ANOS	
			TIR = 14,73%	

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Na análise do investimento da construção convencional, o projeto apresentou *payback* de 8,72 anos e, no final desse período, um VPL positivo de R\$ 59.484. Já a taxa interna de retorno (TIR) atingiu 14,73%, ficando acima da taxa de aceitação de 14,25%a.a. preestabelecida.

Tabela 8 – Análise de investimento construção sustentável

Ano	Fluxo de caixa	<i>Payback</i> simples	<i>Payback</i> descontado	VPL
0		-R\$ 2.116.015		-R\$ 2.116.015
1	R\$ 713.929	-R\$ 1.402.086	R\$ 624.883	-R\$ 1.491.132
2	R\$ 713.929	-R\$ 688.158	R\$ 546.943	-R\$ 944.189
3	R\$ 713.929	R\$ 25.771	R\$ 478.725	-R\$ 465.463
4	R\$ 713.929	R\$ 739.700	R\$ 419.015	-R\$ 46.448
5	R\$ 713.929	R\$ 1.453.629	R\$ 366.753	R\$ 320.305
6	R\$ 713.929	R\$ 2.167.558	R\$ 321.009	R\$ 641.314
7	R\$ 713.929	R\$ 2.881.486	R\$ 280.971	R\$ 922.285
8	R\$ 713.929	R\$ 3.595.415	R\$ 245.926	R\$ 1.168.212
9	R\$ 713.929	R\$ 4.309.344	R\$ 215.253	R\$ 1.383.465
10	R\$ 713.929	R\$ 5.023.273	R\$ 188.405	R\$ 1.571.870
			PDB = 4,13 ANOS	
			TIR = 20,41%	

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Do mesmo modo que o projeto da construção convencional, a análise do investimento da construção sustentável também apresenta um VPL positivo de R\$ 320.305,00, no final do período do *payback* de 4,13 anos e TIR de 20,41%. Ambas as análises mostram que os projetos são viáveis, porém o investimento em uma construção sustentável apresenta um retorno financeiro em um menor período.

Portanto, após essas análises, o projeto sustentável mostra várias vantagens econômicas e ambientais, em relação ao projeto convencional, abrindo novas oportunidades e modos de construir.

### Considerações finais

Evidencia-se que a sociedade está desenvolvendo certa reflexão quanto aos riscos ambientais e está mais engajada em incluir o meio ambiente nas

tomadas de decisão. No setor da construção civil, isto também já pode ser evidenciado.

Além da importância econômica do setor da construção civil, este é responsável por uma parcela significativa do consumo de recursos naturais. O tamanho do ambiente construído implica grandes impactos ambientais, pelo uso da grande quantidade de materiais de construção, mão de obra, água, energia e enorme geração de resíduos. Justifica, assim, a busca de atitudes mais saudáveis ao meio ambiente, com a utilização de materiais alternativos.

Com o uso de materiais alternativos, mais sustentáveis, o projeto de uma construção pode se adequar às questões expostas em relação ao uso de recursos naturais, sem perder a qualidade.

Por fim, além de mais sustentável, o uso de materiais alternativos se mostrou economicamente viável. A construção com materiais alternativos gera uma economia de 38,49%. Através da análise do *payback* descontado também demonstra que o retorno do investimento é em menor tempo e possui taxa interna de retorno maior que a construção convencional.

## **Referências**

ADDIS, B. **Reúso de materiais e elementos de construção**. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BIOMASSA DO BRASIL. **A argamassa polimérica biomassa**. Ideal para sua obra ou reforma. Disponível em: <<https://biomassadobrasil.lojaintegrada.com.br/hmspha7ge-bisnaga-de-argamassa-biomassa-para-alvenaria-unidade>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. CBIC. Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **PIB Brasil e construção civil**. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

DIAS, R. **Sustentabilidade: origem e fundamentos, educação e governança global, modelo de desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2015.

ECOBLOCO – TIJOLOS E CONSTRUÇÕES ECOLÓGICAS (Urussanga-sc). **Conhecendo o tijolo ecológico: assentamento**. 2014. Disponível em: <<https://www.ecoblocosc.com/about>>. Acesso em: 23 maio 2018.

ECOCASA. **Tinta mineral natural**. 2011. Disponível em: <<http://www.ecocasa.com.br/tinta-mineral-natural>>. Acesso em: 1º maio 2018.

ECOPEX. **Telha ecológica de caixinha de leite**. 2017. Disponível em: <<http://www.ecopex.com.br/produtos-diversos/telha-ecologica/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

HALPIN, D. W.; WOODHEAD, R. W. **Administração da construção civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1998.

IPEADATA. **Índice geral de preços**. S.d. Disponível em:  
<<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MYERS, D. **Economia das construções: uma nova abordagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: L, 2013.

NETTO, E. **Os benefícios das telhas ecológicas para quem utiliza**. 2011. Disponível em:  
<<http://www.emorar.com.br/os-beneficios-das-telhas-ecologicas/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

RADOMSKY, G.; PEÑAFIEL, A. **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

TIJOLO.ECO (São Paulo). **Conheça o tijolo ecológico**. 2011. Disponível em:  
<<http://www.tijolo.eco.br/tijolo-ecologico/conheca-o-tijolo-ecologico/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.



## TÉCNICAS DE GESTÃO DE PESSOAS DA COOPERATIVA AGROPAN

*PEOPLE MANAGEMENT TECHNIQUES OF AGROPAN COOPERATIVE*

Nandria Scherer<sup>1</sup>

Andrieli de Fátima Paz Nunes<sup>2</sup>

Ricardo Alberti<sup>3</sup>

**Resumo:** As funções desempenhadas pelas pessoas dentro da organização é um fator primordial. Desta forma, trataremos da importância da gestão de pessoas dentro de uma cooperativa. Como objetivo geral neste estudo, buscamos diagnosticar os processos técnicos de gestão de pessoas na Agropan, comparando as práticas de gestão da cooperativa, com o modelo proposto por Chiavenato (2014). Quanto aos procedimentos, este trabalho se caracteriza como um estudo-pesquisa de cunho qualitativo, com característica descritiva e com base de estudo de caso. Para a coleta dos dados, foram aplicados questionários com 35 perguntas abertas com o diretor-geral e colaboradoras do setor de recursos humanos. Com relação aos resultados deste trabalho, diagnosticou-se que há ausência de seleção de pessoas, o que faz parte do processo de agregar pessoas comparadas ao modelo proposto por Chiavenato (2014).

**Palavras-chave:** Gestão de pessoas. Processos técnicos. Agropan.

**Abstract:** The functions performed by the people within the organization is a prime factor. In this way, we will deal with the importance of people management within a cooperative. As a general objective in this study, we tried to diagnose the technical processes of people management in Agropan, comparing the management practices of the cooperative with the model proposed by Chiavenato (2014). Regarding the procedures, this work is characterized as a qualitative research study, with a descriptive characteristic and based on a case study. For the data collection, questionnaires were applied with 35 open questions with the general director and in the collaborators of the human resources sector. With regard to the results of this study, it was diagnosed that there is no selection of people that is part of the process of adding people compared to the model proposed by Chiavenato (2014).

**Keywords:** People management. Technical processes. Agropan.

### Introdução

As políticas e as práticas de gestão são fatores importantes para a organização, é com base nas práticas que percebe-se a evolução dentro das

---

<sup>1</sup> Formada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Santa Maria, RS. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=1151A7>.

nandriaschererb@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria, RS. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8707259A2>.

andrieli.nunes@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Administração na Universidade Federal de Santa Maria, RS. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8549015U5>. r-alberti@live.com

organizações, fazendo com que as pessoas fortaleçam cada vez mais as práticas organizacionais, tornando a gestão de pessoas uma das ferramentas estratégicas. (GIL, 2009). Em sua concepção, a gestão de pessoas é um modelo que conduz as pessoas a alcançarem os objetivos organizacionais. (VERGARA, 2008).

Para Chiavenato (2004), as pessoas são o principal ativo da organização, e é por meio delas que há o funcionamento das práticas operacionais e administrativas; por isso se tem a preocupação de tornar as organizações mais conscientes e atentas para seus funcionários, sendo que eles podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas da organização, dependendo do jeito como elas são tratadas.

Para Marras (2002), quando as pessoas trabalham dentro das organizações, para atingirem um objetivo comum, é necessário que seus colaboradores tenham habilidades para realizar suas tarefas. Desta forma, sabendo a importância dos processos que ocorrem dentro da gestão de pessoas, assim como: recrutamento, seleção e treinamento, este trabalho tem como objetivo diagnosticar os processos técnicos de gestão de pessoas da Agropan, além de buscar conhecer as necessidades da cooperativa, referentes a essa área da organização.

Dessa forma, o trabalho justifica-se mediante a importância da gestão de pessoas para a cooperativa, sendo que essa pode ser utilizada como uma ferramenta de transformação para a organização, e também como um mecanismo que busca encontrar o potencial de cada indivíduo, agregando com este conhecimento, vantagem competitiva para a organização. Dessa forma, a seguir no referencial teórico é apresentada a estrutura teórica sobre processos de gestão de pessoas e a caracterização das sociedades cooperativas.

## **Gestão de pessoas**

Sabe-se que, nos dias de hoje, dentro das organizações existem pessoas atuantes, essas pessoas são grandes influenciadores, e é preciso torná-las engajadas dentro da organização, pois elas são responsáveis por transmitirem conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações, com base nisso, as pessoas são o intelectual da organização, diante disso as organizações bem-sucedidas tratam seus

colaboradores que, através de suas experiências e inteligência, são capazes de alavancar o negócio da organização. Segundo Chiavenato,

a gestão de pessoas não deve mais trabalhar para as pessoas e sim com as pessoas, saber identificar nelas, qualidades e potencialidades que possam fazer a diferença na tomada de decisão. Em uma nova visão, as pessoas não devem ser vistas como um mero recurso organizacional, mas especialmente como sujeito ativo, provocador de ideias empreendedoras e inovadoras. Mais do que isso, que elas possam utilizar suas inteligências, mantendo-se proativas, sujeitos de visão própria e que de fato possam contribuir com suas ideias, através de sua inteligência, a maior e mais avançada habilidade humana. (2004, p. 17).

As organizações precisam que seus colaboradores sejam dedicados, pois assim poderão desenvolver suas atividades demonstrando comprometimento com a empresa e o cliente; com isso podem tomar certa distância de seus concorrentes. Gil (2009) coloca que, conseguindo alcançar seus objetivos, o capital humano é sem sombra dúvida o bem mais precioso que uma organização possui e somente ele poderá trabalhar nas estratégias, de acordo com a demanda da empresa, com o intuito de almejar um futuro promissor.

Esse crescente reconhecimento da importância do capital humano nas organizações introduz a expressão “gestão de pessoas”, por passar a enxergá-las como pessoas de fato, portadoras de características complexas, diversificadas e que devem ser geridas, lideradas e dirigidas. A gestão de pessoas passa a ser uma responsabilidade compartilhada por todas as áreas, uma vez que elas estão presentes em toda a organização e não são exclusividade de um setor específico. (MARRAS, 2002, p. 196).

## **Processos de agregar pessoas**

Segundo Brum (2010) o processo de agregar pessoas é utilizado para incluir novas pessoas na empresa, podem ser também denominados de processos de provisão ou suprimento de pessoas. Inclui a função de recrutamento que se divide entre externo e interno. Para Ribeiro (2005, p. 52), o recrutamento por si “[...] é um sistema de informações, que visa atrair candidatos potencialmente qualificados, dos quais serão selecionados futuros funcionários da organização”. Com relação ao recrutamento interno, Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2001) discorrem que o mesmo baixa o nível de flutuação de pessoas na organização,

funciona como uma sistemática de ascensão, que atende às expectativas das pessoas de serem reconhecidas e promovidas a exercerem cargos com maiores responsabilidades, passando normalmente por um processo de treinamento, em que executam e aprendem trabalhos diferentes.

Já para Marras (2002), no externo seria buscar encontrar candidatos no mercado de trabalho, após a organização verificar que não é possível uma alocação interna. Abre-se, então, um espaço para a seleção de pessoas que visa a identificar aquelas com perfil para assumirem cargos, projetos, comissões, equipes de trabalho, etc. (ALMEIDA, 2009). E, na sequência, após a seleção interna ou externa, vem o desafio de aplicar pessoas. Para Ribeiro (2005), o processo de aplicar pessoas engloba outros três: o de orientação e socialização das pessoas, o desenho de cargos e o de avaliação do desempenho humano.

Na fase de orientação, busca-se promover a integração das pessoas à organização, na fase de desenho de cargos Marras (2002), coloca que este procedimento, determina as obrigações que o cargo impõe e as características que o futuro funcionário deve ter para ser contratado. E, na avaliação de desempenho, analisa-se desde a formação inicial da equipe, acompanhando todos os passos das pessoas que integram as funções, sendo que o desempenho humano é consequência do estado motivacional e do esforço individual para realizar a tarefa e atingir os objetivos da empresa. (CHIAVENATO, 2005).

No estágio final, é realizado o processo de recompensar pessoas. Chiavenato (2004) menciona que esse processo constitui os elementos de incentivo e motivação dos funcionários a realizarem suas tarefas e os objetivos da empresa propostos. É com a recompensa por seu trabalho que se motivam as pessoas na organização, conseguindo a retribuição de esforços e metas organizacionais. (GIL, 2009).

Fazem parte também deste o processo de desenvolver pessoas tornando-as mais eficazes nas tarefas que desempenham. Este processo é dividido em treinamento e desenvolvimento de pessoas. (CHIAVENATO, 2004). O processo de manter pessoas serve para dar aos funcionários conhecimentos sobre novas atitudes e soluções, que modificam seus hábitos e comportamentos, tornando-as mais eficazes nas tarefas que desempenham. Este processo é dividido em treinamento e desenvolvimento de pessoas. (CARVALHO; NASCIMENTO, 2002). E, por fim, o processo de monitorar pessoas que acompanham as operações e atividades para que o planejamento e os objetivos organizacionais sejam alcançados. (MARRAS, 2002).

## **Metodologia**

Este capítulo pretende caracterizar os procedimentos metodológicos para a realização deste estudo. A abordagem utilizada foi de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo não é avaliar números mas avaliar comportamentos e atitudes. Segundo Marconi e Lakatos (2002), é o meio de pesquisa que se preocupa em analisar e interpretar aspectos do comportamento humano, fornecendo uma análise do comportamento.

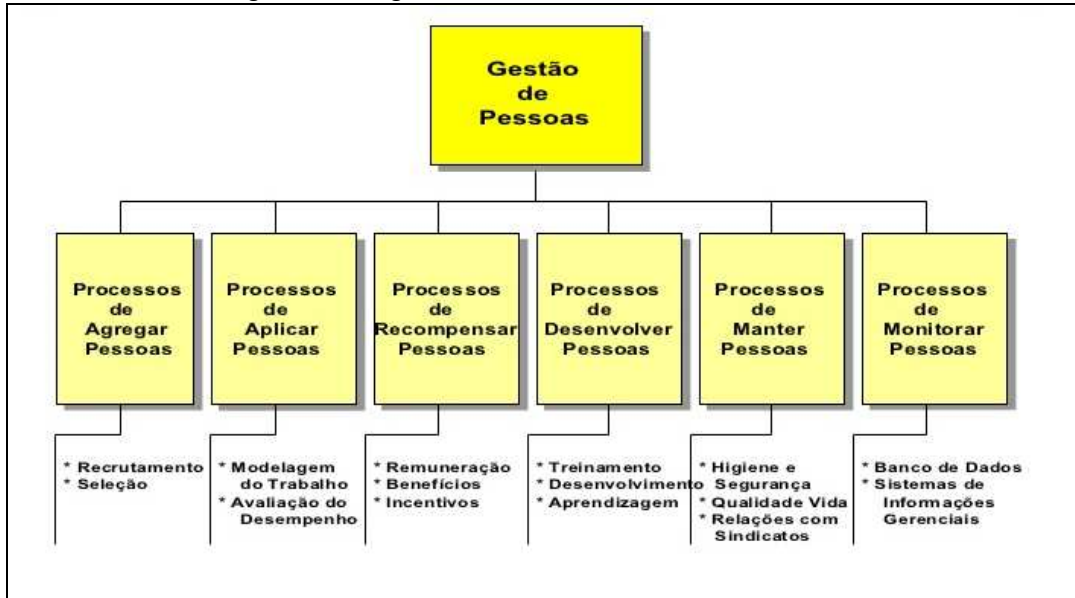
Para a realização deste trabalho, tomou-se como base a Cooperativa Agropan na cidade de Tupanciretã, cooperativa do ramo agropecuário, diante da sua importância nos contextos social e econômico do ponto de vista local e regional. Isso pode ser justificado, pois a Agropan possui mais de 1.753 cooperados e 387 colaboradores. Está presente em 14 municípios do estado, e os principais produtos, fabricados, recebidos e comercializados são: soja, milho, trigo, rações, sementes, insumos agrícolas, produtos veterinários e peças agrícolas e automotivas.

Os dados foram coletados através da realização de entrevista e a aplicação de questionários. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, no que creem, e o que esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta. Esta entrevista com roteiro predefinido, conforme o questionário em anexo, foi aplicada ao diretor-geral da Cooperativa e aos responsáveis pelo departamento de Recursos Humanos.

Marconi e Lakatos (2002) definem o questionário estruturado como uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito, sem a presença do pesquisador. Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar anonimato ao interrogado. Quanto aos questionários, estes foram construídos tomando como referência o modelo teórico de Chiavenato, contemplando um total de 35 questões.

Deste modo, o estudo prossegue com o diagnóstico do processo de gestão de pessoas no setor de RH da Cooperativa, utilizando como categoria de análise o modelo proposto por Chiavenato, conforme abordado na figura abaixo:

Figura 3 – Categorias de análise – Modelo de Chiavenato



Fonte: Adaptado de Chiavenato (2005).

## Cooperativa Agrícola de Tupanciretã – Agropan

Atualmente, o Município de Tupanciretã é detentor da maior área cultivada com soja no estado, e a Agropan transformou-se em uma grande cooperativa que dá sustentação agropecuária a uma vasta região, com um complexo de armazéns e unidades, que atendem todo o seu município e região. A Cooperativa possui 387 funcionários, distribuídos na sede da Cooperativa e 13 unidades; conta com 1.753 cooperados.

A Cooperativa Agropan tem como missão “estimular o desenvolvimento na cadeia do agronegócio com qualidade e tecnologia, propiciando competitividade ao associado e à cooperativa, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentado”. Seus objetivos sociais: “A Agropan tem como objetivo social principal a promoção das atividades de uma cooperativa de produção”. Na execução de suas metas, exerce várias atividades auxiliares, sendo preponderante relativa a compras em comum de insumos utilizados na agricultura.

Nos objetivos sociais, definidos no art. 2º do Estatuto, também está previsto o relacionamento com o sistema cooperativo e a promoção social e

assistencial dos cooperados e funcionários, além de expansão associativa, fomento de agropecuária e racionalização dos meios de produção.

## **Análise dos resultados**

Na sequência são analisados os resultados obtidos, mediante entrevista aplicada, primeiramente, ao diretor-geral e questionário estruturado às colaboradoras de RH; logo depois, confrontado com o modelo de Gestão de Pessoas proposto por Chiavenato (2014).

Para avaliar e analisar os resultados, a entrevista buscou perguntas abertas avaliando a percepção de gestão de pessoas do diretor-geral, que possui formação técnica em contabilidade, com experiência de 43 anos no ramo cooperativo, ingressando na Agropan no ano de 1996; está no seu cargo há 14 anos como diretor-geral da Cooperativa. E das colaboradoras do setor de Recursos Humanos que atuam no cargo há três meses como auxiliar de escritório. Ao ser questionado com a seguinte pergunta: A Cooperativa possui processo de recrutamento sistematizado?, o entrevistado mencionou que “o recrutamento e a seleção de pessoas acontece de forma direta, quando se recebem currículos pelo *site* da Cooperativa e, diretamente no escritório da sede, é avaliado pelo mesmo o contratado para preencher a vaga de safrista, ficando este pelo tempo determinado, caso se destacar ficará selecionado para uma futura vaga, por exemplo, como balanceiro” (diretor-geral).

Devido a este processo, a Cooperativa nunca desenvolveu programas na área de Recursos Humanos, ligados ao processo de agregar. Atualmente, o setor de RH da cooperativa conta com quatro funcionários na função de auxiliar de escritório; no entanto, o processo de triagem de currículo é somente responsabilidade do diretor-geral.

A seguir está a relação de como a Cooperativa realiza os processos de recrutamento de pessoas, como o recrutamento interno e externo, o entrevistado menciona “que busca preferência, dentro do quadro de funcionário, ao preenchimento da vaga, e para recrutamento externo busca, no banco de dados, indicações de associados e filhos de funcionários; quem já trabalhou na cooperativa baseado nas informações da ficha, quando na função de safrista”. (diretor-geral).

A Cooperativa tem como política de recrutamento interno o mais utilizado; devido ao tempo de atuação no cargo e desempenho através da avaliação do

diretor, são adotadas práticas de capacitação para o desenvolvimento de novas funções, enquanto candidatos externos recebem orientações técnicas conforme a área de atuação.

Pelo fato de a cooperativa não possuir um recrutamento sistematizado, as entrevistas do setor de RH responderam que não existe um recrutamento sistematizado. Ao serem questionadas, de que maneira é feito o processo de contratações para novos colaboradores, a resposta foi: “Em regra o recrutamento é interno, o setor que necessita de um colaborador já busca identificar dentro da cooperativa alguém que se adequaria à vaga. Caso exista alguém indicado e disposto, mas que ainda precise completar algum requisito (carteira de habilitação ou curso profissional básico) comunica-se ao departamento de pessoal, para que seja analisada a viabilidade daquele colaborador preencher a vaga, com os encaminhamentos respectivos.”

Percebe-se que os colaboradores da cooperativa não passam pelo processo de seleção, conforme é proposto por Chiavenato (2014), a seleção pode ser entendida pelo fato de ser um instrumento de admissão, em que é permitido avaliar o candidato em diversos aspectos, considerando seus pontos fracos e fortes; conhecer aspectos relacionados à personalidade do candidato é fundamental para verificar se a contratação será positiva para a empresa e para o empregado. (ARELLANO, FRANÇA, 2012).

Quanto ao processo de aplicar pessoas, que inclui a definição das atividades que serão desempenhadas pelos colaboradores, as orientações e as avaliações são repassadas pelo gerente ao encarregado dos demais setores da cooperativa.

Assim, o processo de aplicar pessoas da cooperativa é claro, pois são determinadas as funções específicas de cada funcionário no seu setor; quanto à avaliação de seu desempenho, assim menciona o entrevistado: “Que seu desempenho seja médio dentro do padrão e, no mínimo, igual ao da concorrência”, esperando sempre o progresso de suas atividades. Existe uma avaliação periódica do desempenho reuniões e encontro setorizado; estas reuniões acontecem após os períodos de safras (maio e novembro), com base no trabalho concluído pelas informações ocasionais geralmente feitas pelos encarregados de setores, repassando aos colaboradores os pontos positivos e negativos da avaliação, pois é de extrema importância, segundo o diretor, para a estratégia de gestão de pessoas da Cooperativa. (diretor-geral).



Assim, conclui-se que a Cooperativa atende ao modelo de Chiavenato (2014), que são processos que atribuem às pessoas atividades relacionadas à descrição do cargo, e a orientação e avaliação de desempenho de seus funcionários.

Segundo as entrevistadas, “contando hoje com pouco mais de 350 colaboradores, a avaliação de desempenho acaba ocorrendo através de cada unidade/setor, cabendo ao gerente/encarregado repassar as informações que nos ajudem a aprimorar nossas relações e adequar, caso necessário, eventuais ações em descompasso com os interesses da Cooperativa”.

Quanto aos processos de recompensar a cooperativa reconhece seus colaboradores de maneira que seus salários estejam compatíveis às funções realizadas; concede a eles, no final de cada exercício, dois salários-mínimos como forma de participação nos lucros, tendo também plano de saúde, serviços odontológicos e cesta básica.

Observa-se que o processo atende às considerações de Chiavenato (2014), que explica que, com apenas a remuneração fixa, as empresas não conseguem motivar seus funcionários; portanto, as empresas podem oferecer, além do salário, planos de incentivos aos seus colaboradores.

As colaboradoras do setor de RH mencionaram que, “a partir do terceiro ano, o funcionário ganha 1% a cada ano de bônus por tempo de serviço, exemplo três anos 3% sobre o salário-base, quatro anos 4% e no mês de março a distribuição das sobras”.

Em relação ao processo de desenvolver pessoas, o colaborador recebe treinamento por empresas terceirizadas como SESCOOP; os treinamentos são realizados de forma contínua, dependendo do setor e de suas atualizações exigidas, por exemplo, ao setor de RH cursos sobre legislação trabalhista.

Quando questionadas as entrevistadas de Recursos Humanos sobre os treinamentos oferecidos aos colaboradores, mencionaram que “como a cooperativa é do ramo agrícola, os treinamentos estão mais focados ao departamento técnico, em que os seus colaboradores buscam ser treinados mensalmente com as empresas de defensivos agrícolas; para os funcionários do operacional é anual, sobre secagem de grãos e armazenamento”.

É importante que a organização forneça possibilidades de progressão profissional para seus colaboradores, melhorando o capital intelectual, de acordo com Chiavenato (2014) “capital humano significa talentos que precisam

ser mantidos e desenvolvidos, mais do que isso capital humano significa capital intelectual”.

Quanto à higiene e segurança, a Cooperativa possui um colaborador com a função na Segurança do Trabalho, que cuida das normas determinadas pela legislação. Possui a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que auxilia na averiguação das necessidades ou melhoras no que diz a respeito à higiene e segurança.

Conforme o modelo de Chiavenato, observou-se que a Cooperativa atende a este processo, oferecendo condições de higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

O processo de monitorar pessoas acontece segundo o entrevistado, “com o monitoramento dos colaboradores da cooperativa, que é realizado pelos responsáveis de cada setor e unidade e é passado para o diretor-geral: o banco de dados, no setor de RH, está baseado inicialmente nos currículos deixados pelos candidatos para as vagas da safra, com algumas informações obtidas no período em que estiveram na a classificação de arquivo, tendo preferência aqueles que já trabalharam na cooperativa”.

Este processo incide em acompanhar e controlar as atividades das pessoas, que incluem o banco de dados e o sistema de informações gerenciais; conclui-se que o processo atende ao modelo proposto por Chiavenato (2014).

Desse modo, com base na metodologia utilizada no trabalho, entende-se que a cooperativa Agropan deveria modificar a sua estrutura de RH, pois esta atua de forma estratégica dentro da cooperativa, e o setor da cooperativa estudada está mais voltado para as práticas trabalhistas e a segurança no trabalho; o setor de RH deve ter o olhar voltado para a gestão de pessoas, contemplando o conjunto de competências técnicas e comportamentais dos processos, conforme modelo de Chiavenato (2014).

Finalizando, percebeu-se com este estudo a deficiência no processo de agregar pessoas; sugere-se que a Cooperativa realize processo de seleção, seguindo as práticas de recrutamento e seleção por meio de entrevista coletiva, aplicação de testes, dinâmicas de grupo, em que possa avaliar melhor o perfil do candidato, após passando para entrevista individual com o diretor-geral, que avalia se o candidato atende aos requisitos da vaga; é impossível que um colaborador demonstre suas habilidades em apenas um período de safra.

Outro ponto de extrema importância é a avaliação do desempenho, que proporciona a identificação de competências a serem desenvolvidas, orientando

também para os demais processos de gestão de pessoas, como melhoria nas equipes, melhor remuneração e identifica necessidades de treinamento.

A Cooperativa, realizando treinamentos, atende aos processos de desenvolver pessoas; conforme o modelo estudado, compreende-se que os funcionários são fundamentais para o sucesso, por parte do diretor-geral.

### **Considerações finais**

Diante do conteúdo explorado, o presente estudo teve como objetivo diagnosticar os processos técnicos de gestão de pessoas da Agropan, bem como a importância da gestão de pessoas, em uma cooperativa do ramo agrícola, na cidade de Tupanciretã.

Os resultados desta pesquisa indicam práticas de gestão de pessoas, desenvolvidas pela cooperativa; no entanto, é perceptível frente ao processo de agregar pessoas conforme relatos, que se utiliza somente da fase do recrutamento de pessoas, não sendo feita a etapa de seleção dos novos colaboradores. Aponta, assim, uma fragilidade no processo de agregar pessoas, salienta-se ainda que as colaboradoras do setor de recursos humanos não demonstram ter conhecimento sobre as práticas de agregar na cooperativa, já que esse processo é atribuição do diretor-geral.

Um dado relevante é a percepção do diretor em relação aos seus colaboradores; o mesmo entende que as pessoas são um recurso para a obtenção de vantagem competitiva para a cooperativa.

Com relação aos demais processos de gestão de pessoas, entende-se que a cooperativa busca acompanhar o modelo teórico utilizado, mas ficou evidente que o setor de recursos humanos da cooperativa passa por um período de construção.

Além disso, foi evidenciada a necessidade de investir no setor de recursos humanos, assim como em um modelo de gestão de pessoas que contribua para o crescimento da organização.

E como a pesquisa foi realizada por meio de uma entrevista e dois questionários, por haver somente três pessoas com disponibilidades para responder, este fato se tornou uma limitação para realização do estudo. Sugere-se a realização de outras pesquisas na Cooperativa Agropan com os demais líderes de cada setor e unidade, em um período não de safra. Seriam então aprimoradas novas práticas para as contratações na Cooperativa.

## **Referências**

- ALMEIDA, W. **Captação e seleção de talentos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARELLANO, E. B.; FRANÇA, A. C. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
- BRUM, M. **Processos de Rh**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, L. P. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: Manole, 2014.
- GIL, A. C. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- RIBEIRO, A. L. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## TURISMO E TURISTA: PERCURSOS NA MODERNIDADE – PÓS-MODERNIDADE

*TOURISM AND TOURIST: PATHWAYS MODERNITY – POSTMODERNITY*

Felipe Zaltron de Sá<sup>1</sup>  
Jasmine Pereira Vieira<sup>2</sup>  
Susana de Araújo Gastal<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo, de teor ensaístico, propõe refletir sobre o turismo nos momentos culturais moderno e pós-moderno, a partir de Canclini (1995), para quem a Modernidade seria demarcada por quatro projetos: emancipador, expansivo, renovador e democratizador. Na primeira sensibilidade, Modernidade, desenha-se o percurso do turismo e do turista, que se dá em paralelo à expansão do capitalismo industrial. A segunda sensibilidade destaca a Pós-Modernidade e as marcas que a globalização aporta tanto sobre o turismo como sobre o turista. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, centrada em revisão bibliográfica. Os resultados indicam que é possível associar o Turismo e discuti-lo a partir dos projetos expansivo, democratizador e renovador. O projeto emancipador, ausente na Modernidade, na Pós-Modernidade parece aplicar-se apenas ao turista, o que implicaria novos aportes teóricos.

**Palavras-chave:** Turismo. Turista. Modernidade. Pós-Modernidade.

**Abstract:** This essay article proposes to reflect on Tourism in the Modern and Postmodern cultural moments, from Canclini (1995), for who the Modernity would be demarcated by four projects: emancipatory, expansive, renovating and democratizing. In the first moment, the course of Tourism and Tourist in Modernity is drawn, which parallels the expansion of industrial capitalism. The second moment highlights the Postmodernity and the marks that globalization contributes as much on the Tourism as on the Tourist. Methodologically, this is a qualitative research centered in bibliographical review. The results indicate that it is possible to associate Tourism and discuss it from the democratizing, expansive and renovating projects. The emancipatory project, absent in Modernity, in Postmodernity seems to apply only to the Tourist, which would imply in new theoretical contributions.

**Keywords:** Tourism. Tourist. Modernity. Postmodernity.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo, Universidade de Caxias do Sul/RS. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (UCS). Bolsista Capes/Prosc. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8360075869351902>. E-mail: felipezaltrondesa@gmail.com.

<sup>2</sup> Bacharela em Turismo, Universidade de Caxias do Sul. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (UCS). Bolsista Capes/Prosc. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5401942521008700>. E-mail: jasmine.pvieira@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (UCS). Bolsista Produtividade CNPq. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0363951380330385>. E-mail: susanagastal@gmail.com

## **Introdução**

As viagens são inerentes à condição humana, mas será como uma das decorrências da Revolução Industrial, na Modernidade, que o fenômeno tratado como Turismo passará a integrar a vida social e econômica das sociedades. A partir de então, apresentará crescimento constante em número de viajantes e volumes financeiros envolvidos, sendo destacado na literatura tradicional pelas suas possibilidade de alavancar o desenvolvimento, tanto econômico como social.<sup>4</sup> Em paralelo e como decorrência, será nesse cenário que os turistas ganham relevância e passam a ser objetos de estudo, como principais atores sociais do processo. Busca-se (re)conhecê-los de modo objetivo (classe social, gênero, grupo étnico, religioso, idade, etc.), mas também nas suas subjetividades (motivações, percepções, preferência, modos de desfrutar as viagens...),<sup>5</sup> em pesquisas quantitativas, mas também com abordagens metodológicas multi e transdisciplinares, que ampliam e dinamizam as abordagens.

Propõe-se, assim, uma reflexão teórica que aprofunde a compreensão do turismo contemporâneo, que vem sendo tratado como pós-turismo, especialmente centrada nos seus atores, os pós-turistas, em contexto cultural e urbano. Metodologicamente, trata-se de artigo de teor ensaístico, com metodologia qualitativa, de revisão bibliográfica, a partir das expressões-chave Turismo na Modernidade e Turismo na Pós-Modernidade, resgatando-se e inferindo-se a presença do turista frente a tais transformações.

Para aproximação ao Turismo e ao turista, nos diferentes momentos culturais, utilizou-se Canclini (1995), para quem a Modernidade seria demarcada por quatro projetos: emancipador, expansivo, renovador e democratizador. No que segue, no primeiro momento desenha-se o percurso do turismo e do turista na Modernidade. O segundo momento destaca a Pós-Modernidade e as marcas que a globalização aporta tanto sobre o turismo como sobre o turista.

## **Modernidade e turismo**

Canclini (1995, p. 31, em tradução nossa), em um texto clássico, propõe que a Modernidade seja analisada a partir de quatro projetos: emancipador,

---

<sup>4</sup> Ver: Archer e Fletcher (1996); Lage e Milone (2000); De Kadt (1979); Beni (2006); Rabahy e Rejowski (2001), entre outros.

<sup>5</sup> Ver MacCannel (1976).

expansivo, renovador e democratizador. O projeto *emancipador* significa a secularização dos campos culturais, em termos de produção autoexpressiva e autorregulada das práticas simbólicas e seu desenvolvimento em mercados autônomos. Portanto, “[...] formam parte deste movimento emancipador, a racionalização da vida social e o individualismo crescente, sobretudo nas grandes cidades”.

O projeto *expansivo* busca estender o conhecimento e o domínio da/sobre a natureza, ampliando a produção, circulação e o consumo de bens, tendo o lucro como principal motivação, mesmo que esteja associado ao avanço científico e ao desenvolvimento industrial. O projeto *renovador* significa a renovação constante, em uma sociedade liberada das amarras do sagrado, tendo em vista a necessidade de reformular os signos de distinção, frente ao desgaste do consumo massificado. Por fim, o projeto *democratizador* significa que a Modernidade confia na educação, na difusão da arte e dos saberes especializados, “[...] para lograr uma evolução racional e moral”. (p. 32).

Trazendo tais projetos para pensar o turismo, o momento inicial da **expansão** das viagens estaria no *grand tour*, prática comum entre os aristocratas ingleses a partir do século XVII, quando de certa forma já haveria o formato de “pacotes de viagem”, com percursos e atrativos predefinidos. O *grand* turista será um viajante romântico, motivado pelo prazer do viajar e pela busca de lugares tidos como culturais; tal formação erudita efetivada pela viagem equivaleria a um ritual de passagem, no qual os jovens da geração seriam preparados para o exercício de funções políticas e administrativas, inerentes a seu estrato de classe, na vida adulta. (FERALDO; LÓPEZ, 2013). Portanto, naquele momento já estariam presentes os projetos **expansivo** e **democratizador**, como propostos por Canclini, mas é possível questionar sua manutenção em períodos subsequentes da atividade.

Outro momento significativo de expansão será aquele da presença do trem, que possibilita o surgimento de novos destinos turísticos, agora destacados pelo olhar de um turista motivado por finalidades como o tratamento de saúde em regiões montanhosas ou em locais de águas termais, ou mesmo a busca por lazer em segundas residências, entre outras formas de diversão. (FERALDO; LÓPEZ, 2013). O trem permitirá, mais propriamente, o primeiro momento de massificação do turismo, a partir do século XIX e em paralelo a Revolução Industrial. O novo desenho da atividade permite pensar a atividade, mais uma vez, no âmbito do projeto **expansivo**, pois é fruto de avanços técnicos e

tecnológicos, que trazem novas formas de produção, circulação e consumo de bens turísticos, visando ao maior lucro. Ato contínuo, as novas formas de locomoção levam a expansão das cidades e de muitos destinos turísticos, e a um novo turista, não mais e apenas subordinado ao modelo consagrado pelo *grand tour*.

Mas, será muito especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando os transportes desenvolvidos em função da Segunda Grande Guerra europeia serão disponibilizados para uso civil e recreativo, que presenciaremos, de fato, o turismo de massa. O auge de tal modelo, entre os anos 1950 e 1970, talvez seja o que consagre o turismo como uma das expressões da Modernidade, pois, ainda seguindo Canclini, reuniria pelo menos três dos projetos inerentes a ela. O projeto **expansivo** é marcante, tanto em termos de maior volume de viajantes, como de valores financeiros envolvidos e de oferta de “destinos”, forma de tratamento técnico dado a locais que disponibilizem ofertas de hospedagem, alimentação e outras infraestruturas demandadas pelos turistas. O projeto **renovador** se faz presente pois, como bem colocado por Boyer (2003), as elites se retiram dos locais em que o Turismo passe a se fazer presente de forma massiva, porque é necessário “[...] reformular uma e outra vez os signos de distinção que o consumo massificado desgasta”. (CANCLINI, 1995, p. 32). De certa maneira, é possível sinalizar, ainda, o projeto **democratizador**, pois as viagens, como no *grand tour*, continuam associadas à aspiração à educação, arte e aquisição de saberes, inferindo-se que visem a “lograr uma evolução racional e moral” (p. 32).

O contexto moderno, como pode ser observado, marca-se por patamares de avanços, mas também pela ruptura em relação à cultura e à sensibilidade tradicionais do modelo rural. As novas sensibilidades, modernas, técnicas e urbanas vivenciam os cotidianos como marcados pela velocidade, que colocaria todas as geografias à disposição dos viajantes, e como multidimensionais. O projeto **expansivo**, aí subentendido, indica um capitalismo cada vez mais como força econômica mobilizadora da vida social, marcado pela ampliação da divisão do trabalho, para a produção de mercadorias diversas para mercados cada vez mais globais. (GIDDENS, 2003). O trabalho transforma-se em mercadoria.

O avanço do capitalismo, no período aqui em discussão, também presenciará a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo fordista, este na lógica da industrialização, organização e produção massificada, como Canclini caracteriza o projeto **expansionista**. A “[...] tecnologia dos transportes e os



modelos de organização da atividade turística criaram condições para que se passasse de uma configuração social em que predominava a viagem individualizada de membros dos grupos sociais mais abastados, para uma outra em que se institucionaliza o Turismo coletivo ou de massa” (FORTUNA; FERREIRA, 1996, p. 3), mas que, no *stricto sensu*, continuará a privilegiar alguns grupo, em detrimento de outros. Questões econômicas e de acesso ao trabalho, além da crescente urbanização, significarão a “periferização” espacial, cultural, social e de acesso às viagens, por largas camadas da população.

Por outro lado, à medida que direitos sociais e trabalhistas são alcançados, permite-se certo desfrute de tempo livre aos trabalhadores, fomentados pela “ideologia das férias” (p. 32), pois tanto as viagens como o lazer, agora, estão como produto de mercado a ser consumido. Os segmentos de trabalhadores incluídos nos processos produtivos indicam que o turismo do século XX irá influenciar a busca por por acesso, de diferentes classes sociais, a bens, serviços e produtos culturais de outras sociedades; parte do projeto da universalização cultural da modernidade, ou, mais uma vez retomando Canclini, a presença do projeto **democratizador**. A universalização implica uma concepção cosmopolita da sociedade, mas também limitadora, pois o turista massivo circulará por culturas – novas para ele –, mas que enfatizam o erudito e o clássico das manifestações culturais europeias. Ficaria em segundo plano a disponibilidade do turista em interagir com as culturas locais, “[...] pondo em evidência as diferenças entre os ambientes sociais, culturais, históricos e naturais visitados e aqueles que emolduram o seu cotidiano rotineiro”. (p. 4).

Como procurou-se demonstrar, a Modernidade tem no turismo um dos seus atores importantes, seguindo as lógicas do projetos expansivo, renovador e democratizador. Nota-se a ausência até aqui do projeto emancipador, em relação ao qual colocam-se questionamentos. Canclini, como já mencionado, associa ao mesmo a secularização dos campos culturais, em termos de produção autoexpressiva e autorregulada das práticas simbólicas e seu desenvolvimento em mercados autônomos, em muito associados à racionalização da vida social urbana e o crescente individualismo que a caracterizaria. Considerando o turismo como expressão cultural (URRY, 2001) e questionando-o enquanto campo “emancipado”, avançaremos na discussão no item a seguir.

## Pós-modernidade: o turismo e o turista

A literatura tem apresentado vários autores,<sup>6</sup> postulando que, ao novo momento econômico globalizado, corresponderia nova forma de expressão cultural, que tem sido denominada como Pós-Modernidade. O novo momento, de capitalismo avançado, altera percepções em termos de tempo e espaço, marcando-se ainda pela hegemonia do urbano, por uma nova maneira de ver e tratar a cultura e, portanto, o turismo. Em termos de espaço, a sua associação direta ao território – ainda marcante na Modernidade, pelos discursos de construção do estado-nação – é confrontada com a percepção do espaço como globalizado, o que anularia distâncias pelo menor tempo em percorrê-las. Significa dizer alterações significativas das mobilidades físicas dos sujeitos, mas também da mobilidade social, pois os efeitos sociais significativos da aceleração do movimento respaldam em como as pessoas experimentam o mundo na produção da subjetividade. (LASH; URRY, 1994).

Dessa maneira, o turismo também será reformulado, em especial na sua concepção como prática social (e não mais apenas na ênfase econômica) e nas suas relações com a cidade. O novo viajante, pós-turista, apresentará novas formas de percorrer os espaços, em especial na sua relação com a cidade. O pós-turista irá percorrê-los não apenas presencialmente, mas também em versões virtualizadas em espaços *online*. Mantêm-se as práticas consumistas e mercantis dos turistas, inclusive em termos de consumos culturais, o acesso a bens e serviços de outras sociedades alimentando uma “qualidade distinta do Turismo”. (FORTUNA; FERREIRA, 1996, p. 5).

Urry (1995) caracteriza o pós-turismo como o “fim do turismo”, não pelo seu fim em si, em termos de práticas, mas pela alteração de suas funcionalidades, que agora dão maior sustentação ao viajante individual. Isso leva a uma [des]organização, com relação aos produtos, deslocamentos e às segmentações, em consonância com os novos perfis dos turistas. A hospedagem, hoje, oferece muitos formatos que não só hotéis e pensões. O transporte segmenta-se em muitos modais e desenhos de tarifas. Na mesma dimensão, desaparece o tradicionalmente tratado como atrativo, para dar lugar a ofertas inusitadas em termos culturais, de lazer e de roteirização, permitindo supor uma reconfiguração do turismo pela via da subjetividade. Os novos comportamentos

---

<sup>6</sup> Ver: Jameson (2003; 2006), Harvey (2002) e Gastal (2006), especialmente.

dos turistas incluem que ele vá ao encontro de novas experiências e não necessariamente de novos lugares. (MOLINA, 2003).

O novo desenho sociocultural inclui a crescente estetização do cotidiano e certa desmaterialização do território e das culturas ali presentes, que passarão a ser vivenciadas de forma virtual, independentemente da viagem presencial. Ampliam-se, em termos acadêmicos, os questionamentos em relação a este novo cenário que, segundo alguns, levaria ao rebaixamento e à padronização dos lugares e, em consequência, da experiência do turista. (CORIOLANO, 2006; FORTUNA; FERREIRA, 1996). As críticas incluem a padronização das cidades, que se tornariam *iguais* entre si, na medida em que abrigam as mesmas redes de hotéis, *fast-foods*, *griffes* comerciais ou sistemas semelhantes de transportes e comunicações.

Outras correntes defendem que o turismo mantém-se como busca pela experiência diferente das do cotidiano, levando à “[...] concepção mais contemporânea e articuladora [do Turismo] de vivências locais e globais entre cidadãos e turistas, entre fluxos e fixos, [resistiria] a uma produção espetacularizada, artificial, só para turistas”. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 46). As cidades serão procuradas por suas festas e as tradições, mas também por apresentarem oferta musical, artística, teatrais e gastronômicas diversificadas, associando-se que “o fator estético tornou-se essencial na apreciação turística, justamente porque a cultura prevalecente promoveu o ‘olhar turístico’ à condição de critério soberano de apreciação.” (FORTUNA; FERREIRA, 1996, p. 9).

O que não invalida que, talvez, esteja-se em presença de um turismo mais humano e humanizado, pelas subjetividades que passa a considerar. Para conceber o Turismo, assim, “[...] é necessário priorizar a concepção de um turismo sustentável e humano [...], o que se distancia do turismo de massa, impactante e ilusório”. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 46). As autoras comentam que o turismo deve ser percebido como uma experiência individual de sujeitos que, em seus deslocamentos, defrontam-se com o novo e com o inesperado.

Na mesma linha de considerações em torno do turismo contemporâneo, que presencia um turista que procura novas experiências e não necessariamente novos locais, como defende Molina, tais vivências não mais dependeriam de deslocamentos de médias ou longas distâncias. Gastal e Moesch (2007), neste contexto, consideram a figura do Turista-Cidadão,

[...] envolvendo o habitante que desenvolve um relacionamento diferenciado com o local onde mora no seu tempo de lazer, [que quebraria] o modelo existencial da sociedade industrial criticado por Jost Krippendorf (trabalho – moradia – lazer – viagem), de acordo com o qual o lazer – as práticas sociais capazes de restabelecer o equilíbrio físico e emocional do sujeito contemporâneo – só seria possível em lugares distantes da própria residência. (2007, p. 60).

Coloca-se, então, que o turismo mantém, como uma *atividade* econômica associada a um projeto **expansivo** em que produção, circulação e consumo de bens estão associados ao lucro; apenas que agora, no viés da economia globalizada, esta ênfase mantém-se na Pós-Modernidade, da mesma forma como Canclini a vê como marca da Modernidade. Mesmo práticas tidas como alternativas de oferta de hospedagem e de viagens compartilhadas, rapidamente têm sido incorporadas como ofertas de mercado, ou seja, uma mudança de forma e não de conteúdo.

O projeto **renovador**, que busca novos signos, distinção em vista daqueles desgastados pela massificação de lugares e mesmo de seus atrativos, também se faz presente, agora orientado por redes sociais e outras formas de compartilhamentos *online*, que também exacerbam o individualismo, se considerado o modelo *dandy* moderno, mais sofisticado, mas menos generalizado. Por outro, este desenho da prática turística também leva ao projeto **democratizador**, pois a passagem do século XX para o século XXI presenciou a expansão dos saberes especializados, a generalização da educação em partes significativas do Planeta e a expansão cultural para muito além dos restritos conceitos de cultura erudita e cultura popular. Não menos importante foi a expansão dos números associados às viagens e aos viajantes, estes números permitem encaminhar duas questões em termos de democratização. Primeiro, se o aumento do número de viajantes seria proporcional (ou não) ao crescimento da população total do Planeta. Segundo, considerar que a quebra de fronteiras, aplicada à circulação de capitais e mercadorias, em termos de mobilidade de pessoas as restrições são cada vez maiores.

Caberia, por fim, considerar se o projeto **emancipador** se faz presente. Considerou-se, anteriormente, que, na Modernidade, o Turismo ainda se dava como um campo bastante dependente de outras esferas econômicas e mesmo políticas, em termos de sua dependência de políticas públicas. Talvez, em termos de turismo, o quadro continue o mesmo, mas se formos pensar a partir do

turista, é possível detectar alguns avanços. Recorde-se que, para Canclini, o projeto emancipador está associado à produção autoexpressiva e autorregulada das práticas simbólicas e seu desenvolvimento em mercados autônomos. A Pós-Modernidade, conforme Urry (2001) permite colocar o turismo no campo cultural. Assim posto, é possível inferir que o pós-turista transformou as viagens numa produção autoexpressiva, que circula em mercado autônomo de viagens. Permaneceria em aberta, por extrapolar o espaço físico do presente artigo, a discussão sobre serem tais práticas simbólicas autorreguladas ou não.

### **Considerações preliminares**

A reflexão teórico-ensaística aqui proposta procurou amarrar teorizações associadas à Modernidade e Pós-Modernidade, a partir do proposto por Canclini, para analisar a primeira, como projetos emancipador, expansivo, renovador e democratizador, e com elas buscar aproximações ao fenômeno turístico. A construção teórica mostrou-se bastante promissora, não só pelas análises que permitiu encaminhar, mas também pelo que se inferiu a partir dos modelos, e pela riqueza de questões que permaneceram em aberto.

Foi possível demonstrar que tanto na Modernidade – e em paralelo a constituição do Turismo – como na Pós-Modernidade, quando este se consolida e amplia modelo e perfil de suas práticas, os três primeiros projetos estão presentes. O quarto projeto, o democratizador, permanece como uma questão em aberto para o turismo, pois sua abrangência social pode ser questionada. Entretanto, parece possível inferir que o turista ganhou maior espaço de circulação e de apropriação do turismo, como forma de autoexpressão criativa, o que confirma que, cada vez mais, o turismo deve ser pensado a partir do turista e não vice-versa.

### **Referências**

ARCHER, B.; FLETCHER, J. *The economic impact of tourism in the Seychelles*. **Annals of Tourism Research**, v. 23, n. 1, p. 32-47, 1996.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru – SP: Edusc, 2003.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidade**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

- CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- DE KADT, E. **Tourisme**: passeport pour le développement? Oxford: Oxford University Press, 1979.
- FARALDO, J. M.; LÓPEZ, C. R. **Introducción a la historia del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2013.
- FORTUNA, C.; FERREIRA, C. **O turismo, o turista e a (pós) modernidade**. 1996. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10979/1/O%20Turismo%2C%20o%20Turista%20e%20a%20Pós%20Modernidade.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- GASTAL, S. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2003.
- JAMESON, F. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos sócio-econômicos globais do turismo. *In*: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LASH, S.; URRY, J. Mobil objects; mobility, modernity and place; reflexive objects. *In*: LASH, S.; URRY, J. **Economies of signs & space**. London: Sage Publications, 1994.
- MACCANNEL, D. **The tourist**: a new theory of the leisure class. University of Califórnia, 1976.
- MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.
- RABAHY, W. A.; REJOWSKI, M. Experiência brasileira em contas nacionais do Turismo. **Turismo em Análise**, v. 12, n. 2, p. 32-42, 2001.
- URRY, J. **Consuming places**. Londres: Routledge, 1995.
- URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

## UMA VISÃO SISTÊMICA PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA SOCIEDADE CONSUMOCENTRISTA

*A SYSTEMIC VISION FOR THE RESOLUTION OF SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN CONSUMER-CENTRIC SOCIETY*

Cleide Calgaro<sup>1</sup>  
Agostinho Oli Koppe Pereira<sup>2</sup>  
Agemir Bavaresco<sup>3</sup>

**Resumo:** No presente trabalho analisam-se os problemas socioambientais causados pela sociedade consumocentrista, os quais assolam a modernidade capitalista. Para isso, utilizou-se o método analítico-dedutivo, a partir de estudos bibliográficos. Conclui-se que existe uma possibilidade de minimizar os problemas socioambientais pela visão sistêmica, em que o ser

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia e em Direito, ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado - e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. É vice-líder do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica” e do Grupo de Pesquisa “Filosofia do Direito e Pensamento Político”, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Também atua como pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Regulação ambiental da atividade econômica sustentável (REGA)” da Escola Superior Dom Helder Câmara. CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: [ccalgaro1@hotmail.com](mailto:ccalgaro1@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Professor e pesquisador no Mestrado e Doutorado e na Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <http://lattes.cnpq.br/5863337218571012>. E-mail: [Agostinho.koppe@gmail.com](mailto:Agostinho.koppe@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Paris I (Pantheon-Sorbonne) (1997). Pós-Doutorado na *Fordham University* (2009). *Visiting Scholar na University of Pittsburgh* (2011 e 2012). Pesquisa pós-doutoral na *University of Sydney* (2013). Pesquisa e solidariedade na *University of Guyana* (2014). Pesquisa pós-doutoral na *Columbia University* (2015). Pesquisa pós-doutoral *Kingston University/London* (2016 e 2017) no *Center for Research in Modern European Philosophy*. Pesquisa interdisciplinar e desenvolvimento de rede de relações internacionais e interinstitucionais na *Hebrew University of Jerusalem* no *Center for German Studies* e Departamento de Filosofia (2018). Possui ainda mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993). Graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (1978). Graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010) e Bacharelado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (2007). Atualmente é professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisa a partir de um viés interdisciplinar nas áreas de Filosofia Moderna, Filosofia Social e Filosofia Política brasileira. Dedicou-se à atualização do tema Contradições da Democracia e Opinião Pública.

humano e a natureza possam viver em congruência, mas, para tal, uma nova racionalidade e uma ética socioambiental se tornam necessárias.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Sociedade consumocentrista. Problemas socioambientais. Visão sistêmica.

**Abstract:** In the present work we intend to analyze the socio-environmental problems caused by the consumocentrista society, which ravages capitalist modernity. For this, the deductive analytical method was used from bibliographic studies. It is concluded that there is a possibility of minimizing socio-environmental problems through the systemic vision, where human beings and nature can live in congruence, but, for this, a new rationality and a socio-environmental ethic become necessary.

**Keywords:** Environment. Sustainable development. Consumer-centric society. Social and environmental problems. Systemic vision.

## **Introdução**

O presente trabalho visa a fazer uma análise da sociedade, a partir da visão sistêmica, para o enfrentamento de problemas socioambientais, que se alastram, diuturnamente, na sociedade consumocentrista. Essa sociedade vive uma crise civilizatória, cujos problemas sociais e ambientais se agravam; por isso existe a necessidade de uma nova ética pautada numa racionalidade que permita viver na complexidade sistêmica.

Essa sociedade, dita hoje como consumocentrista, é aquela onde pauta-se o hiperconsumo como centro da mesma; as pessoas são adestradas e domesticadas à pulsão de consumir, o que não precisa e a descartar produtos, ainda úteis, com muita facilidade. Sua vida e sua felicidade estão atreladas a um modo de vida, em que o consumo se torna a crença fundante.

O método utilizado foi o analítico-dedutivo, fazendo-se uma ponderação acerca dos fatos existentes na atual conjuntura social e ambiental, com o auxílio de bibliografias da área.

Conclui-se que existe a necessidade de uma nova racionalidade, que pode ser trazida pela visão sistêmica, que permite que sejam mudados os patamares éticos, nos quais o ser humano está inserido e se busque uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Com isso, uma visão de ética socioambiental pode trazer alguns pressupostos de concretização da visão sistêmica, que permite mudança nos paradigmas da sociedade consumocentrista, que leva a problemas socioambientais.



## **Uma visão sistêmica e os conflitos socioambientais na sociedade consumocentrista**

A sociedade atual pauta-se numa ótica consumocentrista, ou seja, a mesma adere à concepção de que o consumo está no centro de sua esfera propulsora. Com isso, o hiperconsumo é fomentado e se torna a face mais profunda do consumocentrismo. O capitalismo, com sua acumulação de capital, levou a uma face negra do poder, em que a indução das pessoas a comprarem o que não precisam é algo constante.

Na sociedade consumocentrista, a vida gira em torno do hiperconsumo, ou seja, do consumo desregrado; as coisas são criadas na pulsão de induzir e adestrar o consumidor a comprar o que não precisa e muitas vezes o que não quer. Esse adestramento, feito pela mídia e pelo *marketing*, faz com que as pessoas alinhem sua felicidade ao um ente despersonalizado, que atende às necessidades de forma efêmera e momentânea, mas, contudo, não pode trazer a felicidade e o bem-estar desejados; ao contrário traz a individualização e a infelicidade constante.

Desse modo, as pessoas atrelam sua vida e sua felicidade ao “deus consumo”, pelo adestramento trazido pela ideia de poder que o mesmo possui. Na visão de Pereira et al. (2016), o consumocentrismo origina, por sua vez, a ascensão do consumo ao centro da sociedade capitalista moderna:

A sociedade vivenciou uma série de teorias ao longo do tempo, o que faz com que as condutas humanas fossem dirigidas por certas teorias/doutrinas/ideias/ideologias, que levavam a mudanças sociais e individuais. Pode-se destacar, de modo exemplificativo, dentro do contexto que se está abordando, o cosmocentrismo (o cosmos é o centro de tudo); o teocentrismo (Deus se torna o centro); o antropocentrismo (tudo gira em torno do homem). Na sociedade moderna contemporânea que já está sendo denominada de pós-moderna, conforme se pretende demonstrar aqui, se insere o consumocentrismo, como elemento dominante para onde se dirigem o pensamento e as atividades do cidadão moderno, fazendo com que o mesmo seja levado a consumir, pois, através desse ato, ele se realiza como ser individual e social, pois que ele somente é se consumir. (2016, p. 267).

Destarte, com essa ideia do consumo, deixando de ser utilizado para a aquisição do que é necessário e sendo impulsionado ao hiperconsumo, as pessoas adquirem cada vez mais bens, agregando ou substituindo os que já possuem, muitas vezes sem qualquer necessidade concreta. Esses atos levam ao

descarte, cada vez mais rápido, de bens que ainda possuem utilidade. Isso gera, na cadeia social e ambiental, sérios problemas: ambientalmente, a exploração de recursos naturais, a poluição, o uso indiscriminado de agrotóxicos altamente poluentes, o aquecimento global que, entre outros problemas, levam ao colapso ambiental; já no âmbito social, o consumocentrismo também é perverso; as pessoas que não têm a possibilidade de aquisição de bens são excluídas do meio social e destinadas à miséria e à fome, provocando, com isso, aumento da violência, pois o aparentar é mais valorizado do que o ser.

No que tange ao ser humano, na atualidade a sociedade se desloca do antropocentrismo para uma visão consumocentrista. É saída da visão antropocêntrica, em que a natureza e as coisas estão a serviço do ser humano; o mesmo é o centro do Planeta, sendo que se desvincula da ideia sistêmica que possui a noção de viver em harmonia com a Natureza e o seu entorno. Esse ser humano considera-se dono e senhor do meio ambiente e, muitas vezes, das demais pessoas ao seu entorno. Conforme Branco:

O ser humano se caracterizou como tal, historicamente, a partir do momento em que adquiriu *consciência*, isto é, a ciência de sua própria existência em um mundo, ou seja, um grande (talvez infinito?) conjunto de objetos e seres constituindo, para ele, uma *unidade*, na medida em que aparentava exibir uma certa *coerência* e até uma *dinâmica interna* (na verdade, uma unidade da sua *representação consciente*, segundo Kant). Esse conjunto coerente e dinâmico de objetos (ou a sua representação mental) pode ser denominado *natureza*. (BRANCO, 1999, p. 145, grifo nosso).

O mesmo autor vai à frente afirmando que o “que identifica o homem como um ‘ser especial’ é o fato de não agir apenas por instinto: é a sua liberdade permitida pela racionalidade. A liberdade – mais ainda que a racionalidade – constitui o atributo exclusivo do ser humano, tornando-o ‘convencional’”. (BRANCO, 1999, p. 153). Derrida complementa colocando suas concepções acerca do limite abissal do humano, mostrando que,

como todo olhar sem fundo, como os olhos do outro, esse olhar dito “animal” me dá a ver limite abissal do humano: o inumano ou o a-humano, os fins do homem, ou seja, a passagem das fronteiras a partir da qual o homem ousa se anunciar a si mesmo, chamando-se assim pelo nome que ele acredita se dar. (DERRIDA, 2002, p. 16, grifo do autor).

E, para o mesmo autor, o homem instaura sua superioridade sobre todos; com essa superioridade ele reivindica a propriedade, como salienta Derrida:

Desde o vazio de sua falta, uma falta eminente, uma falta completamente diferente da que ele empresta ao animal, o homem instaura ou reivindica de uma só vez sua *propriedade* (o próprio do homem que tem efetivamente como próprio o não ter um próprio), e sua *superioridade* sobre a vida dita animal. Esta última superioridade, superioridade infinita e por excelência, tem de próprio ser ao mesmo tempo *incondicional* e *sacrificial*. (DERRIDA, 2002, p. 22, grifo nosso).

O ser humano, neste período está voltado para si, em uma racionalidade que o torna crente de sua superioridade sobre tudo o que o cerca. Carvalho afirma que o grande problema da sociedade está na visão antropocêntrica. Para ele,

a visão antropocêntrica, panteísta, está profundamente arraigada em nosso universo mental e deita raízes nas origens de nossa civilização atual. Os nossos valores culturais vêm insistindo, praticamente sem interrupção no decurso histórico, na predominância absoluta do ser humano sobre a natureza e sobre os demais seres. A idéia de domínio total impõe, numa categoria de dever moral, a subjugação do não-humano. Dominar, impor, transformar, criar novas realidades materiais parece ser uma determinação inelutável ligada ao destino de “ser humano”. (CARVALHO, 2003, p. 16, grifo do autor).

Na configuração social consumocentrista, tira-se o ser humano do centro, para, como se está dizendo, colocar o consumo no centro de tudo; porém, esta nova visão guarda velhos paradigmas ainda desvinculados da ideia sistêmica. Esse ser humano, antes cidadão e agora consumidor dessubjetiva-se. E, nessa dessubjetivação, se antes foi considerando dono e senhor de tudo, hoje não passa de mera mercadoria a serviço do mercado. Nesse diapasão, meio ambiente continua e, muitas vezes, mais do que antes, expliado, agora pelas grandes corporções, pessoas jurídicas a serviço do capital.

Com isso, observa-se que a crise socioambiental somente se agrava a cada dia mais e mais, os meios de utilização e produção de bens de consumo são poluentes e excludentes, pois buscam apenas progresso econômico, a natureza, e o próprio ser humano fica em segundo lugar, pessoas naturais possuem menos valor do que pessoas jurídicas, estas possuem valor, as outras, preço.

Com o exposto acima, existe a necessidade de se visualizar alternativas à crise socioambiental causada pela sociedade consumocentrista. Portanto, para a construção de uma sociedade voltada a uma ética socioambiental, é necessária

uma nova racionalidade sistêmica, na qual as pessoas, que são racionais e razoáveis, possam cooperar entre si. Desta maneira, precisa-se viver de forma a perceber que a sociedade é um sistema dentro de uma totalidade e de uma complexidade. Na visão de Morin:

[...] o sistema não é uma palavra-chave para a totalidade; é uma palavra-raiz para a complexidade. Há que erguer o conceito de sistema do nível teórico para o paradigmático (poderia dizer o mesmo, ou mais, do conceito cibernético de máquina, valendo tudo quanto foi dito neste texto sobre a idéia de sistema *a fatori* para a idéia de máquina). A questão não é fazer uma teoria geral abrangendo o átomo, a molécula, a estrela, a célula, o organismo, o artefato, a sociedade, mas considerar de forma mais rica, à luz da complexidade sistêmico-organizacional, o átomo, a estrela, a célula, o artefato, a sociedade..., isto é, todas as realidades, incluindo sobretudo as nossas. Enquanto, no reino do paradigma de simplificação/separação, o ser, a existência, a vida se dissolvem na abstração sistêmica, que, então, se torna a continuadora de todas as abstrações que, ocultam a riqueza do real e provocam sua manipulação desenfreada, pelo contrário, o ser, a existência, a vida surgem necessariamente sob o efeito do desenvolvimento do conceito complexo de sistema/organização. Em outras palavras, a idéia sistêmica, em permanecendo “teórica”, não afeta o paradigma de separação/simplificação que julga superar julgando superar a atomização reducionista; pelo contrário, seu “holismo” torna-se reducionista por redução ao todo. Só no nível paradigmático, em que desabrocha verdadeiramente sua complexidade virtual, a sistêmica poderia abrir-se para uma nova organização (complexa) do pensamento e da ação. (2001, p. 274-275).

O mesmo autor continua mostrando que é preciso que exista uma nova racionalidade, que se quebre antigos paradigmas, que se organize a partir de ordens e que se conceba a organização e a existência, afirmando:

Uma nova racionalidade deixa-se entrever. A antiga racionalidade procurava apenas pescar a ordem na nova natureza. Pescavam-se não os peixes, mas as espinhas. A nova racionalidade, permitindo conceber a organização e a existência, permitiria ver os peixes e também o mar, ou seja, também o que não pode ser pescado. (MORIN, 2001, p. 274-275).

Em Morin (2001, p. 274-275) ainda pode-se ver que esse sistema “organiza-se a partir de ordens – ordenamento. Trata-se de ordenar a partir da organização, ou seja, do jogo das interações das partes empenhadas como o todo. Neste sentido, organizar deve substituir ordenar”. Portanto, “quanto mais complexa é a organização, mais comporta as desordens denominadas *liberdade*”.

Sendo assim, a ideia da “[...] organização não é instituição, mas uma atividade regeneradora e geradora permanente em todos os níveis, e que se baseia na computação, na elaboração das estratégias, na comunicação, no diálogo”.

Portanto, “[...] o paradigma sistêmico quer que dominemos não a natureza, mas o domínio (Serres), o que nos abre formas de ação que comportam necessariamente a autoconsciência e o autocontrole”. Com essas ideias, tratadas pelo autor como princípios, pode-se conduzir “[...] a uma prática responsável, liberal, libertária, comunitária (cada um desses termos sendo transformado por suas interações com os outros). Conduz também à redescoberta da questão da sabedoria e à necessidade de fundar a *nossa* sabedoria”. Com isso “[...] a procura dessa sabedoria é, nesse sentido, a procura da superação da cisão que se operou no Ocidente entre o universo da mediação e o da prática social”. (MORIN, 2001, p. 274-275). Continuando, Morin explica o que é sistêmico e o que o mesmo almeja; nessa perspectiva,

[...] o sistemismo tem, antes de mais, os mesmos aspectos fecundos que os da cibernética (esta, referindo-se ao conceito de máquina, conserva na abstracção, qualquer coisa da sua origem concreta e empírica). A virtude sistêmica é: a) Ter colocado no centro da teoria, como a noção de sistema, não uma unidade elementar discreta, mas uma unidade complexa, um todo que não se reduz à soma das suas partes constitutivas; b) Ter concebido a noção de sistema, nem como uma noção real, nem como uma noção puramente formal, mas como uma noção ambígua ou fantasma; c) Situar-se a um nível transdisciplinar, que permite simultaneamente conceber a unidade da ciência e a diferenciação das ciências, não apenas segundo a natureza material do seu objeto, mas também, segundo os tipos e as complexidades dos fenômenos de associação/organização. Neste último sentido, o campo da teoria dos sistemas é, não apenas mais vasto que o da cibernética, mas de uma amplitude que se estende a todo o cognoscível. (MORIN, 2003, p. 29-30).

Com isso se observa que, para uma sociedade evoluir e se tornar melhor e racional é necessária a compreensão de que se faz parte de uma totalidade, que é fundamental para que as pessoas possam conviver harmoniosamente com todos os sistemas e subsistemas que existem no seu entorno. A comunicação é parte importante nesse complexo jogo social, em que sua condição de aceitação

[...] é fundamental para que se entenda o processo comunicativo. Sem nenhum controle, o sistema de comunicação tenderia a incluir horizontes cada vez maiores de possibilidades comunicativas. Conclui-se que a comunicação não seria possível se ela mesma não contivesse um

mecanismo de autocontrole. Este autocontrole deriva, inicialmente, da comunicação lingüística, que constitui aquisição evolutiva surgida diretamente do processo de comunicação social. A codificação lingüística permite a duplicação de todas as possíveis proposições graças a uma diferença entre sim e não. Dessa forma, controla, internamente ao sistema, as novas possibilidades de comunicação, porque reduz o ato comunicativo subsequente a uma seleção binária, a partir de um sim ou um não. Cada proposta de sentido passa a ter uma visão suplementar negativa. Aí, reside a abertura do sistema social, na medida em que a cada comunicação é aberta uma nova frente de possibilidades associadas à negação daquilo que foi comunicado. A continuidade desse processo redundaria na instabilidade do sistema de comunicação, se o próprio sistema não oferecesse um meio de controlar sua complexidade crescente. Este mecanismo é a conquista evolutiva derivada do código binário oferecido pela linguagem. A codificação binária estrutura todas as operações de sentido como escolha entre sim e não, independentemente do conteúdo destas. (ZYMLER, 2002, p. 39-40).

A sociedade passa por crises éticas e socioambientais, porque, voltada, unicamente, para o consumo e para o econômico, cindindo e/ou exorcizando-se do sistema ético. Esta constatação leva à premente necessidade de reinserção da ética, enquanto forma racional de conduta, para a modificação dos rumos da sociedade moderna, que se aprofunda, cada vez mais, no consumocentrismo. O sistema ecológico não escapa de receber os reflexos da crise da sociedade moderna consumocentrista. A Terra, enquanto planeta-suporte de vida, também passa por uma crise de sustentabilidade da vida. Nesse sentido, bem coloca Fernando dos Reis Condesso que

[...] o planeta terra encontra-se, hoje, perante o dilema de viver uma “civilização” industrial e agrícola poluidora, conter uma população que cresce a um ritmo galopante e ter um patrimônio e recursos naturais, incessantemente, degradados pela humanidade, à escala mundial. Como vimos, os problemas ambientais situam-se, hoje, entre as principais questões mundiais. (CONDESSO, 2001, p. 39).

É preciso encontrar alternativas para a problemática instaurada, visto que, os problemas crescem e se torna necessário pensar a partir de uma nova racionalidade, que parta de uma nova ética e de uma visão sistêmica de vida em sociedade, na qual seres humanos e natureza possam viver em harmonia. Para Edward Wilson,

[...] a riqueza do mundo, se medida pelo produto interno bruto e pelo consumo *per capita*, está aumentando. Entretanto, se calculada pelo estado

da biosfera, está diminuindo. O estado da segunda economia, que poderia ser chamada de economia natural, em contraste com a primeira, a economia de mercado, pode ser medido pelo estado dos ecossistemas florestais, fluviais e marítimos. Extraído dos arquivos de dados do Banco Mundial e dos programas de Desenvolvimento e Ambiente das Nações Unidas, e condensado em um índice do Planeta Vivo, o resultado desta medida constitui um importante alternativa para índices mais conhecidos, como o PIB e os índices das bolsas de valores. Entre 1970 e 1995, o índice, calculado pelo fundo Mundial pela Natureza, caiu 30%. No início da década de 1990, a taxa de queda havia aumentado para 3% ao ano. Tudo indica que a tendência irá se manter nos próximos anos. (WILSON, 2002, p. 63).

Com isso, pode-se questionar o progresso pelas formas abordadas por Jean Baudrillard, que aludia, em seus escritos, que trabalha com a questão do progresso, que é positivo para as sociedades, mas há a necessidade de cuidado com o mesmo, pois pode levar à degradação e à segregação nos espaços sociais. Dessa maneira:

Os progressos da abundância, isto é, da disposição de bens e de equipamentos individuais e colectivos cada vez mais numerosos, oferecem em contrapartida “prejuízos” cada vez mais graves – conseqüências, por um lado, do desenvolvimento industrial e do progresso técnico e, por outro, das próprias estruturas de consumo. Degradação do quadro colectivo pelas actividades económicas: ruídos, poluição do ar e da água, destruição das paisagens e lugares, perturbação das zonas residenciais pela implantação de novos equipamentos (aerportos, auto-estradas, etc.). O estorvo causado pelo automóvel origina um “déficit” técnico, psicológico e humano de dimensões colossais: que importa, uma vez que o superequipamento infra-estrutural necessário, as despesas suplementares em gasolina, as verbas para o cuidado das vítimas de acidentes, etc., tudo acabará por ser contabilizado como consumo, ou seja, tornar-se-á, debaixo da capa do produto nacional bruto e das estatísticas, expoente de crescimento e de riqueza. (BAUDRILLARD, 1995, p. 34).

Todos esses aspectos são fatores de desequilíbrio entre as nações, gerando a má distribuição de poder, a falta de racionalidade, um hiperconsumo que acaba sendo o centro da sociedade consumocentrista, reduzindo a possibilidade de sustentabilidade e de minimização da segregação social. O fato é que, apenas seccionando, exemplificativamente, sobre a distribuição de renda, pode-se verificar que esta deve ser equilibrada, para não gerar mais impactos tanto na sociedade quanto no meio ambiente. Nalini (2001, p. 241) salienta que, para os

economistas, riqueza é o acesso a um suprimento sempre crescente de bens materiais, cada vez mais diversos e sofisticados.<sup>4</sup> Assim, Penna afirma:

O ciclo de vida de uma mercadoria é muito maior para a ecologia do que para a economia [...]. A renúncia ao crescimento contínuo da produção e do consumo, proposto como a principal solução para as questões econômico-sociais (e políticas), não significa, absolutamente, condenar o desvalido à sua miséria. O aumento de renda e de consumo material, até certo ponto, é essencial para melhorar as condições de vida da maioria dos habitantes dos países em desenvolvimento. Mas, ao contrário do que os líderes políticos propugnam, o crescimento econômico global, tal como é perseguido atualmente, não é a solução para a pobreza. (PENNA, 1999, p. 150).

Como se pode ver, é importante buscar uma visão mais realista e sistêmica, no que se refere ao equilíbrio entre o crescimento do progresso e da humanidade, tornando-se, de vital importância à busca da conscientização e da sobrevivência planetária.

Destarte, neste contexto, percebe-se o quanto é necessário um crescimento sustentado, baseado na possibilidade de o mercado poder crescer mais de maneira ordenada, menos perversa e antagônica, levando em conta o contexto social em que está inserido, as pessoas e a natureza em seu entorno. É necessário o despertar de nova consciência baseada na ruptura de antigos paradigmas, buscando minimizar as segregações sociais, a desigualdade e o hiperconsumismo.

Também é imperioso que o ser humano se afaste da visão antropocêntrica que o acompanha, arraigada em seu ser e que busque novos valores, tanto sob a ótica consumerista, como sob a ótica do crescimento, da busca de progresso e de poder econômico.

A visão ecocêntrica pode ser a viabilidade para o ser humano pensar na sociedade e em todas as espécies ao seu entorno. Neste contexto, busca-se uma nova ética de valores humanos, uma nova face para o poder e o progresso, além da procura de uma sustentabilidade, mesmo que, para isto, se torne necessária a redução do hiperconsumo e, mais propriamente, o desmontar da sociedade consumocentrista. Na visão de Carlos Gomes de Carvalho,

---

<sup>4</sup> Pierre Lévy manifesta-se: O que é riqueza? Espaço de consciência convenientemente explorado. Segundo esse ponto de vista, o processo de criação da riqueza compreende três polos dinâmicos relacionados: o polo da invenção, o polo da exploração ou da tradução econômica da invenção, o polo do meio favorável à invenção e à sua exploração econômica. (LÉVY, 2001, p. 60).



[...] fica mais que evidenciada a fragilidade dos valores humanos e dos princípios ambientais diante do Poder e dos interesses econômicos. A sociedade civil terá que encontrar meios para criar uma blindagem mais resistente às argúcias e artimanhas do Poder Econômico que se transmutou na verdadeira razão de Estado, quando não o próprio Estado. Porém, estes percalços, além de outros tipos inevitáveis de oposição, são que nos devem estimular a manter a consciência de que a ideologia de um Direito solidário e de Justiça para todos, que se encontra cristalizada no Direito Ambiental, só será realizável se buscarmos a mobilização das energias éticas do cidadão, numa participação que significará um ato vigoroso do comprometimento de sua consciência moral. (CARVALHO, 2003, p. 169-170).

Sob este ponto de vista, verifica-se a submissão do ser humano frente ao poder econômico do mercado. O mesmo não se desvinculou do poder e, assim, comete grandes atrocidades em nome de um progresso e de uma relação de consumo baseada na satisfação pessoal, sem a preocupação com a Natureza, ou seja, o homem age sem racionalidade, buscando exclusivamente o poder. Edgar Morin (2001, p. 23) verifica que “o conhecimento científico é certo, na medida em que se baseia em dados verificados e está apto a fornecer previsões concretas. O progresso das certezas científicas, entretanto, não caminha na direção de uma grande certeza”. Ainda afirma que

[...] a ciência não é somente a acumulação de verdades verdadeiras. Digamos mais, continuando a acompanhar Popper: é um campo sempre aberto onde se combatem não só as teorias, mas também os princípios de explicação, isto é, as visões do mundo e os postulados metafísicos. Mas esse combate tem e mantém suas regras de jogo: o respeito aos dados, por um lado; a obediência a critérios de coerência, por outro. É a obediência a essa por parte de debatentes-combatentes que aceitam sem equívoco essa regra que constitui a superioridade da ciência sobre qualquer outra forma de conhecimento. (MORIN, 2001, p. 24).

Dessa forma, o crescimento sustentado pressupõe que a economia e o progresso, em suas diversas faces, busquem um equilíbrio e uma estratégia para o meio ambiente. Penna salienta que,

na realidade, a economia e o meio ambiente formam um sistema único e, como tal, é dinâmico (possui fluidez), dispõe de estoques, sofre realimentação (feedback) e apresenta limites que influenciam o funcionamento do sistema como um todo. É necessário compreender como a mecânica do crescimento – de qualquer tipo – desenvolve-se e, mais especificamente, como o crescimento econômico afeta o meio ambiente e é por ele *afetado*. (PENNA, 1999, p. 129).

Leff mostra a noção de que a globalização está gerando uma dívida incalculável para o ser humano, salientando:

A globalização econômica está gerando uma retotalização do mundo sob o valor unidimensional do mercado, superexplorando a natureza, homogenizando culturas, subjulgando saberes e degradando a qualidade de vida das maiorias. A racionalidade ambiental gera uma reorganização da produção baseada no potencial produtivo da natureza, no poder da ciência e da tecnologia modernas e nos processos de significação que definem identidades culturais e sentidos existenciais dos povos em diversas formas de relação entre os seres humanos e a natureza. A sinergia na articulação destes processos faz com que na racionalidade ambiental o todo seja mais do que os processos que a constituem, gerando um processo produtivo sustentável, aberto à diversidade cultural e à diversificação das formas de desenvolvimento. Este é o grande desafio, o da dívida que se mantém agrilhoadada ao desenvolvimento autodeterminado, democrático e sustentável dos povos da América Latina e do Terceiro Mundo. Um desafio que obriga a questionar os mecanismos de submissão que nos mantêm em dívida permanente, como apêndices dependentes da ordem mundial. Os devedores desta dívida pedem para escapar desta armadilha, querem cortar o cordão umbilical da dependência e da opressão, querem desvincular-se da globalização. Pedem um mundo novo onde se possa saldar a dívida da unificação forçosa do desenvolvimento unidimensional e se abram os canais de um desenvolvimento diversificado. Pedem uma nova verdade, uma nova racionalidade para entender o mundo em sua complexidade, em sua diversidade. Estes são os desafios com os quais se defronta o projeto civilizatório da humanidade ao vislumbrar o próximo milênio. (LEFF, 2002, p. 40-41).

De certa maneira, é necessário preservar o planeta e buscar melhores formas, através de uma racionalidade, para que possa chegar à sustentabilidade e a um consumo equilibrado, em que o poder não seja o fator regente da sociedade. Como verifica Leff:

Na perspectiva da sustentabilidade não há uma dívida, mas três dívidas. Todas elas surgem do mesmo pecado original, mas levam a diferentes formas de redimi-lo, de saldar o endividamento como contrato assumido, e a diferentes formas de tomar posição como devedores do perdido. Isto abre um rombo que se bifurca entre a dor da morte e a luta pela vida, para recuperar o que não devia ter sido alienado – os recursos e as mentes – a via para deixar de ser devedores permanentes do sistema, para bater-se em duelo para recuperar o próprio.

Daí três dívidas e três posições diante da dívida:

a) a dívida financeira: assumida ou não assumida, pagável ou não pagável, negociável, refinanciável.

- b) a dívida ecológica: incomensurável, mas capaz de ser revalorizada, internalizada, redistribuída.
- c) a dívida da razão: que abre o caminho do dessujeitamento, da ressignificação, da construção de um desenvolvimento alternativo, fundado numa nova racionalidade produtiva; [...] (LEFF, 2002, p. 32).

Nalini afirma que só existe economia, porque a ecologia lhe dá suporte. A ecologia permite o desenvolvimento da economia. A exaustão da primeira reverterá em desaparecimento da segunda. (NALINI, 2001, p. 143).

É importante notar que entropia é um aumento de desordem interna, e a entropia máxima corresponde a uma desordem molecular total no seio dum sistema, o que se manifesta em nível global pela homogeneização e o equilíbrio. (MORIN, 1977, p. 39). Levando adiante, a vida e o meio ambiente são dotados de unidades fundamentais, nas quais os diversos sistemas apresentam padrões de organização, formando uma rede de interação. A Terra caracteriza-se por sua complexidade, além de interdependência das partes que formam seu conjunto, ou seja, a mesma é um sistema que deve ser preservado. Na visão de Capra,

os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização. Assim, todos esses sistemas naturais são totalidades cujas estruturas específicas resultam das interações e interdependência de suas partes. [...] O pensamento sistêmico é um pensamento de processo; a forma torna-se associada ao processo, a inter-relação à interação, e os opostos são unificados através de oscilações. (CAPRA, 2003, p. 260-261).

Com isso se percebe que há a necessidade de mudanças estruturais na sociedade, pois a harmonia entre ser humano, mercado e meio ambiente deve ser a possibilidade de se ter uma vida melhor e com menos problemas socioambientais. Sabe-se que há a necessidade de uma nova ética e da religação de saberes, na qual a complexidade sistêmica leve ao entendimento de que o ser humano é parte de um todo maior e não é o todo maior.

### **Considerações finais**

Como se pode ver, no presente trabalho, é preciso uma nova racionalidade voltada para uma visão sistêmica. Também, existe a necessidade de compreender que o ser humano é parte de um todo mais complexo, e precisa se interligar com os demais sistemas existentes. O ser humano é a feitura do tempo

que precisa entender, a partir de sua racionalidade, que o progresso e o hiperconsumo devem ser repensados e revistos, para se ter uma sociedade melhor. As desigualdades sociais e regionais devem ser eliminadas, juntamente com a preocupação com o meio ambiente, no qual se vive e que nos cerca. Precisa-se alterar a racionalidade e entender que se é um grão de poeira no universo e que tudo está interligado.

A partir disso, há a necessidade de uma ética socioambiental, que permita que o ser humano possa compreender valores morais e princípios dentro da sociedade, com uma visão tanto de preocupação com os demais seres humanos, mas também com o meio ambiente. A ideia de se ter uma congruência da ética ecocêntrica; de que a preocupação com a casa comum, juntamente com a ética socioambiental, que se preocupa com o ser humano e com a natureza, pode levar a uma possibilidade de resolução da problemática acima exposta.

#### **Referências**

- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**: arte e comunicação. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRANCO, S. M. **Ecosistêmica**: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
- BOFF, L. **O despertar da águia**: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CONDESSO, F. R. **Direito do ambiente**. Portugal: Almedina, 2001.
- CARVALHO, C. G. **O que é direito ambiental**: dos descaminhos da casa à harmonia da nave. Florianópolis: Habitus, 2003.
- DERRIDA, J. **O animal que logo sou**. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Unesp, 2002.
- D'ISEP, C. F. M. **Direito ambiental econômico e a ISO 14000**: análise jurídica do modelo de gestão ambiental e certificação ISO 14000. São Paulo: RT, 2004.
- GUATTARI, É. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 2004.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência.** Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 4. ed. Tradução de Dulce Matos. Portugal: Instituto Piaget, 2003.

MORIN, E. **O método I – A natureza da natureza.** 2. ed. Portugal: Europa-América, 1977.

MORIN, E. **O método II – A vida da vida.** 3. ed. Portugal: Europa-América, 1980.

MORIN, E. **O método VI – Ética.** Tradução de Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NALINI, J. R. **Ética ambiental.** Campinas: Millennium, 2001.

PENNA, C. G. **O estado do planeta: a sociedade de consumo e degradação ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

PEREIRA, A. O. K.; CALGARO, C.; PEREIRA, H. M. K. Consumocentrismo e os seus reflexos socioambientais na sociedade contemporânea. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 6, p. 264-279, 2016.

WILSON, E. O. **O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana.** Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ZYMLER, B. **Política e direito: uma visão autopoietica.** Curitiba: Juruá, 2002.



EDUCS